

REDIS

REVISTA DE
ESTUDOS DO
DISCURSO

Alexandra Pinto
Direção Editorial

2023

ISSN 2183-3958

REDIS

REVISTA DE
ESTUDOS DO
DISCURSO

FLUP/CLUP

N.º12 ANO 2023

ISSN 2183-3958

DOI 10.21747/21833958/RED12

EM PARCERIA COM A



**BASE DE DADOS
OPEN ACCESS**



**BASE DE DADOS
COMERCIAIS**



INFORMATION SERVICES

**DIRETÓRIOS
ÍNDICES**



**REPOSITÓRIOS
AGREGADORES
MOTORES DE BUSCA**



**BASE DE DADOS
BIBLIOGRÁFICOS**



A *REDIS: Revista de Estudos do Discurso* é uma publicação científica cuja edição digital respeita integralmente os critérios da política do acesso livre à informação. / *REDIS: Revista de Estudos do Discurso* is a scientific open access journal whose digital version follows all the criteria of OA publishing policy.

FICHA TÉCNICA

TÍTULO	<i>REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO</i> N.º 12 ANO 2023
EDITORES	CENTRO DE LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE DO PORTO FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO EM PARCERIA COM A FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO ESTE TRABALHO É FINANCIADO POR FUNDOS NACIONAIS ATRAVÉS DA FCT - FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA, I.P., NO ÂMBITO DO PROJETO «UIDB/00022/2020».
LOCAL DE EDIÇÃO	PORTO, PORTUGAL
ISSN	2183-3958
DOI	https://doi.org/10.21747/21833958/red12
PERIODICIDADE	ANUAL
DIREÇÃO EDITORIAL	Alexandra Guedes Pinto Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal MAPINTO@LETRAS.UP.PT
EDITORES-ADJUNTOS	Rui Ramos Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal RLRAMOS@IE.UMINHO.PT Valdir Heitor Barzotto Faculdade de Educação e Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil BARZOTTO@USP.BR Zilda Aquino Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil ZIAQUINO@USP.BR

COMISSÃO EDITORIAL **Alexandra Guedes Pinto** Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal
Catarina Warrot Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal
Vanessa Gomes Teixeira Anachoreta Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal
Gabriel Isola-Lanzoni Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil

ASSISTENTE EDITORIAL **Silvana Costa** Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

ACESSO EM LINHA <http://ojs.letras.up.pt/index.php/re>

FICHA TÉCNICA

CONSELHO CIENTÍFICO

António Briz Universidad de València, Espanha

Catherine Kerbrat-Orecchioni ICAR, CNRS, Université Lyon 2, França

Christian Plantin ICAR, Université Lyon 2, França

Dominique Maingueneau Université Paris IV, França

Isabel Margarida Duarte Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Joaquin Garrido Universidad Complutense de Madrid, Espanha

José Portolés Universidad Autónoma de Madrid, Espanha

Luiz Antônio da Silva Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil

Maria Aldina Marques Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, Portugal

Olívia Pestana Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Paulo Roberto Segundo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil

Rui Sousa e Silva Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Sónia Rodrigues Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Os trabalhos submetidos à *Redis* serão avaliados por, no mínimo, dois avaliadores externos, selecionados segundo um critério de afinidade científica relativamente ao trabalho em apreciação. Os avaliadores deverão comunicar aos editores quaisquer conflitos de interesse, que possam impedir uma avaliação isenta, ou declarar-se não qualificados para avaliar uma determinada proposta, se considerarem que tal procedimento é necessário. Os avaliadores terão acesso a um guião de avaliação que os orientará na revisão dos artigos propostos. Será dado um prazo de vinte dias corridos para a apresentação do parecer a partir da data de entrega do artigo ao avaliador. Este período poderá ser prorrogado por critério do diretor editorial, desde que a prorrogação não ponha em causa a publicação da revista dentro dos prazos previstos.

ÍNDICE

COIMBRA, GUSTAVO AMARAL & SOUSA, KÁTIA MENEZES DE Racismo, ressentimento e resistência: o baile de Vinicius Junior sobre o recalque espanhol DOI 10.21747/21833958/RED12A1	15-42
COSTA, SANDSON DE SOUZA & SILVA, FRANCISCO VIEIRA DA O discurso fundamentalista cristão no Governo Bolsonaro: uma análise de enunciados do Twitter DOI 10.21747/21833958/RED12A2	43-72
DA COSTA, THAÍIS DE ARAUJO & MEDEIROS VANISE GOMES DE O colecionador de exemplos: reflexões sobre o estatuto do exemplo a partir de Said Ali DOI 10.21747/21833958/RED12A3	73-98
DA SILVA, LUCAS PEREIRA Escola Sem Partido and the (real) problems of Brazilian education: an argumentative analysis DOI 10.21747/21833958/RED12A4	99-132

- GOMES, SHANIA JÉSSICA CAVALCANTE** 133-159
RODRIGUES & MASSMANN, DÉBORA RAQUEL HETTWER
A manchete de “estupro culposo” e o surgimento de um acontecimento discursivo
DOI 10.21747/21833958/RED12A5
- HELENO, ALEX REZENDE** 160-179
O discurso do ex-presidente do Brasil, Bolsonaro, em conflito com a concepção de Estado laico
DOI 10.21747/21833958/RED12A6
- MENESES SILVA, ANA SOFIA** 180-213
As metáforas no discurso de/sobre André Ventura: as metáforas que constrói André Ventura e as que constroem sobre ele
DOI 10.21747/21833958/RED12A7
- PEREIRA, ALINE GASPAR & COTINGUIBA, MARÍLIA LIMA PIMENTEL** 214-236
Visão solene da morte: uma análise da semântica global em epitáfios cristãos
DOI 10.21747/21833958/RED12A8

- SANTOS, LEONEL ANDRADE DOS & ARAÚJO, JÚLIO** 237-258
A manipulação em discursos antivacina: uma análise sobre as representações sociais
DOI 10.21747/21833958/RED12A9
- SILVA NINITAS, MARIANA** 259-295
Populismo contra Populismo: uma análise pragmático-discursiva sobre a polémica verbal em artigos de opinião sobre a toxicodependência em Portugal
DOI 10.21747/21833958/RED12A10
- SOBROSA, DAIANA MARQUES; GOMES, LAURA VELASQUES; SCHLEMMER, NEOSANE & SILVA, THAÍS COSTA DA** 296-329
Propostas (in)convenientes: transpassando a opacidade do discurso sobre a educação financeira na escola
DOI 10.21747/21833958/RED12A11

NOTA EDITORIAL

A *Revista de Estudos do Discurso*, REDIS, é um projeto editorial do Centro de Linguística e da Faculdade de Letras, da Universidade do Porto, em parceria com a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. É uma publicação anual sujeita a *peer review*, que reúne trabalhos no domínio dos Estudos Linguísticos do Discurso, embora com diferentes linhas teóricas e metodológicas, decorrentes da própria complexidade do objeto *discurso* e das abordagens que o mesmo suscita. O presente volume conta com onze artigos que espelham bem esta diversidade. Desde logo, encontramos o *discurso* materializado em domínios e géneros tão diferentes como as publicações em redes sociais, os textos de opinião, os pronunciamentos políticos ou os epitáfios fúnebres. Esta profusão de géneros põe em relevo uma das facetas da complexidade do objeto *discurso*, que toma formas muito variadas nos seus contextos de produção. Outra das facetas desta diversidade corporiza-se em correntes de análise diferentes que, neste volume em particular, tendem a exhibir uma orientação crítica comum.

Gustavo Amaral Coimbra e Kátia Menezes de Sousa, em *Racismo, ressentimento e resistência: o baile de Vinicius Junior sobre o recalque espanhol*, analisam, a partir de um conjunto de enunciados proferidos num programa televisivo sobre desporto, práticas discursivas de exclusão racial em relação ao atleta negro brasileiro, Vinicius Junior, no futebol europeu. Utilizando a perspectiva foucaultiana, investigam a função enunciativa na análise dos discursos racistas, identificando regularidades como a animalização, a desumanização e a desmoralização dos sujeitos excluídos, examinando, também, a materialização de emoções de ressentimento e recalque nos referidos discursos.

Sandson de Souza Costa e Francisco Vieira da Silva, no artigo intitulado *O discurso fundamentalista cristão no Governo Bolsonaro: uma análise de enunciados do Twitter*, examinam, a partir de publicações nesta rede social, a articulação entre o religioso e o político no discurso bolsonarista. A pesquisa mobiliza uma abordagem foucaultiana dos Estudos Discursivos, com recurso a categorias como *regimes de verdade*, *ressentimento* e *ideal ascético*, para destacar o discurso bolsonarista como veículo do fundamentalismo cristão e de valores morais absolutos e as implicações desta prática nas relações de saber e de poder.

Thaís de Araújo da Costa e Vanise Gomes de Medeiros debruçam-se, como as próprias autoras indicam, sobre um “duelo de titãs”, cujo objeto de disputa é a língua e, mais especificamente, questões pronominais. As autoras analisam a obra *Questões de Português* (1911), da autoria do gramático brasileiro Said Ali, ela mesma uma resenha crítica da obra *Os problemas da Colocação de pronomes* (1909), do linguista português Cândido de Figueiredo. Utilizando a perspectiva da História das Ideias Linguísticas, analisam a disputa pela legitimidade na descrição da língua, identificando falhas e equívocos nas interpretações de autores de ambos os quadrantes. A pesquisa não só contribui para os estudos sobre a exemplificação nas obras científicas, como também para a história dos estudos sobre gramática, sobretudo no Brasil.

No artigo *Escola Sem Partido and the (real) problems of Brazilian education: an argumentative analysis*, Lucas Pereira da Silva, baseado em noções como a de macroestrutura e configuração funcional da argumentação epistémica e da argumentação prática, a par de outros contributos teóricos, discute algumas estratégias argumentativas ocorrentes na polémica em torno do movimento Escola Sem Partido. O estudo permite identificar como diferentes posições optam por focar diferentes prioridades, no que diz respeito ao desempenho e às necessidades da educação brasileira.

Em *A manchete de “estupro culposo” e o surgimento de um acontecimento discursivo*, Shania Jéssika Cavalcante Rodrigues Gomes e Débora Raquel Hettwer Massmann analisam, sob

um enquadramento teórico-metodológico da análise de discurso de Pêcheux (e Orlandi, no Brasil), os efeitos de sentido atribuídos à expressão “culposo”, numa reportagem do jornal *The Intercept Brasil*. A partir de um *corpus* de publicações do Instagram, em reação à referida reportagem, a pesquisa discute o funcionamento do sentido dos enunciados em relação com os sujeitos e a memória discursiva.

Alex Rezende Heleno, em *O discurso do ex-presidente do Brasil, Bolsonaro, em conflito com a concepção de Estado laico*, analisa enunciados políticos do ex-presidente Jair Bolsonaro, que conflituam com a concepção de Estado laico. A pesquisa explora as relações entre os estudos de Pêcheux (formações ideológicas), Foucault (relações de poder) e Orlandi, expandindo as relações entre língua, sujeito e historicidade no discurso. A análise identifica, nos enunciados do ex-presidente Bolsonaro, determinadas intenções discursivas que se fundam nas representações que este constrói sobre o recetor das suas mensagens.

Ana Sofia Meneses Silva, no artigo intitulado *As metáforas no discurso de/sobre André Ventura: as metáforas que constrói André Ventura e as que constroem sobre ele*, identifica e analisa metáforas conceptuais e situacionais presentes nos discursos de e sobre André Ventura em intervenções na Assembleia da República Portuguesa e em tweets. A pesquisa combina a Linguística Cognitiva e a Análise Crítica do Discurso, revelando como a retórica metafórica do discurso populista representa uma estratégia discursiva ao serviço dos jogos de poder atuantes nas interações políticas.

Em *Visão solene da morte: uma análise da semântica global em epitáfios cristãos*, Aline Gaspar Pereira e Marília Lima Pimentel Cotinguiba analisam o funcionamento da formação discursiva cristã em epitáfios de túmulos cristãos. A pesquisa adota o conceito de semântica global de Dominique Maingueneau, examinando seis planos de organização dos enunciados, para concluir que a visão solene da morte associada à concepção de vida eterna, ideias centrais da formação discursiva em análise, se revelam nos vários planos enunciativos estudados.

Leonel Andrade dos Santos e Júlio Araújo, em *A manipulação em discursos antivacina: uma análise sobre as representações sociais*, analisam as representações sociais construídas nos discursos antivacina em redes sociais, durante a pandemia de Covid-19. O estudo ancora-se na perspectiva sociocognitiva de van Dijk, concluindo que, para manipular discursivamente por meio das representações sociais, os enunciadores lançaram mão de várias estratégias, entre as quais se contam a enunciação a partir de lugar privilegiado, a invocação de discursos de autoridade (médico, científico e religioso), o recurso a ligações hipermultimodais, que procuram envolver os sujeitos num ecossistema de desinformação, e o uso de palavras e expressões relacionadas com a morte ou outros males.

No artigo *Populismo contra Populismo: uma análise pragmático-discursiva sobre a polémica verbal em artigos de opinião sobre a toxicodependência em Portugal*, Mariana Silva Ninitas analisa a construção da polémica verbal em artigos de opinião sobre a toxicodependência em Portugal. Assumindo que a polémica verbal tem como principal foco a desqualificação do adversário, e seguindo as perspectivas da Análise do Discurso, da Pragmática e dos Estudos sobre Argumentação, a autora conclui que os enunciadores dos textos em análise, mais do que esgrimir argumentos que sustentem ou derrubem determinada ideia sobre a toxicodependência, concentraram a sua ação na descridibilização do seu adversário, recorrendo a argumentos *ad personam* e *ad hominem*, nos quais a acusação de “populista” ocorre, com teor igualmente ofensivo, em ambos os lados da controvérsia.

Daiana Marques Sobrosa, Laura Velasques Gomes, Neosane Schlemmer e Thaís Costa da Silva, em *Propostas (in)convenientes: transpassando a opacidade do discurso sobre a educação financeira na escola*, interpretam os discursos privado e público, veiculados respetivamente pelo Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) e pelo Ministério da Educação do Brasil, sobre a Educação financeira na escola, explicitando os efeitos de sentido produzidos nas propostas de ambos os segmentos. A pesquisa fundamenta-se no dispositivo teórico da Análise de

Discurso de linha francesa, constatando como ambos os posicionamentos, que se inscrevem em condições de produção distintas, se revelam como “inconvenientes” a uma verdadeira educação financeira nas escolas.

Alexandra Pinto

REDIS – Revista de Estudos do Discurso

Centro de Linguística da Universidade do Porto

Número 12, 2023

Racismo, ressentimento e resistência: o baile de Vinicius Junior sobre o recalque espanhol

Racism, resentment, and resistance: Vinicius Junior's dance on Spanish repression

COIMBRA, GUSTAVO

AMARAL

gustavo_coimb@discente.
ufcat.edu.br

SOUSA, KÁTIA MENEZES

DE

km-sousa@uol.com.br

Mestrando

Universidade Federal de Catalão (UFCAT)

Doutora

Universidade Federal de Goiás (UFG)

PALAVRAS-CHAVE:

Função Enunciativa;
Poder; Resistência;
Ressentimento; Recalque.

RESUMO: Neste trabalho, propomo-nos analisar as práticas discursivas de exclusão racial em relação ao sujeito atleta negro brasileiro Vinicius Junior no futebol europeu. Com este estudo, objetivamos contribuir para os estudos discursivos foucaultianos, partindo da explanação da noção de função enunciativa na realização das análises dos discursos racistas, para mostrar que os enunciados sempre apontam para outros que pertencem a uma mesma rede enunciativa. Para a efetuação das análises, tomaremos, como ferramentas metodológicas, os estudos de Análise do Discurso realizados por Michel Foucault, sobretudo os conceitos de enunciado, poder e resistência. Realizaremos as análises a fim de verificar a presença das regularidades discursivas de animalização, desumanização e desmoralização dos sujeitos excluídos. Além disso, analisaremos a materialização das emoções nos enunciados que compõem os discursos de ressentimento e recalque. Partiremos do enunciado *você tem que respeitar o adversário. Quando você faz um gol, se quer dançar, que vá ao sambódromo no Brasil. Aqui o que você tem que fazer é respeitar os companheiros de profissão, e deixar de fazer macaquice* para realizar as verificações propostas. Esta pesquisa resultará na compreensão do funcionamento discursivo das relações de poder em que estão inseridos os sujeitos atletas negros brasileiros no futebol europeu.

KEY-WORDS:

Enunciative Function;
Power; Resistance;
Resentment; Recalcitrance.

ABSTRACT: In this work, we propose to analyze the discursive practices of racial exclusion in relation to the black Brazilian athlete Vinicius Junior in European soccer. With this study, we aim to contribute to Foucauldian discursive studies, starting with the explanation of the notion of enunciative function in the analysis of racist discourses, and showing that the statements always point to

others that belong to the same enunciate network. To carry out the analysis, we will use, as methodological tools, the studies of Discourse Analysis carried out by Michel Foucault, especially the concepts of enunciation, power, and resistance. We will carry out the analyses to verify the presence of discursive regularities of animalization, dehumanization, and demoralization of excluded subjects. In addition, we will analyze the materialization of emotions in the statements that make up the discourses of resentment and repression. We will start with the statement *that you must respect your opponent. When you score a goal, if you want to dance, go to the Sambadrome in Brazil. Here, what you must do is respect your fellow professionals and stop monkeying around to carry out the proposed checks.* This research will result in an understanding of the discursive functioning of the relations of power in which black Brazilian athletes are inserted in European soccer.

I. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Com este artigo, propomos uma análise de discursos xenofóbicos e de exclusão racial em relação aos atletas brasileiros que atuam em clubes europeus. Observaremos os saberes produzidos a partir das práticas discursivas e quais são os efeitos de verdade que atuam no processo de objetivação desses sujeitos, quando tomados como inferiores aos nativos europeus. Para isso, serão constatadas e analisadas as regularidades enunciativas que compõem esse processo. O percurso metodológico deste trabalho se efetivará a partir dos estudos discursivos foucaultianos, em especial, através das noções de discurso, enunciado, poder, resistência e objetivação.

1. A palavra *chiringuito*, que nomeia o referido programa, pode ser equiparada aos termos “bar” ou “boteco”, assim se apresenta como uma atração televisiva que foge dos padrões dos jornais esportivos.

2. A edição do programa em que Pedro Bravo fez a referida declaração foi transmitida ao vivo no dia 15 de setembro de 2022. Um recorte da gravação do programa pode ser acessado em: <https://jornalistaslivres.org/racismo-apresentador-espanhol-chama-vinicius-jr-de-macaco-ao-vivo/>.

3. O enunciado em espanhol: *hay que respetar al contrario. Cuando marcas un gol, si quieres bailar samba, ve al sambódromo de Brasil. Aquí lo que tienes que hacer es respetar a tus compañeros de profesión, y dejar de hacer el mono.*

Para a realização das análises, partiremos de um enunciado retirado de uma exibição do programa de televisão *El Chiringuito*¹, transmitido de domingo a quinta-feira pelo canal espanhol “Mega”, amplamente conhecido no país. A atração esportiva é formada por dois comentaristas fixos, Cristina Cubero e Tomas Roncero, um apresentador, Pedrerol, e convidados que ocupam posições profissionais ou sociais relacionados com o futebol. Estes últimos são substituídos a cada edição. Na Espanha, o programa possui bons índices de audiência e é reconhecido por gerar inúmeras polêmicas que vão desde o plano esportivo ao judiciário.

Um dos convidados recebidos pela equipe de jornalistas do *El Chiringuito* foi o espanhol Pedro Bravo², presidente da Associação Espanhola de Empresários de Jogadores. Ao comentar sobre as comemorações do atleta brasileiro Vinicius Junior, disse: *você tem que respeitar o adversário. Quando você faz um gol, se quer dançar, que vá ao sambódromo no Brasil. Aqui o que você tem que fazer é respeitar os companheiros de profissão, e deixar de fazer macaquice*³. Após isso, houve diversos outros comentários preconceituosos em relação ao atleta, revelando discursos racistas e xenofóbicos que reduzem o sujeito negro brasileiro a condições de inferioridade e desumanização. Portanto, este será o enunciado reitor do qual partirá a análise que,

posteriormente, efeturemos neste trabalho. Por originalmente ter sido produzido na língua espanhola, recorreremos a trechos enunciativos da fala original do empresário e apresentaremos a tradução em português.

Com a análise, propomos a verificação da ocorrência das regularidades enunciativas manifestas por meio de discursos de animalização e desumanização do sujeito negro. Além disso, adentraremos ao campo das emoções para observar a recorrência do ressentimento⁴ e do recalque⁵ dos sujeitos brancos em relação aos atletas negros que modificam a estrutura da sociedade ao sair da posição de subserviência e ocupar espaços de visibilidade e destaque internacional a partir do esporte. Outros recortes enunciativos serão considerados no decorrer das análises, o que permitirá a identificação do acontecimento discursivo que possibilitou a materialização do enunciado tomado como principal nesse estudo.

Com este estudo, esperamos expandir as pesquisas realizadas acerca da participação do sujeito atleta negro no futebol, ao analisar, com base nos estudos discursivos foucaultianos, as práticas discursivas e as condições sócio-histórico e culturais que possibilitam a emergência dos enunciados. Além disso, objetivamos compreender o funcionamento discursivo e as regularidades nas práticas que invisibilizam e inferiorizam esses sujeitos. Por fim, discutiremos as estratégias de resistência traçadas por Vinicius Júnior no combate ao racismo. A importância deste trabalho se dá pela necessidade de observarmos os elementos que compõem as práticas discursivas racistas no futebol em um momento em que os casos de injúria racial no esporte crescem exponencialmente.

Este trabalho se justifica, também, pela importância e necessidade de expandir os estudos acerca da negritude, branquitude e racismo, sobretudo no campo dos estudos discursivos foucaultianos, que podem contribuir para a compreensão dos enunciados que compõem esses

4. A compreensão do termo ressentimento proposta neste trabalho é a de rancor a alguém que não fez mal a outro, somente está saindo da posição de subserviência e exclusão, ocupada durante toda a vida, para uma de destaque.

5. Para recalque, utilizamos seu sentido original, de acordo com a teoria de Sigmund Freud, ou seja, medo e insegurança consigo mesmo, mas que é projetado no outro.

discursos e das condições de possibilidades que permitem que possam ser efetivamente produzidos. Assim, analisaremos, a partir dos enunciados, as relações de poder e os saberes que são produzidos para a objetivação do sujeito atleta negro brasileiro Vinicius Júnior no futebol europeu. Diante do exposto, convêm-nos apresentar alguns acontecimentos históricos e/ou discursivos que demarcaram a chegada e desenvolvimento do futebol no Brasil em contraponto com a Espanha e outros países do continente europeu.

O futebol, esporte originado por volta do século XIX, tornou-se durante os séculos em que foi praticado, um dos mais populares jogos do mundo, uma vez que é disputado profissionalmente em diversos países de todos os continentes. Além disso, muitos de seus torneios são mundialmente transmitidos através de emissoras de televisão, rádio e canais de *streaming*⁶, por exemplo. Dentre os motivos pelos quais esse esporte se tornou tão popular, encontra-se o fato de ser uma fonte de expressão para pessoas marginalizadas e inferiorizadas. Ademais, como prática esportiva, é espaço de lazer que, em algum grau, acolhe esses sujeitos excluídos e os fazem sonhar com melhores perspectivas de vida.

No Brasil, por exemplo, o futebol começou a ser praticado no início do século XX, contudo, naquela época, apenas as pessoas brancas e de boa condição financeira podiam atuar como atletas dos clubes. Essa exclusão remete à assinatura da Lei Áurea ocorrida em 1888, que, na teoria, proibiria a escravidão de negros no país, mas não previa mecanismos sociais que pudessem garantir condições dignas de vida aos alforriados, fazendo com que continuassem às margens da sociedade. Em resistência à exclusão que sofriam, os homens negros se organizavam para realizar partidas de futebol de forma não-oficial e, assim, diversos campos, hoje conhecidos como várzeas, foram construídos. No Brasil, os primeiros clubes com a presença de atletas negros surgiram, aproximadamente, em 1905.

6. Consiste na tecnologia que possibilita a transmissão de dados na internet, como vídeos e áudios.

No Rio de Janeiro, uma das primeiras equipes na referida condição é o Bangu Atlético Clube, formado inicialmente por jogadores negros e trabalhadores de fábrica, como informa Filho (2010). A partir da fundação do clube, o futebol passa a ser popularizado entre pessoas de classes sociais consideradas inferiores e as arquibancadas que, antes, eram ocupadas quase que em totalidade por famílias brancas que iam assistir a seus filhos, passaram a ser divididas em grande escala com pessoas negras. Esses acontecimentos geraram descontentamento por parte da elite brasileira, que projetou formas de restringir o acesso aos jogos.

Outra importante instituição esportiva carioca no processo de popularização do futebol é o Clube de Regatas Vasco da Gama, que originalmente não possuía a modalidade futebolística, mas a inicia com uma equipe formada majoritariamente por atletas negros. O sucesso da equipe foi imediato, em 1922 venceu a segunda divisão do campeonato regional e, no ano seguinte, realizou uma campanha composta por apenas uma derrota. A popularidade da equipe cresceu, e isso contribuiu para que tornasse comum a presença de pessoas negras nas arquibancadas, o que resultou na permissão oficial para que os atletas negros fizessem parte das equipes futebolísticas.

Apesar de o futebol ser, por vezes, espaço de visibilidade para sujeitos excluídos e marginalizados, como supracitado, é também ambiente em que perpassam diferentes discursos que os objetivam, reforçando posições de inferioridade. Para compreendermos esse fenômeno, é preciso que observemos as condições sócio-históricas e culturais que marcam seu aparecimento e consolidação no futebol, no Brasil e em outros países, e que a ele se relacionam. Se considerarmos, especificamente, os sujeitos atletas negros de futebol, observaremos certas práticas discursivas recorrentes que reforçam as relações de poder presentes em uma sociedade constituída sobre as bases do racismo.

Conforme Filho (2010), a adesão do jogador negro nas principais equipes de futebol do Brasil no início do século XX, como Fluminense, Flamengo e América-RJ, somente aconteceu por considerarem que esses homens seriam úteis para que os times conquistassem campeonatos, diferenciando do Vasco da Gama, clube em que a presença negra era ato de resistência às imposições das instituições futebolísticas de elite, que originalmente só permitiam a participação de homens brancos e ricos. Nos clubes comandados pelas classes privilegiadas naquela sociedade, o negro permanecia objetificado e tratado como ferramenta, que encerrando sua utilidade, deveria ser descartado.

Talvez essa prática explique, em parte, o porquê de, na atualidade, assistirmos recorrentemente cenas em que os atletas negros, ao não desempenharem bem as suas funções em campo, terem sua condição humana atacada, sendo inferiorizados de diferentes formas. De modo contraditório, os sujeitos racistas também atacam, inferiorizam e desumanizam os negros que se destacam através do futebol, não admitindo que saiam da posição de subserviência que sempre foram levados a ocupar.

Os casos de racismo no futebol não acontecem apenas no Brasil, de modo contrário, nos últimos anos foram registrados aumentos significativos nos índices internacionais de práticas de discriminação racial no referido esporte. Junto a isso, aparecem atos xenofóbicos em relação aos atletas que passam a viver em outro país por terem sido contratados para jogar por clubes de nacionalidades diferentes da sua. Tratando-se da Europa, especificamente, é possível observar atos que reduzem os atletas imigrantes a condições de inferioridade humana, e, quando se tratam de negros, estes atos se agravam consideravelmente.

Ao observarmos os países europeus, desde sua constituição enquanto nação e toda sua formação cultural, perceberemos que a imposição de uma cultura e o domínio territorial de países

da América e da África produziram, por meio de práticas discursivas, saberes que exaltam sua supremacia e inferiorizam os demais países. Muitos dos países da Europa, apesar de possuírem leis que preveem punição para atos preconceituosos, ainda se envolvem pouco no debate e na execução de medidas eficazes ao combate do racismo em suas diferentes manifestações. Dessa forma, muitas pessoas se sentem à vontade para cometerem atos preconceituosos contra as pessoas negras e aquelas que imigram de outras nações.

A Espanha, por exemplo, possui uma seção específica em sua legislação para a punição de crimes de injúria racial no futebol. O código de leis do país prevê que, na ocorrência de atos racistas, os clubes de futebol e os torcedores identificados devem ser duramente punidos. De acordo com o Observatório da Discriminação Racial no Futebol⁷, em 2007, foram elaboradas medidas para fiscalizar e punir responsáveis por práticas violentas no esporte, entre elas, o racismo. A criação dessas medidas foi motivada pelas manifestações racistas e xenofóbicas sofridas pelo atleta camaronês Samuel Eto'o⁸.

As punições estabelecidas aos clubes determinam que aqueles, cujos torcedores ou funcionários proferirem ofensas de cunho racista, sejam punidos com multas que variam entre 60 a 350 mil euros, por terem cometido um crime considerado muito grave. Além disso, a instituição deve ser proibida de utilizar seu estádio e de receber público por até dois anos. As ofensas proferidas fora do estádio, mas que também se relacionarem às equipes de futebol, são passíveis de punição, como exemplo, os crimes de injúria racial contra atletas, cometidos na internet.

Além dos códigos de legislação anteriormente citados, há ainda o código de disciplina da Real Federação Espanhola, órgão responsável por gerir e organizar as principais competições nacionais da Espanha. A entidade esportiva prevê que os clubes que sediam as partidas sejam

7. O Observatório da Discriminação Racial no Futebol é uma organização brasileira que trabalha, de forma voluntária e sem fins lucrativos, para o combate do racismo no esporte. Mais informações sobre o grupo podem ser encontradas em: <<https://observatorioracialfutebol.com.br/>>.

8. O atleta foi vítima de racismo em uma vitória do Barcelona sobre o Getafe em 2007.

responsáveis por garantir a segurança e integridade física e moral dos atletas, sejam aqueles que fazem parte da equipe, sejam os jogadores adversários. Dessa forma, as instituições que se omitem em relação a acontecimentos de injúria racial, ou outros atos discriminatórios, estão passíveis de receberem punições que podem ocasionar a perda de pontos na principal competição do país, a “La Liga”, ou a interdição de estádios.

Contudo, a execução dos processos penais no país é vagarosa e falha, permitindo que os criminosos saiam impunes, o que reforça os saberes que instituem a ideia de uma supremacia branca. Além disso, muitas dessas medidas são ineficazes por não punirem de fato os infratores, que, muitas vezes, nem são identificados. Assim, observamos que os atletas negros, embora façam parte das equipes de futebol, ainda são excluídos, marginalizados e inferiorizados em sua condição humana. Na Espanha, país referido anteriormente, muitos são os casos em que atletas negros de países africanos ou sul-americanos são duramente perseguidos e atacados. Isso ocorre não por falta de desempenho em campo, mas pelo incômodo gerado pelo convívio com pessoas de etnias e fenótipos considerados, durante muitos anos, inferiores aos europeus.

2. O PRIMADO DO ENUNCIADO, A FUNÇÃO ENUNCIATIVA E A EXISTÊNCIA DO ENUNCIADO EM ANÁLISE NAS RELAÇÕES DE PODER

Como explicitado anteriormente, para este estudo, partiremos da análise discursiva do enunciado *you have to respect the opponent. When you score a goal, you want to dance, you go to the stadium in Brazil. Here what you have to do is respect your colleagues of profession, and stop making macaquice*, (re)produzido pelo empresário Pedro Bravo em uma participação no programa esportivo *El chiringuito*, enquanto se referia ao atleta negro brasileiro Vinicius Júnior. O programa de televisão é transmitido diariamente na Espanha.

Considerando que um enunciado só tem existência quando se coloca em uma rede de relações, outros enunciados também compõem este estudo. O que propomos para esta análise é a descrição da recorrência dos discursos de animalização, desumanização e desmoralização do atleta negro brasileiro em espaços que se relacionam ao futebol espanhol. De forma específica, analisaremos, para efetuar o estudo proposto, o acontecimento discursivo que objetiva o sujeito Vinicius Júnior. Assim, observaremos a existência de regularidades discursivas que atuam na objetivação dos sujeitos negros como inferiores. Além disso, verificaremos como a produção desses discursos se vinculam às emoções, especificamente ao ressentimento e ao recalque. Como forma de atingirmos os objetivos propostos, dividiremos esta análise em três seções. Para iniciarmos, é importante compreendermos as noções de enunciado, função enunciativa, discurso e relações de poder para Michel Foucault.

Ao tomarmos o discurso como objeto de estudo, é necessário compreender que não se trata da língua em si, pois não nos referimos à fala ou pronunciamento, mas sim, à junção dos aspectos sócio-históricos marcados na linguagem que permitem analisá-lo em relação a diversos outros discursos. O discurso é o produto do modo como os elementos exteriores à língua, tais como condições historicamente definidas, aspectos sociais e posição dos sujeitos se materializam em forma de linguagem. Dessa forma, observa-se que tal materialidade se dá em diversas formas, a saber, gestos, cores, imagens e outros, desde que tenham uma existência histórica e/ou concreta.

Foucault (2008, p. 138) considera em suas análises que as práticas discursivas são “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”. Além disso, o discurso é constituído

a partir de um “conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação” (Foucault, 2008, p. 122). Ou seja, os discursos racistas e xenófobos praticados contra os sujeitos atletas negros brasileiros são formados em junção com outros que os reduzem a posições de inferioridade. Nesse estudo, priorizaremos a análise dos discursos racistas devido a delimitação do tema e aos limites do gênero artigo.

Ao analisarmos discursos, trabalhamos com um agrupamento de enunciados, ou seja, materialidades discursivas, que possuem condições que possibilitam seu aparecimento, as regularidades manifestas e as relações de aproximação e distanciamento que firmam entre si. Com base nos estudos foucaultianos, consideramos que discurso se trata de um nó em uma rede (Foucault, 2008), ou seja, existe em conexão com vários outros que o atravessam, tecendo relações de concordância ou oposição. Seguindo este pensamento, Courtine (2014, p.75) entende que o discurso é pertencente a um conjunto com outros discursos que se relacionam, já que nunca está isolado, mas sempre “existe, portanto, no interior de um feixe complexo de relações”. Por enunciado, Foucault (2008, p. 98) compreende que se trata de:

uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita). [...] ele [o enunciado] não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço.

Nesse sentido, Courtine (2014, p. 25) demonstra que “os enunciados representam, então, ‘átomos’, ‘grãos’ de discurso”, ilustrando a explicação de Foucault. Para compreendermos essa rede enunciativa, na qual se insere o enunciado analisado neste trabalho, explicitamos o conceito de função enunciativa para Michel Foucault, ou seja, as características que delimitam

o enunciado como único e singular e permitem que possuam “margens povoadas de outros enunciados” (Foucault, 2008, p. 110). A partir daí, observaremos quais são os enunciados que formam uma rede e constituem o arquivo que possibilita a emergência da enunciação feita por Pedro Bravo.

Segundo Foucault (2008), à função enunciativa, relacionam-se quatro aspectos que conferem ao enunciado existência concreta, eles são: o referencial, a posição do sujeito enunciador, o domínio associado e a existência material a partir de um suporte. O primeiro a ser destacado é o referencial.

A singularidade da leitura foucaultiana, aqui, consiste em apresentar o objeto referente ao enunciado como um produto efeito do próprio discurso; produto inerente às relações entre os enunciados, pois é na prática discursiva que se enuncia e que se formam e se apresentam os objetos. Ou seja, os discursos são práticas formadoras de objetos que lhe servem como referencial. É o que permite e faz com que determinada materialidade apareça, e não outra em seu lugar. São elementos exteriores à linguagem que com ela se relacionam e criam tal condição citada. Sendo assim, podem ser características sociais, temporais e todo o contexto em que o enunciado produzido se insere, por exemplo.

Em um primeiro momento, é preciso, pois, compreender os aspectos sócio-históricos e culturais que estão presentes nas relações de poder em que se encaixam o sujeito excluído e os excludentes. De forma específica, é necessário nos atentarmos para a construção social e cultural presente em muitos países do continente europeu que os possibilita acreditar na ideia de supremacia branca⁹. Estes saberes, historicamente produzidos, os permitem reproduzir enunciados que reforçam a exclusão dos negros e demais pessoas não nativas da Europa. Para este estudo, é importante analisar os processos históricos de animalização que apontam para discursos de

9. Crença de ideal racista que promove a ideia de que as pessoas brancas, sobretudo os homens, são superiores aos negros.

desumanização e desmoralização do sujeito atleta negro e brasileiro, Vinicius Júnior.

Deste modo, elencamos alguns acontecimentos históricos e discursivos que favorecem a compreensão da constituição dos saberes listados no parágrafo anterior. Primeiramente, é necessário que consideremos os processos de formação territoriais, culturais e sociais dos países citados neste trabalho, Brasil e Espanha. Enquanto o primeiro foi colonizado por uma nação que promoveu o apagamento histórico de cultura, religião e outros modos de vida de seus povos originários, o segundo foi colonizador de diversos territórios e povos, muitos deles localizados na América do Sul, continente em que o Brasil está localizado. Para esses territórios, os espanhóis levaram africanos sequestrados de suas terras para serem escravizados.

Além disso, outros acontecimentos que constituem estes saberes se relacionam a aspectos econômicos que vão desde o período da colonização até aos dias atuais. A dominação econômica europeia, sobretudo em contexto capitalista e atualmente neoliberal, fortalece o imaginário de superioridade em relação àqueles que vêm de outros continentes, pois dá a manutenção às relações de poder que ainda os objetivam como “senhores”, e os demais como pessoas a serem exploradas. Assim, o negro continua, para estes sujeitos, reduzido à ferramenta útil para alcançarem seus objetivos esportivos e financeiros, visto que, pelas disparidades econômicas, estes atletas são contratados por um valor muito inferior ao retorno monetário que proporcionam aos clubes e empresários com o seu trabalho.

Estes acontecimentos funcionam como referencial do enunciado analisado, uma vez que, a partir deles, diversos saberes foram discursivamente produzidos e cristalizados na cultura dos povos europeus. Assim, a produção de discursos de inferiorização de sujeitos negros e latinos emerge desde o período colonial, retornando e modificando-se na forma de enunciados. Esses

enunciados produzem efeitos de verdade que prezam pela manutenção das relações de poder e das posições então objetivadas às pessoas negras, buscando mantê-las em posição de subserviência.

Também é referencial do enunciado em questão, o contexto social em que se insere, mas é preciso enfatizar que “[...] para a AD, os contextos imediatos somente interessam na medida em que, mesmo neles, funcionam condições históricas de produção. Ou seja, os ‘contextos’ fazem parte de uma história” (Sousa, 2017, p. 109). Ao observar o momento em que o recorte enunciativo analisado emerge, nota-se ascensão financeira, midiática e esportiva de um homem negro que se transferiu para o mais vitorioso clube de futebol do mundo, Real Madrid, e desponta como um dos protagonistas da equipe. Retornamos, então, às condições de possibilidades que são historicamente produzidas e que se relacionam com o incômodo de pessoas brancas em verem negros em posição de destaque. Nesse caso, soma-se a isso, o fato de Vinicius ser um atleta brasileiro.

Além do referencial, todo enunciado mantém uma determinada relação com o sujeito que ocupará aquela posição de enunciativo ao corresponder suas especificidades. Este é o segundo aspecto da função enunciativa. Foucault (2008) compreende sujeito enquanto uma função vazia que pode ser ocupada por qualquer indivíduo, desde que preencha as regras e/ou requisitos para assumir determinada posição. Logo, não é qualquer indivíduo que pode ser sujeito de qualquer discurso ou se reconhecer como sujeito de dado discurso. É preciso subjetivar-se em determinado discurso, para dele tornar-se enunciativo, pois, o sujeito é constituído pelas práticas discursivas com as quais permanece em frequente contato. Assim, para que haja um enunciado, haverá também um sujeito enunciativo localizado em determinada posição.

É nesse sentido que Stafuzza (2018, p. 206) enfatiza que, “quando o sujeito enuncia, ele denuncia a si mesmo”. Dessa forma, o enunciador denuncia-se enquanto sujeito racista que defende a inferiorização de pessoas negras e a manutenção de hierarquias estabelecidas a partir do exercício de poder. Assim, é possível constatar que este sujeito é constituído a partir de práticas discursivas de discriminação racial nas quais subjetivou-se, tais como a de supremacia branca e de superioridade europeia.

Sobre o terceiro aspecto, enfatizamos que todo enunciado possui um domínio (campo) associado, em outras palavras, está imerso em um dado assunto ou tema, e não está isolado ou neutro no campo discursivo e social, pois todo enunciado dialoga com outros enunciados (já-ditos), sejam do passado ou contemporâneos à produção. Por esse motivo, estabelecem domínios de memória com outros enunciados. Assim, como não existe sem os aspectos anteriormente citados, o enunciado, também, não concretiza sua existência sem o domínio associado. É importante enfatizar que é possível que haja mais de um campo associado ao mesmo enunciado, porém, nunca haverá sua ausência. Quanto a isso, Foucault (2008, p. 112) explicita que “não há um enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente. Não há enunciado que não suponha outros”.

Quanto ao campo associado analisado, há enunciados que animalizam e desumanizam o sujeito atleta negro de futebol. Segundo dados do Relatório Anual da Discriminação Racial no Futebol de 2021, houve um crescimento expressivo de registro de casos dessa natureza, e, em muitos deles, os torcedores faziam gestos que representam um macaco ou insultavam os jogadores com esse nome. Um dos acontecimentos discursivos que pertencem a esse domínio é a ofensa racial sofrida pelo então goleiro Aranha em uma partida válida pela Copa do Brasil (2014), em que se enfrentavam Grêmio e Santos. Diversos torcedores da equipe gaúcha¹⁰ ofenderam o guarda-redes¹¹, chamando-o de macaco.

10. O Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense é uma instituição futebolística brasileira localizada no estado do Rio Grande do Sul, por isso é adjetivado enquanto equipe “gaúcha”, classificação dada àqueles que são naturais desse estado.

11. Sinônimo de goleiro.

Ainda nesse campo associado estão presentes outros enunciados em que perpassam discursos de ódio contra Vinicius Júnior. Após as falas do empresário, houve uma partida entre Atlético de Madrid e Real Madrid, e os torcedores atleticanos entoaram uma canção em que diziam *macaco de merda* e fizeram gestos em alusão ao nazismo, o que retoma os discursos de supremacia branca. Assim, observamos que, após as falas enunciadas por Bravo, os efeitos de verdade produzidos possibilitaram a emergência de novas enunciações que também animalizam e desumanizam o sujeito atleta negro brasileiro. Ao retirá-lo de sua condição humana, reforçam que ele é inferior aos demais e que não deveria ocupar aquela posição. Além disso, a escolha do macaco enquanto animal associado ao negro produz efeitos de verdade que apontam também para sua desmoralização, objetivando-os enquanto pessoas selvagens, irracionais e não civilizadas.

O último aspecto é a existência material ou materialidade repetível, o que permite que o enunciado possa ser repetido, copiado, recortado, modificado e destruído. Para Foucault (2008), enunciado e enunciação são diferentes, a saber que o primeiro pode se repetir, enquanto a segunda não. Para materializar-se, o enunciado precisa encontrar suporte, local e data, pontos que qualificam sua existência. O recorte enunciativo em questão foi materializado e repetido a partir do programa televisivo *El chinguirito*. Contudo, o enunciado analisado já é por si próprio a repetição de diversos outros que emergiram anteriormente. Por isso, Michel Foucault (2008, p. 118) considera que:

Essa materialidade repetível que caracteriza a função enunciativa faz aparecer o enunciado como um objeto específico e paradoxal, mas também como um objeto entre os que os homens produzem, manipulam, utilizam, transformam, trocam, combinam, decompõem e recompõem, eventualmente destroem.

Portanto, é a existência material do enunciado que permite que ele seja reproduzido no estádio de futebol, em outros canais de televisão e nas redes sociais, por exemplo. Ademais, o enunciado pode ser transformado, gerando um novo. Para exemplificar, podemos pensar nas ocasiões em que a gravação da fala de Pedro Bravo foi compartilhada com uma legenda em que o sujeito enunciator criticava as falas do empresário. Por fim, Foucault escreve que o enunciado também pode ser destruído, contudo, é importante acrescentar que, mesmo que isso aconteça, ele já terá produzido efeitos de verdade que continuarão presentes na sociedade e servirão como referencial para o aparecimento de novos enunciados.

Dessa forma, é possível compreender a existência dos enunciados em meio às relações de poder, pois as produções discursivas materializadas são, elas mesmas, objetos de desejo pelos e com os quais os sujeitos lutam. O enunciado produzido por Pedro Bravo está inserido em uma rede enunciativa que preza pela exclusão dos negros e, assim, possibilita o exercício do poder sobre o intelecto e corpo dos atletas negros. Esses discursos podem inferir na forma com que o sujeito negro se vê, subjetivando-os nas posições de inferioridade a eles objetivadas. Mas as práticas discursivas também podem ser rebatidas através das estratégias de resistência, em que o sujeito marginalizado se subjetivará em outros discursos.

Ao observarmos a posição do sujeito enunciator Pedro Bravo, notamos a produção de discursos que explicitam um ressentimento da branquitude em relação aos sujeitos negros que, em ato de resistência, conseguem modificar as microrrelações do poder ao ocuparem lugares que historicamente lhes foram negados, como o de projeção midiática e de boa condição financeira. Sobre as estratégias de resistência, Foucault (2009) elucida que “são uma oposição aos efeitos de poder relacionados ao saber, à competência e à qualificação: lutas contra os privilégios do saber. porém, são também uma oposição ao segredo, à deformação e às representações mistificadoras impostas às pessoas” (Foucault, 2009, p. 235).

Ao *bailar* durante as comemorações de seus gols, Vinícius Júnior resiste aos discursos racistas, ao desobedecer aos códigos de condutas morais que negam ao negro a liberdade de agir em conformidade com a sua história e cultura, o que desencadeia o ressentimento no outro. Observa-se que tais códigos, de forma excludente, aplicam-se somente a esses sujeitos, posto que outros atletas, como Cristiano Ronaldo, branco e europeu, não fora criticado pela grande mídia, quando dançou nas comemorações de gols, mas, de modo contrário, fez com que algumas músicas se tornassem *hits* mundiais ao bailá-las¹².

Foucault (2009, p. 247) acrescenta que “o exercício do poder não é um fato bruto, um dado institucional, nem uma estrutura que se mantém ou se quebra: ele se elabora, se transforma, se organiza, se dota de procedimentos mais ou menos ajustados”. Dessa forma, ao passo que há resistência, o exercício de poder modifica-se para continuar existindo. Nesse sentido, Foucault (2009, p. 248) considera que:

De fato, entre relação de poder e estratégia de luta, existe atração recíproca, encadeamento indefinido e inversão perpétua. A cada instante, a relação de poder pode tornar-se, e em certos pontos se toma, um confronto entre adversários. A cada instante também as relações de adversidade, numa sociedade, abrem espaço para o emprego de mecanismos de poder.

Por outro lado, Vinícius Júnior também se reconhece como sujeito de outras práticas discursivas. Ao não se subjetivar nos discursos de discriminação racial e xenofobia, o atleta resiste e, ao enunciar, denuncia-se, mostrando a posição ocupada. Em um vídeo publicado em resposta à fala de Bravo¹³, o jogador disse que *a felicidade de um preto, brasileiro, vitorioso na Europa, incomoda*. Dessa forma, posiciona-se frente ao racismo, ao destacar sua consciência em relação ao lugar que ocupa nessa relação de lutas. Nota-se, então, que a posição sujeito desse enunciado é de combate a práticas de exclusão pela cor da pele ou nacionalidade, portanto, de enfrentamento ao preconceito.

12. Em 2011, a música “Ai se eu te pegó”, do cantor brasileiro Michel Teló, tornou-se sucesso mundial após Cristiano Ronaldo reproduzir sua coreografia ao comemorar um gol.

13. No dia 16 de setembro de 2022, Vinicius Junior publicou um vídeo em que fez um pronunciamento após sofrer ataques racistas por parte do empresário Pedro Bravo. O vídeo pode ser visto em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6MB5HTtqwOs>>.

Em outro momento do mesmo vídeo, Vinicius Junior acrescenta *aceitem, respeitem, ou surtem, eu não vou parar*, subvertendo mais uma vez o funcionamento das relações de poder historicamente produzidas, ao ocupar a posição de um sujeito que ordena ao utilizar verbos no imperativo e por explicitar qual será sua conduta. Além disso, ao dizer que não interromperá suas danças, mostra que não se intimidou com as ofensas racistas, indicando mais uma vez que reconhece sua posição e tem ciência de sua representatividade para outros sujeitos negros.

Por fim, o atleta declara: *eu trabalho*, colocando-se, assim, numa posição de sujeito que precisa confessar sobre si e provar-se merecedor de ocupar aquela posição. Isso é efeito dos discursos de inferiorização dos negros, que fazem com que os sujeitos excluídos precisem se reafirmar a todo momento.

Vinicius Junior também enfatiza que atua em obras de caridade e que se preocupa com a educação, sobretudo das crianças e adolescentes negras e brasileiras para que estejam, como ele, prontas para combater o preconceito, mostrando mais uma vez que reconhece o seu lugar nas lutas antirracistas. Além disso, ao falar sobre si e exaltar suas qualidades, Vinicius Junior revela-se bem consigo mesmo e rebate o recalque, uma vez que devolve aos racistas as suas próprias inseguranças e sentimento de inferioridade, que foram projetados no atleta.

Após essas reflexões, podemos compreender o funcionamento do enunciado em seu primado, ou seja, são os próprios enunciados, juntamente a elementos históricos e sociais que possibilitam e dão existência a novas materialidades a partir dos quatro aspectos aqui elencados. Na seção seguinte, investigaremos a presença das regularidades discursivas materializadas em discursos de animalização, desumanização e desmoralização do jogador brasileiro negro.

3. DISCURSOS DE ANIMALIZAÇÃO, DESUMANIZAÇÃO E DESMORALIZAÇÃO DO JOGADOR BRASILEIRO NEGRO

Após a exposição das propriedades que garantem ao enunciado sua existência própria, permitindo-o que possa ser reproduzido, modificado e até destruído, analisaremos, partindo do enunciado reitor para este estudo, os discursos que o perpassam e que atuam na objetivação dos sujeitos atletas brasileiros negros como inferiores aos homens europeus brancos. Desse modo, recuperamos outra vez o enunciado em questão: *you have to respect your opponent. When you score a goal, if you want to dance, you go to the sambódromo in Brazil. Here is what you have to do: respect your teammates, and stop making macaquice.*

Para a melhor efetivação das análises, seguiremos as recomendações de Deleuze (1992, p. 120), que enfatiza que “é preciso rachar as palavras ou as frases para delas extrair enunciados”. Destacamos, em um primeiro momento, o recorte enunciativo “fazer macaquice”. Essa expressão foi enunciada pelo empresário e na língua espanhola corresponde a *hacer el mono*. O termo foi utilizado enquanto Bravo demonstrava sua indignação pelas danças realizadas por Vinicius nas comemorações de seus gols. Este enunciado estabelece relação com outros que, desde a escravização dos negros, buscavam animalizá-los.

Os discursos de animalização dos sujeitos negros emergem desde os períodos de escravidão dos povos africanos, pois eram utilizados na tentativa de justificar os abusos cometidos contra eles. Como exemplo disso podemos observar o processo colonial no Brasil, em que padres jesuítas vieram ao país para catequizarem¹⁴ os indígenas, mas nada faziam em relação aos negros, uma vez que não os consideravam dignos da salvação.

14. O processo de catequização dos povos originários das terras brasileiras foi caracterizado por tentativas de apagamento das culturas indígenas através, por exemplo, da extinção de suas línguas, substituindo-as pela dos colonizadores. Tal processo objetivava, por meio do exercício de poder, a dominação desses povos, a fim de explorar o seu território, seu trabalho e suas riquezas.

Além disso, a associação das pessoas negras a animais tornou-se grande componente na produção de práticas discursivas que os colocavam como biologicamente mais fortes e que, por isso, deveriam desenvolver trabalhos pesados. Também no campo sexual é possível observar os efeitos de tais práticas discursivas, pois mulheres e homens negros são constantemente comparados a animais em relação a características físicas associadas ao sexo.

A escolha lexical do termo *mono* para referir-se a Vinicius Junior aponta para diversas práticas discursivas que, por um longo percurso histórico, inferiorizaram os homens negros. Indicar que o atleta, ao comemorar e manifestar um elemento de sua cultura, faz *macaquices*, reforça as relações de poder que objetivam o homem negro como incapaz de pensar ou de agir de forma séria, ética ou profissional. Nesse ponto, o enunciado compõe com outros discursos a rede enunciativa de marginalização desses sujeitos.

Próximos aos discursos de animalização do sujeito negro, há, portanto, sua desumanização. Ao referir-se a Vinicius Junior como um animal, o enunciado reproduz efeitos de verdade que reforçam as relações de poder que retiram, do sujeito marginalizado, sua condição humana, diferenciando-o dos demais e justificando os ataques proferidos contra ele. O enunciado nos aponta, então, para outras práticas discursivas que emergiram no início da prática futebolística no Brasil, em que os homens negros, apesar de participarem do esporte, não podiam sequer tocar nos brancos, pois não eram considerados iguais aos demais.

Em outra parte do enunciado, o comentarista Bravo afirma que *se quer dançar, que vá ao sambódromo no Brasil*, objetivando os brasileiros e reduzindo-os a sambistas e reforçando os estereótipos que produzem saberes que os colocam como sujeitos “preguiçosos” e “desocupados”, mas “alegres” e “sensuais”. Aqui, observamos a ocorrência do discurso de desmoralização

desse sujeito, o que sugere, no caso do Vinícius Júnior, que o atleta não é digno de ocupar a posição em que se encontra, pois não possui a seriedade e responsabilidade necessárias. Além disso, há a banalização de um rico elemento cultural da sociedade brasileira, o samba que, sobretudo, é símbolo de resistência para a comunidade negra.

Assim, constatamos que os discursos de animalização, desumanização e desmoralização são constituídos pelo enunciado analisado e por vários outros que se relacionam a ele por meio das redes enunciativas. Desse modo, é regular que essas práticas discursivas objetivem os sujeitos atletas negros para posições de inferioridade. Após essas considerações, convém-nos verificar a materialização das emoções nos discursos de ressentimento e recalque.

4. EMOÇÕES EM DISCURSOS DE RESENTIMENTO E RECALQUE

Após analisarmos as práticas discursivas de animalização, desumanização e desmoralização dos atletas brasileiros negros na Europa, atentaremos para as emoções materializadas a partir dos enunciados observados. De modo especial, trataremos dos discursos de ressentimento e recalque. Para isso, utilizaremos as reflexões desenvolvidas Claudine Haroche (2001), que nos possibilitará a compreensão do funcionamento discursivo no campo das emoções.

Haroche (2001, p. 336) apresenta a reflexão de que “o ressentimento aparece então como uma resposta inconsciente, efeito longínquo de uma angústia ignorada, recalçada, ligada ao sentimento ameaçador de negação da existência”. Nesse contexto, o sujeito racista pertencente à branquitude, ao deparar-se com sujeitos negros que ocupam posições de destaque e prestígio social, adentra em um processo de recalque, em que o ataque surge como forma de tentar colocar-se novamente na posição de superioridade. Assim, o sujeito enunciadador ataca Vinicius Junior em sua condição humana, a fim de inferiorizá-lo enquanto pessoa e minimizar as suas conquistas enquanto atleta profissional de futebol.

Para exemplificar, Haroche (2001) explicita que muitos dos alemães no período da II Guerra Mundial, por exemplo, alimentavam um sentimento de inferioridade em relação aos judeus. Para ela, esse sentimento era compartilhado pelo próprio Estado alemão em relação aos demais estados, e isso, entre outros motivos, fomentava os atos de violência, discriminação e genocídio. Em paralelo, o mesmo ocorre em relação ao atleta negro Vinícius Júnior, uma vez que os enunciados, postos em comparação com outros acontecimentos discursivos, revelam a desmoralização dos sujeitos negros que fazem sucesso, observando assim, um sentimento pessoal de inferioridade por parte do enunciador.

Ainda sobre ressentimento e recalque, Haroche (2001) apresenta outras reflexões a partir da observação do pensamento de Nobeert Elias em gênese do ressentimento. A primeira delas diz respeito ao fato de que aqueles que pertencem às maiorias, ou seja, às classes que acreditam ser dominantes, cultivam um ressentimento ou recalque em relação às minorias, ao sentirem que seu *status*, e por conseguinte os seus privilégios, estão em perigo. Isto é, isso ocorre quando sujeitos historicamente excluídos acessam espaços que sempre lhes foram negados. É nesse viés que Haroche (2001) acrescenta que esse sentimento “surge quando um grupo socialmente inferior, desprezado e estigmatizado, está a ponto de exigir a igualdade não somente legal, mas também social”.

Deste modo, ressentimento e recalque são desencadeados a partir da ascensão financeira e social de homens negros, pobres e marginalizados que, através do futebol, alcançam privilégios anteriormente negados. Além disso, por Vinícius Júnior se reconhecer enquanto sujeito negro e atuar frente às lutas antirracistas, conforme anteriormente apresentado, esses sentimentos se intensificam ainda mais.

A segunda reflexão traz a afirmação de que as classes dominantes toleram os grupos marginalizados enquanto contentarem-se com as posições inferiores e alimentarem o sistema, servindo e enriquecendo aqueles que se denominam como superiores. Portanto, o sujeito negro nunca foi moralmente aceito no futebol, mas é apenas tolerado, porque garante os retornos esportivos e financeiros esperados. Assim, quando não apresentam bom desempenho em campo, ou quando ocupam lugares de destaque no esporte, são perseguidos e atacados. Entende-se, então, que o sujeito negro deve ser apenas mediano ao exercer suas funções, pois isso não atrapalhará o desenvolvimento da maquinaria e também não o renderá reconhecimento.

O recente destaque de Vinícius Júnior e a manifestação de sua cultura durante as comemorações de gol foram acontecimentos em meio a uma rede, que possibilitou a emergência dos diversos enunciados que o animalizam, desumanizam e desmoralizam. Pedro Bravo, enquanto sujeito do enunciado em questão, reproduz práticas discursivas que revelam ressentimento e recalque em relação ao sujeito Vinícius Júnior, pois mostra-se contraditório ao não criticar outros atletas por dançarem nas comemorações de gols e por atacá-lo em sua condição humana, esquecendo-se do futebol ou até mesmo da dança.

Haroche (2001, p. 338) enfatiza que o ressentimento “se exprimirá não em relação a seus superiores, mas sob a forma de desprezo, de raiva odiosa, obstinada e sistemática ao inferior, ao fraco, ao marginal em relação às hierarquias sociais e políticas [...]”. Desse modo, ao atacar aquele que historicamente foi marginalizado, o ressentido age para que permaneça inferiorizado. Isso pode constatado, visto que Vinícius Júnior, à época do acontecimento, apresentava bom desempenho esportivo depois de alguns anos sem alcançar os resultados esperados por sua equipe. No momento em que se inicia o seu sucesso, é preciso feri-lo na intenção de pará-lo e mantê-lo nas camadas consideradas abaixo daquelas que são prestigiadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho se constitui a partir da observação do funcionamento das práticas discursivas que inferiorizam os sujeitos negros no futebol e, assim, produzem saberes que fortalecem as práticas racistas em toda a sociedade local. Para tanto, foram mobilizados diferentes conceitos estudados por Michel Foucault em seus estudos discursivos. A aplicação desses conceitos permitiu a análise de enunciados conectados através de redes enunciativas, considerando, assim, o primado do enunciado numa análise discursiva.

Ademais, pudemos constatar a recorrência de três regularidades discursivas presentes nas relações de poder em que se inserem o atleta negro Vinicius Júnior e os demais sujeitos que compõem o futebol espanhol, desde torcedores a dirigentes, jogadores, técnicos e empresários. Observamos que os enunciados retomam discursos de animalização, desumanização e desmoralização dos atletas negros, dando continuidade à forma de objetivá-los como pertencentes a uma posição de inferioridade, atuando, assim, na manutenção das relações de poder que os induzem a atitudes de subserviência.

Observamos, também, a discursivização das emoções, o ressentimento e o recalque, na produção enunciativa analisada. Foi-nos possível comprovar que certos membros da sociedade não suportam ver negros em posição de destaque e utilizam-se de ataques como forma de mantê-los em posições e lugares de inferioridade. Além de utilizarmos os conceitos de Michel Foucault, exploramos as reflexões tecidas por Haroche (2001) para analisar as emoções materializadas nos discursos de ressentimento e recalque que produzem a objetivação dos sujeitos atletas negros na Europa.

Diante do exposto, este estudo prevê a possibilidade de se alinhar a outros que surjam como uma forma de expandir a visibilidade das estratégias de resistência traçadas por sujeitos atletas negros na luta para que as leis sejam executadas e que aqueles que cometem crimes de racismo sejam devidamente penalizados. Assim, este texto é também uma forma de luta para que a voz das pessoas negras chegue também no espaço acadêmico, que ainda é pouco acessado por eles. Por fim, esperamos poder assistir mais frequentemente a manifestações como as de Vinicius Júnior que, ao resistir bravamente, baila sobre o recalque dos racistas e afirma-se na posição de sujeito de destaque e conquistas no futebol.

ARTIGO RECEBIDO A
29/04/2023
ARTIGO APROVADO A
19/07/2023

REFERÊNCIAS

- Courtine, J.-J. (2014). *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. EdUFSCAR.
- Deleuze, G. (1992). *Conversações*. Editora 34.
- Filho, M. (2003). *O negro no futebol brasileiro*. Mauad.
- Foucault, M. (2008). *A arqueologia do saber*. Tradução Luis Felipe Baeta Neves (2a ed). Forense-Universitária.
- Foucault, M. (2009). O Sujeito e o Poder. In: H. L. Dreyfus, & P. Rabinow, *Uma trajetória Filosófica. Para além do humanismo e da hermenêutica* (2ª ed.), Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Forense Universitária.
- Haroche, C. (2001). Elementos para uma antropologia política do ressentimento: laços emocionais e processos políticos. In: S. Bresciani, & M. Naxara, *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Editora da Unicamp.
- Sousa, K.M (2017). Das condições de possibilidade dos discursos em Michel Foucault: uma breve análise do presente. In: A. Fernandes Júnior, & B. G. Stafuzza (Orgs). *Discursividades contemporâneas: política, corpo, diálogo*. Mercado de Letras.
- Stafuzza, G. B. (2018). Dos diálogos de Ulisses, de James Joyce: o discurso religioso católico carnalizado na literatura joyciana. In: E. L. PIRIS, I. C. M. de Azevedo (Org.). *Discurso e argumentação: fotografias interdisciplinares* (vol. 1, 1ª ed) (pp. 199-215). Grácio Editor.

O discurso fundamentalista cristão no Governo Bolsonaro: uma análise de enunciados do Twitter

The Christian fundamentalism in Bolsonaro government: an analysis of Twitter utterances

COSTA, SANDSON DE SOUZA
sandson314@gmail.com

Mestre em Ciências da Linguagem
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil

SILVA, FRANCISCO VIEIRA DA
francisco.vieiras@ufersa.edu.br

Doutor em Linguística
Universidade do Federal Rural do Simi-árido, Brasil

PALAVRAS-CHAVE:
Fundamentalismo religioso;
Discurso político;
Regimes de verdade;
Ressentimento; Democracia.

RESUMO: Este artigo examina a atualidade das práticas discursivas que articulam o religioso ao político com o objetivo de analisar as condições de possibilidade de emergência do discurso fundamentalista cristão no Governo Bolsonaro materializado no *Twitter*, no período de 2018 a 2022. Para tanto, teórica e metodologicamente, mobilizaremos uma arqueogenealogia das relações de saber e poder que inscrevem essas discursividades no interior de confrontos sociais, sob a ótica dos Estudos Discursivos Foucaultianos. Recortamos do nosso arquivo para composição do *corpus* de análise seis enunciados veiculados por bolsonaristas que circularam na plataforma *Twitter* em 2018-2022. Como problemática relevante, o bolsonarismo se constitui, estrategicamente, manifestando formas de racionalidade e correlações de força que atravessam a esfera política com a crença em valores morais absolutos. Na economia desses discursos, emergem práticas fundamentalistas que tornam visíveis uma vontade de verdade alicerçada na universalidade dos saberes produzidos no exercício do poder, ameaçando a experiência democrática no Brasil. Dialogamos com as teses de Nietzsche (2009) e Sloterdijk (2019), mobilizando categorias como regimes de verdade, ressentimento e ideal ascético.

KEY-WORDS:
Religious fundamentalism;
Political discourse;
Truth regimes;
Resentment; Democracy.

ABSTRACT: This article examines the current discursive practices that articulate the religious with the political with the objective of analyzing the conditions of possibility of emergence of the Christian fundamentalist discourse in the Bolsonaro Government materialized on *Twitter*, in the period from 2018 to 2022. methodologically, we will mobilize an archeogenealogy of the relations of knowledge and power that inscribe these discursivities within social confrontations, from the

perspective of Foucauldian Discursive Studies. We cut out from our archive to compose the corpus of analysis six utterances conveyed by Bolsonarists that circulated on the Twitter platform in 2018-2022. As a relevant issue, Bolsonarism strategically constitutes itself, manifesting forms of rationality and power correlations that cross the political sphere with the belief in absolute moral values. In the economy of these discourses, fundamentalist practices emerge that make visible a will to truth based on the universality of knowledge produced in the exercise of power, threatening the democratic experience in Brazil. We dialogue with the theses of Nietzsche (2009) and Sloterdijk (2019), mobilizing categories such as regimes of truth, resentment and ascetic ideal.

1. INTRODUÇÃO

Uma das emergências mais preocupantes no século XX é o advento da devoção militante no interior das grandes tradições religiosas (Armstrong, 2001). Esse movimento ficou conhecido, popularmente, como *fundamentalismo*. As manifestações de fé religiosa em práticas radicais no âmbito social e político assustam e chamam a atenção para um estado de preocupação nas implicações do exercício democrático da atualidade. No desenvolvimento da modernidade¹, a sociedade tem que lidar com os valores e tradições religiosas que construíram o alicerce moral no Ocidente. Para Sloterdijk (2019), Deus é a maior fonte de seguro da humanidade e o secularismo provoca pressão no exercício de poder hegemônico religioso, que por sua vez, perde espaço na globalização. Estes enfrentamentos deslocam paradoxos com consequências destrutivas e o fundamentalismo é um dos seus efeitos mais agravantes.

Na conjuntura política brasileira, a presença do discurso religioso manifesta demasiada recorrência a práticas fundamentalistas por parte da extrema direita, atingindo seu ápice com o bolsonarismo. O apelo ao discurso religioso na esfera política ganha força nas últimas décadas e ocupa espaços expressivos (Burity, 2018), como é o caso da Frente Parlamentar Evangélica que hoje conta com um número mais alto de representantes do que em qualquer outra época². Com o surgimento de Bolsonaro como candidato a Presidente da República nas eleições de 2018, a extrema direita enxerga a possibilidade de expandir o exercício de poder aos moldes pastorais de governo, tomando um contexto crítico e de crises diversas como palco propício para eleger seu representante.

Numa articulação de racionalidades conservadoras, coadunando com o neoliberalismo junto ao discurso religioso, a campanha articulou esses três vetores e criou uma atmosfera de campo de batalha entre os valores cristãos de direita e da esquerda, dos governos anteriores.

1. Entendemos a *modernidade* a partir da tese foucaultiana de que no fim do século XVIII, perdemos a ilusão do fundamento absoluto do conhecimento: a emergência do Iluminismo.

2. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54010>>. Acesso em: 23 jun. 2022.

São discursos que ressoam nas atitudes políticas que visam produzir uma noção radical e universalista acerca do que se concebe por “bom” ou “ruim” para o funcionamento das instituições públicas e, da mesma forma, para designar as condutas aceitáveis ou não, através de uma *vontade de verdade* baseada na moral e doutrina fundamentalista. Isto, considerando que, para Santos (2014), os fundamentalismos são teologias de acordo com as quais a revelação é concebida como princípio estruturante de organização da sociedade em todas as suas variadas dimensões. A revelação da verdade está ligada a uma forma de escrituralismo, o que implica dizer que a organização da sociedade e da política deve seguir a interpretação literal dos textos. Esse contexto, por exemplo, dá condições de possibilidade de aparição ao slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, que demarcam os posicionamentos políticos e valores defendidos na empreitada bolsonarista.

Dentre as pautas mais debatidas por essa relação discursiva estão a moral e religião, noções de família, mulher, gênero e questões de sexualidade (Almeida, 2019). Quanto ao tema *aborto*, projetos de lei contrários a essa pauta – que diverge da visão cristã conservadora – bateram recordes³. Os modos de subjetivação que compõem as minorias são o alvo desses discursos que flertam com o neofascismo (Piovezani; Gentili, 2020), na medida em que há a construção de uma narrativa na qual esses grupos considerados minoritários representam um mal a ser eliminado em nome dos princípios cristãos e da integridade pública. Para Armstrong (2001), os fundamentalistas elaboram um plano de ação na luta para ressacralizar o mundo. Trava-se, então, uma guerra escatológica em meio à atuação política, fazendo uso de um discurso muni-do do irredutível religioso, para delimitar qual a conduta social adequada.

Observamos nesses acontecimentos a movimentação de estratégias discursivas que visam impor aquilo que, com base numa instituição da verdade, seria o ideal para a sociedade – isso,

3. Nessa matéria sobre a questão estão reunidos dados estatísticos quanto ao crescimento de projetos antia-borto: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/09/14/projetos-de-lei-aborto-camara-dos-deputados.htm>>. Acesso: 17 out. 2022.

Foucault (2011) coloca como sendo um *regime de verdade*. Nesse sentido, o discurso fundamentalista toma como ferramenta para mobilização de massas, de ideias radicais e excludentes, o campo de atuação política. Como afirma Ferreira (2020, p. 61):

Para que esse posicionamento seja legítimo, é construída toda uma performance em torno da maneira como o debate será travado. Os atores religiosos passam a se apropriar de toda uma série de recursos próprios do ambiente político, na qual códigos, linguagens e toda uma gramática performática são construídos e acionados para defender juridicamente uma concepção religiosa, através de uma roupagem política.

Considerando esse contexto, com vistas a lançar um olhar sobre a articulação religião-política na atualidade brasileira, este trabalho objetiva analisar as condições de possibilidade de emergência do discurso fundamentalista cristão no Governo Bolsonaro materializado no *Twitter*, no período de 2018 a 2022. Fundamentados nos Estudos Discursivos Foucaultianos, mobilizaremos como lente teórico-metodológica, o que se concebe por arqueogenealogia. Para tanto, dialogamos com as teses de Nietzsche (2009) e Sloterdijk (2019), mobilizando categorias como regimes de verdade, ressentimento e ideal ascético.

Como dimensão transversal ao nosso *corpus* de análise, constata-se a percepção de que está em curso a instituição de uma política de segregação e exclusão num processo de criação de um campo de batalha que “oferta” a defesa e ataque a determinados valores morais no domínio social. Com efeito, instauram-se o pânico moral e acontecimentos radicais, que trazem consigo consequências perturbadoras à democracia (Rocha, 2021). *Fundamentalismo* é um termo que tem sido mobilizado com frequência no debate público. É certo que o termo remete a casos fundantes, cuja conceituação está diretamente ligada a agentes e conjuntura sócio-históricas bem específicos. No entanto, o emprego desse termo não se limita aos eventos originários e permeia os diversos contextos sociais na atualidade. Nesse sentido, as emergências históricas

do uso do termo, permitem-nos colocar, em função de análise do presente, as condições de possibilidade de irrupção de sua utilização, não em referência à sua origem, mas em relação ao que com ele se articula e se ressignifica, reverbera, e, embora dispersas, faz-se possível encontrar nelas regularidades.

2. ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: ARQUEOGENEALOGIA

Nos próximos tópicos, empreitaremos uma arqueogenealogia do discurso fundamentalista e, na medida em que nos debruçamos sobre suas descontinuidades, dispersões e caracterização de um modo geral, trataremos de fazer um movimento de afunilamento para as questões que concernem à proposta da nossa pesquisa: a emergência do discurso fundamentalista na conjuntura da atualidade brasileira, com vistas a analisar essa produção discursiva no atravessamento que constitui a relação política-religião, suas dispersões e exercício do poder nas esferas sociais e condução do Governo Bolsonaro. Posto que tanto o campo político quanto o religioso oferecem uma gama de relações demasiadamente complexas, nosso objetivo aqui é lançar luz sobre o cenário nacional e procurar entender o que há de fundamentalismo na racionalidade política da extrema direita bolsonarista na relação saber-poder, na nossa atualidade.

A arqueogenealogia foucaultiana busca compreender quais as regras de produção a que um grupo de enunciados obedece e a forma em que este grupo torna uma cadeia de acontecimentos em objeto do discurso (Foucault, 2017). Isso implica dizer que o discurso é uma articulação de enunciados⁴, regida por condições específicas de possibilidade, que versa sobre acontecimentos e constrói saberes. Nesse sentido a arqueogenealogia quer compreender a circunstância em que um determinado saber se fez necessário num dado contexto histórico. Foucault (2017) usa a metáfora da arqueologia justamente porque um arqueólogo delimita as condições, o campo de possibilidades em que um objeto pode emergir. Nesse sentido, o que diz respeito à

4. O enunciado é o elemento fundamental e constituinte do discurso, uma vez que, para Foucault (2017), o discurso é constituído por um conjunto de enunciados que possuam uma relação uns com os outros.

5. Para Foucault (2017, p. 157), o domínio dos enunciados é articulado segundo *a priori* históricos, caracterizado por diferentes positivities e escandido por formações discursivas distintas. É preciso compreender, “na densidade das práticas discursivas sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos”. A todos esses sistemas que regem o enunciado Foucault dá o nome de *arquivo*.

nossa investigação, buscaremos demarcar essas regras de funcionamento às quais os discursos fundamentalistas obedecem, com base nos acontecimentos sócio-históricos que permitem seu surgimento e, da mesma forma, compreender que tipos de saberes e práticas são produzidos nos enunciados em recorte no nosso arquivo⁵.

Desse modo, não queremos analisar a forma ou estrutura dos discursos, queremos compreender as condições que possibilitam sua aparição. Para a delimitação desse campo de possibilidades, faz-se necessário situá-lo em sua instância histórica, no instante de sua irrupção dentro de determinadas relações de poder (Foucault, 2021). A arqueologia busca compreender a forma específica em que um discurso é produzido em uma determinada época – isto para se abdicar da ideia de saberes/verdades universais e colocá-los como produção histórica: as palavras mudam de natureza, os sentidos possuem sua própria condição de aparição histórica nada linear (Foucault, 2017). A genealogia, por sua vez, toma essa noção de descontinuidade para desconstruir o caráter de “origem” das coisas, dos essencialismos, que fixam meios para exercícios de poder (Foucault, 2021). Portanto, trataremos o fundamentalismo, não como um discurso, movimento ou categoria analítica que foi estabelecido de forma progressiva e contínua na história, mas devemos pensá-lo, com suas transformações, as rupturas com esses ou aqueles determinados saberes, seu modo de funcionamento e, com isso, as produções históricas que possibilitam acontecimentos singulares na nossa atualidade.

3. A GUERRA ENTRE FORÇAS DO BEM E DO MAL

O uso do termo *fundamentalismo* tem sido comumente associada a discursos com entonações islamofóbicas desde o acontecimento de *11 de setembro*. Contudo, seu berço é no cristianismo. Segundo Armstrong (2001), os primeiros a resignificá-lo foram os protestantes estadunidenses que começaram a denominar-se fundamentalistas para demarcar divergência com protestantes

liberais, visto que, no seu discurso, estes distorciam a doutrina cristã. Esse discurso foi difundido, inicialmente, a partir de uma publicação intitulada *The fundamentalists: A Testimony to Truth*. O objetivo era designar o *fundamental* do cristianismo, a partir de uma interpretação literal do texto sagrado e estabelecê-la como a base da fé cristã: A infalibilidade das verdades dispostas nas escrituras – em oposição à autoridade do discurso científico, histórico ou filosófico –, a criação *ex nihilo* por Deus, veracidade dos milagres, crucificação e ressurreição para remissão dos pecados, seu retorno iminente para julgar e governar o mundo. O movimento se voltava particularmente, em oposição às teorias evolucionistas e o seu ensino nas escolas (Santos, 2014). Para estes protestantes, ser fundamentalista não era insulto.

Emprega-se, nesse sentido, o termo *fundamentalismo* em relação a movimentos religiosos que têm o caráter reformador. O que não é satisfatório, visto que é generalizante. O significativo *fundamentalismo* encontra sua reverberação e se dispersa de acordo com cada conjuntura em que emerge. Isso implica a necessidade de um exame na especificidade da mobilização do termo nas várias maneiras em que é empregado. Como fenômeno moderno, o termo *fundamentalismo* “[...] é associado uma *reação antiliberal, violenta ou antagonística*, a uma tentativa *integrista* de reconquistar o controle da vida social contra os avanços da biopolítica, da equalização de condições e da pluralização social” (Burity, 2018, p. 43).

Armstrong (2001, p. 7) classifica como “formas de espiritualidade combativas, que surgiram como reação a alguma crise. Enfrentam inimigos cujas políticas e crenças secularistas parecem contrárias à religião [...] como uma guerra cósmica entre as forças do bem e do mal”. Com isso, os fundamentalistas não veem esse confronto como uma batalha política convencional, mas trata-se de uma reação àquilo que, segundo seu discurso, oferece risco às suas crenças e valores morais. Estão, portanto, temerosos por serem aniquilados, buscam fortalecer sua identidade

através do “resgate” de determinadas doutrinas e práticas do passado. Esse discurso de batalha espiritual está sempre presente no discurso do bolsonarismo. É o caso da postagem da deputada Carla Zambelli (PL):

Figura 1 - Postagem da deputada Zambelli, 2021

Fonte - <<https://muitainformacao.com.br/post/43505-zambelli-com-para-disputa-entre-bolsonaro-e-lula-a-luta-de-jesus-contra-o-diabo>>. Acesso: 10 jan. 2021.



A luta do bem contra o mal nunca ficou tão evidente!

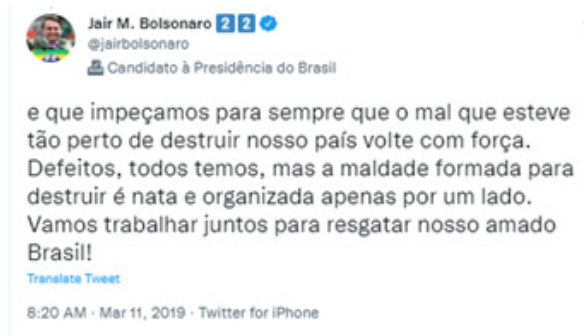
#BolsonaroPresidenteAte2026



A postagem de Zambelli mostra uma produção antagônica das figuras de Bolsonaro e Lula. Por um lado, Lula, o representante da esquerda segura a mão do diabo, criando a ideia de que este é seu guia e portanto, o país será guiado pelo diabo caso Lula vença as eleições. Nota-se que ele está sozinho com seu guia e, logo abaixo, à esquerda, há o símbolo do comunismo. O fogo do inferno na imagem representado é também o vermelho da bandeira comunista. Por outro

lado, Bolsonaro é guiado por Jesus, estão lado a lado, seguidos por uma multidão – o povo está com ele – e por entidades divinas logo acima. Mais abaixo, à direita, está a bandeira nacional a qual o bolsonarismo tomou para si como símbolo de patriotismo. Sua postagem convida os seus seguidores a fazer uma escolha, uma escolha na luta entre o bem e o mal. Esse discurso de batalhas cósmicas sendo travadas no meio social foi demasiado recorrente nas campanhas de 2018 e de 2022. A crise se instaurava entre o Governo Bolsonaro e a ameaça aos valores cristãos por parte da esquerda, que também ameaçavam, em seu discurso, a sociedade brasileira.

O protestantismo norte-americano, durante a Grande Guerra, apavorou-se e tornou-se fundamentalista (Chauí, 2006). Eles consideraram qualquer conflito que emergisse como um prenúncio apocalíptico: a matança em grande escala só poderia ser anúncio do fim dos tempos (Armstrong, 2001). Havia conferências sobre as profecias bíblicas do livro de Apocalipse, tudo indicava que as previsões estavam se concretizando. Com a Revolução Bolchevique que fez do comunismo ateu uma ideologia do Estado, era o Império Romano revivido que traria o governo do anticristo. Observando esses acontecimentos, os protestantes adquiriam consciência política e agora a batalha era pelo futuro das civilizações, eles se imaginam na linha de frente combatendo as forças diabólicas. Nisso, encontramos uma regularidade com o anticomunismo⁶ na formação discursiva⁷ do fundamentalismo no bolsonarismo.



6. Segundo Rocha (2021, p. 51), o anticomunismo é uma regularidade no discurso bolsonarista: “ataca-se o comunismo, denuncia-se a doutrinação nas escolas, alveja-se o feminismo, anuncia-se o caos com a eventual legalização da maconha, celebra-se o empreendedorismo, defende-se a força policial, nega-se o conflito de classes, alveja-se Paulo Freire: uma enciclopédia do reacionarismo que chegou ao poder em 2018”.

7. Para Foucault (2017, p. 47), “no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*”.

Figura 2 - Postagem de Bolsonaro em seu perfil pessoal, 2019

Fonte - <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1105065879555985409>>. Acesso: 25 set. 2022.

8. Tweet completo: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1105065879555985409>>. Acesso em: 25 set. 2022.

No enunciado podemos perceber essa movimentação discursiva, na qual Bolsonaro faz menção ao seu discurso de que há uma doutrina ideológica de esquerda que enaltece o socialismo no “ambiente acadêmico”, e que este prioriza “a conquista de militantes políticos”⁸. Em seguida aponta que uma das prioridades do seu governo será “quebrar o ciclo da massa hipnotizada”. Para isso, reforça que o mal, isto é, a “ideologia de esquerda”, o Governo PT, representava a maldade que se organizava para destruir o país. Portanto, segundo seu discurso, faz-se necessário trazer o Brasil de volta aos tempos em que o socialismo não era enaltecido. Ora, o discurso fundamentalista evoca uma relação constituída pelo absoluto, porque se imaginam portadores da verdade irreduzível. Essa relação produz o conflito em detrimento do diálogo e da multiplicidade, construindo a figura do Outro como um agente do mal. A eles é atribuída a depravação, a ignorância e são tidos como o Mal e o Falso. Nesse sentido, a política cede lugar à violência discursivizada como purificação social, os políticos aos agentes/intérpretes da vontade/verdade divina.

4. DA MORTE DE DEUS AO RESSENTIMENTO RELIGIOSO

O fundamentalismo, como vimos, caracteriza-se como um movimento reacionário aos movimentos de transição do pensamento humano que passa, pouco a pouco, da rigidez da fé, da universalização das ideias, assim como da segurança inquestionável sobre a verdade das coisas, para as transformações e rupturas que seguem desde a emergência do Iluminismo na Europa e, posteriormente, em todo o Ocidente. Percebeu-se que o mundo não era governado por leis fundamentalmente irreduzíveis. Havia a possibilidade de criação, de modificação da forma como vemos as coisas. Viram diante de si uma série de invenções e desenvolvimentos, como na medicina, a racionalização da agricultura e dos modos de governar, que conseqüentemente trouxeram consigo mudanças quanto à visão social: noções sobre o homem, sua relação com a natureza e reflexões sobre a verdade.

Toda essa inversão, daquilo que antes se acreditava, ocasiona demasiada comoção na base das tradições religiosas, provoca vertigens que miram o abismo da insegurança, na medida em que se coloca sob questionamento a interferência de forças divinas na vida daqueles que acreditam. Eventos acionados, por exemplo, por Galileu (1564-1642) e seu geocentrismo, Newton (1643-1727) e sua *Philosophie Naturalis Principia*; Descartes (1596-1650) com o *cogito ergo sum*, inserindo os moldes da filosofia moderna; como Kant (1724-184) inaugurando o Racionalismo; Locke (1632-1704) pensando o liberalismo, o empirismo, apostava na separação da igreja e Estado; além dos eventos da revolução industrial que viabilizaram o desenvolvimento urbano e tecnológico. O efeito que resulta de todos esses acontecimentos provocou o que Nietzsche (1844-1900) caracterizou de *morte de Deus*.

A noção de *morte de Deus* é uma das características mais importantes da modernidade no que diz respeito às ciências. Essa expressão aparece na filosofia de Nietzsche no fim do século XIX. Deus, aquele que outrora foi a resposta para as grandes angústias da humanidade, agora, não nos serve para tal propósito. Para Nietzsche (2012) essa forma de interagir e pensar com o mundo, intensifica-se com o surgimento do cristianismo. A fé cristã trouxe consigo a ideia de um Deus infinito e incontestável e irredutível: era somente através deste Deus que se chegaria a uma verdade. Ao diagnosticar a morte de Deus, Nietzsche quis apontar para o fato de que o próprio pensamento moderno, o racionalismo, ao afirmar que é tão somente através razão que se pode revelar a verdade, determina que não haveria mais necessidade de Deus. Contudo, se Deus está morto, como há tanta pressão religiosa no mundo contemporâneo? O próprio Nietzsche pode nos responder: “Deus está morto; mas, tal como são os homens, durante séculos ainda haverá cavernas em que sua sombra será mostrada” (Nietzsche, 2012, p. 138).

Todas essas implicações provocam uma forte pressão nos símbolos religiosos e consequentemente, na vida social de cada indivíduo. Com efeito, criam-se os espaços de discussão e de emergência de embates discursivos que se reverberam, ascendentemente, dispersando-se em todas as fronteiras impostas pela modernidade, ao ponto de gerar campos de batalha violentos. Ao se interditar a presença religiosa na produção e estabelecimento dos discursos e saberes que compõem as noções pelas quais se tomam decisões quanto ao agir político e público, o que resta é o *ressentimento*. Os discursos de cientificidade rompem com o apelo ao divino para se dizer o que é certo ou errado, o que é bom ou ruim para a sociedade e, com isso, a hegemonia religiosa perde validade.

O ressentimento, segundo Nietzsche (2009), é uma das condições mais perigosas ao homem. Essa condição parece ser recorrente na modernidade. A moral do ressentido nasce da incapacidade de encontrar saídas outras para sua condição de paralisia. Em sua incapacidade de agir, o tipo ressentido tende a se tornar cada vez mais incapacitado e em sua busca frustrada por afirmação de si, recorre a táticas desesperadas, tomando atitudes excêntricas em busca de descarregar de uma vez todas as suas energias. Inertes pelas forças interiores e exteriores, a mágoa, a raiva, o ódio e a ira tomam consciência e a dor contamina o ressentimento (Nietzsche, 2009). O ressentido, em sua incapacidade de esquecer aqueles que o ofenderam, não supera a dor e persiste a sede de vingança.

A questão que gostaríamos de desenvolver postas essas explicações é a relação do ressentimento com o fundamentalismo. O fundamentalismo cristão ocidental preocupa-se com a crise de fé e a perda da validade de seus princípios: nos EUA diversos movimentos “tornam-se grupos de pressão fazendo campanha por toda uma gama de questões de políticas públicas como o aborto, a homossexualidade, o ensino da teoria da evolução nas escolas, a ameaça do

‘secularismo humanista’ (Santos, 2014, p. 65). O argumento principal é de que a modernidade *traiu* a moral cristã. Para Nietzsche (2009), o cristianismo potencializa a *paralisia* e, portanto, dá condições de emergência ao ressentimento.

Se voltar-se para um outro mundo, oposto e exterior, para então atuar com absolutismo, é um elemento próprio do ressentimento, o cristianismo se vale dessa cosmovisão em sua própria condição em pelo menos duas perspectivas: enquanto a valoração de atitudes constitui uma conduta adequada pelo discurso moral cristão e represália de forças e de potência em negação deste mundo em detrimento do além, ao mesmo tempo, cria-se a reação a tudo o que pertence a esse mundo. Trata-se de um dizer Sim ao plano sobrenatural e um dizer Não ao plano terreno. Nega-se este mundo, portanto, tudo o que vem dele é ofensivo, profano.



Figura 3 - Postagem do pastor Marco Feliciano, 2019

Fonte - <<https://twitter.com/marcofeliciano/status/1202227523993718784>>. Acesso em: 17 set. 2022.

O ponto mais alto do ressentimento são os ideais ascéticos (Nietzsche, 2009). O acabamento é realizado pelo sacerdote ascético. Os ideais ascéticos são aquela racionalidade que coloca a vida contra ela mesma em busca de dominação da vida em si. Padres, pastores reverberam essas práticas. O sacerdote ascético consiste em aproveitar-se de todo sentimento de culpa para tornar os doentes inofensivos, em seu discurso, ele administra os remédios para que o homem

da modernidade possa suportar sua dor. Na figura 3 o pastor Marco Feliciano materializa esse ressentimento do sacerdote ao atacar formas de existência, de conduta e de pensamento que se opõem aos valores ascéticos do cristianismo. Para ele, essas subjetivações são, pela esquerda, a própria “encarnação do mal”. Para isso, distorce realidades, cria a ideia de que há embates aos seus valores, ao passo que aponta a si mesmo e seus pares como defensores da sociedade (leia-se *sociedade cristã*).

Na década de 2010, os evangélicos tiveram considerável sucesso com o declínio da influência do Governo PT no debate das questões públicas, pontua Pleyers (2020). O pastor Marco Feliciano, em 2013, foi nomeado para a Comissão dos Direitos Humanos e Minorias na Câmara dos Deputados. A eliminação da cartilha anti-homofobia⁹ das escolas pela pressão dos deputados evangélicos em 2011 foi outra das suas vitórias – resposta à “ideologia de gênero”, como se referem de costume. Nisso, os evangélicos operam, não somente de forma reativa, mas também graças ao caráter conservador ativo, destinado a definir suas pretensões com base legal (Almeida, 2018).

Tais ideais na modernidade, quando são exauridos do domínio hegemônico social, buscam agonisticamente, não apenas se manter vivos, mas exigem sua posse novamente e, para isso, reconfiguram-se, por outros meios, se inscrevem na criação de lutas, com vista a alcançar a posse da verdade. Da verdade que o faz se manter vivo, a verdade que faz manter as tradições ocidentais vivas. Tradições essas que se traduzem na expressão cristã dos valores, do comportamento civil, das racionalidades que operam a vida em sociedade e a própria noção de mundo. É nesse campo incrivelmente vasto que se situa o ressentimento religioso – e também político. A modernidade constrói o palco para a ira fundamentalista. O ideal ascético percebeu que as verdades hora tidas como imortais, são passíveis de morte e isso fez com que o desejo pela sua permanência gerasse ressentimento: inicia-se a busca por vingança.

9. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/215309-pres-sao-de-bancadas-faz-governo-cancelar-kit-sobre-homossexualidade/>>. Acesso em: 20 out. 2022.

Na sociedade alicerçada pelas concepções de existência do cristianismo, as revelações divinas, as quais os mortais em posse da escritura sagrada, circunscrevem-se como visão de mundo. Percebe-se, assim, que é necessário ter pressa e uma pressa que anseia antecipar, pela impaciência da fé e na busca pela eternidade, a emergência do fim no agora. Os ativistas religiosos do ressentimento e da vingança encontram na revelação do fim uma verdade, a qual devem defender para reafirmar-se. “Aquele que aceita esse tipo de mensagens como verdades pode convencer a si mesmo de que está participando antecipadamente da grande visão a partir do fim” (Sloterdijk, 2019, p. 10). Isto é, ao se dar conta de que há um fim aqui mesmo para as coisas últimas, só resta investir na antecipação da vida eterna. Nessa ansiosa agonística, graças ao ideal ascético, a transcendência não permaneceu, a palavra santa não permaneceu completamente vazia e Deus continua permeando os espaços neste mundo. É nesse sentido que, a doutrina cristã, pretende proteger o flanco aberto de Deus para o futuro – o desejo de conversão do mundo, com o Iluminismo, fracassou, e é por isso que o mundo moderno se firmou. Agora cabe à modernidade lidar com aquele que foi lançado na rejeição e que agora anseia pela eternidade de suas verdades aqui mesmo: o ressentido.

De acordo com Sloterdijk (2019) a teologia cristã mais recente, sobretudo a teologia protestante, se converteu à abertura do futuro da modernidade e taciturnamente reconfigurou as suas narrativas cósmicas. Ora, é o discurso de que Deus está morto aqui no mundo, mas continua a observar: em seu estado de morte, Deus deduz reivindicações aos vivos. Nestes se condensa o ressentimento e o laço entre aqui e o além-mundo se dá pela culpa. O mal-estar do ressentido na modernidade não provém apenas da renúncia, “provém antes do peso imposto pelo olhar hostil” (Sloterdijk, 2019, p. 36) do secularismo. Cria-se um sistema de carência recíproca: Deus depende do homem e, este, por sua vez acredita depender de Deus.

Figura 4 - Postagem de Damares Alves, 2022

Fonte - <<https://twitter.com/damaresalves/status/1551288038231314432?lang=en>>. Acesso em: 17 jan. 2023



10. “Vós sois o sal da terra. Ora, se o sal se tornar insofocável, com que salgaremos? Ele não servirá para mais nada, senão para ser jogado fora e ser pisado pelos homens. Vós sois a luz do mundo. Não pode ficar escondida uma cidade construída sobre um monte” (Mt, 15:13-14).

Damares materializa esse discurso em uma postagem, na qual coloca a missão em que os filhos de Deus têm de se levantar como a luz do mundo, como o sal da terra, fazendo uma referência a Mateus 5:13-14¹⁰ no qual Jesus pede que se faça o bem para que sua luz brilhe diante dos homens. É a memória do chamado do próprio Jesus que está sendo evocada para fazer o bem. O termo *levantar* implica um sentido de imposição ante a alguma coisa. Na sequência, o enunciador dá sentido à publicação, ao falar da eleição em curso e de sua importância – a nível global. O que quer ser dito é que os “filhos de Deus” têm de se levantar na guerra do bem contra o mal. O bem, visto seu posicionamento político, é sua empreitada política contra as forças do mal. O alvo desse sentido de mal, pode ser encontrado na *hashtag* logo abaixo do texto *#ComunismoNuncaMais*. Além disso, pela *hashtag* seguinte, aponta que esses filhos obedientes à palavra de Deus estão se levantando, *#PeloBemDoBrasil*. Fazer o bem, nesse sentido, é se levantar contra o comunismo. Essa vontade de fazer o bem pelo país é também enfatizada

pelo uso da bandeira no ombro da ex-Primeira Dama, que, segundo Damares, abençoa a nação. Mais uma vez, o discurso bolsonarista se produz em defesa da sociedade e do bem. Para Weber (2013, p. 138)

O mundo existe para servir à glorificação de Deus e a esse propósito somente. O cristão eleito está no mundo apenas para aumentar a glória de Deus pelo cumprimento dos Seus mandamentos, no melhor de sua capacidade. Mas Deus requer realizações sociais do cristão porque Ele deseja que a vida social deva ser organizada de acordo com os seus mandamentos, e de acordo com aquele propósito.

Portanto, a atividade do cristão no mundo é, não só a de reafirmar sua glória, mas de buscar os meios pelas quais se pode transformar a sociedade com base nos mandamentos divinos. Na modernidade, no mundo criado por Deus, não existe mais um *fora*, um além-mundo: a batalha apocalíptica descrita nos textos e tão ansiada não pode mais esperar, o fim deve acontecer agora, no discurso cristão, ele já está acontecendo. É preciso preparar-se, é necessário convocar os exércitos e montar o fronte. O diabo – o secularismo – domina e conquista cada vez mais terreno; e os soldados precisam recuperá-lo. Deus está morto e é preciso ressuscitá-lo, é preciso agir em seu nome. O ideal ascético é seu *modus operandi*; o ressentimento é o combustível de seus tanques: é preciso vingar-se. Dito de outro modo: as práticas radicais que emergem das sombras do Deus morto, ocasionadas pela modernidade, têm como efeito, uma forte onda de reações em vários níveis e em diversas esferas sociais. Em decorrência disto, o discurso religioso, tomado pelo ressentimento coletivo que a historicidade inscreve no sentimento dos fiéis contemporâneos, impôs a fatalidade do seu fim e, esse fim, foi interpretado com o crepúsculo de seu Deus e de seus ídolos. A rejeição da vida mortal apressa a vinda da vida eterna; a única alternativa é a reação, é reagir. O testemunho de si próprio como verdade divina possibilita o choque do irreduzível. Esse é o berço do fundamentalismo.

5. FUNDAMENTALISMOS À BRASILEIRA

O crescimento veloz da igreja evangélica que dispersa a hegemonia católica é bastante notável no Brasil. De acordo com o IBGE¹¹ em 1980 o catolicismo se constituía de 89% da população brasileira. Desse momento até o último censo, em 2016, o número despencou: as vertentes pentecostais e neopentecostais agregaram números consideráveis, somando 22% de toda a população brasileira. A estimativa é de que superem os católicos nas próximas décadas. Dentro desse contexto expansivo de evangélicos, o Brasil vem passando por processos, que no campo político da nova república, têm ocasionado perdas de conquistas de direitos que acabam por consolidar forças – que agem pelo fundamento da moral cristã – que se esforçam para conter, restringir e fazer retroceder direitos garantidos pela constituição. Almeida (2017) denomina esses processos de *Ondas Conservadoras*. Nelas, cria-se uma linha de força e (contra)ataque na disputa pela moralidade social, na qual os discursos mais recorrentes dos religiosos conservadores radicalistas produzem a ideia de que se faz necessário uma contenção dos avanços seculares na conduta e nos valores morais que se colocam antagonicamente à sacralização da família e reprodução da vida.

Segundo Pleyers (2020) o espaço deixado pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), interrompidas pelo movimento progressista católico, deixou um cenário propício para o avanço do neopentecostalismo. As CEBs tinham uma função fundamental na inscrição do cristianismo dentro das lutas políticas e no engajamento social, com o que ficou conhecido como *cristianismo da libertação*. Em todo caso, ao inserir a fé e doutrina cristã dentro desses movimentos, pouco a pouco, o lar das famílias e a vida de cada indivíduo foram introduzidas ao evangelho. Voltando-se para as práticas de libertação à luz do cristianismo, o que se via em tais movimentos eram práticas de militância religiosas. No entanto, toda essa conjuntura muda com

11. Disponível em: <http://www.pesquisas.org.br/wpcontent/uploads/2017/08/perfil_e_opinio_dos_evangelicos_no_brasil.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

uma transformação geral que aconteceu no Vaticano: a ocupação de cargos importantes de líderes conservadores na igreja. Com essas mudanças, a igreja católica passou a perder espaço em diversos setores sociais, tais como em favelas e subúrbios (Almeida, 2017). Foi então que o neopentecostalismo plantou suas sementes e passou a ocupar os espaços deixados. Nessas localidades, as igrejas neopentecostais assumiram – ou outorgaram a si mesmas – a missão de educar a população das favelas, que acabaram por se tornar pequenas incubadoras de militantes conservadores, cuja visão religiosa os levava a defender as questões concernentes à moral pública e, em particular, a moral associada à sexualidade, como o aborto, casamento, homossexualidade.

No Brasil, o fundamentalismo cristão adotou algumas singularidades, embora se possa associá-lo aos princípios gerais do fundamentalismo mundial, ou mesmo do fundamentalismo estadunidense, que é de onde os evangélicos brasileiros absorvem os ideais e discursos moralistas (Pleyers, 2020). Aqui, o apelo pentecostal, por exemplo, não se dá, *grosso modo*, como proposta para adesão a confissões públicas de doutrinas específicas, mas pela promessa cumprida de fortalecimento de vínculos com a comunidade e afirmação de sua dignidade e seu reconhecimento por parte do Estado, seu discurso busca a legitimação de suas práticas de fé (Burity, 2018). A projeção política tem por efeito a construção de uma voz autônoma que rendeu frutos palpáveis, alcançando um ponto de inflexão no Governo Dilma, no qual esse segmento evangélico se tornou uma frente de coalizão em relação a temas de ordem moral. Nesse sentido, a inserção de evangélicos, sobretudo pentecostais, na política institucional não deve ser compreendida apenas como efeito demográfico, há um impulso significativo em direção ao ativismo político com predominância conservadora (Almeida, 2018).

Figura 5 - Postagem de Clarissa Tércio, 2022

Fonte - <<https://twitter.com/clarissatercio>?lang=en>. Acesso em: 17 jan. 2023



Para compreendermos a relação entre a igreja e a política é necessário que se leve em consideração alguns pontos: nem todos os evangélicos são conservadores, católicos e evangélicos históricos praticantes da Teologia da libertação não compactuam das ideias mais conservadoras do evangelismo, por exemplo, mas o fundamentalista se diz conservador; há uma disputa na orientação social acerca das condutas morais; outro caso é a heterogeneidade quanto à noção de política – enquanto alguns querem a participação e chegam mesmo a votar somente em cristãos, outros veem a política como algo mundano, negando então o exercício político (Pleyers, 2020). Na figura 5 vemos a postagem da deputada federal Clarissa Tércio¹²(PP)¹³, na qual afirma que os seus valores são inegociáveis, que representa e defende a direita conservadora. Na imagem, há o pedido para que se vote não em deputados cristãos, mas “apenas em deputados terrivelmente cristãos”. Nesse sentido, faz uma menção direta ao conservadorismo e, ao passo que aponta seus princípios como inegociáveis e por ser cristã, oferta-se como esse sujeito terrivelmente cristão, visto que se trata de uma panfletagem de sua campanha.

12. Eleita em 2018 no Estado de Pernambuco e mais uma vez candidata para as eleições de 2022.

13. O Partido Progressistas, de centro-direita, resulta de uma fusão entre grupos que eram ligados com a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), o partido governista da ditadura militar brasileira.

O discurso do *terrivelmente cristão* é uma estratégia que se dá justamente por ser baseado na verdade irreduzível do fundamentalismo cristão que tem a bíblia como fundamento moral para o conservadorismo, o qual é utilizado para petição de votos na missão de tornar o país numa nação, tais quais seus valores, *terrivelmente cristã*. Terrivelmente cristão, nesse caso, é o cristão que não negocia seus valores. Vale salientar que, na campanha de 2022, viam-se denúncias de pastores forçando, por meio de punições divinas e medidas disciplinares¹⁴, seus fiéis a votarem em Bolsonaro e a lhe concederem seu apoio político. Por sua vez, empresários ameaçavam com demissão os seus empregados¹⁵. Considerando o domínio associado que o enunciado evoca sobre o uso da expressão, é importante lembrar que em 2019 Bolsonaro afirmou que um dos ministros que ele indicaria para o Supremo Tribunal Federal seria “terrivelmente evangélico”. Ainda salientou que o Estado é laico, mas o povo era cristão e esse espírito deveria estar distribuído em todos os poderes. André Mendonça toma posse desse cargo, apontando ser esse sujeito terrivelmente evangélico. Ele destacou que por ser um “bom calvinista”, o mérito das conquistas não é seu, mas da ideologia do sucesso presente na teologia da prosperidade de movimentos religiosos evangélicos. Em seu discurso, acrescentou: “é uma passo para o homem, mas na história dos evangélicos do Brasil é um salto”¹⁶, apontando o compromisso em representar os ideais do grupo evangélico no STF. Esse discurso passou a ser usado por diversos pastores e políticos nas eleições presidenciais de 2022, reverberando-se e ressignificando-se para o *terrivelmente cristão*, como uma forma de não agregar apenas evangélicos, mas toda a população cristã.

Os pentecostais e neopentecostais protagonizaram o cenário político da América Latina no decorrer das últimas décadas (Pérez Guadalupe, 2019). Pentecostais tinham a missão de evangelizar e batizar o maior número de pessoas possível. Esse movimento ficou conhecido com o batismo pelo espírito santo, que por meio desse falavam a língua dos anjos, representando o dia

14. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63209750>>. Acesso em: 19 out, 2022.

15. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/10/14/reuniao-de-empresarios-para-convencer-empregados-a-votar-em-bolsonaro-e-investigada-em-sc.ghtml>>. Acesso em: 14 out. 2022.

16. Disponível em: <<https://setemargens.com/a-promessa-terrivelmente-crista/>>. Acesso em: 21 dez. 2022.

de pentecostes citado na passagem bíblica. Essa vertente nega a vida no/do mundo, sobretudo, as práticas que destoam da fé cristã. Nisso, os pentecostais, historicamente, têm criticado o comportamento “irresponsável”, criticam o hedonismo e o materialismo dos não evangélicos. “A consequência disso é a visão de um futuro que enfatiza o conflito no mundo, com o propósito de não ser por ele contaminado” (Pérez Guadalupe, 2019, p. 47; tradução nossa).

Os neopentecostais, de outro modo, fazem, até certo ponto, um movimento conciliador com a realidade do mundo. A título de exemplo, eles não negam o consumismo – admitido pela Teologia da Prosperidade –, e podem até mesmo tender a serem mais flexíveis com algumas formas de conduta fora da doutrina da igreja. De toda forma, as duas vertentes acabaram por iniciar uma batalha pela legitimidade, ou credibilidade, da perspectiva de suas interpretações das escrituras.

A nova visão de mundo que emerge com o neopentecostalismo faz uma inversão de valores, agregando a racionalidade neoliberal e afirmando, a partir da teologia da prosperidade, que todo o ganho financeiro significa a benção de Deus. Sloterdijk (2019) chama esse processo de *americanização da fé*. O reconstrucionismo feito no neopentecostalismo, que se inicia com evangelismo norte-americano na década de 1970, “tem como alvo se inserir na esfera política para incorporar uma demanda de cidadãos na sua agenda religiosa, mas parte da lógica de ganhar poder” (Pérez Guadalupe, 2019, p. 49). Portanto, a reconstrução dos ideais e das interpretações totalmente novas dos textos sagrados, almejam tanto a ampliação de agregação de fiéis quanto à representação no poder político, no poder social. Há, nesse sentido, um caráter utilitarista à hegemonia da racionalidade do neoliberalismo.



Figura 6 - Postagem de Carlos Bolsonaro, 2020

Fonte - <<https://mobile.twitter.com/CarlosBolsonaro/status/1231194650553311232>>. Acesso em: 22 out. 2022.

No enunciado representado na figura 6, Carlos Bolsonaro mostra seu ex-ministro da Educação Abraham Weintraub, que foi escolhido por indicar parelhamento com o Governo bolsonarista e se mostrar contra a doutrinação marxista na educação básica e nas universidades federais. Para Weintraub, o país gastava demais com educação e tem indicadores educacionais de um país pobre e, por isso, começou uma série de cortes de investimento na educação¹⁷ com a ideia de um modelo de bolsas com base na meritocracia, conforme materializado na postagem. Essa ideia econômica neoliberal torna-se uma ferramenta na batalha contra a esquerda em vigor no país anteriormente: eles “celebram o esforço e o mérito individuais, e opõem-se, por exemplo, a políticas públicas e sociais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família dos governos Lula e Dilma” (Almeida, 2017, p. 13).

E é nesse ponto que a Teologia da Prosperidade se mostra extremamente relevante para o discurso político, na medida em que esta se baseia em um ideal meritocrático, em detrimento de políticas públicas como o Bolsa Família. Pode-se, por exemplo, desmerecer todo o benefício

17. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/weintraub-admite-ser-corte-r-926-milhoes-do-orcamento-da-educacao-remanejados-para-pagar-emendas.shtml>>. Acesso em: 23 jan. 2023.

social que projetos como esse podem oferecer. Ora, se a condição financeira reflete as bênçãos divinas, o Estado, com a implantação deste tipo de projeto, só estaria exibindo a incapacidade de aproximar-se de Deus. Seria então apenas pelo trabalho, com o esforço individual, que se pode garantir sucesso financeiro e, conseqüentemente, espiritual. O sentido desse discurso é de menos Estado na distribuição dos benefícios e mais atitudes de empreendedorismo:

Se, no nível individual, o discurso religioso procura gerar disposição para o empreendedorismo, no plano da política institucional, muitos agentes políticos evangélicos militam declaradamente por uma agenda liberal [...]. Terras e almas são bens em disputa que articulam diferentes atores do Congresso Nacional (Almeida, 2018, p. 181).

A teologia da Prosperidade é uma maneira de legitimar, pelo discurso religioso, a economia capitalista e as desigualdades sociais que resultam daí. “Partindo do pressuposto de que Deus quer que o ser humano seja próspero, considera que este é incapaz de o ser por si próprio, sendo Deus o princípio legitimador da riqueza e do enriquecimento” (Santos, 2014, p. 68). Contudo, parece-nos que o foco principal é a conduta moral, a conduta social. E aqui não se trata de disputar a preferência social sobre essa ou aquela pauta moral: “diz respeito a institucionalizar essas pautas e adequá-las à legislação pelo poder político” (Almeida, 2017, p. 18). Foi desse modo, que, por exemplo, o ECA¹⁸ se tornou motivo de disputa ideológica na agenda da Bancada Evangélica, na tentativa de incluir o feto no direito à vida. A negação do aborto, o Estatuto da Família, deu-se em relação à normatização do casal hétero ao passo que se objetivava a revogação da proibição do tratamento da homossexualidade como doença e se visava uma cura para a homossexualidade.

18. Estatuto da Criança e do Adolescente.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em concordância com o objetivo desse artigo, analisamos as condições de possibilidade de emergência do discurso fundamentalista no Governo Bolsonaro materializadas em publicações no *Twitter* no período de 2018 a 2022. Para tanto, mobilizamos uma arqueogenealogia da racionalidade fundamentalista que mostrou que a hegemonia do religioso no exercício de poder político havia perdido espaço e relevância nas decisões sociais com o nascimento da modernidade e isso limitou os cristãos às suas igrejas, ocasionando ressentimento. O ressentimento gera o desejo de vingança, a universalidade da sua vontade de verdade pede que esse desejo seja posto em prática.

O prenúncio do fim dos tempos e a ameaça do mal fazem com que os cristãos mais fervorosos se apressem quanto à volta do seu Deus. Deus precisa voltar no momento da crise que se instaura. Ele pede que seu exército aja agora: a guerra deve começar. Esses acontecimentos, de forma mais geral, deram condições de aparição ao militante radical religioso político, no nosso caso, o fundamentalista político. As intenções desse grupo de indivíduos inscrevem, na conjuntura social da atualidade, a vontade de retorno da hegemonia cristã na condução de decisões políticas e na conduta social.

Na caracterização dos discursos fundamentalistas nas práticas bolsonaristas em nossas análises, identificamos atitudes reacionárias e radicais quanto ao secularismo. É mobilizada uma transferência de crenças e valores religiosos alicerçados na universalidade da verdade cristã e para confrontos político-sociais estabelecem rejeição, discursos de ódio e exclusão de pautas morais que não se encaixem na norma padronizada pela extrema direita bolsonarista.

Dessa forma, o ataque a grupos minoritários ou condutas consideradas inadequadas é explícito no discurso fundamentalista em curso no Brasil. É construído um ambiente social no qual ocorre uma guerra cósmica entre forças transcendentais: o mal, os inimigos políticos que têm valores conduzidos pelo Diabo, contra os filhos da luz, que se levantam para salvar o país das garras desse inimigo, os bolsonaristas, guiados por Deus. É necessário, pois, que haja representantes políticos que defendam esses valores cristãos, sendo necessária a presença de agentes de Deus na frente de batalha, contra o mal que ameaça. Assim, deve-se votar em candidatos “terrivelmente cristãos”.

Há, ainda, na atuação do fundamentalismo na política brasileira, a presença de uma racionalidade neoliberal que é atravessada pelo discurso religioso e que materializa a teologia da prosperidade, baseada na meritocracia, na qual toda política pública de relevância social que beneficie os menos favorecidos, será vista como fracasso do Estado. Portanto, a esquerda brasileira é considerada um fracasso, um reduto do mal; esse diabo fracassa nas necessidades econômicas do país e somente pelo mérito é possível se fazer mostrar a presença e o agir de Deus.

REFERÊNCIAS

- Almeida, R. (2017). A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*, 50 (1), 1-27.
- _____. (2018). *Deuses do parlamento: os impedimentos de Dilma. Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos* (1ª ed). Editora da Unicamp.
- _____. (2019). Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos estudos CEBRAP*, 38 (1), 185-213.
- Armstrong, K. (2001). *Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo*. Companhia das Letras.
- Burity, J. (2018). *A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos* (1ª ed). Editora da Unicamp.
- Chauí, M. (2006). *Fundamentalismo religioso: a questão do poder teológico-político. Filosofia política contemporânea: controvérsias sobre civilização*. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Clacso/ Departamento de Ciência Política-USP.
- Ferreira, M. L. (2020). Evangélicos e Extrema Direita no Brasil: um projeto de poder. *Revista Fim do Mundo*, 1 (1), 46-71.
- Foucault, M. (2011). *Do governo dos vivos: Curso no Collège de France, 1979-1980: excertos*. Achiarmé.
- _____. (2017). *Arqueologia do saber* (8ª ed). Forense Universitária.
- _____. (2021). *Microfísica do poder* (11ª ed). Paz e Terra.
- Nietzsche, F. (2009). *Genealogia da moral: uma polêmica* (10ª ed). Companhia das Letras.
- _____. (2012). *A Gaia Ciência* (4ª ed). Companhia das Letras.
- Pérez Guadalupe, J. L. (2019). *Evangelicals and Political Power in Latin America* (1ª ed). National Library of Peru.
- Piovezani, C., & Gentile, E. (2020). *A linguagem fascista* (1ª ed). Hedra.
- Pleyers, G. (2020). A guerra dos deuses no Brasil: da teologia da libertação à eleição de Bolsonaro. *Educação & Sociedade*, 41 (1), 233-566.
- Rocha, J. C. (2021). *Guerra cultural e a retórica do ódio*. Caminhos.

ARTIGO RECEBIDO A
01/05/2023

ARTIGO APROVADO A
20/07/2023

Santos, B. S. (2014). *Se Deus fosse um activista dos direitos humanos*. Edições Almedina.

Sloterdijk, P. (2019). *Pós-Deus* (1ª ed). Vozes.

Weber, M. (2013). *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (15ª ed). Martin Claret.

O colecionador de exemplos: reflexões sobre o estatuto do exemplo a partir de Said Ali

The collector of examples: reflections on the status of the example from Said Ali

**DA COSTA, THAÍS
ARAÚJO**
araujo_thais@gmail.com

**MEDEIROS, VANISE
GOMES DE**
vanisegm@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE:
Exemplos; Said Ali;
Cândido de Figueiredo;
História das Ideias
Linguísticas;
Análise de Discurso.

KEY-WORDS:
Examples; Said Ali;
Cândido de Figueiredo;
History of Linguistic Ideas;
Discourse Analysis.

Docente de Língua Portuguesa na Universidade do Estado do Rio de Janeiro; coordenadora do Arquivos de Saberes Linguísticos¹; Procientista UERJ/Faperj

1. Faperj/APQ1 - Ref. Proc. E-26/211.851/2021.

Docente de Linguística na Universidade Federal Fluminense; coordenadora do Grupo Arquivos de Língua; pesquisadora FAPERJ²/CNPq³

2. Processo n.º 203.310/2017.

3. Processo no. 310517/2021-4.

RESUMO: Neste artigo, nos debruçamos sobre um duelo de titãs, cujo objeto de disputa é a língua e cuja arena são exemplos que dizem respeito à questão pronominal. Apoiando-nos no suporte teórico-metodológico da História das Ideias Linguísticas de perspectiva discursiva, lançamos mão ainda de categorizações propostas por Auroux (1998), Marcello-Nilzia e Petiot (1997) e Dias (2007) sobre exemplificação para refletir sobre a leitura promovida por um estudioso brasileiro, Said Ali, em *Questões de Português* (1911), resenha crítica sobre a obra *Os problemas da Colocação de pronomes* (1909), de Cândido de Figueiredo, estudioso português. Percorremos, na materialidade da exemplificação tecida a partir de obras de autores brasileiros e portugueses, alguns pontos de uma disputa pela legitimidade de dizer como a língua é, e recuperamos analiticamente troços, falhas, equívocos e contradições marcadas pelos gestos de leitura. Além da contribuição para estudos sobre exemplificação, nosso trabalho também contribui para a história do saber produzido sobre a língua, sobretudo no/do Brasil. Um dos resultados deste trabalho reside em expor, a partir de tal querela, como língua, conhecimento e sujeitos da ciência não estão fora da história e, portanto, da determinação ideológica.

ABSTRACT: In this article, we focus on a duel of titans, whose object of dispute is the language and whose arena are examples that concern the pronominal issue. Relying on the theoretical-methodological support of the History of Linguistic Ideas from a discursive perspective, we also make use of categorizations proposed by Auroux (1998), Marcello-Nilzia and Petiot (1997) and Dias (2007) on exemplification to reflect on the reading promoted by a Brazilian scholar, Said Ali, in *Questões de Português* (1911), a critical review of the work *Os problemas da Colocação de pronomes* (1909),

by Cândido de Figueiredo, a Portuguese scholar. We go through, in the materiality of the exemplification woven from works by Brazilian and Portuguese authors, some points of a dispute for the legitimacy of saying how the language is, and we analytically recover stumbles, failures, misunderstandings and contradictions marked by reading gestures. In addition to contributing to studies on exemplification, our work also contributes to the history of knowledge produced about the language, especially in/from Brazil. One of the results of this work lies in exposing, based on this quarrel, how language, knowledge and subjects of science are not outside of history and, therefore, of ideological determination.

...o exemplo convence mais do que a simples regra...

Said Ali (jan./1911, p. 175)

... certos textos são não somente exemplares, mas exemplaríssimos.

Said Ali (abr./1911, p. 160)

4. Publicado inicialmente na *Revista Americana* em 1911 em duas partes, apenas a primeira foi reeditada postumamente por Evanildo Bechara na década de 1970, em *Investigações filológicas*. A segunda parte somente foi acrescida cerca de 30 anos depois na terceira edição da obra, de 2006. Aqui, porém, tomamos para análise a versão de 1911.

5. Conforme Pêcheux (op. cit.), as formações imaginárias presentificam no dizer as suas condições de produção. Assim, em seus gestos de interpretação os sujeitos (locutor e interlocutor), em um mecanismo de antecipação, projetam imagens de si, do outro e do objeto do discurso. Tais imagens são determinadas pelas relações de força em jogo na formação social e constituem o que, de acordo com Orlandi (2007 [2001], p. 40), nos permite “passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos no discurso”, o que implica considerar que “o lugar do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (ibid., p. 39).

I. MAIS UMA QUERELA NA/SOBRE LÍNGUA...

Esta é uma reflexão que se volta para uma das tantas polêmicas sobre a língua no início do século XX, no caso, envolvendo dois conceituados estudiosos da linguagem: Said Ali, brasileiro, e Cândido de Figueiredo, português. Nesse embate, se a língua é o cerne da batalha, na arena se encontra a exemplificação. É, pois, sobre exemplos na relação com a regra e com a normatividade que reside nosso trabalho ao analisarmos uma das tantas produções de Manuel Said Ali Ida, a saber: “Questões de Português”, artigo-resenha de 1911 no qual tece crítica rigorosa à obra *Os problemas da Colocação de pronomes* (1909), do português António Pereira Cândido de Figueiredo⁴.

Em nosso percurso analítico, à luz da perspectiva discursiva da História das Ideias Linguísticas, buscaremos compreender a leitura empreendida do lugar de Said Ali sobre a leitura de Cândido de Figueiredo no que concerne àquilo que tradicionalmente se nomeia como colocação pronominal. Para tanto, mobilizando o conceito de formações imaginárias (Pêcheux, 2010 [1969])⁵, refletiremos como o exemplário se faz significar na obra do brasileiro e como, para ele, significa na obra do estudioso português. Antes de adentrarmos na análise, todavia, impõe-se refletirmos acerca da categorização de exemplos.

II. SOBRE A CATEGORIZAÇÃO DE EXEMPLOS

Em trabalho anterior (Medeiros; Costa, 2023 – no prelo), refletimos sobre a historicidade da categorização de exemplos no campo da História das Ideias Linguísticas, campo segundo o qual tal categoria é um “elemento decisivo para a gramatização” (Auroux, 1992, p, 67). Para esta análise, interessam as diferentes subcategorizações do que se toma por exemplo, o seu funcionamento distinto dado o comparecimento numa gramática normativa/prescritiva ou descritiva e a sua exemplaridade.

Auroux (1998) propõe três subcategorias: contraexemplo, antiexemplo e pró-exemplo. A primeira serve para contestar posições, teses ou hipóteses. A segunda, no discurso gramatical normativo, aponta para a incorreção da língua; traça, pois, a fronteira entre o que deve e o que não deve ser dito, entre o que se considera ou não normativo, como os chamados barbarismos e solecismos. A terceira se opõe ao antiexemplo, indicando a correção, e ambos significam diferentemente a depender da prática discursiva em que se inscrevem.

Marcello-Nizia e Petiot (1997), por seu turno, colocam em cena os objetos em que comparecem os exemplos, se em gramáticas tradicionais/normativas/prescritivas ou modernas/descriptivas. E assinalam que, a depender desses objetos, os contraexemplos podem, no primeiro caso, representar usos desaconselháveis, porque errados, ou, no segundo caso, indicar frases impossíveis, porque rejeitadas por falantes. Aproximaremos aqui a ponderação de Marcello-Nizia e Petiot sobre o contraexemplo do conceito de antiexemplo tal como comparece em Auroux, ressaltando com isso a flutuação dos conceitos conforme os autores e, ainda, a heterogeneidade do seu funcionamento a depender da forma material em que se inscrevem. Consideramos que, enquanto os contraexemplos, tal como formulados por Auroux (1998), servem à argumentação, os antiexemplos trabalham as margens do que se constitui como certa língua e do que a

ultrapassa, quando relacionados ao lugar do linguista nas chamadas gramáticas modernas/descriptivas, e ainda do que seria o bem dizer, afastando da língua o mal dizer compreendido como barbarismos ou solecismos, quando relacionados ao lugar do gramático nas chamadas gramáticas tradicionais/normativas/prescritivas.

Por fim, Dias (2007) assinala três ordens concernentes à produção dos exemplos: 1. elaborados pelo gramático, 2. recortados de um corpus específico e 3. extraídos de obras de escritores canônicos. Na materialidade em análise nos deparamos com os tipos 1 e 3, por isso nos deteremos a eles.

Em gramáticas que adotam o primeiro procedimento, cabe aos exemplos sustentar e dar visibilidade ao “corpo de conhecimentos que se aglutinam em torno de uma perspectiva teórica” (ibid., p. 188). Nesse caso, esse conceito associa-se ao de exemplar no sentido de peça: trata-se de “um dentre outros exemplares da língua em que se projeta uma mesma propriedade nesse corpo de conhecimento, propriedade esta que está configurada numa regra/conceito” (ibid., loc. cit.). Já em gramáticas que adotam o terceiro procedimento, o conceito de exemplo associa-se ao de exemplar no sentido de “modelo de prestígio a ser seguido” (ibid., loc. cit.). Esse seria, segundo o autor, o procedimento adotado pelas gramáticas normativas tradicionais. Ou seja, enquanto este procedimento de exemplificação se filiaria a uma prática prescritivista sobre a/na língua associada contemporaneamente ao lugar do gramático, aquele se filiaria a uma certa prática descritivista associada, também contemporaneamente, ao lugar do linguista.

III. QUANDO OS EXEMPLOS NÃO SÃO EXEMPLARES...

“Ser autor de gramática no século XIX no Brasil é assumir a posição de um saber linguístico que não reflete meramente o saber gramatical português”, afirma Orlandi (2002, p. 157). Con-

forme a autora, distanciando-se da tradição da gramática filosófica portuguesa, nossos primeiros gramáticos⁶ promovem o deslocamento da “autoridade de dizer como é essa língua” (ibid., loc. cit.), tomada enquanto signo de nacionalidade. Dá-se, assim, início à gramatização brasileira a partir da qual, processando a historicização da língua em um tempo-espaço diferente do europeu, promove-se a constituição de um saber sobre as suas singularidades.

Essa forma de autoria, porém, ainda segundo a autora, é apagada em meados do século XX em função de dois acontecimentos: a imposição da Nomenclatura Gramatical Brasileira, por meio de decreto ministerial, em 1959, e a institucionalização/disciplinarização da chamada Linguística moderna nas universidades brasileiras, a partir da década de 1960. Tem-se, assim, a transferência da autoridade sobre o conhecimento linguístico do gramático para o linguista e, paulatinamente, a naturalização da distinção entre esses dois lugares. A este passa a caber, em seu gesto de interpretação, dizer como a língua é; àquele, como a língua *deve ser*, prescrevendo a norma e a terminologia oficial.

O artigo de Said Ali em foco, como pontuamos, foi publicado no início da segunda década do século XX – momento em que, segundo a reflexão de Orlandi, ainda não havia uma “divisão estrita entre, de um lado, estudos gramaticais exclusivamente normativos, e, de outro, estudos linguísticos, decididamente apenas descritivos e/ou explicativos” (ibid., p. 199). É nesse sentido que nos interessa refletir acerca da prática discursiva a partir da qual, na materialidade em questão, o exemplário é mobilizado.

Em “Questões de português”, Said Ali ataca a exemplificação posta a funcionar na obra do gramático português, ou melhor, ataca a leitura que Cândido de Figueiredo faz da língua; o modo como recolhe exemplos e tece conclusões sobre a língua e o que propõe como regras para colocação de pronomes. Exemplos encantam, agradam, convencem – nos avisa Said Ali

6. Orlandi (2002, p. 131) considera que o lugar de autoria do gramático brasileiro que diz sobre a língua no/do Brasil é instituído no século XIX, mais especificamente, a partir da publicação da *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro, em 1881, e isso a despeito de já haver no Brasil, antes de sua publicação, gramáticas produzidas por brasileiros. Esse é o caso, por exemplo, de Antônio da Costa Duarte, autor do *Compêndio da Grammatica Portuguesa*, de 1829, primeira gramática publicada no Brasil após a independência. Assim, por essas gramáticas ainda estarem muito identificadas à tradição portuguesa, é a gramática de Júlio Ribeiro que, segundo a autora, funciona como discurso fundador da gramática brasileira justamente por promover uma ruptura com essa tradição. De acordo com Orlandi, Júlio Ribeiro, “ao recusar a tradição estabelecida por J. S. Barbosa [arte portuguesa] e ao definir a gramática como ‘exposição metódica dos fatos da linguagem’ estabelece a ruptura que será mencionada por todos os gramáticos quando querem fundar uma filiação de gramática brasileira”. Ou seja, para Orlandi, não é no

uso da sua gramática na instituição escolar, por exemplo, que reside a importância de Júlio Ribeiro, mas no “mecanismo de citação que faz dele a referência primeira”.

7. Conforme Auroux (1991, p. 81 [tradução nossa]): “Uma norma pode ser vista como uma prescrição ou regra, ou seja, um tipo de proposição reconhecível na medida em que geralmente pode ser parafraseada por uma frase introduzida por *dever*” – *Deve-se dizer... Não se deve dizer.*

no primeiro excerto em epígrafe –, mas não somente. Uma de suas funções é iluminar regras. Estas a depender da prática discursiva e do quadro teórico a partir dos quais são (re)produzidas também apresentam funcionamentos distintos. Podem, conforme Auroux (2009 [1992], p. 68), quando filiadas ao lugar da Gramática Tradicional, “ser encaradas como prescrições (diga...; não diga... diz-se...) que não possuem nenhum valor de verdade”, havendo aí uma sobreposição entre os sentidos de regra, norma e prescrição⁷, ou, quando filiadas ao lugar da Linguística Moderna, “como descrições (na língua L..., é enunciado correto; eles dizem...)”. Assim é que, para Auroux (1991, p. 81 [tradução nossa]), “o prescritivo ou o normativo se opõe ao descritivo ou constativo”.

Há, pois, entre regra e exemplo e entre exemplo e exemplaridade uma relação pressuposta que sustenta, como vimos, o exemplo como exemplar – seja enquanto modelo a ser seguido para atendimento à regra prescrita, seja enquanto peça de um conjunto de enunciados que atestam a pertinência da regra descrita (cf. Dias, 2007) – e desliza, no caso dos estudos sobre linguagem, para representação do objeto-língua. Ora, Said Ali investe, como dito, sobre exemplos de Cândido de Figueiredo denunciando que não cumprem tal função: “Os exemplos apresentados nada esclarecem; embaraçam, antes, o leitor. Cães, vigas, florestas, Lamentores, mulheres e pecados... não há meio de nos capacitarmos da sua influencia sôbre a collocação dos pronomes.” (ALLi jan/1911, p. 180) – afirma o brasileiro ao refutar a tese do português de que “varias palavras, em virtude de sua significação, se identificam com a matéria e a fôrça no sentido physico, e assim obrigariam o minúsculo pronome complemento a procurar a sua vizinhança” (ibid., p. 178).

Os exemplos de Figueiredo, em lugar de lançar luz, atordoam; é o que nos mostra Said Ali em resposta à regra por ele proposta. Seus exemplos não servem às regras tampouco para

formular regras – nos fala Said Ali acerca do que Figueiredo propõe sobre os pronomes serem atraídos por numerais:

Outra observação viciosa é a que se refere aos numerais. Suppõe o autor do nosso livro que elles atraíhem normalmente os pronomes atonos. Não poucos exemplos parecem favoráveis á regra formulada; mas como surgissem três outros a contradizê-la, não houve dúvida em os classificar de “algumas poucas, formas anormaes, que deixam prevalecer a regra. (Ali, jan/1911, p. 180).

Embora não compareçam, segundo Said Ali, na obra do estudioso português, poucos exemplos que confirmem as regras prescritas, há também exemplos que as contradizem e que são interpretados por Figueiredo como “formas anormais” que, por serem pouco numerosas, “deixam prevalecer a regra”. Dois pontos aí nos chamam atenção: 1. o deslize, na argumentação do português, entre *norma* e *normal* que faz com que aquilo que fuja à regra normativa seja significado como *anormal*; e 2. a relação tecida, na argumentação do brasileiro, entre regra e quantidade que se faz recorrente ao longo de todo o artigo: para que seja regra é preciso que se constate regularidade na língua e, para tanto, é necessário haver quantidade relevante de exemplos.

Quanto a isso, é interessante observar que, segundo Marcello-Nizia e Petiot (1977), a quantidade, assim como o posicionamento dos exemplos, também é uma característica em que gramáticas tradicionais pedagógicas e manuais linguísticos ou gramáticas modernas diferem. Enquanto naquelas é comum comparecer apenas um ou até cinco exemplos após a regra, nestes o número de exemplos, frequentemente situados antes da regra, tende a ser mais elevado. Essa distinção é atribuída ao objetivo desses compêndios: mostrar a universalidade da regra prescrita, no primeiro caso, e obter maior exatidão da regra descrita, prevendo um maior número de realizações e restrições, no segundo caso. Os exemplos aqui servem, então, como pon-

to de partida para a elaboração de uma regra (dado elaborado) que suscitará novos exemplos, possibilitando a passagem de uma estrutura a outras.

Assim, referentemente ao primeiro ponto, interessa-nos pensar em que medida isso que Figueiredo designa como “formas anormais” pode ser compreendido (ou não) como o que em Aurox comparece como exceção e ainda, pensando a relação com os exemplos recortados para confirmar a regra (pró-exemplos), em que medida pode ser tomado como antiexemplo ou contraexemplo. Já no tocante ao segundo ponto, é nosso objetivo compreender como quantidade, posicionamento e relação estabelecida entre exemplo e regra significam o lugar em que Said Ali se inscreve ao dizer sobre a língua e o lugar em que, em seu gesto de leitura, Figueiredo é inscrito.

IV. A FALTA NO EXCESSO

Projetando-se como um “complemento às gramáticas portuguesas”, o livro de Figueiredo despertaria interesse, visto que, consoante Said Ali, “O saber colocar bem os pronomes ainda continua a ser aspiração suprema de muitos dos que precisam de exprimir-se em nossa língua ou procurar defeitos na linguagem dos outros” (Ali, jan/1911, p. 175). Significada como um obstáculo ao bem exprimir-se em “nossa” língua ou como sintoma de “defeito” na linguagem alheia, a questão da colocação pronominal coloca em cena de imediato três divisões, a saber: (i) entre língua e linguagem, (ii) entre exprimir-se bem e exprimir-se mal, (iii) entre nós e os outros. Dessa maneira, cabe perguntar: de quem se fala quando se fala “nossa língua” e “linguagem dos outros”?; o que é significado como exprimir-se bem e exprimir-se mal, linguagem defeituosa e linguagem não defeituosa?; como os diferentes modos de dizer a língua e os sujeitos que a esses modos se identificam são significados em Said Ali e, a partir de sua leitura, em Figueiredo?

Como anunciado, é na exemplificação que se trava a disputa pela legitimidade de dizer como a língua é. Figueiredo (1909), em nota no livro supracitado, ironicamente agradece a Said Ali por não o ter citado em *Dificuldades da Língua Portuguesa* (1908) quando, ao tratar da questão pronominal, com ele concordava, mas apenas quando dele discordava⁸. Já Said Ali, no artigo em análise, afirma que, apesar de confessar ter lido seu livro, Figueiredo “ignora (...) a sua incontestável argumentação”, afirmando que “em Gonçalves Dias só se enxergam exemplos impecáveis e à portuguesa” (jan/1911, p. 175). Gonçalves Dias, escritor brasileiro, para Figueiredo, escreveria, em matéria de colocação pronominal, como os portugueses escrevem. Já para Ali tal descrição é equivocada porque o estudioso português apenas “menciona alguns [exemplos] que lhe servem, mas passa em silencio outros, que não lhe convêm”. (ibid., loc. cit.).

8. Diz Figueiredo (1909, p. 57 [itálico do autor]) no corpo do texto: “Um desses factos, que eu ainda não vi registados mas que tenho observado e me parecem incontestáveis, é que a disposição de membros de uma frase ou de um período pode variar, consoante a *intenção* e a *entoação* de quem fala”. E depois em nota: “Escrevia eu isto em 1906, no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro. Dois anos depois, em 1908, publicou-se no Brasil um livrinho, em que um professor, o Sr. Said Ali, já se refere à influência da *pronúncia da pausa natural*, na colocação dos pronomes. Em alguma coisa o autor havia de me dar razão, embora não me citasse. Citou-me, porém, noutras passagens do seu livro, para discordar de mim. Obrigado” (ibid., loc. cit., nota 1 [itálico do autor]). Essa nota é integralmente citada por Said Ali na segunda parte do seu artigo numa espécie de apêndice em que é trazida a historicidade das suas reflexões sobre a colocação pronominal, assinalando como marco inaugural da reflexão à luz da fonética a publicação de um artigo de sua autoria em 1895 na Revista Brasileira que foi, posteriormente, incorporado à primeira edição do livro *Dificuldades da Língua Portuguesa* (1908). A partir disso, Figueiredo é acusado de tentar calar o passado ao omitir passagens de autores citados em seu livro sobre colocação pronominal – como Júlio Ribeiro – que fazem alusão aos estudos saidalinos e ao exigir o que Said Ali coloca como “coisa difficilima”, a saber: “Reconhecemos antecipadamente como fonte de conhecimentos aquillo que alguém vae dizer dez annos depois de publicado um estudo nosso é humanamente impossivel. Mimosearmos a alguém por arrogar a si a originalidade de uma doutrina que julgamos pertencer-nos a nós, parece demasiado sacrificio. / Dous investigadores, desconhecendo um ao outro e seguindo caminhos differentes, podem chegar a resultados idênticos. Mas no caso do Sr. Cândido de Figueiredo foi tão tardio o encontro, que é licito nutrir fortes suspeitas a seu respeito” (Ali, abr./1911, p. 167). Na conclusão dessa seção de três páginas, Said Ali afirma: “Vê-se, portanto, que, quanto á observação de pag. 52 do livro *O Problema*, manda a probidade que restitua o Sr. Figueiredo o seu a seu dono; e a gloriola avocada á pag. 56, essa devia apagar-se quando tantos elementos se conspiravam para convencer o mesmo Sr. Figueiredo do seu engano” (ibid., p. 168).

Há, pois, mais uma divisão que aí se faz significar em função do recorte feito dos exemplos, qual seja, (iv) a que diz respeito aos modos como dizem os brasileiros e os portugueses.

No que concerne especificamente à mobilização do exemplário em Figueiredo, lemos, em Ali, que:

A exemplo de certos colecionadores de curiosidades, que muito se preocupam com o enriquecimento de seus museus, mas pouco entendem do valor histórico ou artístico de cada um dos objectos, o autor do *Problema* deixa-se deslumbrar em demasia pêle materialíssima questão de numero. Somma promiscuamente textos lusitanos e brasileiros, seiscentistas e modernos, e, obtida assim qualquer maioria em favor de certa collocação de pronome, passa a considerar a minoria como construcção anormal. (ibid., p. 176)

Da sequência, depreende-se um sentido de falta de metodologia que se impõe à leitura de Said Ali sobre o gesto de descrição empreendido por Figueiredo. O português deslumbra-se com a quantidade, mas em seu gesto falta critério espacial e temporal, já que “somma promiscuamente textos brasileiros e lusitanos, seiscentistas e modernos”. E, ainda que seja significado como um colecionador de exemplos, também lhe falta um critério quantitativo para recorte, agrupamento e análise do exemplário, pois, “obtida assim qualquer maioria em favor de certa colocação de pronome, passa a considerar a minoria como construcção anormal” ou, ainda, como pontuamos, apenas por conveniência, lança luz sobre alguns casos, ao passo que silencia outros. Assim, esse sentido de falta que se impõe à leitura que Ali faz da leitura de Figueiredo sobre o funcionamento linguístico implica a deslegitimação do dizer do português, visto que, do lugar de que fala o brasileiro, o seu trabalho fica “grandemente diminuído pêle falta de tino e paciência para perscrutar devidamente os textos apurados e as condições em que aparecem” (ibid., p. 175).

V. EXEMPLO SE COMBATE COM...

Exemplos. Segundo Said Ali, são vários os exemplos de que Figueiredo lança mão nas 366 páginas do seu livro. Vários também, contudo, são os que comparecem no artigo de Ali para refutar as teses do português. Uma de nossas inquietações nas leituras que fazemos de gramáticas ou de outros instrumentos linguísticos que servem à gramatização tem recaído sobre o funcionamento dos exemplos: como funcionam? Até que ponto neles se encontram ou não contraexemplos ou antiexemplos? Na materialidade em foco, diremos que, no jogo argumentativo tecido, lemos indicações várias de equívocos do pensador português – equívocos no que tange a casos indicados como de anormalidade, seja pela falta de problematização, como ironicamente denuncia Ali ao comentar a já aludida regra de Figueiredo de atração dos numerais:

A linguagem lacônica e categórica com que os três casos são deitados á margem dá a entender que nem valia a pena de citá-los. Não passam, ao que parece, de três incorrecções ou lapsos respigados, sabe Deus com que dificuldade, em três bons escriptores. (ibid., p.180)

seja pelo modo como Figueiredo interpreta, segundo Ali, os exemplos em relação à metáfora da chamada atração pronominal:

Ora, é perfeitamente inexacto o que pensa o auctor do « O Problema ». Deitou-o a perder ainda desta vez a preocupação de descobrir nos vocábulos certa força mysteriosa. É o inconveniente de tomar muito ao pé da letra o sentido das metaphoras, e o Sr. Candido de Figueiredo leva á quinta essência, como sabemos, a accepção literal disso a que, convencionalmente e por commodidade, se chamou a attracção dos pronomes atonos.

No tentamen de organizar uma lista de tudo quanto possuísse a aptidão de chamar a si as formas pronominaes obliquas, o auctor concentrou as suas vistas no primeiro termo, ou, melhor, nas primeiras palavras da oração, anteriores ao verbo, e esqueceu-se justamente do proprio verbo, o qual no fim de contas é, ao menos na linguagem hodierna, elemento tão formidável que não deixa o pronome afastar-se para longe, quer na enclise, quer na proclise. (ibid., p. 180-181)

Note-se aqui que, nos casos de anormalidade, esta é posta pelo português como da ordem da incorreção ou do lapso. Não são exceções à regra geral normativamente aceitas, mas três casos excepcionais, três desvios que não constituem a norma, o imaginário de correção, ainda que compareçam em três bons escritores. Note-se ainda que, na leitura que Ali faz de Figueiredo, ser normal ou anormal não se coloca como uma característica inerente a uma dada forma. Noutras palavras, a sua significação como normal ou anormal é determinada pelo modo como o gramático (re)produz dizeres já-ditos e em circulação no discurso gramatical nas condições de produção em questão. Há um efeito de pré-construído sobre o que se tem por “atração dos pronomes átonos” que se faz significar, diferentemente, em ambos.

O efeito de pré-construído designa, conforme Pêcheux, a partir de P. Henry, aquilo que remete a uma construção anterior, exterior (Pêcheux, 1988 [1975], p. 137). Com isso, Pêcheux ressalta o papel do “processo significante” no processo de interpelação-identificação ideológica do sujeito. O que está, conforme o autor (ibid., loc. cit.), em “jogo é a identidade de um sujeito, de uma coisa ou de um acontecimento”, e não um significado literal e pressuposto das palavras.

No caso em análise, o que está em jogo é o que se toma por “atração do pronome átono” e, portanto, a identidade daquele que se identifica a determinados sentidos e não a outros. Assim é que Figueiredo, em seu gesto de interpretação, busca organizar uma lista de palavras e expressões que poderiam exercer tal força sobre o pronome, focando nos termos que iniciam a oração, antecedendo o verbo. Esse modo de olhar o fenômeno gramatical é, todavia, para Ali, “perfeitamente inexacto” e até místico, porque busca depreender nos vocábulos “certa força misteriosa”. Para o brasileiro, o equívoco do português consiste no fato de ter tomado uma metáfora “ao pé da letra”, isto é, aquilo que só “convencionalmente e por comodidade, se chamou a atracção dos pronomes atonos”. Tal equívoco é o que promove, a seu ver, o esquecimen-

to do verbo: ou seja, para Ali, é o verbo que metaforicamente exerce o poder de atração sobre os pronomes, de tal sorte que estes, independentemente de estarem enclíticos ou proclíticos, dele não se afasta⁹.

Indo adiante, Ali volta-se sobre um dos literatos citados por Figueiredo e, identificando-se parcialmente à tese do estudioso português, salienta o que anteriormente nos referimos como uma falta de critério quantitativo para recorte do exemplário e, em seguida, debruça-se sobre os exemplos citados e não citados por ele, buscando compreender o que leva o literato a empregar ora a ênclise ora a próclise, como pode ser lido na sequência:

É certo que, achando-se no primeiro termo um numeral, tem cabimento, em muitas proposições, a proclise; mas não são nem erros, nem anomalias, nem raridades as passagens em que bons escriptores se serviram da collocação contraria. Na linguagem de Herculano respigou o Sr. Cândido de Figueiredo um só exemplo rebelde á tal regra de attracção; mas é exactamente no mesmíssimo Herculano que os podia encontrar com fartura: *os dous contendores esquecem-se de tudo quanto os rodeia* (Eur. 100); *os dous exércitos conservaram-se em distancia um do outro* (ib. 96); *os dous cavalleiros acommetteram-se com toda a fúria de rancor entranhavel* (ib. 103); *os doze guerreiros seguiram-no machinalmente* (ib. 183); *os outros oito imitaram-no* (ib. 249). Bem perto do exemplo um dos cavalleiros afastou-se (Eur. 208), consignado pêlo Sr. Cândido de Figueiredo como cousa rara, estavam outros dois, e admira que estes lhe pudessem escapar: *as duas decanias afastaram-se para os lados* (Eur. 209); *os três fugitivos encaminharam-se para o lado do campo* (ib. 205). Nas *Lendas e Narrativas* occorrem, entre outros, os seguintes: *os dous cavalleiros ergueram-se* (I, 70); *os dous campeadores voltaram-se* (I, 100); *os dous cavalleiros seguiram-lhe a pista* (II, 71); *os dous contendores viram-se* (II, 91); *os dous amavam-se como loucos* (II, 146); *uma fritada de... três ovos (um botou-se fora, porque estava goro)* (II, 234). (Ali, jan./1911, p. 181)

Confrontando os exemplos com outros em que a collocação dos pronomes é diferente, e examinando de cada vez o contexto, encontraremos a causa que determinou o nosso escriptor a preferir ora uma, ora outra collocação. Tomemos estas passagens: *duas frechas lhes sibilaram então por cima das cabeças* (Eur. 210); *Três vultos montados se dirigiram para alli* (ib. 208); *uma scena horrorosa se passava* (ib. 218, citado por C. F.); *um punhal enterrado na garganta até o punho lhe cerrara para sempre os lábios* (ib. 208). Em qualquer destes casos o sujeito é emphatico. Annuncia-se uma cousa nova e inesperada para o

9. Mais adiante, na segunda parte do artigo, ao se comentar o emprego do pronome átono com infinitivo antecedido por preposição, esse equívoco de Figueiredo volta a ser tematizado: “Labora em deplorável equivoco o Sr. Cândido de Figueiredo suppondo existir nas preposições, como em outras palavras, uma fôrça magnética, a tal ponto poderosa que exerceria a sua acção á distancia, indirectamente, saltando por cima de outros vocábulos ou atravessando-os” (Ali, abr./1911, p. 157-158). E ainda: “Sobrepondo á metaphora já admittida o sentido proprio, physico e technico, da palavra ‘attrahir’, foi o auctor do *O Problema* arrastado a generalizações impossíveis. O equivoco perturbou o olhar do colleccionador paciente e impediu-o de ver em seus textos as cousas que realmente exprimem” (ibid., p. 159).

leitor. A idéia encerrada no sujeito sobrepuja, em importância, a do verbo ou do complemento. Ora, um sujeito emphatico realça-se por meio da entoação. Nos exemplos citados o auctor fêz sobresair a pronuncia de acôrdo com a lei do contraste, pondo um vocábulo atono logo em seguida ao sujeito.

Circumstancias bem diferentes dictaram os trechos em que Herculano colloca o pronome atono depois do verbo. Ahi, o sujeito não é emphatico. Não vem surprehender o leitor. Basta o artigo em *os dous contendores, os dous cavalleiros duas decanias*, para mostrar que já anteriormente se fizera menção desses sujeitos. Semelhantemente, em um dos cavalleiros entende-se que é *um dos cavalleiros* de que já se falou. Estando em plano secundário o sujeito por encerrar idéa já conhecida, a novidade que o auctor communica acha-se na predicação, no verbo ou no complemento, ou num e noutro. E se alguma cousa ha a realçar só poderia ser a predicação. É isto o que explica a collocação em: *os dous amavam-se como loucos; os dous cavalleiros acommetteram-se com toda a furia; os dous guerreiros seguiram-no machinalmente.* (ibid., p. 182)

Nessa longa sequênciã, embora compareçam sentidos que materializam a concordância parcial de Ali com Figueiredo (“É certo que, achando-se no primeiro termo um numeral, tem cabimento, em muitas proposições, a próclise”), o operador discursivo *mas* reúne em um enunciado subjetividades e, portanto, saberes contraditórios, promovendo deslizamento de uma posição-sujeito a outra (Indursky, 1997) que se sobrepõe à anterior. Assim, enquanto Figueiredo recorta de Alexandre Herculano (1810-1877) apenas um exemplo que contraria a regra formulada, Ali encontra sete na mesma obra (*Eurico, o presbítero*) – afirmando estarem dois deles inclusive próximos ao que fora recortado por Figueiredo, o que, mais uma vez, coloca em evidência a sua falta de método – e mais seis numa outra obra do mesmo autor, totalizando treze ocorrências que corroborariam, dessa maneira, a tese do brasileiro de que o pronome proclítico ao verbo em sintagmas nominais com numerais, em posição acessória ou em posição nuclear, “não são nem erros, nem anomalias, nem raridades”.

Não satisfeito em comprovar quantitativamente a regularidade da próclise ao lado da ênclise, Ali, investindo na apreensão do que teria levado o literato português a empregar ora uma colocação ora outra, propõe uma descrição distinta a partir da consideração de critérios pragmáticos e morfossintáticos. Em seu gesto, chama-nos atenção, com Orlandi (2022, p. 154), a consideração do funcionamento da exterioridade e das condições de produção do dizer para pensar “o sentido na linguagem”.

Na materialidade aqui em análise, a exterioridade e as condições de produção se presentificam, de certo modo, na reflexão de Said Ali como “contexto”, “autor” e “leitor”: é preciso examinar o contexto em que comparece cada exemplo para que se chegue às causas do que levou o autor (sujeito do dizer) a “escolher” uma colocação e não a outra. É nesse sentido que, deslocando o olhar do numeral para o artigo, Said Ali formula que, anunciando uma coisa nova e inesperada para o leitor, o que se materializa nos exemplos por meio do artigo indefinido, “o auctor fêz sobresair a pronuncia de acôrdo com a lei do contraste, pondo um vocábulo atono logo em seguida ao sujeito”, ou seja, empregando a próclise para lhe conferir maior ênfase. Já, quando há o emprego da ênclise, conforme Ali, o sujeito, por encerrar ideia já conhecida, o que se materializa por meio do emprego do artigo definido, não é enfático e, portanto, não surpreende o leitor, o que o leva a concluir que “se alguma cousa ha a realçar só poderia ser a predicação”. Com isso, Ali convoca para sua reflexão algo que é muito caro para nós, analistas de discurso: a historicidade dos sujeitos e dos sentidos.

VI. COSTURANDO ALGUNS FIOS

Como podemos perceber, um mesmo exemplo pode apresentar funcionamentos distintos em Figueiredo e Said Ali.

Em seu gesto interpretativo, Figueiredo, lançando luz sobre o que coloca como a atração exercida pelo numeral sobre o pronome átono, elenca o que Auroux (1998) designou como pró-exemplos, para confirmar a regra formulada, e antiexemplos, para significar formas anormais, (exemplos de) incorreções ou lapsos dos escritores.

Em Ali, de certo modo considerando-se o funcionamento linguístico na sua relação indissociável com o funcionamento discursivo, o que em Figueiredo comparece como pró-exemplos e antiexemplos são tomados como pró-exemplos – uma vez que comprovam a regra apresentada de que tanto a ênclise quanto a próclise são regulares – e, ao mesmo tempo, ao lado de outros exemplos, como contraexemplos – uma vez que, dada a regularidade de ambas as colocações em um autor consagrado, refutam a tese de Figueiredo quanto à atração exercida por numerais sobre os pronomes.

Essa discrepância discursiva tocante ao modo de significar um mesmo enunciado-exemplar e de diante dele se significar é recorrente no comentário de Ali sobre o livro de Figueiredo, comparecendo, por exemplo, na descrição-interpretação da colocação pronominal em construções com o advérbio de negação *não*, como lemos em:

Normal, regular e corrente é, na opinião do Sr. Cândido de Figueiredo, o dizer-se e escrever-se: *O que se não diz – Porque me não falas? – Quando te não vejo – É para se não esquecer* – e, assim por diante, anteponto sempre o pronome à negativa *não*. As mesmas frases com a collocação contrária são “anormaes, excepcionais ou irregulares”. (Ali, jan./1911, p. 183)

É nesse ponto que se faz significar a falta do que anteriormente formulamos como critério espacial e temporal ou, noutros termos, é aí que, ao lado da historicidade dos sujeitos e dos sentidos, faz-se significar também, no gesto de interpretação do brasileiro, a historicidade da língua:

O assumpto era digno de estudo serio; nesse capitulo, porém, partiu-se de um presupposto assás discutível, e no argumentar e nas conclusões falhou o necessário discernimento. Que se tente rehabilitar uma forma algo esquecida ou desprezada, nos modernos tempos — mais, talvez, no Brasil do que em Portugal—; que se reclame para ella a mesma circulação que tem ou vae tendo a forma contraria, comprehende-se perfeitamente. Tentativas destas se fazem e se fizeram muitas vezes, embora nem sempre o exito lhes dê razão. Mas insinuar que não se diga o que realmente está em voga em muito boa linguagem literaria, parece-me um grave absurdo. A tamanho exaggêro se deixou arrastar o Sr. Cândido de Figueiredo pêlo decidido amor que vota á posposição de *não* ao pronome em todos os casos semelhantes aos exemplos supracitados. Vejamos bem. No seu livro acoima de anormaes, excepçionaes ou irregulares as formas pêlas quaes elle, individualmente, sente repugnância ou desprazer. Ora, haverá ahi alguém que em boa consciência affirme que só excepcionalmente tenha ouvido ou lido: *E isto o que não se diz — Quando não te vejo?* Estará efectivamente convencido de que isto não é linguagem corrente? Estará seguro de ter lido ou ouvido com mais frequência, com mais regularidade *Quando te não vejo — O que se não escreve — Porque nos não disseste a verdade?* Ou não lhe soarão antes estas ultimas linguagens como cousa já hoje um tanto estranha, anormal ou excepcional? (ibid., p. 184)

Inscribe-se acima, como em todo o artigo focalizado, uma disputa pelo objeto do dizer, pelo objeto-língua. Do lugar de que fala Said Ali, o estudo de Figueiredo a respeito da colocação pronominal diante do advérbio *não* não é “sério”, porque, além de partir de um “presupposto assás discutível”, em sua argumentação e nas conclusões “falhou o necessário discernimento”. Isso porque, mais do que uma tentativa de “rehabilitar uma forma algo esquecida ou desprezada, nos modernos tempos – mais, talvez, no Brasil do que em Portugal –”, qual seja, a posposição do *não* ao pronome, ou de reclamar “para ella a mesma circulação que tem ou vae tendo a forma contraria”, isto é, a posposição do pronome ao *não*, a proposta de Figueiredo representa, para Ali, um “grave absurdo” por “insinuar que não se diga o que realmente está em voga em muito boa linguagem literária”. Dessa maneira, faz-se importante assinalar que, na argumentação saidalina, o que se opõe é um posicionamento individual (portanto, não científico), exagerado, a partir do qual, por amor a uma dada forma, outra é proscrita, e aquilo que realmente comparece na “linguagem corrente” e na “muito boa linguagem literária”. Nessa

oposição, outras formas se fazem significar, situando a língua no espaço-tempo. Assim, enquanto a posposição do pronome ao *não* é filiada ao espaço enunciativo brasileiro no tempo moderno (no início do século XX), a posposição do *não* ao pronome filia-se ao espaço enunciativo português em um tempo outro, passado.

Uma última observação acerca da sequência acima: discursivamente, a argumentação, como ensina Orlandi (2007 [1992], p. 39), é o processo histórico por meio do qual as posições dos sujeitos se constituem no dizer, projetando imagens de si (efeito-autor), do outro (efeito-leitor) e do objeto. Essa projeção imaginária se dá a partir do mecanismo de antecipação, que dirige o processo de argumentação e permite que o sujeito enunciador, ao se significar/ser significado como autor, se coloque “no lugar em que o seu interlocutor ‘ouve’ suas palavras”, antecipando-se quanto aos efeitos de sentido que nele podem produzir. Assim é que, na sequência em análise, algumas estruturas inscrevem esse outro interlocutor, convocando-lhe a tomar uma dada posição frente ao objeto-língua, tais como: “Ø Vejamos bem” (sujeito desinencial de 1ª. pessoa do plural), “Ora, haverá ahi alguém que em boa consciência affirme que só excepcionalmente tenha ouvido ou lido: *E isto o que não se diz — Quando não te vejo?*” (pronome indefinido acompanhado de dêitico e pergunta); “Ø EstaráØ efectivamente convencido de que isto não é linguagem corrente?” (sujeito desinencial de 3ª pessoa, retomando “alguém aí” e pergunta); Ou não lhe soarão antes estas ultimas linguagens como cousa já hoje um tanto estranha, anormal ou excepcional?” (pronome oblíquo de 3ª pessoa retomando “alguém aí” e pergunta).

Como se nota, esse outro interlocutor de Said Ali não é Figueiredo, como se poderia supor. Figueiredo é um outro de quem se fala, e não com quem se fala. Ou melhor, seu dizer sobre a língua é tomado como objeto a ser deslegitimado para que um outro dizer legitimamente se instaure para o outro interlocutor-leitor de Said Ali. É esse outro que é convocado, ao

identificar-se ao efeito-leitor projetado, a ouvir a língua, a observá-la e a se posicionar sobre ela. Espera-se que essa tomada de posição, contudo, não seja qualquer, já que, na argumentação tecida no fio do discurso, prevê-se a inclusão desse outro em um *nós* não determinado e, posteriormente, reformulado como “alguém aí” que compartilha sentidos com o enunciador, com ele identificando-se. Nesse jogo de antecipação, o que é pró-exemplo e antiexemplo em Figueiredo muda de estatuto, é ressignificado no dizer saidalino, passando a figurar, respectivamente, como antiexemplo e pró-exemplo/contraexemplo. No quadro abaixo, sintetizamos a análise depreendida.

Regra	Exemplos (objeto-língua)	Cândido de Figueiredo (objeto = discurso sobre a língua)	Said Ali (efeito-autor)/ “nós”, “alguém aí” (efeito-leitor/ mecanismo de antecipação)
Posposição do <i>não</i> ao pronome	<i>O que se não diz/escreve Porque me/nos não falas/disseste a verdade? Quando te não vejo E para se não esquecer</i>	Normal Regular Corrente (= pró-exemplos)	Estranha Anormal Excepcional Forma esquecida ou desprezada nos modernos tempos, mais no Brasil do que em Portugal (= antiexemplos)
Posposição do pronome ao <i>não</i>	<i>O que não se diz Porque não me falas? Quando não te vejo E para não se esquecer</i>	Anormais Excepcionais Irregulares (= antiexemplos)	Muito boa linguagem literária Linguagem corrente Frequente Regular [nos modernos tempos, mais no Brasil do que em Portugal] (=pró-exemplos /contraexemplos)

Quadro 1 - Exemplos de colocação pronominal com NÃO – Figueiredo X Ali

Fonte - Elaboração autoral

Dando continuidade à sua leitura, outro efeito de falha salta aos olhos de Ali: a contradição entre o que se afirma no início do capítulo sobre a colocação do pronome ao lado do advérbio *não* e as conclusões a que o estudioso português chega ao final. Conforme Ali, Figueiredo inicia o capítulo afirmando que “ha divergência na practica corrente, e ha divergência na practica dos mestres” (Figueiredo apud Ali, jan/1911, p. 184), afirmação com a qual concorda e a qual se dedica a comprovar:

Castilho dava a precedencia ao pronome; Herculano, ao contrario, preferia collocar primeiro a negativa. Dos 22 exemplos que encontrei em todo o *Eurico*, apenas seis têm a construcção *lhes não, se não*, etc. No *Monge de Cister*, a mesma collocação ocorre 23 vezes, mas o typo contrario *não lhes, não se* apparece nada menos de 57 vezes.

Machado de Assis, a julgar pêla obra *Braz Cubas*, citada pêlo Sr. Cândido de Figueiredo, só o posso qualificar de eclecticico. Os poucos exemplos respigados pêlo auctor do « O Problema » fazem é verdade pender a balança fortemente num sentido; mas no exame minucioso a que submetti o *Braz Cubas* verifiquei que os exemplos se distribuam assim: 59,75% com precedencia de pronome e 40,25% com precedencia da negativa. Ou pouco mais de metade num sentido, pouco menos de metade no outro.

Muito instructivo é o seguinte confronto entre Herculano e Camillo. Dous dos volumes do *Monasticon* dão-nos um total de 70 casos. Em um romance de Camillo, *Estreitas Funestas* (obra consultada por Cândido de Figueiredo), verifiquei um total de 68 casos. Temos, portanto, approximadamente o mesmo numero num é noutro escriptor. Pois bem ; pêla anteposição da negativa ao pronome decidiu-se Herculano 45 vezes (cerca de 65%) e pêla construcção inversa apenas 25 vezes (cêrca de 18%). Camillo, muito ao contrario, recorreu á segunda forma 56 vezes (cêrca de 82%) e só 12 vezes (cêrca de 18%) preferiu a outra. Não pode haver maior desacordo entre escriptores, e escriptores conspicios e muito respeitáveis. Ora, se os mestres divergem e a practica corrente não é uniforme, o que era natural se aconselhasse aos estudantes seria o emprêgo tanto de uma como de outra forma. Não é caso de preceituar severamente, de propor o curso forçado de uma e a supressão ou quasi supressão da outra. [...]

As conclusões finais do capítulo, terminantes, categóricas, em dissonância com a these do começo, da qual parecia transpirar um espirito mais indulgente, foram determinadas pêla illusão funesta dos algarismos. E esta illusão nasceu de uma estatística feita pêlo Sr. Cândido de Figueiredo, trabalho interessante, mas pouco metuculoso, em que figuram como parcelas da mesma especie textos respigados em épocas diferentes e em auctores cujas tendências não são as mesmas. (Ali, Jan./1911, p. 184-185)

Como pontuamos, na argumentação saidalina, exemplo se combate com exemplo, sendo mais eficaz o golpe, quanto maior a quantidade de exemplos apresentados; afinal, quantidade também indicaria constância, regularidade na língua. Não somente isso. Porque também os algarismos podem iludir, é preciso critério e método para colher exemplares nas obras dos grandes autores e analisá-los. Assim é que, debruçando-se sobre os mesmos literatos e obras a que Figueiredo recorrera, Ali, em um movimento inicial, lança mão do critério estatístico para comprovar a divergência entre os portugueses António Feliciano de Castilho (1800-1875) e Alexandre Herculano e entre este e Camillo Ferreira Botelho Castelo Branco (1825-1890) e a quase paridade de emprego em *Braz Cubas*, do brasileiro Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908). Disso conclui que, se há divergência entre os mestres e se não há uniformidade na prática corrente, deve o gramático aconselhar as duas estruturas, e não, como faz Figueiredo, prescrever uma em detrimento da outra. Note-se que também Figueiredo lança mão do argumento estatístico, porém, sendo seu trabalhado significado como pouco metucioso por ser tendencioso no recorte e comparar textos e escritores de diferentes épocas e tendências estilísticas distintas, entende-se que o resultado da sua análise quantitativa é falho. Em seu caso, os algarismos, longe de funcionarem como provas, causam, como diz Ali, uma “ilusão funesta”¹⁰.

Como indicamos, na leitura que Ali faz de Figueiredo impõe-se um efeito de falta de método para recorte, organização e análise do exemplário. Dessa maneira, ressalta a ausência de critério para formação dos corpora: os exemplos são extraídos principalmente de autores seiscentistas ou dos séculos XVIII e XIX com propensão estilística arcaizante ao lado de exemplos extraídos de autores modernos (século XIX e XX) e situados em espaços de enunciação distintos (Brasil e Portugal).

10. Na segunda parte, Said Ali recorre novamente ao método estatístico para deslegitimar o posicionamento de Figueiredo: “É para evitar esta serie de destemperos e contradições resultantes da contagem pura em que nada mais se enxerga do que algarismos e nada mais se sabe do que sommar e subtrahir; é para não condemnar peremptoriamente casos em minoria, mas em circumstancias especiaes, é para não ensinar, em summa, a errar, a corrigir o que está certo, que o espirito critico intervém ou tem de intervir, se o methodo estatístico se applica com o intuito de obter resultados, não enganadores, mas verdadeiros e rigorosos” (Ali, Abr./1911, p. 156).

Esse efeito de falta ao longo da argumentação se desdobra, como vimos, em outros: de equívoco, de falha e também de contradição. É o que observamos no que concerne à leitura de Ali sobre a reflexão de Figueiredo sobre os chamados autores modernos. Há um efeito de contradição que se faz significar entre as teses sustentadas por Figueiredo – a de que, por um lado, há divergência na prática dos mestres e a de que, por outro, há preferência entre os autores modernos pela anteposição do pronome ao *não* – e também entre a segunda tese e a “prática” observada em determinados escritores modernos, como, por exemplo, Alexandre Herculano. É, pois, diante dessas constatações, que Ali vai assinalar a necessidade de se realizar uma estatística em separado para esse grupo de escritores.

PALAVRAS FINAIS

Muito ainda se poderia dizer a respeito da leitura que Said Ali faz da obra de Figueiredo, a quem acusa de ser “coleccionador de exemplos”, ao mesmo tempo em que, ao longo das 32 páginas da sua minuciosa crítica, vai também se constituindo enquanto tal. Isso porque esse efeito de contradição que se impõe à leitura saidalina se faz igualmente significar, por exemplo, no que respeita às teses do português sobre a “prática” de escritores brasileiros. Interessante também seria refletir acerca do deslocamento proposto por Ali em relação à chamada colocação pronominal, ao considerar como determinante de tais empregos, não apenas aspectos sintáticos, mas também estilísticos, pragmáticos, fonéticos, prosódicos, eufônicos etc.

A continuidade desta investigação, entretanto, terá de ficar para uma outra oportunidade. Por ora, contentamo-nos em assinalar que o que está em jogo na disputa pelo objeto do dizer, pelo objeto-língua, toca a questão da descrição e da normatividade – uma normatividade que põe em evidência um certo dizer *sobre* a língua, o lugar desse dizer e o dizer *a/na* língua. Toca

ainda a questão do rigor metodológico e, portanto, do que se toma, nas condições de produção em questão, como prática científica em estudos da linguagem. É nesse sentido que, num movimento de refutação das teses de Figueiredo, Ali identifica-se não a uma prática normativista/prescritivista, associada contemporaneamente ao lugar do gramático tradicional, mas a uma prática descritivista, filiada, também contemporaneamente, ao lugar do linguista. É sintoma desse movimento o funcionamento dos exemplos em seu artigo, não como modelo de bem dizer, mas, conforme visto, como peça de um conjunto de enunciados que atestam a pertinência da regra descrita.

Por fim, salientemos que as regras descritas/prescritas não são imanentes aos exemplos como se poderia supor. Diferentemente disso, o que nossa análise possibilitou observar é que, quando se fala de línguas e de conhecimento metalinguístico, fala-se necessariamente de gestos de interpretação determinados sócio-historicamente. Língua, conhecimento e sujeitos da ciência não estão fora da história e, portanto, da determinação ideológica – daí propor Orlandi (2002, p. 10) a articulação necessária e indissociável entre a “história da língua e [a] do saber produzido sobre ela”.

ARTIGO RECEBIDO A
05/05/2023
ARTIGO APROVADO A
21/07/2023

REFERÊNCIAS

- Ali, M. S. (1911). Questões de português. *Revista Americana*, V (I), 175-189 (primeira parte).
- _____(1911). Questões de português. *Revista Americana*, VI (I), 152-168 (segunda parte).
- Auroux, S. (2009). *A revolução tecnológica da gramatização* (2ª ed). Editora da Unicamp.
- _____(1998). *La raison, le langage et les norms*. Presses Universitaires de France (1ª ed).
- _____(1991). Lois, normes et règles. *Histoire Épistémologie Langage*, 13 (1), 77-107.
- Dias, L. F. (2007). Gramática e política de língua: institucionalização do lingüístico e constituição de evidências lingüísticas. In: E. Orlandi. (Org.), *Política lingüística no Brasil* (pp. 183-200). Pontes Editores.
- Figueiredo, C. (1909). *O problema da Colocação de Pronomes*. Livraria Clássica Editora A. M. Teixeira & C.a (Filhos).
- Indursky, F. (1997). *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Editora da Unicamp.
- Marcello-Nizia, C. & Petiot, G. (1977). Les exemples dans le discours grammatical. *Langages*, 11 (45), 84-111.
- Medeiros, V. & Costa, T. de A. (2023 [no prelo]). Exemplos: categorizações e procedimentos. In: V. C. Medeiros, & Costa, T. de A., *Conceitos em movimento*, Autografia.
- Orlandi, E. P. (2022). Gramática e discurso: pensamentos latentes e expressões de situação. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, 25 (49), 152-167.
- _____(2002). *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das ideias no Brasil*. Cortez editora.
- _____(2007). *Análise de Discurso - princípios e procedimentos* (7ª ed). Pontes.
- Pêcheux, M. (1988). *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Editora da Unicamp.
- _____(2010). Análise automática do discurso (AAD-69). In: F. Gadet, & T. HAK (Orgs.), *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux* (pp. 61-161). Editora da Unicamp.

Escola Sem Partido and the (real) problems of Brazilian education: an argumentative analysis

Escola Sem Partido e os (reais) problemas da educação brasileira: uma análise argumentativa

**DA SILVA, LUCAS
PEREIRA**
lucas.pereira.silva@usp.br

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa
Universidade de São Paulo

PALAVRAS-CHAVE:
Argumentação;
Escola Sem Partido;
Análise Crítica do Discurso;
Polêmica;
Educação brasileira.

SUMÁRIO: Neste artigo, temos como objetivo discutir acerca de uma estratégia retórico-argumentativa de emprego de instâncias argumentativas epistêmicas para deslegitimar as Circunstâncias Motivadoras que são constitutivas da polêmica concernente ao Escola Sem Partido (ESP). Para isso, utilizaremos um texto representativo do posicionamento contrário ao ESP que objetiva reenquadrar o Problema Prático concernente às possíveis necessidades de ação que se fazem relevantes na esfera de práticas sociais educativas. Para isso, assumiremos como pressupostos a Teoria da Argumentação, em especial, as noções de macroestruturação e de configuração funcional da argumentação epistêmica (Toulmin, 2006[1958]; Toulmin; Rieke; Janik, 1984[1978]) e prática (Fairclough; Fairclough, 2012; Gonçalves-Segundo, 2019). Mais pontualmente, assumimos os estudos sobre Polêmica (Amossy, 2017), Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2003; Gonçalves-Segundo, 2018), além da discussão cognitivo-funcional sobre o Posicionamento Epistêmico (Gonçalves-Segundo, 2020b; Marín-Arrese, 2011). Nesse sentido, identificamos uma articulação que, em primeira instância, busca questionar a validade da leitura do estado-de-coisas presente circulante no discurso de posicionamentos favoráveis ao ESP e, em segunda instância, contesta as Circunstâncias Motivadoras que justificam a proposta do ESP e que alimentam o dissenso polêmico. Isso, por seu turno, resulta em uma tentativa de reenquadrar o Problema Prático, de maneira a buscar focalizar tópicos e tematizações consideradas de suma importância para a manutenção de um sistema educativo que carece de aperfeiçoamento.

KEY-WORDS:
Argumentation;
Escola Sem Partido;
Critical Discourse Analysis;
Polemics;
Brazilian Education.

ABSTRACT: In this article, we aim to discuss about a rhetorical-argumentative strategy of using epistemic argumentative instances to delegitimize the Motivating Circumstances that are constitutive of the polemics concerning Escola Sem Partido (ESP). We use a text representative of the position contrary to the ESP that aims to reframe the Practical Problem concerning the possible needs for action that become relevant in the social sphere of educational practices. For this, we assume the Argumentation Theory, in particular the notions of macrostructure and functional configuration of

epistemic argumentation (Toulmin, 2003[1958]; Toulmin; Rieke; Janik, 1984[1978]) and practical argumentation (Fairclough; Fairclough, 2012; Gonçalves-Segundo, 2019). More punctually, we assume the studies on Polemics (Amossy, 2016; 2014), Critical Discourse Analysis (Fairclough, 2003; Gonçalves-Segundo, 2018), in addition to the cognitive-functional discussion on Epistemic Positioning (Gonçalves-Segundo, 2020b; Marín-Arrese, 2011). We identified an articulation that, firstly, seeks to question the validity of the reading of the current state of affairs in the discourse of favorable positions to the ESP and that, secondly, challenges the Motivating Circumstances that justify the ESP proposal and that fuel controversial dissent. This, in turn, results in an attempt to reframe the Practical Problem, in order to seek to focus on topics and themes considered of paramount importance for the maintenance of an educational system that needs improvement.

INTRODUCTION

1. “School without Party [...] gained strength especially after 2013, driven by the organized conservative right in Brazil. Despite declaring itself nonpartisan and without ideology, it promoted clear conservative values. For example, it sought to ban discussion on topics related to gender and sexuality in schools – considered, within the project, as partisan topics.” Available at: <<https://www.opendemocracy.net/en/democraciaabierta/bolsonaro-president-without-party-strategy-depoliticize-brazil/>>. Accessed on: 11/02/2020.

In mid-2016, still at the core of what would later be considered the first peak of attention to the Movement, the Escola Sem Partido¹ (ESP) gained notoriety for having reached the form of a Bill of Law. As a result, it became the subject of discussions in several spheres of human activity (Bakhtin, 2003), especially Educational, Political, and Journalistic. We understand, then, the importance of seeking to perceive circulating discourses about the dissent (Amossy, 2016; 2014) established in this interconnection of such spheres, especially considering the ESP as a reflection of a global movement of attempting to return the school to functions considered basic, particularly considering education in Brazil as a significantly recent constitutional achievement.

Thus, we aim to show how the article to be analyzed, as linguistic materiality, is instantiated as a reflection of voices resistant to the attempt to limit the social space occupied by the school in the Brazilian context. More specifically, how the text in question, representative of a movement that rises in resistance to the advancement of ESP at the national level, ends up allowing to identify rhetorical strategies that aim to question the legitimacy of ESP’s proposals through a reframing of the argumentative problem central to the discussion concerning education in Brazil.

For that, we use the theorization of Toulmin (2003[1958]) and Toulmin; Rieke; Janik (1984[1978]) for the analysis of the functional configuration of epistemic argument, as well as the diagramming of its macrostructure. Complementarily to that, we will assume the critical rereading and rearrangements proposed by Gonçalves-Segundo (2020a) and Gonçalves-Segundo; Isola-Lanzoni (2019) about the Toulmin model of analysis through a dialectical refra-

ming of the layout. Subsequently, we will analyze the practical argumentation, and for that we will assume the assumptions of Fairclough; Fairclough (2012), as well as the rereading of the analysis model advocated by Gonçalves-Segundo (2019). Finally, we will make the considerations about the data found, to summarize the interpretative possibilities discussed about the undertaking of argumentative strategies in the face of a polemic confrontation, especially with regard to the dispute concerning the reading of the present state of affairs that supports different perspectives regarding ESP.

1. ESCOLA SEM PARTIDO: ITS ORIGINS AND PROPOSALS

Despite having gained greater notoriety in the years of 2010s, the origins of Escola Sem Partido date back to 2003, when Miguel Nagib², lawyer, Attorney of the State of São Paulo and known as founder of the ESP Movement, was motivated to write an open letter to his daughter's teacher. This happened after an episode in which the teacher used São Francisco de Assis and Che Guevara to exemplify cases in which figures from the popular imagination would have died in the name their values. After this episode of discontent, the case had been locally discussed with the school administration, and the dispute had been solved until then.

However, supported by the premise that there could be an intention to transform the political figure into a saint when using such an analogy, an Association was created by Nagib under the justification that it was paramount "to fight against the abuse of which children are victims"³. Inspired by similar movements in the United States, such as No Indoctrination (Oliveira; Storto; Lanza, 2019), ESP originally proposes to combat what they consider political-ideological indoctrination.

2. "Miguel Nagib thoroughly backs President Bolsonaro's aims. He founded Escola Sem Partido (Portuguese for School Without Party), an initiative to stamp out party politics from the classroom. Mr Nagib blames the left-wing governments of Luiz Inácio Lula da Silva and Dilma Rousseff for what he says is the 'indoctrination' of Brazilian students." Available at: <<https://www.bbc.com/news/world-latin-america-48039435>>. Accessed on: 11/02/2020.

3. Extracted from "O professor da minha filha comparou Che Guevara a São Francisco de Assis", originally in Portuguese. Available at: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550_367696.html>. Accessed on: 03/01/2017.

The ESP Movement has as its core to propose a supposed neutrality regarding the ways of conduct in the school ambience, especially on the part of teachers and, thus, intend to intervene in the school environment, through a Bill of Law (da Silva, 2019). Over the years, ESP has taken on other causes; in addition to the initial idea proposed to fight an alleged party-political bias in the classroom environment, the incisive objection to what they call “gender ideology” gained notoriety.

The proposal of ESP underlies the establishment of coercion mechanisms in the classroom environment as channels of communication between the School and the State in order to create apparatus that provide complaints of what they call “ideological harassment”. In Rocha’s words (2020, p. 10):

The movement’s focus goes beyond the central problems of Brazilian education. Themes such as the low quality of learning in the early grades, the huge dropout rates in high school, the growing blackout of teachers, remuneration and teaching performance are not on the agenda of Escola Sem Partido [...].⁴

4. Free translation.

As time went by, movements of resistance to ESP’s proposals also attracted supporters, resulting in an attempt to re-view the discussions about the directions to be followed with regard to the constitutive needs of Brazilian educational scenario. This, in fact, ends up being a responsive consequence not expected by ESP itself, in that “it is possible that some loose ends can be tied, somehow linking these themes to the way we have thought about school” (Rocha, 2020, p. 10). That is, discourses against ESP reinforced the need to focus on more urgent and relevant problems in our educational system. Thus, the notes listed by Rocha (2020) echo criticisms that have been occurring for years, as we identified in the text to be analyzed, published in 2016.

2. THE TEXT AS LINGUISTIC MATERIALITY AND INSTANCE OF A POLARIZED POLEMIC

The text used here as a *corpus* constitutes, among others, a possible response to the polemical discussion⁵ (Amossy, 2016; 2014) concerning Escola Sem Partido; more specifically, about whether ESP, as Bill of Law, should be implemented or not. In view of being an instance that fosters and fuels the set of arguments at the system-level (Goodwin, 2020; da Silva, 2022), demarcating a social position in a discussion of a deliberative nature, we assume that the discussion undertaken textually should be understood as of a practical nature: to a greater or lesser extent, texts that feed the polemics are for or against such implementation. In addition, we observed the possibility of using epistemic argumentative instances in order to delegitimize the Motivating Circumstances of the recurring argumentation in favor of ESP, notions that will be presented in more detail below.

The text to be analyzed is situated among a network of texts (Vološinov, 1973) aimed at promoting and supplying the space for discussion and, thus, demarcating social positions that will potentially be deliberated, in fact, in the political sphere. That said, the reading of the reality that would result in Motivating Circumstances for the ESP is questioned by the arguer through a series of epistemic argumentative movements, resulting in alternative readings of the present state of affairs that constitute the educational scenario.

Thus, as the arguer presents us in the conclusion of his opinion article, by discouraging a reader's adherence to the perspective put forward by ESP supporters and which is the result of a distorted reading of the present state of affairs, the arguer undermines the reasons given to implement the ESP. It is, therefore, a perspective that ends up reframing the practical problem and, thereafter, questioning the polemic.

5. Studies of Polemics, engendered in the articulation between argumentative and discursive studies, have gained space in recent years. Amossy's research (2016; 2014), for example, seek to discuss the intrinsic valuation of such a modality, that is, the constant presence and incitement to controversy in the public media scenario.

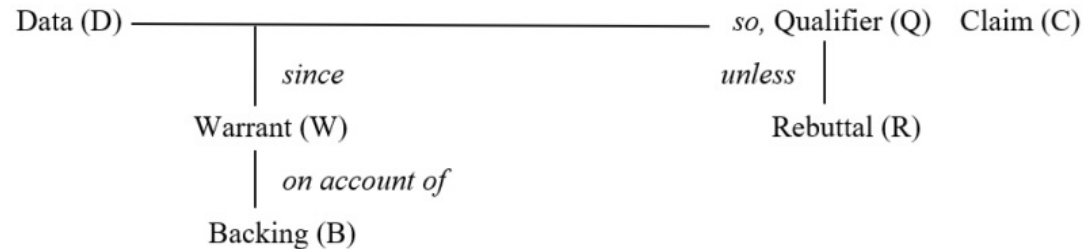
We will then proceed to discuss the assumptions about the argumentative layouts of epistemic and practical functional configuration.

3. BETWEEN THE EPISTEMIC AND THE PRACTICAL: FUNCTIONAL CONFIGURATION AND MACROSTRUCTURE OF THE ARGUMENTS

Originally proposed by Toulmin (2003[1958]) and later expanded by Toulmin; Rieke; Janik (1984[1978]), the analysis layout of the epistemic argumentation consists basically of three minimum elements: **Claim (C)**, **Data (D)** and **Warrant (W)**. The credibility of an argument would depend on the consistency of the link between **Data** and **Claim**, considering the **Warrant**, often implied, that allows the transition between the components, and that this support is strong enough to resist a **Rebuttal**.

Figure 1 - Stephen Toulmin's Layout of Arguments

Source - Toulmin (2003[1958]).



This proposal, however, lacks a dialectical anchoring that characterizes situations of argumentative interaction, marked by dissent (Amossy, 2016; 2014). Reinterpretations of the layout were proposed, in a way that they sought to integrate elements and rearrangements that could enrich the descriptive and analytical potential when considering the linguistic, cognitive and discursive points of view of the argumentative activity. Thus, the argumentative consistency would also consider the process of obtaining the participation of an auditorium in the face of a proposal to conceive reality.

For this, the notion of **Argumentative Question** presented by Grácio (2010) is relevant, as well as the development of such concept, **Epistemic** and **Practical Problems**, proposed by Gonçalves-Segundo (2020a). **Argumentative Question** is the thematic cutout of a discussion in which different possible perspectives are dialectically conceivable given the dissent that constitutes the argumentative activity. In other words, **Argumentative Question** corresponds to a thematic cutout, marked by dissent, for which there are different possibilities of response and each of these constitutes, in itself, a **Claim** – when epistemic problems –, or a **Claim for Action** – when practical problems.

Gonçalves-Segundo (2020a, p. 240) proposes the notion of **Epistemic Problem** that consists of “problems that are centered on conceptions of reality, that is, perspectives related to ways of seeing and understanding the functioning of society, nature, human behavior, semiosis, among countless other possible objects of thematization”⁶. Thus, the **Epistemic Problem** is constituted from an excerpt about a discussion of collective interest to which different responses and perspectives are possible, in the form of a **Claim** (da Silva; Isola-Lanzoni; Gonçalves-Segundo, 2021). Every **Claim** is discursively oriented, insofar as it represents a materialization of the values that underlie the linguistic constitution of a given social actor.

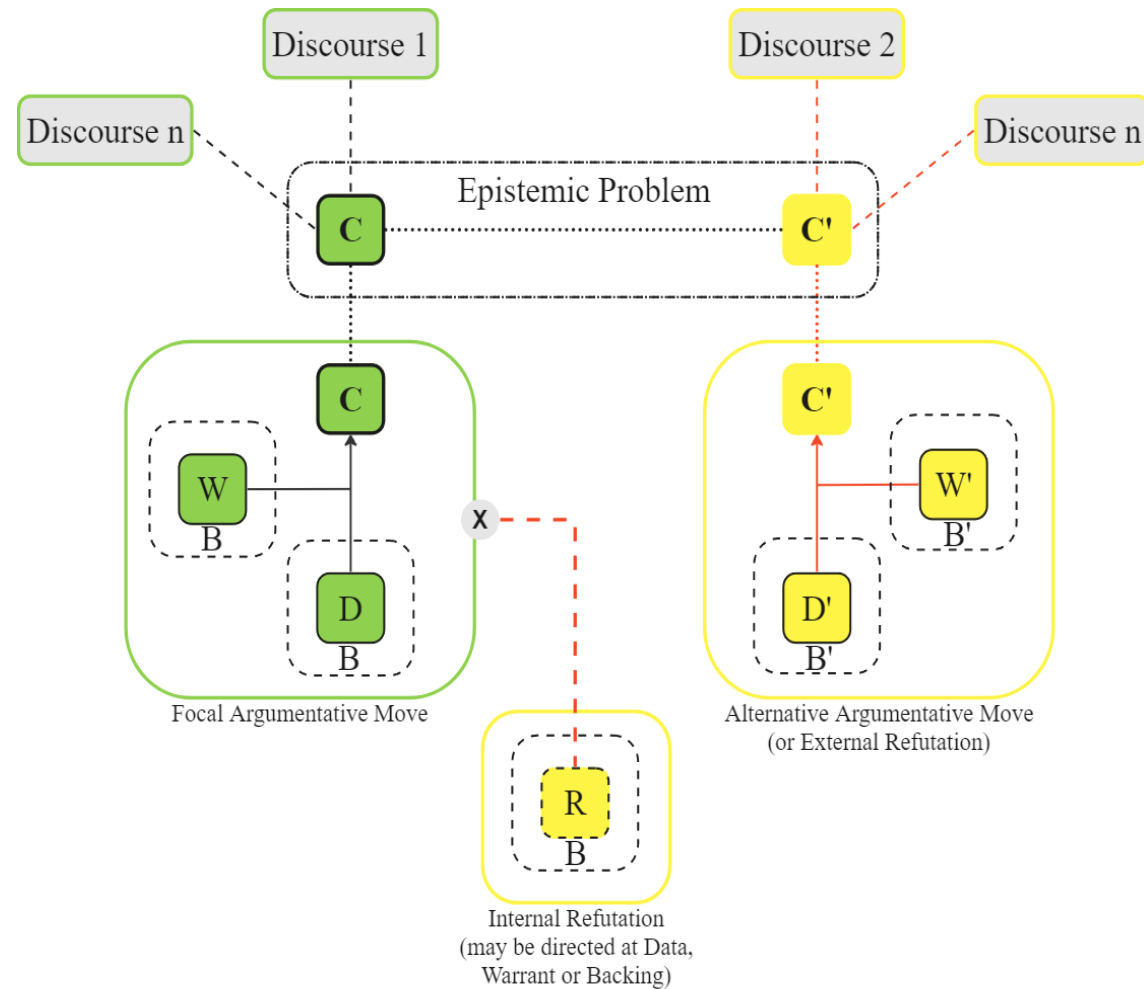
6. Free translation.

When applying this dialectical reframing to the Toulminian layout, we have Figure 2 below:

Figure 2 - Functional Configuration of Epistemic Argumentation

Source - Gonçalves-Segundo (2020a).⁷

7. Claim C with a more prominent outline consists of the Claim focused on a certain argumentative movement. Claim C' consists of the representation of other discourses that compete in the sense of proposing different conceptions of reality. The simple dotted lines represent the dialectically co-occurring Claims as possible responses to the Epistemic Problem. As advocated by Gonçalves-Segundo (2020a) and in line to studies developed by Chilton (2014), regarding the dimension of the Qualifier, it is understood that “modality is constitutive of any and all propositions, signaling their status of reality with regard to the orator’s conception” (Gonçalves-Segundo, 2020a, p. 265).



Each of the possible **Claims** presupposes, explicitly or implicitly, **Data** that support them, as well as a **Warrant** that enables the connection between such components. In addition to this dialectical reframing of the layout, Gonçalves-Segundo (2020a) and Gonçalves-Segundo; Iso-la-Lanzoni (2019) also propose a rereading through which the **Backing**⁸ element, previously conditioned to the **Warrant**, can now integrate other components of the layout – as in the **Data**, **Warrant** and **Rebuttal** cases presented in the Figure 2 above. Finally, the **Rebuttal** component is now seen as an argumentative instance that, when external, is oriented to defend the other position of the debate (C'). Internal **Rebuttals**, in turn, are oriented to attack some point of the focused argumentative movement (C), in order to reduce the acceptability and plausibility of the focused response.

With regard to the practical functional configuration, we will assume the original proposal of Fairclough; Fairclough (2012), as well as the rereading and rearrangement proposed by Gonçalves-Segundo (2019). In the field of practical argumentation, we have an argumentative activity oriented to persuasion. We understand by persuasion the activity that aims to obtain adherence by a public to decide favorable or unfavorable to a possible intervention project in the course of reality – in this case, between arguing for or against the implementation of ESP. Assuming the premise that discourses are ways of representing (Fairclough, 2003), the authors consider that these ways of conceptualizing reality are capable of giving rise to reasons for acting, seeing that different propositions are put forward as a possibility to solve the established practical problem when conflicting standpoints converge on the same focus of attention.

Practical Problems can be oriented both to the alternatives of and to the motivations for an action:

8. We will assume in this article that the Backings instanced by arguers are evidential in nature. Since it is outside the scope of this work, the discussion about the evidential instances will be punctually addressed when relevant to the development of the analysis.

In the first framework, there is a prior agreement on the Goals to be pursued and, therefore, some level of consensus on the intended future state of affairs. [...] The second framework involves a discussion on the implementation of a Claim for Action, that is, a reality change project that is guided and will be debated in the light of both (i) its pertinence, productivity, compatibility, and effects in relation to the Goals and Values of the groups involved in the interaction, which includes the ways in which they rank their priorities, as well as (ii) their pertinence, as there may even be disagreement regarding the reading of the Circumstances, that is, the evaluation of the present state of affairs. (Gonçalves-Segundo, 2019, p. 15-16)

This deliberative activity of adhering to an intervention project in the reality course proposed by an arguer is related, among other factors, to the consistency that an argumentative movement presents. This consistency is related to “the strength of the link between Values, Consequences and Circumstances that involve the Action proposed with regard to the Goals placed for deliberation” (Gonçalves-Segundo, 2019, p. 11), elements that constitute the layout proposed by Fairclough; Fairclough (2012).

As originally proposed by the authors, this possibility of solution is called a **Claim for Action**, which dialectically presupposes a **Counter-Claim**; both based on **Goals** that are, in turn, based on **Values**. The elements of the originally proposed layout are related as follows:

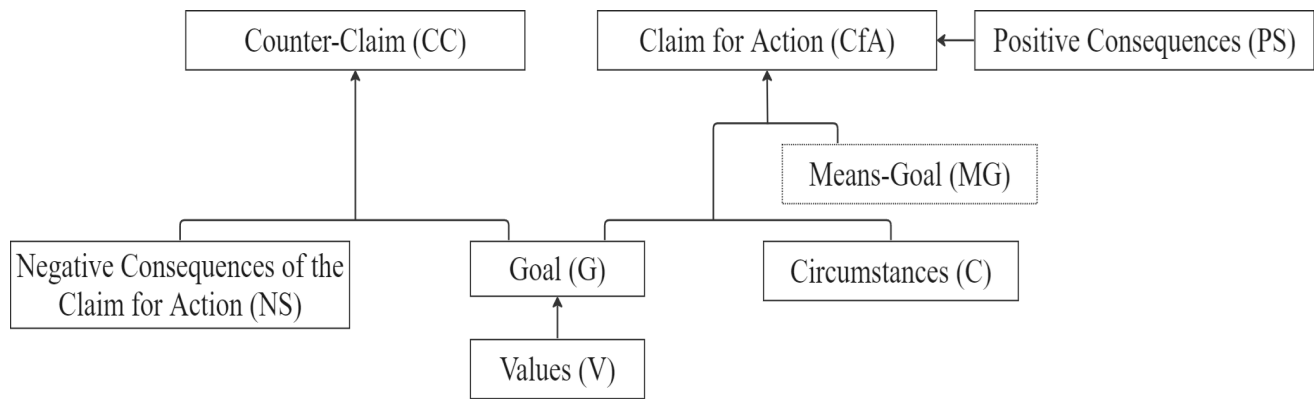


Figure 3 - Fairclough & Fairclough's Layout of Arguments

Source - Adapted from Fairclough; Fairclough (2012).

When considering the social actors that constitute the argumentative interaction of a practical nature, Gonçalves-Segundo (2019) points to the need of reconsidering the original conception of **Circumstances**. Originally, this notion, taken with the **Goals**, disregards agency and possible resistance to such an impetus for action. Gonçalves-Segundo (2019) proposes, then, a distinction between the Circumstances involved in the motivation to act (**Motivating Circumstances**) and those involved in the evaluation of which proposal to implement (**Enabling, Blocking, Adverse, and Catalyzing Circumstances**).

We are especially interested in the notion referring to the **Motivating Circumstance**; this consists of reading the present state of affairs that gives rise to the **Practical Problem** and, consequently, demands a **Claim for Action**. Reading the present state of affairs is done in a way to perspective it negatively, becoming conceptualized “as undesirable, unacceptable or, at least, improvable” (Gonçalves-Segundo, 2019, p. 123).

That said, we move on to the analysis.

4. DESCRIPTION AND ANALYSIS

The text to be analyzed, entitled *Escola Sem Partido: Doutrinação comunista, Coelho da Páscoa e Papai Noel*⁹, by Leonardo Sakamoto, consists of a knot in the network of statements that focus on the discussion about ESP. Published in June 2016, the text is in one of the significant moments¹⁰ of the media discussion about this theme.

9. The text, translated into English, can be found in the appendix section. For a better use of the analysis to be presented, we recommend reading the text in its entirety.

10. The media instances concerning ESP had peaks in July 2016 and November 2018, moments that correspond, respectively, to the final period of President Dilma Rousseff's impeachment process and the subsequent presidential election.

In terms of the structure of the discussion put forward by Sakamoto, we can observe five distinct moments. The first five paragraphs are dedicated to the contextualization of the topics listed by the arguer as motivators of the discussion to be undertaken in the subsequent paragraphs. Once contextualized, he puts forward an argumentative sequence that aims to answer the following question: WHAT IS THE (REAL) DIMENSION OF PARTY-POLITICAL INDOCTRINATION IN BRAZILIAN EDUCATION?

In the sequence, the arguer addresses the second epistemic problem, which consists of the following questioning: ARE THE ESCOLA SEM PARTIDO MOVEMENT AND BILL(S) OF LAW CONSISTENT WITH THE PROPOSALS THEY CLAIM TO DEFEND? Finally, Sakamoto dedicates himself to a moment of explanatory discussion, and then concludes his text with a reframing of the practical problem that originally supports the ESP discussion, seeking to answer the following: SHOULD THE DISCUSSION ABOUT ESP REALLY BE TAKING PLACE?

That said, we will start the analysis based on the contextualization made by the arguer and the questioning about the reading of the state of affairs put forward by the counter discourse; that is, the discourse in favor of ESP. In the first two paragraphs of contextualization, Sakamoto lists reasons that justify the initial statement that *things are getting rough in education*. Sakamo-

to itemizes problems, referring to recent events at the time, which induce the reader to revisit episodes negatively valued by the arguer and that can be understood as potentially harmful to education as a sphere of social activity:

(1) There are so many problems that you can assemble your combo: theft of lunches, schools occupied [by protesters], striking (and broken) universities, budget limit proposal threatening investments in the area, National Education Plan¹¹ completing two years with NO goals met, and so on.

Subsequently, however, Sakamoto brings to his text another perspective in order to evince it due to the relevance it has had in various spheres of Brazilian society, namely the perspective of the out-group: *judging by what is going on in the National Congress and in the media, the great evil of Brazilian education has another name: "Party-Political Indoctrination"*.

The counterpoint established by Sakamoto at the outset is relevant to the extent that this signals the outline of the problem to be discussed, as well as that, by means of a hyperbolic figure of speech – *the great evil of Brazilian education* – the writer renounces one of the possible ways of reading reality. In addition, we can perceive the passage inside quotation marks as a sign of distancing from the content conveyed, whose Status of Reality (Gonçalves-Segundo, 2020b) denounces that it is, for the conceptualizer, an *irrealis* (Chilton, 2014) perspective on the problems that affect Brazilian education.

This thematic section of the discussion is also relevant insofar as we can identify both what Sakamoto considers a real problem, especially what was exposed in the first paragraph, and what, for him, is a non-real problem.

Thus, to support the perspective that the agenda regarding the supposed party-political indoctrination does not constitute a pertinent discussion on education, the arguer brings to the

11. The National Education Plan for the 2014/2024 decade, instituted by Law No. 13,005/2014, defined 10 guidelines that should lead Brazilian education in this period and established 20 goals to be met in effect. This same law reiterates the principle of federative cooperation in educational policy, already present in the Federal Constitution and in the Law of Guidelines and Bases for National Education.

fore public figures who plead in favor of ESP, in addition to a research information about the topic under discussion.

12. Alexandre Frota de Andrade is a Brazilian politician and a former model and porn actor. A former member of the Social Liberal Party (PSL), Frota was elected Federal Deputy by the state of São Paulo in the 2018 general elections. For more, see: <https://en.wikipedia.org/wiki/Alexandre_Frota>. Accessed on: 10/20/2020.

13. Despite the choice for a prototypically perceptive verb (*show*), it is a communicative evidential since it is information conveyed through communicative means.

14. Lupa is the first news agency in Brazil to specialize in the journalistic technique known worldwide as fact-checking and was founded on November 1, 2015.

15. Law No. 12,527, enacted on November 18, 2011, regulates the constitutional right of citizens to access public information and is applicable to the three branches of the Union, the states, the Federal District and the municipalities. This Law represented an important step towards the consolidation of the Brazilian democratic regime and the strengthening of public transparency policies.

(2) The issue is the main cause of the Escola Sem Partido movement, the same one defended by one of the greatest specialists in Pedagogy (FROTA, Alexandre), in a meeting with Minister Mendonça Filho at the end of last month.

ESP is not on the list of vindications to the interim holder of MEC, as shown by the Lupa agency. Even so, the casual chat pleased the movement president, the lawyer and attorney of the State of São Paulo Miguel Nagib. See the little message on his Facebook: “I want to publicly thank Alexandre Frota for defending the Escola Sem Partido Bill in his audience with the Ministry of Education. We do not demand a good record.”

It is relevant to indicate at this point the co-occurrence of figures who are publicly known and who would, potentially, represent sources of authority. Sakamoto describes events related to the then Minister of Education and Alexandre Frota¹², a figure known for performing work in the area of adult entertainment and whose presence, therefore, would be little expected in discussions of such an order. Based on this counter-expectation, the arguer discloses to the reader the potential unpreparedness of the figure welcomed by the minister, as well as how it ended up getting attention from the ESP Movement leader. This happens by means of irony accompanied by a structure emulating a practice of academic genres in the section *one of the greatest specialists in Pedagogy (FROTA, Alexandre)*, so that Sakamoto resorts to a dissociation between the agenda defended by ESP and the seriousness expected of discussions regarding education by shedding light on the importance given by Nagib to this meeting.

It is worth mentioning that, using a communicative¹³ evidential – *as shown by the Lupa agency*¹⁴–, the arguer brings to his text the information, obtained through the Lei de Acesso à Informação¹⁵, that discussions about educational subjects were not part of the agenda for that meeting. This integrates, then, the contextual information that underlies the assumed perspective that the polemics about ESP constitutes secondary issues.

In the second moment of his text, Sakamoto plead in favor of the position that questions the pertinence of the points advocated by ESP. We can assume that the arguer responds to the following epistemic problem: WHAT IS THE (REAL) DIMENSION OF PARTY-POLITICAL INDOCTRINATION IN BRAZILIAN EDUCATION? For this, it is relevant to observe the following argumentative macrostructure:

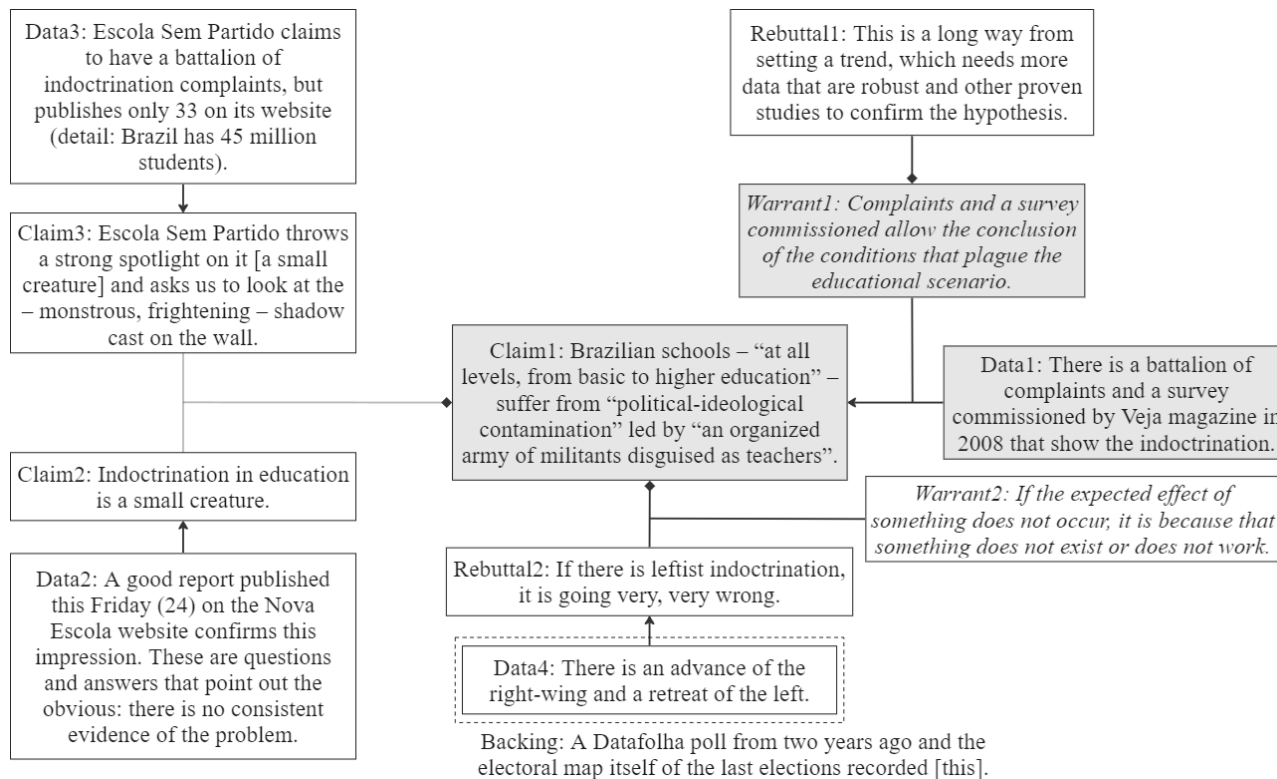


Figure 4 - The (real) dimension of party-political indoctrination in Brazilian education

Source - Own elaboration.

16. The elements in gray correspond to arguments that can be identified in the instantiation of the arguer's text, but which constitute argumentative movements attributed to a counter-discourse, hence the distinction in colors. The diamond at the tip of the vertices represents an attack/rebuttal relationship, signaling disagreement. The arrow at the tip of the vertices represents an argumentative movement, signaling the connection of a set of premises that allows legitimizing a claim.

17. Such discourse is materialized, for example, in the text "Mensagem de fim de ano do Escola Sem Partido ao militante disfarçado de professor", published in December of the same year, in which Nagib emulates the structure of a letter addressed to teachers, whom he calls "hardened molesters". Available at: <<https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/mensagem-de-fim-de-ano-do-escola-sem-partido-ao-militante-disfarçado-de-professor/>>. Accessed on: 01/20/2017.

18. Nova Escola is an independent and non-profit organization, maintained by the Lemann Foundation. The Lemann Foundation is a family and non-profit organization that

We can identify Claim1¹⁶ from propositions brought to the text through direct speech in the last contextualization paragraph. This Claim is presented as belonging to the out-group and whose propositions are mostly excerpts taken from the Movement's website. Then, the arguer presents Claim2 and Claim3 that, together with the first, constitute the possible responses to the epistemic problem regarding the dimension of the supposed ideological indoctrination in Brazilian education.

Sakamoto is significantly dedicated to discouraging adherence to the ESP perspective by advocating their propositions are untrue. That is, the arguer presents proposals for observing reality through Claims (Claim2 and Claim3) and Rebuttals (Rebuttal1 and Rebuttal2) that aim to question the factuality of the information conveyed by the out-group.

Claim2 consists of a counterargument aimed at reframing more explicitly the proportion of what would be *the great evil of "party-political indoctrination"*. When using a term such as "small creature", we can observe that the resource used by the arguer not only disqualifies the attention given to this "constitutive" aspect in the educational scenario – it is worth mentioning that Sakamoto does not deny the possibility of its existence –, but also allows the reader to recall the circulating discourse that teachers would be conceived as monstrous, and often harmful to education¹⁷.

Data2, supporting Claim2, has as its source a report in a dossier format published by Nova Escola¹⁸ and whose authorship is attributed to an authority figure, Rodrigo Ratier¹⁹. The use of such a source allows Sakamoto to attribute greater credibility to Claim2, thus being able to contribute to the argumentative consistency and, therefore, to the adhesion by a potential reader.

In order to contrast the sources that would work to support Claim1, in a move to possibly undermine the credibility of the statements that support the out-group's positions, the arguer uses data provided by ESP own website. It presents 33 complaints of indoctrination cases, which Sakamoto compares proportionally to the number of approximately 45 million Brazilian students. Thus, the cases presented to justify the relevance of the proposal represents 0.00007% of the national scenario. In addition to these reporting cases, Sakamoto also recovers a survey commissioned by Veja magazine, which is not recognized for its performance in publications related to the area of education. These data, together, challenge the Warrant1, which consists of a minimally generalizing social value that justifies the transition from Data1 to Claim1.

In stating that *this is a long way from setting a trend, which needs more data that are robust and other proven studies to confirm the hypothesis*, Sakamoto objects the validity of the Warrant of the out-group's argumentative movement. Rebuttals that undermine Warranties aim to annul a worldview, which, in this case, would result in the reconceptualization that localized complaints and commissioned survey work as enough and sufficient justifications to substantiate the intention to modify official documents and, therefore, all dynamics of the educational field at the national level.

This information regarding the proportion of cases in relation to the number of students also works as Data for Claim3, which is presented right after Claim2:

(3) Indoctrination in education is a small creature, but Escola Sem Partido throws a strong spotlight on it and asks us to look at the – monstrous, frightening – shadow cast on the wall.

By referring to elements that go back to the myth of Plato's cave, Sakamoto makes it possible, even if indirectly, to read that the referencing object used by the Movement is nothing more than the direct result of a series of manipulations. This, in turn, ends up weakening the statements that constitute Claim1, central to the justification of the Movement and the Bill.

collaborates with initiatives for public education throughout Brazil.

19. Rodrigo Ratier is a journalist and professor at Faculdade Cásper Líbero. He founded a free writing course, and taught public and private High School. He holds a PhD in Education from the University of São Paulo (USP). Source: <<https://novaescola.org.br/autor/10/rodrigo-ratier>>. Accessed on: 10/17/2020.

20. Datafolha is a research institute of Grupo Folha. The institute conducts statistical surveys, electoral, opinion and market surveys, serving the Folha Group itself and external customers. The institute does not conduct electoral polls and assessments of public administrations exclusively for governments, parties, candidates, and politicians.

21. Reference to the 2014 presidential election period.

Finally, the arguer also brings data released by Datafolha²⁰, as Backing, in parallel to the reference of the electoral map of two previous years²¹ that point to an advance of the right-wing of the political spectrum and a consequent retreat of the left. The use of an evidential Backing gives Rebuttal² greater credibility and this, consequently, contradicts the information proposed in Claim¹. This is made possible since an advance of the right-wing in the national scenario seems to be incongruous with the statement that the left-wing would have infiltrated education with party-political objectives and that it would have success in relation to this supposed architectonic plan.

Sakamoto then discusses the contradictions that permeate the ESP Movement, as well as the proposals they advocate. In this way, we can identify an epistemic problem whose formulation can be made as follows: ARE THE ESCOLA SEM PARTIDO MOVEMENT AND BILL(S) OF LAW CONSISTENT WITH THE PROPOSALS THEY CLAIM TO DEFEND?

To support his position, Sakamoto uses information conveyed by the report published on the Nova Escola website. The Claim firstly flirts with an alternative possibility of interpreting the Movement's own name. Sakamoto fits the attribute "*Sem Partido*" ("*Without Party*") – which the Movement carries in its name and to which it refers when it is necessary to reaffirm its supposedly exempt character – to then use evidential sources to demonstrate that this exemption is questionable. The first argumentative movement undertaken is as follows:

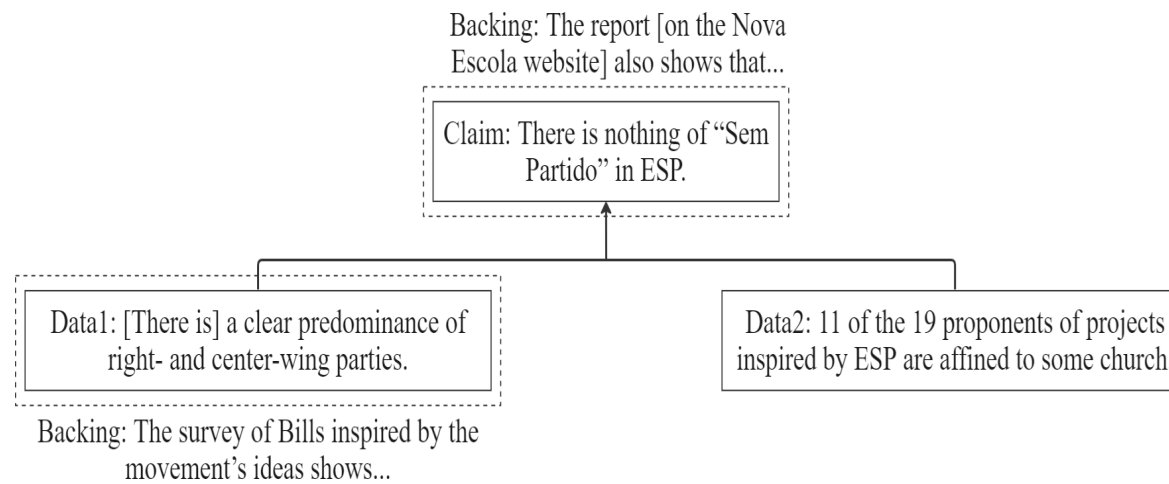


Figure 5 - There is nothing of “Sem Partido” in ESP

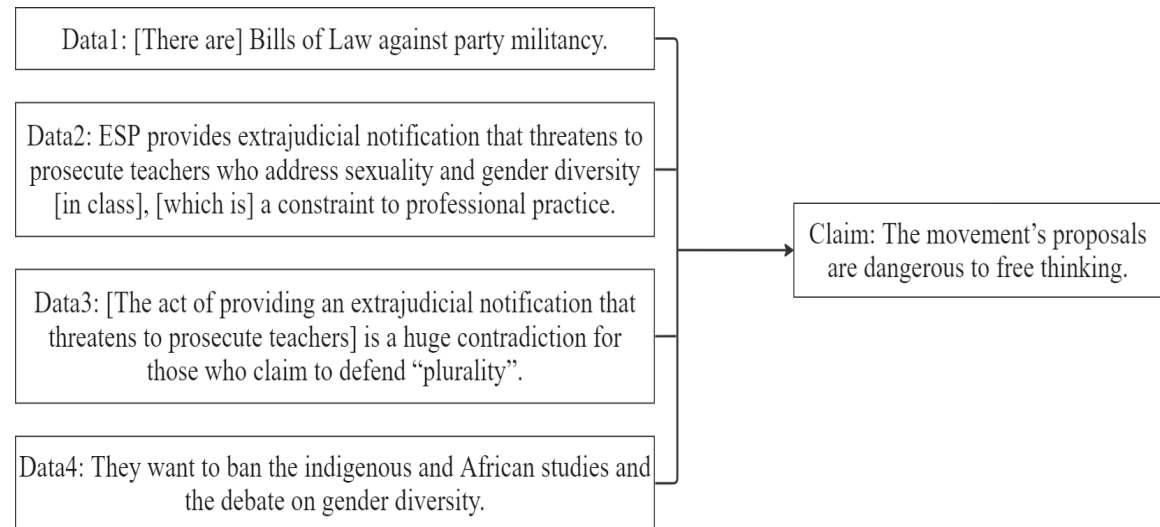
Source - Own elaboration.

Data1 points to a questionable aspect about the political parties that commonly represent the proponents of Bills of Law in the municipal, state, and federal chambers. In fact, five proponents are representatives of the PSC, Partido Social Cristão (the Christian Social Party), whose values are marked by social conservatism and Christian democracy. In the wake of affiliations linked to religious entities, Sakamoto presents Data2, which, as ironically pointed out by the arguer, would illustrate the “independent” standards of ESP.

That established, the arguer moves on to the discussion that aims to defend the Claim that *the movement’s proposals are dangerous to free thinking*. The diagram of the macrostructure of the argument undertaken is as follows:

Figure 6 - The movement's proposals are dangerous to free thinking

Source - Own elaboration.



Throughout the two paragraphs subsequent to the Claim, Sakamoto presents data to support his statement, as well as elaborates on examples that explain the veracity of the information that he puts forward:

(4) The movement's proposals are dangerous to free thinking. In addition to Bills of Law against party militancy, ESP provides extrajudicial notification that threatens to prosecute teachers who address sexuality and gender diversity [in class]. Besides being a constraint to professional practice, it is a huge contradiction for those who claim to defend "plurality" [...].

The use of the adverb *besides* demonstrates that the proposals, originally aimed at combating alleged party-political indoctrinations, have also been accompanied by an attempt to censor the discussion of topics concerning sexuality and gender diversity.

This attempt to inhibit the discussion of certain topics seems to go, *de novo*, against what the Movement claims to advocate, as well as what is found in Article 2 of the Bill of Law. This can be observed in its principle II referring to the “pluralism of ideas in the academic environment”, as well as in principle III referring to “freedom to learn, as a specific projection, in the field of education, from freedom of conscience”. By stipulating that the discussion of certain topics becomes subject to extrajudicial notification, we can observe a serious inconsistency with the proposal that arises with the supposed intention of guaranteeing freedom and pluralism. Based on this, the arguer states that *besides being a constraint to professional practice, it is a huge contradiction for those who claim to defend “plurality”*, establishing Data3 that supports the initial claim about the dangerousness that ESP represents to free thinking.

In order to further illustrate how this danger would affect the structuring of official documents about education in Brazil, Sakamoto seeks to explain cases in which ESP would end up trying to lead the course about legal education decisions in the opposite direction to cases that are considered as successful.

(5) [...] it is the opposite path of high-performing countries in education: United States (where some states have been offering sex education since the 19th century), New Zealand, Sweden and Finland, France. Ontario, Canada, has a curriculum that discusses homoaffective relationships and gender identity. Here, they want to ban the debate.

In this excerpt, the arguer resorts to political-administrative instances that are attributed a good performance regarding the administration of educational themes. In this sense, the argumentative technique undertaken by Sakamoto comes close to the argumentation by the model, proposed by Perelman; Olbrechts-Tyteca (1971, p. 363-364), in which “persons or groups whose prestige confers added value on their acts may be used as models”, so that “a model shows what behavior to follow, and also serves as a guarantee for an adopted behavior”. Thus, when

realizing that the proposals put forward and advocated by ESP go in the opposite direction to the models in education, ESP would therefore occupy the position of antimodel. In this way, “in argument by the antimodel one is trying to get others to be different from someone” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 1971, p. 367) so that, in this case, it represents a disincentive to the adhesion of ESP propositions.

To conclude this part of his argumentation, Sakamoto introduces the information that studies referring to the history of the ethnic formation of a people, according to the values conveyed by the ESP, can be framed in such a way as to serve only as an excuse to favor social movements.

(6) Same thing with indigenous and African studies, classified as a gateway to favor “social movements”. In Norway, the curriculum is generous with the Sami people, original inhabitants of northern Scandinavia. “Indoctrination”, over there, is called respect for the diversity and roots of the country’s history.

Discussions about the peoples that contributed to the constitution and the establishment of the Brazilian identity are necessarily intersected by references to moments such as the process of attempting to subordinate indigenous peoples, as well as the process of enslavement of peoples brought from the African continent. This, in turn, ends up tangentially touching issues such as the historical debt to these peoples, which could be understood by the out-group as an incitement to “social movements”, so that this can be perceived, from the perspective of ESP, as something characteristic of the left-wing pole of the political spectrum. Thus, Sakamoto establishes that this resistance to the need to debate about such themes, together with the resistance to discussions regarding gender diversity, constitutes Data4 that supports the claim that ESP and its proposals are dangerous to free thinking. In order to finalize this moment of his argumentation, the arguer refers to the information that such discussions in Norway, a reference in

education, are seen as relevant and fundamental to citizen formation. This again fits ESP as an antimodel and discourages the reader's adherence to such envision of reality.

This need to pay attention to the real reasons that motivate the ESP is aimed at reframing the relevance of discussing the aspects proposed by the Movement and, therefore, questioning the pertinence of the polemic discussion. Thus, considering the inconsistencies discussed and disclosed by Sakamoto, the arguments put forward work in a way to delegitimize the ESP's Motivating Circumstances, which would result in the non-relevance of discussing its main Claim for Action – to approve the legal text presented in the Bill and, therefore, to establish ESP at the national level.

In this sense, Sakamoto then argue, at the end of his text, at the level of the polemics about Brazilian education. Based on a practical problem that can be understood as SHOULD THE DISCUSSION ABOUT ESP REALLY BE TAKING PLACE?, he points to Motivating Circumstances that, potentially, would be more representative and relevant when it is necessary to take action with the goal of better determine education-related decisions.

(8) The low level of the debate, by the way, is the saddest. With so many important things to discuss, with so much urgent action to take, we find ourselves immobilized on a false issue, sustained by fragile and beyond questionable arguments.

As we are trapped in the smokescreen of alleged indoctrination, we impoverished the education debate a little more. Winners are those who bet on confusion and the containment of small civilizing advances in the area of the recent years.

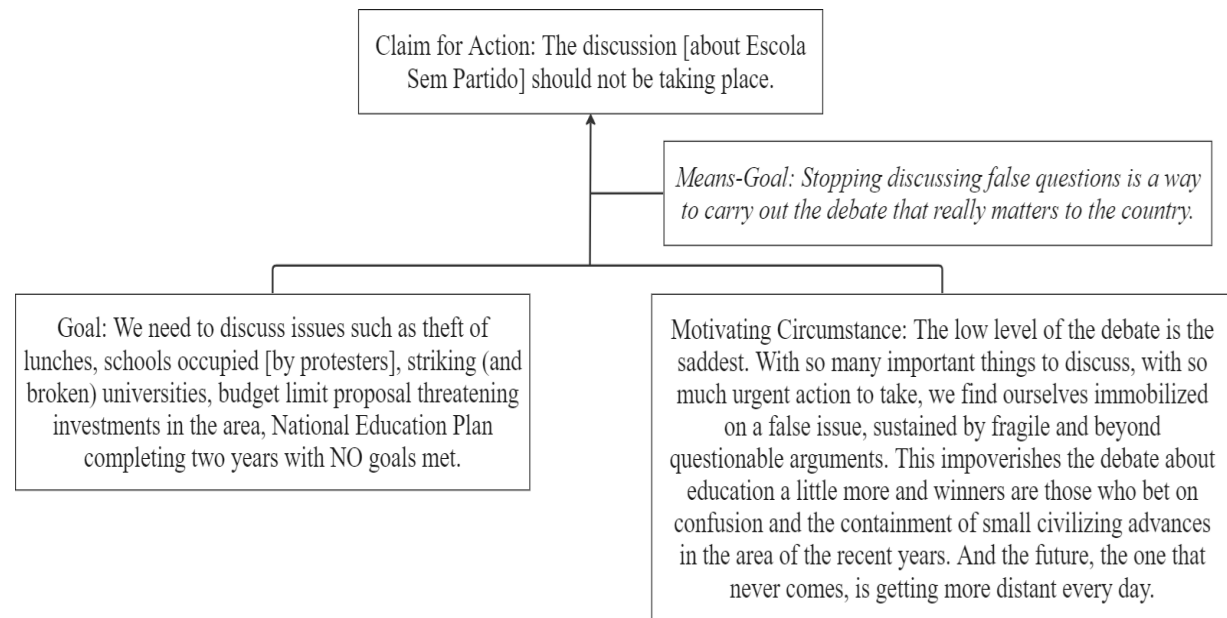
And the future, the one that never comes, is getting more distant every day.

Framing the ESP's arguments as questionable, Sakamoto reinforces that the Circumstances that would in fact be relevant to the progress of the educational sphere in Brazil are neglected.

Therefore, when considering (i) the issues established at the beginning of his discussion as constituents of a reasonable Goal to be achieved, as well as (ii) the Motivating Circumstance that the debate that currently occupies the political, educational, and journalistic spheres in Brazil would be doubtful, we can conclude that the most reasonable Claim for Action to be undertaken would be: *the discussion [about Escola Sem Partido] should not be taking place.*

Figure 7 - Should the discussion about ESP really be taking place?

Source - Own elaboration.



Sakamoto reframes the Practical Problem about what should be the subject of discussion regarding the sphere of educational activity in Brazil. He not only establishes a position markedly contrary to the implementation of ESP, but also seeks to re-perspective the demands that require deliberation in order to achieve, in fact, an improvement in the performance of Brazilian schools – namely, demands that range from resources as food to the implementation of educational policies such as the National Education Plan.

FINAL REMARKS

Our objective was to discuss some interpretative possibilities about the undertaking of argumentative strategies in the face of a polemical debate. For this, in order to interpret how epistemic instances were articulated in a subsidiary way to the practical discussion that intersects the polemics, we identified strategic moments that guided the writer's arguments to understand the Argumentative Questions to which he responded.

When questioning the Circumstances that are potentially motivating for an action (supposed party-political bias), we observed a disincentive to the Claim for Action (implementation of the ESP) linked to those Circumstances. Assuming that the Circumstances of a practical argument are ways of envisioning reality from the perspective of a particular social actor and that this actor can emulate the values of a group, we were able to identify in the analyzed text how different positions choose to focus different priorities on regards the performance and needs of Brazilian education. Thus, when considering this disincentive undertaken by Sakamoto's argument, the Claim for Action of ESP that would potentially result in a change in the course of reality ceases to occupy a relevant position as a possible answer to a Practical Problem.

In addition, we were able to observe two distinct levels of argument. First, one that is restricted to a specific text – which, in this case, is dedicated to questioning the reading of the present state of affairs that circulate in the discourse favorable to ESP. Second, one that is undertaken at the system-level of controversy, in order to delegitimize the Motivating Circumstances that underlie the discourse favorable to ESP and which, therefore, reframes the Practical Problem to be discussed in the educational field.

Finally, we believe that it would be of great benefit to map in more detail, and in a systematic way, how the different functional configurations are articulated in a polemic interaction, in order to potentially identify a corresponding pattern about how the components of a particular layout eventually articulate with those of the other.

REFERENCES

Amossy, R. (2016). Pour une analyse discursive et argumentative de la polemique. In: E. Piris, & M. Ferreira, *Discurso e Argumentação em múltiplos enfoques* (pp. 113-128). Grácio Editor.

_____(2014). *Apologie de la polémique*. Presses Universitaires de France.

Bakhtin, M. (2003). Os gêneros do discurso. In: M. Bakhtin, *Estética da criação verbal*. Martins Fontes.

Chilton, P. (2014). *Language, Space and Mind: The Conceptual Geometry of Linguistic Meanin*. Cambridge University Press.

da Silva, L. (2022). *Explorando o Argumentário: uma análise lógico-discursiva do debate público sobre o Escola Sem Partido*. [Dissertation]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

da Silva, L., Isola-Lanzoni, G., & Gonçalves-Segundo, P. (2021). A pandemia no discurso da ecologia midiática conservadora brasileira: uma análise argumentativa. In: D. Massmann, & E. Piris, *A argumentação nos discursos sobre a pandemia da covid-19* (pp. 82-94). EDUFAL.

da Silva, L. (2019). Escola Sem Partido: categorização e construção de referentes em textos opinativos. In: P. Gonçalves-Segundo, A. Pedro, A. Oliveira, A. Marques Silva, G. Isola-Lanzoni, S. Kobayashi, & W. Weiss, *Trajetórias teórico-metodológicas nos estudos do discurso* (pp. 276-294). FFLCH.

Fairclough, N. (2003). *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. Routledge.

Fairclough, N., & Fairclough, I. (2012). *Political Discourse Analysis: A method for advanced students*. Routledge.

Gonçalves-Segundo, P. (2018). Discurso e Prática Social. In: R. Batista Jr., D. Sato, & I. Melo, *Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. Parábola.

_____(2019). A configuração funcional da argumentação prática: uma releitura do layout de Fairclough & Fairclough (2012). *EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, 2 (19), 109-137.

_____(2020a). The Functional Configuration of Epistemic Argumentation: Reframing Toulmin's Layout of Arguments in a Multidisciplinary Perspective. *Bakhtiniana, Rev. Estud. Discurso* [online], 15 (3), 236-266.

_____(2020b). Posicionamento epistêmico e argumentação: articulações entre evidencialidade, modalidade epistêmica e provas retóricas. In: E. Piris, & M. Rodrigues, *Estudos sobre argumentação no Brasil hoje: modelos teóricos e analíticos* (pp. 99-142). EDUFRN.

ARTIGO RECEBIDO A
01/05/2023
ARTIGO APROVADO A
19/07/2023

Gonçalves-Segundo, P., & Isola-Lanzoni, G. (2019). A Terra é plana?: uma análise da articulação entre argumentação epistêmica, multimodalidade e popularização científica no YouTube. *Redis: Revista de Estudos do Discurso*, 8, 84-121.

Goodwin, J. (2020). Should Climate Scientists Fly? A Case Study of Arguments at the System Level. *Informal Logic*, 40 (2), 157-203.

Grácio, R. (2010). *Para uma teoria geral da argumentação: questões teóricas e aplicações didáticas* [Dissertation]. Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Marín-Arrese, J. (2011). Effective vs. Epistemic stance and subjectivity in political discourse: Legitimising strategies and mystification of responsibility. In: C. Hart, *Critical Discourse Studies in Context and Cognition* (pp. 193-223). John Benjamins Publishing Company.

Oliveira, A., Storto, L., & Lanza, F. (2019). A educação básica brasileira em disputa: doutrinação versus neutralidade. *Rev. katálysis*, 22 (3), 468-478. Perelman, C., & Olbrechts-Tyteca, L. (1971). *The New Rhetoric: A Treatise on Argumentation*. Translated by J. Wilkinson and P. Weaver. University of Notre Dame Press.

Rocha, R. (2020). *Escola partida: ética e política na sala de aula*. Contexto.

Toulmin, S. (2003). *The Uses of Argument*. Cambridge University Press.

Toulmin, S., Rieke, R., & Janik, A. (1984). *An introduction to reasoning* (2a ed). Macmillan Publishing Company.

Vološinov, V. (1973). *Marxism and the Philosophy of Language*. Translated by Ladislav Matejka and I. R. Titunik. Harvard University Press.

Leonardo Sakamoto

06/24/2016 7:00 pm

Things are getting rough in education. There are so many problems that you can assemble your combo: theft of lunches, schools occupied [by protesters], striking (and broken) universities, budget limit proposal threatening investments in the area, National Education Plan completing two years with NO goals met, and so on.

But judging by what is going on in the National Congress and in the media, the great evil of Brazilian education has another name: “Party-Political Indoctrination”.

The issue is the main cause of the Escola Sem Partido movement, the same one defended by one of the greatest specialists in Pedagogy (FROTA, Alexandre), in a meeting with Minister Mendonça Filho at the end of last month.

ESP is not on the list of vindications to the interim holder of MEC²³, as shown by the Lupa agency. Even so, the casual chat pleased the movement president, the lawyer and attorney of the State of São Paulo Miguel Nagib. See the little message on his Facebook: “I want to publicly thank Alexandre Frota for defending the Escola Sem Partido Bill in his audience with the Ministry of Education. We do not demand a good record.”

I wonder what world these people live in to think that Brazilian schools – “at all levels, from basic to higher education” – suffer from “political-ideological contamination” led by “an organized army of militants disguised as teachers” (this is serious, guys, it’s all on the movement’s website <http://www.escolasempartido.org/>).

APPENDIX

ESCOLA SEM PARTIDO: COMMUNIST INDOCTRINA- TION, EASTER BUNNY AND SANTA CLAUS²²

22. Free translation. The text, in its original Portuguese version, is available at: <<https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2016/06/24/escola-sem-partido-doutrinacao-comunista-coelho-da-pascoa-e-papai-noel/>>.

23. Ministry of Education.

Indoctrination in education is a small creature, but Escola Sem Partido throws a strong spotlight on it and asks us to look at the – monstrous, frightening – shadow cast on the wall.

A good report published this Friday (24) on the Nova Escola website confirms this impression. These are questions and answers that point out the obvious: there is no consistent evidence of the problem.

Escola Sem Partido claims to have a battalion of indoctrination complaints, but publishes only 33 on its website (detail: Brazil has 45 million students). These complaints and a survey commissioned by Veja magazine in 2008 are what sustain the movement's causes.

This is a long way from setting a trend, which needs more data that are robust and other proven studies to confirm the hypothesis. And there is another little thing: if there is leftist indoctrination, it is going very, very wrong. And a Datafolha poll from two years ago and the electoral map itself of the last elections recorded an advance of the right-wing and a retreat of the left.

The report also shows that there is nothing of “Sem Partido” in ESP. The survey of Bills inspired by the movement's ideas shows a clear predominance of right- and center-wing parties. The champion is PSC, with five proponents. Another fact that illustrates the “independent” character is the religious connection: 11 of the 19 proponents of projects inspired by ESP are affined to some church.

The movement's proposals are dangerous to free thinking. In addition to Bills of Law against party militancy, ESP provides extrajudicial notification that threatens to prosecute teachers who address sexuality and gender diversity [in class]. Besides being a constraint to profes-

nal practice, it is a huge contradiction for those who claim to defend “plurality” and it is the opposite path of high-performing countries in education: United States (where some states have been offering sex education since the 19th century), New Zealand, Sweden and Finland, France. Ontario, Canada, has a curriculum that discusses homoaffective relationships and gender identity. Here, they want to ban the debate.

Same thing with indigenous and African studies, classified as a gateway to favor “social movements”. In Norway, the curriculum is generous with the Sami people, original inhabitants of northern Scandinavia. “Indoctrination”, over there, is called respect for the diversity and roots of the country’s history.

I suspect that behind the shouting there is an enormous conceptual confusion. Escola Sem Partido chooses Marxism as the main wound, without even bothering to define what the hell it means.

Between the lines is the understanding that Marx’s ideas, the failure of real socialism, and the unforgivable atrocities of communist regimes are thrown into the same balance.

In this way, it is easier to illustrate the monstrous and terrifying shadow that “dominates Brazilian universities” – another statement without any evidence.

In fact, I really wanted to experience such university. I graduated in Journalism and I did my master’s and doctorate in Political Science at the University of São Paulo. And, definitely, it’s not like that there. On the contrary, the New School, a university that received me as a visiting researcher, is much more progressive than my beloved USP. And, ironically, it is in a communist city (New York) of a communist country, the United States.

To make matters worse, the main evangelist of this Bible of Evil, in the opinion of the movement, would be none other than Paulo Freire. Paulo Freire, of all people, a convinced pacifist and obsessed with the idea that people should think freely.

This is something of those who have never read a line from the most respected Brazilian educator in the world. Or, if they did, they didn't understand anything.

The low level of the debate, by the way, is the saddest. With so many important things to discuss, with so much urgent action to take, we find ourselves immobilized on a false issue, sustained by fragile and beyond questionable arguments.

As we are trapped in the smokescreen of alleged indoctrination, we impoverished the education debate a little more. Winners are those who bet on confusion and the containment of small civilizing advances in the area of the recent years.

And the future, the one that never comes, is getting more distant every day.

ABOUT THE AUTHOR: Leonardo Sakamoto is a journalist, and doctor in Political Science from the University of São Paulo. He covered armed conflicts in several countries, and disrespect for human rights in Brazil. Professor of Journalism at PUC-SP, he was a visiting researcher at the Politics Department of the New School in New York (2015-2016), and professor of Journalism at ECA-USP (2000-2002). He is director of the NGO Repórter Brasil and an advisor to The United Nations Voluntary Trust Fund on Contemporary Forms of Slavery.

A manchete de “estupro culposo” e o surgimento de um acontecimento discursivo

The headline of “culpable rape” and the emergence of a discursive event

GOMES, SHANIA
JÉSSIKA CAVALCANTE
RODRIGUES
shania-letras@hotmail.com

MASSMANN, DÉBORA
RAQUEL HETTWER
deboraqueel.hm@gmail.com

Mestre
Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – Brasil

Doutora
Professora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – Brasil

PALAVRAS-CHAVE:
Acontecimento discursivo;
Crime culposo;
Manchete jornalística.

RESUMO: Filiado às perspectivas teórico-metodológicas da análise de discurso encetadas por Pêcheux (1997, 2002) na França e Orlandi (1999, 2001, 2016) no Brasil, o presente trabalho idealiza trazer reflexões sobre os efeitos de sentido atribuídos à expressão “culposo” veiculada em uma reportagem do jornal *The Intercept* Brasil. Para tanto, analisamos em que medida a relação entre a memória discursiva e o acontecimento dado a ver pela referida manchete pode trazer a lume um acontecimento discursivo. O *corpus* da pesquisa é constituído de recortes de postagens feitas na plataforma social *Instagram* logo após a publicação da referida manchete. Por fim, esperamos que tais reflexões possam contribuir para a compreensão de como funcionam discursivamente os sentidos dos enunciados em relação com os sujeitos e a memória.

KEY-WORDS:
Discursive event;
Guilty crime;
News headline.

ABSTRACT: Affiliated with the theoretical-methodological perspectives of discourse analysis initiated by Pêcheux (1997, 2002) in France, and Orlandi (1999, 2001, 2016) in Brazil, this paper aims to reflect on the effects of meaning attributed to the expression “guilty” conveyed in a piece of news by *The Intercept* Brasil newspaper. Therefore, we analyze to what extent the relationship between discursive memory and the event shown by the mentioned headline can bring to light a discursive event. The *corpus* consists of clippings of posts made on the social platform *Instagram* shortly after the publication of the mentioned headline. Finally, we hope that such reflections can contribute to the understanding of how discursively the meanings of statements work in relation to subjects and memory.

1. INTRODUÇÃO

O papel da mídia nas sociedades globalizadas é algo muito discutido, mas, a despeito das inúmeras divergências entre aqueles que a tem como instituição de caráter ideológico, que atua como mantenedora dos interesses de uma classe hegemônica (do capital), e os que a identificam como um instrumento a serviço da democracia, donde advém a metáfora da mídia como o quarto poder estatal¹; podemos dizer que ela detém um papel significativo na mobilização de materialidades discursivas², na medida em que se mantém em estreita relação com a língua e a ideologia, ao veicular informações, por meio do discurso, que reproduzem, ou visam a reproduzir, acontecimentos jornalísticos³ que atuam na construção, em certa medida, da historicidade de determinada sociedade.

Nesse sentido, apreendemos a concepção de mídia como sendo “uma instância privilegiada de constituição e circulação de sentidos” (Dela-Silva, 2022) a qual não é neutra nem a-histórica, e – como todo construto simbólico – tanto reproduz e solidifica os sentidos que veiculam em uma sociedade, como pode ser instrumento de sua mudança.

Sabendo que mídia e jornalismo não podem ser tratados como iguais, mas sim inter-relacionados, posto que este se apresenta imiscuído naquela; passamos a refletir o discurso jornalístico como o que mantém em circulação determinadas informações e por isso colabora para a manutenção de relações sociais jurídico-políticas. (Mariani, 2015) Assim, o discurso jornalístico é entendido como um discurso em ação, cuja formulação de sentidos é posta em circulação de modo específico, intencional, para a produção e manutenção de sentidos que asseguram a subsistência de determinadas instituições.

1. A expressão “quarto poder” remonta ao século XIX, à época da Revolução Francesa, tal metáfora é alusiva à significante influência da mídia na sociedade da época.

2. Entendemos materialidades discursivas como a “afirmação da posição de entremeio” (Orlandi, p.9, 2016) apreendida da relação entre língua, história e psicanálise.

3. Segundo Dela-Silva (2022), o acontecimento jornalístico se refere à prática discursiva midiática que ao mobilizar dizeres acerca dos acontecimentos formulados como notícias “promove gestos de interpretação que atualizam e retomam sentidos em curso, em um dado momento histórico” (Dela-Silva, 2015, p. 224).

A par disso, buscamos analisar como circularam, nas redes sociais – especialmente no Instagram – os sentidos da palavra “culposo” empregada na manchete do jornal *The Intercept* Brasil: “Julgamento de influencer Mariana Ferrer termina com sentença inédita de ‘estupro culposo’ e advogado humilhando jovem”, refletindo como essa relação põe em funcionamento um acontecimento discursivo. Para tanto, utilizaremos os pressupostos da Análise de Discurso a partir de uma perspectiva materialista, como referendada por Michel Pêcheux (1997, 2002), bem como as concepções teórico-metodológicas da Análise de Discurso praticadas no Brasil por Eni Orlandi (1999, 2001, 2016).

2. MEMÓRIA E ACONTECIMENTO: UM JOGO DE FORÇA

A noção de memória discursiva é amplamente tratada na Análise de Discurso (AD) e não poderia ser diferente, uma vez que, em se tratando de disciplina que tem por objeto o discurso, deve levar em conta o fato de que esse discurso, – entendido como “efeito de sentidos entre os locutores” (Orlandi, 2001, p.21) – por não ser neutro, transparente, nem tampouco destituído do sujeito, se constrói por ocasião de uma relação entre sujeito, história e ideologia. Nesse passo, se o discurso leva em conta as relações entre esses três construtos, ele tem algo que é exterior a si mesmo; ou seja: traz em si fatores exógenos que lhes são fundamentais para que possamos ter uma melhor compreensão de suas possibilidades de sentido.

Nesse contexto, a memória discursiva aparece como sendo “o já dito que constitui todo dizer” (Orlandi, 2017, p.24), ela funciona como uma espécie de lastro semântico de um discurso que, por meio da repetição dos enunciados, forma uma regularidade discursiva. É aquilo “que fala sempre antes, em outro lugar, independentemente, isto é, sob o domínio das formações ideológicas” (Orlandi, 1999, p.21). É, portanto, algo anterior ao próprio discurso, que está

aberto, inclusive, a novas relações de sentido. Orlandi (2020) dá ainda uma notável conceituação à ideia de memória discursiva e assinala: trata-se de “algo que fala em mim, antes que eu fale”. Convergimos com Orlandi, pois entendemos que a concepção de memória discursiva está estribada numa relação que, exterior à linguagem, se consubstancia num já dito que independe do sujeito do dizer, mas com ele se relaciona.

No que tange ao acontecimento discursivo, assinalamos a conceituação erigida por Michel Pêcheux na abertura do Colóquio sobre materialidades discursivas em Paris, ao citar o ‘desconforto’ que o trabalho do historiador e do linguista tinham causado quando da publicação do livro de H Fiszbin. Nesse contexto, Pêcheux (2016, p. 27) enuncia: “O trabalho deles [historiador e linguista] começa assim a funcionar como um *acontecimento discursivo*, perturbando o quadro, inquietando as posições estabelecidas e deslocando as linhas de clivagem”.

Percebemos, então, que o acontecimento discursivo exsurge como mola propulsora para a produção de novos sentidos, sem, no entanto, se olvidar dos sentidos anteriormente construídos e que permeiam a memória discursiva. Trata-se de acontecimento que irrompe uma ordem natural das coisas, das conceituações e – por meio de uma estrita relação do que se passa no momento, em flagrante choque com a memória discursiva – produz uma ressignificação. Essa relação é assim explicada por Pêcheux (2015):

A memória tende a absorver o acontecimento, como uma série matemática prolonga-se conjecturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa “regularização” e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior. (Pêcheux, 2015, p.46)

Desse modo, podemos dizer que o acontecimento discursivo provém do encontro, ou mesmo do choque da memória com a atualidade, ocasionando uma perturbação da memória de modo a produzir novos sentidos (Pêcheux, 2015) Essa tensão, ocasionada pelo contato do presente com o passado, todavia, não apaga os sentidos já formulados pela memória, mas evoca mudanças. Nesse cenário, o acontecimento discursivo rompe uma certa regularidade e infiltra as possibilidades de dizer e de (re)significar.

3. CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO: SUJEITO, SITUAÇÃO E ALGO MAIS

Para a Análise de Discurso “nem a linguagem, nem os sentidos, nem os sujeitos são transparentes: eles têm sua materialidade e se constituem em processos em que a língua, a história e a ideologia concorrem conjuntamente” (Orlandi, 2001, p.46) Sendo assim, há sempre uma opacidade nos sentidos veiculados discursivamente, que não são estáveis nem absolutos, mas sim históricos, e, portanto, passam a assumir determinada forma a partir das possibilidades de sentido atribuídas pelos sujeitos envolvidos na situação discursiva.

Diante dessa observação, a ideia de condições de produção do discurso como sendo uma noção que engloba o sujeito, a situação e também a memória discursiva é valiosa para a discussão tratada neste artigo, pois a relação entre linguagem e fatores exógenos importa para as análises que serão feitas a seguir.

Como adiantado acima, as condições de produção de um discurso incluem os sujeitos e a situação. Segundo Orlandi (2017), a situação pode ser observada em sentido amplo, abrangendo o contexto socio-histórico e ideológico; ou em sentido estrito, compreendendo “o aqui e o agora do dizer, o contexto imediato” (Orlandi, 2017, p.17). Expomos essa divisão de sentido amplo ou estrito apenas por questões didáticas, pois, como a própria autora lembra, na prática ambos funcionam conjuntamente, não sendo possível separar um do outro.

Em vista disso, podemos dizer que a apreensão dos sentidos em Análise de Discurso leva em conta a situação para significar os discursos, pois o sentido daquilo que é dito em determinado momento não pode ser analisado sem que levemos em conta as circunstâncias dessa enunciação. No caso em apreço, podemos dizer que as condições de produção em sentido amplo envolvem questões político-ideológicas que remetem à violência de gênero que ainda recai sobre as mulheres na sociedade atual. Tais questões estão inseridas em um contexto socio-histórico marcado pelo domínio do patriarcado nas relações sociais e também nas instituições do Estado, como é o caso das instituições jurídicas.

Já as condições de produção em sentido estrito, se referem ao caso específico da jovem Mariana Borges Ferreira, conhecida como Mariana Ferrer, vítima de um estupro ocorrido na festa de abertura do verão *Music Sunset* do Café de *La Musique*, onde trabalhava como promotora de eventos. O caso foi amplamente divulgado na mídia nacional e ficou especialmente conhecido após a divulgação de imagens da audiência que mostram a jovem sendo verbalmente agredida pelo advogado do réu, sem que houvesse uma intervenção eficaz por parte do juiz ou do membro do Ministério Público em defesa da vítima, o que visibilizou para o país inteiro como ocorre, mesmo no ambiente judiciário, o processo de revitimização de mulheres vítimas de crimes sexuais. Observando o caso em análise, somos levadas a compreender as condições de produção jurídicas e midiáticas do Brasil cujo funcionamento se alicerça em formações discursivas e ideológicas machistas. Em outras palavras, o machismo se apresenta como um elemento ideologicamente estruturante da sociedade brasileira que funciona sustentado naquilo que Massmann e Brasil-Massmann (2021) chamaram de memória jurídica. De acordo com as autoras,

a memória jurídica se apresenta como uma memória institucionalizada, registrada, que coloca em funcionamento tecnologias de gestão e de administração social dos indivíduos

historicamente constituídos. É, sustentando neste funcionamento da memória jurídica, que o aplicador do Direito tenta ‘lidar’ com o real buscando soluções para pautas (sentidos) em disputa. São essas mesmas pautas que podem produzir deslocamentos de sentidos, à medida que essa memória se depara com o real. No funcionamento da memória jurídica, entram em cena sentidos sobre a mulher que estão estabilizados em nossa sociedade e sentidos outros, que tentam romper com o que está estável, produzindo assim a contradição. (Massmann; Brasil-Massmann, 2021, p. 69).

Essa memória jurídica produz efeitos de sentido nas demais instituições sociais, como, a mídia, por exemplo, que passa a reproduzir sentidos que foram/são institucionalizados pelo ordenamento jurídico do país. Essas são as condições de produção brasileiras em que tal acontecimento discursivo se produz.

Mas não é apenas a situação e a memória jurídica que concorrem para a produção de sentidos, temos também a memória discursiva, (Orlandi, 2017), que, como adiantado acima, representa o “já-dito”, “o saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido. Ela se constitui pelo já-dito que possibilita todo dizer” (Orlandi, 2015, p.58), funcionando como condição de compreensão daquilo que falamos.

Dessa prática discursiva, acrescenta Orlandi (2017), fazem parte, ainda, as “relações de sentidos” (todo dizer tem relação com o já dito) e as “relações de força” impostas pelo lugar social do qual o sujeito fala, marcando o discurso com a força da locução representada por este lugar. (Orlandi, 2017, p.18) O sujeito também exerce seu papel preponderante nesse “ecossistema”. Assim, temos na AD o que chamamos de sujeito simbólico, que atua no discurso de modo a produzir “efeitos de sentidos”, a partir da sua posição sujeito. É importante frisar que não estamos falando do sujeito em si, fisicamente determinado, mas da “posição sujeito projetada no discurso” (Orlandi, 2017, p.17).

No discurso em análise, as condições de produção contam com a presença de dois sujeitos discursivos que concorrem para a produção de sentidos: o Promotor de Justiça, que proferiu as alegações finais⁴ no processo em que se julgava o caso de estupro da promotora de eventos Mariana Ferrer, e a jornalista que redigiu a manchete do jornal. A importância de compreendermos as condições de produção que envolvem ambos os sujeitos é destacada por acreditarmos que o lugar institucionalizado de onde eles falam permite a projeção dessa posição no discurso.

No caso do Promotor de Justiça, o lugar social de onde ele fala é marcado pela institucionalidade do órgão que ele representa, que *de per se* carrega uma certa autoridade por se tratar de Órgão do Poder Judiciário, cuja responsabilidade é defender o cumprimento da Lei. É cediço que a atribuição do promotor de justiça não se resume a acusar, podendo ele atuar no processo requerendo a absolvição do réu se entender seja essa a atitude que revela o cumprimento e a salvaguarda da legislação. Por isso, o membro do Órgão Ministerial é conhecido como *custos legis* (fiscal da lei). Ocorre que se popularizou no seio social a ideia de que o papel do Ministério Público é condenar, não por acaso essa é a parte à qual normalmente denominamos “acusação”; mesmo porque, no mais das vezes, cumprir a Lei coincide com o ato de acusar a pessoa que a teria vilipendiado.

Esse lugar institucionalizado, portanto, é marcado por relações de força instituídas pela própria Lei⁵, de modo que essas relações, representadas pela posição sujeito do promotor de justiça como sendo aquele responsável por colocar o réu na cadeia, estão previamente erigidas em razão do lugar social ocupado pelo membro do *Parquet*. No entanto, no caso em análise, o promotor entendeu que não havia provas capazes de lastrear uma condenação.

4. “Alegações finais” são as exposições que as partes de um processo fazem (neste caso refere-se apenas às alegações finais do Ministério Público) antes de o juiz prolatar a sentença.

5. Usa-se aqui o termo “Lei” para se referir à Lei em sentido amplo, ou seja, à legislação de modo geral.

Assim, justo pela antecipação que se faz da posição sujeito ocupada pelo promotor de justiça, oriunda dessa autoridade autoproclamada pelo cargo público por ele ocupado, as alegações finais do promotor, advogando pela absolvição do acusado, causaram uma ruptura naquilo que se esperava fosse a posição assumida por esse sujeito discursivo.

A despeito da questão de concordância ou não com a conclusão do membro do *Parquet*, queremos direcionar nossas análises aos efeitos de sentido que sobrevieram a essa interpretação feita pela promotoria, que deu azo à manchete jornalística veiculada a partir do discurso do promotor, em suas alegações finais. Antes, no entanto, voltemos às condições de produção para assinalarmos o segundo sujeito desse discurso.

Mais uma vez, temos um sujeito institucionalizado, trata-se da jornalista Schirlei Alves, do jornal *The Intercept* Brasil, jornal esse que se popularizou no país especialmente por expor que havia, na operação “Lava jato”⁶, uma relação extraprocessual entre as partes que deveriam, por imperativo legal, ser independentes funcional e institucionalmente no processo, o que ficou conhecido como “Vaza jato”.

Muito em razão das questões políticas que envolveram a cobertura da “Vaza jato”, o jornal passou a figurar como popular entre leitores(as) que se alinham com pautas progressistas e vieses identitários de esquerda, entre os quais figuram mulheres que se identificam como feministas.

Assim, tendo em vista que “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (Orlandi, 2001, p.37), a posição de onde fala a jornalista carrega a autoridade que, em certa medida, advém do jornal no qual a manchete foi publicada, uma vez que operacionaliza uma relação de força afeiçoada pela autoridade do próprio jornal enquanto mecanismo de mobilização de discursos em massa e para as massas.

6. Operação realizada pela Polícia Federal do Brasil, entre os anos de 2014 e 2021, destinada a apurar supostos crimes de lavagem de dinheiro.

4. O ACONTECIMENTO DISCURSIVO EM FUNCIONAMENTO

Trazemos aqui a análise dos efeitos de sentido dados a ver a partir da manchete do jornal *The Intercept* Brasil, no dia 03 de novembro de 2020, produzida pela jornalista Schirlei Alves, mais especificamente no que concerne ao deslocamento da significação do termo “culposo” associado ao crime de estupro, observando como esses efeitos de sentido põem em funcionamento um acontecimento discursivo. Urge salientar que estamos aquilatando como acontecimento discursivo não a manchete do jornal em si, vez que “O acontecimento discursivo não coincide com a notícia jornalística nem com os registros de um fato na história, pois se trata de um gesto de leitura, é uma das formas de se ver o mesmo dado/fato.” (Rassi, 2012, p.46).

Explicando mais claramente, o que estamos identificando aqui como acontecimento discursivo é o surgimento de espaços para a produção de novos efeitos de sentido dados a ver pela manchete jornalística, por meio de uma discursividade que rompe a regularidade da memória que se tinha dos sentidos da palavra “culposo” e passa a repercutir insistentemente sobre uma parcela da sociedade, especialmente entre as mulheres, motivando um processo de produção de novos sentidos que se insurgem como representativos da insatisfação de parcela da sociedade com a tese de estupro sem intenção, defendida pela promotoria.

Eis a manchete: “JULGAMENTO DE INFLUENCER MARIANA FERRER TERMINA COM SENTENÇA INÉDITA DE ‘ESTUPRO CULPOSO’ E ADVOGADO HUMILHANDO JOVEM. Imagens inéditas da audiência mostram defesa do réu usando fotos sensuais da jovem para questionar acusação de estupro.”⁷

Segundo o Código Penal Brasileiro (1941), um crime pode ser caracterizado como culposo ou doloso. Esse último é o crime cometido com a intenção de praticá-lo, quando há o *animus*

7. A matéria foi editada por imperativo de ordem judicial. Mais detalhes em <<https://theintercept.com/2020/12/20/juiza-determinou-edicao-reportagem-mariana-ferrer/>>.

de alcançar determinado resultado por parte do agente que realiza a conduta, e culposo é o delito praticado à revelia de qualquer intento por parte do autor.

Assim, é culposo o crime “quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia” (Brasil, 1941), é dizer: quando o sujeito pratica o delito sem intenção de alcançar os resultados advindos da sua ação, mas sua conduta foi precipitada, descuidada ou ele não detinha a habilidade ou qualificação técnica necessária para a prática do ato. Nesses casos, o agente será responsabilizado ainda que não tenha desejado e nem assumido o resultado como possível; no entanto, por se tratar de crime culposo, a pena será significativamente menor.

Ainda segundo o ordenamento jurídico brasileiro, para que um crime possa ser caracterizado como culposo, esta tipificação deve estar prevista taxativamente na Lei, não havendo crime culposo sem que a modalidade culposa esteja expressamente inculpada no diploma legal que regulamenta o crime. No caso do crime de estupro, descrito no Artigo 213 do Código Penal Brasileiro, não se admite a modalidade culposa, ante a inexistência de previsão legal expressa nesse sentido.

A despeito da inexistência de previsão legal, podemos inferir, pela própria natureza do delito de estupro, que este não comporta a modalidade culposa, pois seria incongruente supor que tal crime pudesse ser cometido sem intenção de alcançar o resultado. Mas, como nada na linguagem (do discurso) é tão óbvio que não possa comportar algum espaço para interpretações, o surgimento da manchete jornalística deixou as redes sociais em polvorosa, causando um rompimento na ordem natural das coisas e, poucas horas após a publicação, já perturbava inúmeras pessoas que logo recorreram às redes sociais para se manifestarem.

Houve pronunciamentos de autoridades políticas como Damares Alves, então ministra da mulher, família e direitos humanos, que publicou nota de repúdio por meio de seu Ministério à época; autoridades judiciais, como o Ministro Gilmar Mendes do Supremo Tribunal Federal, que também lamentou o caso em seu Twitter⁸ e caracterizou como “estrangeiras” as cenas da audiência judicial; além de outros pronunciamentos de celebridades e do público em geral.

Ao divulgar a manchete com a expressão ‘estupro culposo’, mesmo que em sentido figurado, o jornal causou uma onda de indignação em um grande número de mulheres e, em mesmo tom, no âmbito jurídico, tendo estes últimos saído logo em defesa da tecnicidade própria à linguagem jurídica, reservando pouco espaço para reflexão acerca do caso em si.

A despeito da inelutável importância dessas, bem como de tantas outras problemáticas advindas do tema em epígrafe, nosso recorte terá por foco refletir acerca do processo de produção de sentidos atribuídos ao termo “culposo” / “estupro culposo” por alguns dos sujeitos que se manifestaram publicamente através da rede social Instagram. Para fins de ilustração desse deslocamento de significação, analisaremos os efeitos de sentido que a utilização do termo passou a produzir através dessas manifestações públicas feitas na referida rede social.

Importa salientar que o termo “estupro culposo” não foi expressamente utilizado pelo Ministério Público em suas alegações finais, mas a reportagem recorreu a trechos da peça ministerial para fazer tal inferência. Segundo o jornal, o promotor de justiça alega que o acusado não teria condições de realizar um juízo de valor capaz de aferir se a vítima tinha ou não condições de fornecer o seu consentimento para a prática da relação sexual, pois “não havia como o empresário saber, durante o ato sexual, que a jovem não estava em condições de consentir a relação, não existindo portanto intenção de estuprar – ou seja, uma espécie de ‘estupro culposo’” (Alves, 2020).

8. Mendes, Gilmar. As cenas da audiência de Mariana Ferrer são estrangeiras. O sistema de Justiça deve ser instrumento de acolhimento, jamais de tortura e humilhação [...]. 03 de novembro de 2020. Twitter: @gilmarmendes. Disponível em: <https://twitter.com/gilmarmendes/status/1323685697342087169>. Acesso em 22 de dezembro de 2020.

Foi essa inovação interpretativa – feita pelo membro ministerial, que, mesmo utilizando outras palavras, promove uma elasticidade hermenêutico-jurídica tal que permite a associação do elemento culpa ao delito de estupro – que possibilitou o surgimento do acontecimento discursivo em análise e culminou na mobilização em massa das pessoas, em sua maioria mulheres, contra a tese de estupro sem intenção. A partir desse acontecimento, a palavra “culposo” passa a produzir sentidos outros que não eram antes formulados.

Utilizamos como procedimento para as análises a descrição e a interpretação das materialidades discursivas em apreço (Pêcheux, 2002). A descrição vem amparar o processo de interpretação, situando mais precisamente os recortes sobre os quais recaem as análises, daí seguimos observando seus limites e mecanismos como constituintes do processo de significação, levando nossas observações ao nível do discurso, saindo da superfície textual e trabalhando o processo de produção de sentidos (Orlandi, 2001); para, então, avaliar como são mobilizadas as derivas de sentido nos discursos apresentados.

O *corpus* que constitui a pesquisa foi coletado por meio do mecanismo de busca da plataforma social Instagram, a partir do indexador *#justicapormariferrer*, logo após a publicação da manchete jornalística. Selecionamos, para estudo, postagens que traziam o termo “culposo/estupro culposo” seguido por algum tipo de conceituação.

Nossa primeira análise foi feita a partir de uma charge que ilustra três homens aparecendo em uma situação amistosa de camaradagem entre si, com um dos homens colocando dinheiro no bolso dos outros dois; enquanto há uma menina ajoelhada ao chão de cabeça baixa, como podemos ver a seguir:



A charge⁹ apresentada coloca em funcionamento um jogo de sentidos que remete à insurgência da corrupção nas instituições jurídicas, assim como à institucionalização do machismo nessas instituições. Ao apresentar o sujeito, que representaria o réu, colocando dinheiro no bolso de outros dois homens vestidos de terno, a imagem produz sentidos que denunciam o machismo institucionalizado, e expõe a vulnerabilidade da mulher vítima de abuso sexual no Brasil.

9. Charge do ilustrador Nando Motta.

O uso da imagem para representar essa crítica social repercute facilmente no senso comum e facilita a apreensão dos efeitos de sentido nela representados pois “A imagem possui uma vantagem fundamental: ela representa e ao mesmo tempo produz sentido.” (Durand, 2015, p.38) Assim, a imagem da charge ilustra esse sentimento de injustiça e impunidade em relação às decisões do judiciário brasileiro, seja pelo teor próprio dessas decisões (por absolverem ou condenarem com penalidades consideradas demasiadamente brandas) ou pelas absolvições delas advindas, como é o caso em apreço. Além disso, ela sensibiliza os sentidos ao mostrar a imagem da moça prostrada ao chão, representando a vítima.

Aliado a esse sentimento de impunidade e descrença para com o sistema jurídico brasileiro, vemos na charge o apelo a uma memória discursiva lastreada nos postulados do machismo institucionalizado. Os efeitos de sentido veiculados na charge denunciam o poderio masculino sobre a mulher, o que se verifica a partir da imagem da menina ajoelhada ao chão, que deixa atrás de si um rastro de sangue. Não apenas isso, a famosa “mãozinha no ombro” ou o “tapinha nas costas”, oferecido pelos homens de terno, traz à tona a camaradagem masculina que se sobrepõe ao isolamento da mulher que, sozinha, não pode contar nem mesmo com as instituições estatais para defendê-la.

Nessa formulação de sentidos, o termo “estupro culposo” sofre como que uma perturbação, passando a significar aquilo que diz com um sistema político corruptível, não estando mais adstrito à ideia de dolo ou culpa que detinha inicialmente. Há muito, os discursos feministas correlacionam as diferenças de gênero com a corrupção institucionalizada, e asseveram o caráter patriarcal das instituições públicas, as quais mantêm locais discursivos ideologicamente convencionados ao falar masculino.

Essa estrutura machista e corporativista, presente na charge, tem amparo nas formações imaginárias geralmente atribuídas a esses sujeitos discursivos (Pêcheux, 1997), que são representativos da dominação masculina sobre as mulheres na sociedade em geral, não sendo diferente em órgãos institucionais como é o caso do Poder Judiciário. Esse funcionamento discursivo é operacionalizado sob o apelo da memória e traz à tona essa posição sujeito historicamente estabilizada ocupada pelo homem em relação à mulher na sociedade. Percebemos, então, que a charge visibiliza esse cenário mantenedor das estruturas machistas presentes na sociedade e que, portanto, também exercem reflexos nas decisões judiciais, mesmo que essas venham revestidas por interpretações jurídicas tecnicistas.

No que toca à linguagem verbal apresentada na charge, observamos a conceituação de crime culposo tal qual erigida na legislação: ““estupro culposo” é quando não há a intenção...”. Nesse primeiro momento, a charge lança mão de uma conceituação legal para, em seguida, romper com qualquer tecnicidade jurídica e atribuir ao “novo tipo penal” um novo efeito de sentido e, então, completa: “...de culpar o estuprador”

Desse modo, a charge promove uma ressignificação para “culposo”, e, de modo irônico, aponta para a incongruência da utilização do conceito de “sem intenção” presente na tese do Ministério Público, e sugere que tal tese representa um artifício interpretativo que, ao fim e ao cabo, buscava justificativa para absolver o acusado a despeito das possíveis provas que pudessem lastrear a denúncia. Assim, o crime culposo deixa de ser sem intenção e passa a significar um crime cometido com intenção, mas também com a garantia da impunidade.

Essa ruptura no processo de significação do termo “culposo” só é para nós compreensível porque vem ancorada na memória discursiva do que esse termo significa no contexto judiciário. Só então, a partir de um choque entre a memória e o novo acontecimento, se constituem esses novos movimentos de sentido. A charge, portanto, ilustra essa deriva conceitual entre o sentido de “crime culposo” trazido na Lei, e o agora posto em funcionamento. Isso permite que “estupro culposo” deixe de, apenas, significar o crime praticado sem a intenção de atingir o seu resultado, e passe também a querer dizer o crime cometido sem que haja a intenção de responsabilizar o agressor.

Em outra postagem, verificamos o formato de verbete de dicionário, que tem como função metalinguística explicar o significado das palavras e expressões. A página que veiculou a postagem trata normalmente de temas da atualidade de uma forma irreverente e humorística, sempre traduzindo para o inglês as expressões do idioma brasileiro.



10. Tradução livre das autoras.

Pela própria estrutura composicional do verbete, verificamos a conceituação do que seria “estupro culposo”, que é conceituado como sendo uma “sentença brasileira de estupro sem intenção, que existe somente se o estuprador for branco e rico”¹⁰. O que podemos observar é novamente o apelo à memória para a construção dos novos sentidos que passam a ser atribuídos a “estupro culposo”, que agora se relacionam a questões de raça e classe social, dando a ver, a partir de uma formação ideológica dada, o político atuando no discurso para assinalar a produção dos sentidos.

Esse apelo à memória discursiva se dá inicialmente com o uso do termo “sentença brasileira” que em si mesmo mobiliza uma rede de significações que permitem situar o lugar social de onde vem essa sentença. Isso porque permeia o senso comum a ideia de que no Brasil as decisões judiciais são, em geral, morosas e/ou demasiadamente brandas. Desse modo, ao dizer “sentença brasileira” o discurso marca uma posição sujeito para a sentença prolatada no caso em análise, sentença essa que, justo por ser “brasileira”, carrega em si uma significação ancorada nessa posição socio-historicamente relegada a decisões judiciais no Brasil.

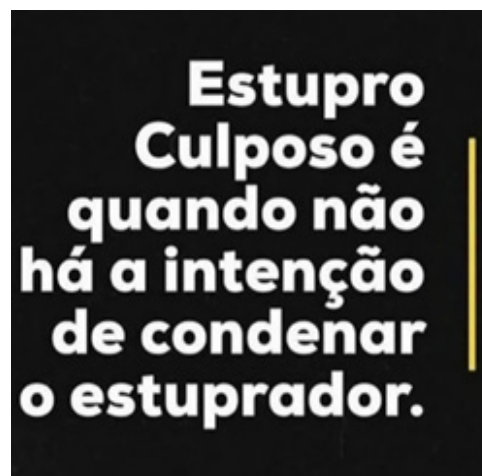
Além disso, o funcionamento desse processo de construção de sentidos vai se desenvolvendo também com a formulação discursiva do sujeito que praticara o “estupro culposo”, que necessariamente precisa ser branco e rico. Esse sujeito comparece discursivamente pelo modo como compreendemos os sentidos de “homem branco” e “homem rico”. Então, só existe “estupro culposo” para homem branco; o homem negro, portanto, não poderia receber essa benesse, para este, resta apenas o crime em sua modalidade dolosa, sem quaisquer atenuações ou diminuições de pena.

Observamos, com isso, um posicionamento que evidencia o racismo institucionalizado no universo jurídico, através de um discurso que remete a memórias que trazem em si relações de sentido embasadas por filiações ideológicas que permitem compreender a estrutura racista que aparece como sendo uma das possibilidades de sentido para “estupro culposo”. Assim, podemos dizer que esse efeito de sentido não seria o mesmo caso o sujeito discursivizado fosse um homem negro, pois o conceito de “estupro culposo”, expresso na postagem, estipula que essa “modalidade” de crime somente pode ter como sujeito o “homem branco”.

Mas não é qualquer “homem branco”, e sim o “homem branco e rico”. Um contexto amplo nos permite apreender efeitos de sentido que dizem como o poderio econômico interfere na sociedade capitalista que tem por base a luta de classes. No exemplo em apreço, essa luta é vencida pelo detentor do capital, que justo por seu monopólio financeiro é capaz de mobilizar a seu favor até mesmo as decisões judiciais. Assim, os sentidos atribuídos a “estupro culposo” são ancorados em “elementos que derivam da forma de nossa sociedade, com suas Instituições” (Orlandi, 2001, p.31), entre as quais estão as instituições jurídicas, como é o caso em análise.

Nesse passo, por meio do funcionamento da memória, os sentidos vão sendo construídos e “estupro culposo” vai significando o estupro cometido por homem branco, o estupro cometido por homem rico e que, justo pelo lugar social atribuído a esse sujeito na situação discursiva, no fim, vai significar impunidade e injustiça, lastreadas por formações ideológicas machistas e capitalistas, reforçando a noção de que os sujeitos comparecem no modo como compreendemos os sentidos operacionalizados no discurso.

Assim como na charge apresentada anteriormente, nosso terceiro recorte apresenta uma hipótese de conceituação para o termo “estupro culposo”, mas diferentemente da charge, que conta com elementos de ilustração para ancorar o processo de produção de sentidos, nosso próximo exemplo está estritamente lastreado no discurso verbal, que traz expressamente uma conceituação para a expressão “estupro culposo”; ressignificando, novamente, os sentidos atribuídos à expressão “sem intenção”; senão vejamos:



**Estupro
Culposo é
quando não
há a intenção
de condenar
o estuprador.**

Mais uma vez o sentido correlacionado a “culposo” desvia do habitualmente apreendido no cenário jurídico-legal a partir da deriva de sentido do que significa “sem intenção”. Ao assinalar que estupro culposo é “quando não há a intenção de condenar o estuprador” o discurso rompe com as expectativas até então ancoradas na memória discursiva historicamente constituída para dar sentido ao que até então vinha sendo conceituado como “crime culposo” e passa a referir uma trama de sentidos que estão aliados a formações ideológicas representativas de um contexto social no qual a hipótese de “estupro sem intenção” não é aceita, a não ser como uma forma de manipulação hermenêutico-jurídica para beneficiar o réu.

Desse modo, a “intenção” que agora é associada ao elemento “culposo” não está relacionada ao agente que cometera o delito, mas àqueles que seriam os responsáveis por seu julgamento. No caso, a ausência de intenção passa a ser atribuída ao promotor de justiça e não ao réu. Nesse sentido, podemos dizer que a postagem apresenta “estupro sem intenção (culposo)” como sendo aquele que envolve um cenário representativo de um ambiente jurídico permeado pela corrupção e impunidade, pois os agentes legalmente responsáveis por atuar de modo a promover a responsabilização do acusado, assim não o fizeram. Os motivos dessa “falta de intenção de acusar” podem guardar relação com várias questões ideológicas, entre as quais podemos citar o caráter corruptível das instituições, a burocratização do sistema judiciário, o machismo estrutural, entre outros.

Percebemos, então, que, por meio do funcionamento da memória, os sentidos de “estupro culposo” se chocam com o acontecimento marcado pela decisão judicial que absolveu o acusado, trazida a tona pela manchete jornalística, e mostram como atuam na língua as relações de força e de poder, que modulam os sentidos. Essa atuação, como vista, nem sempre é óbvia e transparente, mas pode, no mais das vezes, dar lugar a variados embates ideológicos.

Vemos, portanto, um movimento de interpretação pendular, que leva em conta o vai-e-vem entre o acontecimento e a memória, o qual permite que observemos como o processo socio-histórico de produção discursiva se operacionaliza: “há um funcionamento da temporalidade que lhe é constitutivo: um antes (a memória), uma atualidade (o que emerge) e um depois (seu desdobramento)” (Massmann e Voss, 2021, p.22). Assim, podemos dizer que, no caso em apreço, a memória representa aquilo que detínhamos como conceito de estupro/crime culposo, o que emerge é a manchete jornalística, e seus desdobramentos podem ser aquilatados das discursividades aqui analisadas, que trazem as novas possibilidades de sentido para “estupro culposo”.

Nosso último gesto de análise recai sobre uma postagem que, diferentemente das anteriormente analisadas, não traz o conceito de “culposo” correlacionado ao crime de estupro, mas se alinha a filiações ideológicas que põem em evidência questões relacionadas à paternidade. A postagem ilustra uma *selfie* de um homem jovem, branco, dentro de um carro, vestido com uma camisa social, cuja gola ele está ajustando. Optamos por inserir uma faixa preta na imagem para evitar sua identificação.



O uso da linguagem verbal, na postagem, aparece em forma de “dica” direcionada especialmente ao público feminino, e traz como que um conselho irônico que adverte sobre os malefícios da paternidade “culposa” que seria aquela em que o pai faz o filho “sem a intenção de criar, alimentar e visitar!”

Novamente, o termo “culposo” sofre um movimento de deriva conceitual, passando de “sem intenção de atingir o resultado” para “sem intenção de criar, alimentar, educar”. Nesse sentido, a modalidade culposa, diferentemente daquela existente no contexto legal, é usada ironicamente para associar o conceito de “sem intenção” (culposo) ao contexto socio-histórico representativo do abandono paterno no Brasil¹¹.

Nesse exemplo, “culposo” continua sendo algo “sem intenção”, mas agora essa “não intenção” é ressignificada e compreende outros sentidos que, inclusive, extrapolam o contexto jurídico-legal. Essa expressão passa a ser mobilizada a partir de uma discursividade que lança mão da ironia, ou até mesmo do fator cômico para produzir efeitos de sentido alinhados a formações ideológicas que dão a ver a crítica presente na postagem em relação a figuras paternas ausentes, que não contribuem de modo significativo para a criação de seus filhos.

Desse modo, podemos dizer que há um rompimento da memória (memória do estrito conceito legal de “culposo”) donde nascem ressignificações que dão sentido a esses novos usos da expressão “culposo”. Esses usos, portanto, são marcados pelo acontecimento (jornalístico) e, a partir de então, as possibilidades de dizer e de significar passam a ser outras.

É assim que, por meio do funcionamento da memória, os sentidos de “culposo” se chocam com o acontecimento histórico marcado pela decisão judicial que absolveu o acusado. Esse embate entre os sentidos trazidos pela memória e os formulados a partir do novo

11. Cerca de 5,5 milhões de crianças no Brasil não têm a paternidade reconhecida. Segundo o Portal da transparência do registro Civil, mais de cem mil crianças não receberam o nome do pai no ano de 2022. Fonte: <<https://transparencia.registrocivil.org.br>>.

acontecimento dão a ver novos efeitos de sentido que passam a circular nas mídias sociais e a fazer parte dos sentidos agora possíveis e partilhados na sociedade para essa expressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que os sentidos de uma palavra não existem nela mesma, mas são determinados pelas posições ideológicas em funcionamento no processo socio-histórico de produção da linguagem (Pêcheux, 1997), observamos como o termo “culposo/estupro culposo” passou por um processo de deriva de sentidos, assumindo outros significados para além dos que anteriormente e institucionalmente representava.

Nesse confronto constante entre as formulações de sentidos que ora transcorrem no leito da memória e ora gotejam das formulações advindas do acontecimento recente, são formulados novos efeitos de sentido que passam a circular na sociedade. É assim, que “estupro culposo” pode significar injustiça, impunidade, machismo, racismo ou corrupção; do mesmo modo que “paternidade culposa” pode significar pai ausente, emocionalmente distante, que ignora suas obrigações enquanto pai.

Desse modo, atribuir a modalidade culposa a algo, passa a compreender um conjunto de representações de sentidos que denotam a presença de tais formações ideológicas que se manifestam nesses discursos e apontam para possibilidades de ressignificações do termo “culposo” a partir desse acontecimento.

Na esteira de tais ilações, vemos que “o acontecimento discursivo inaugura o funcionamento de novas discursividades, produzindo outros sentidos que derivam desse encontro da memória com a atualidade” (Massmann e Voss, 2021, p.22) Assim, pela força da memória, não se apagam os sentidos de “culposo” anteriormente instituídos, mas a esses se somam novos.

Nesse sentido, o sujeito do dizer vai além de uma mera conceituação aprioristicamente oriunda do contexto técnico-jurídico, e com isso (re)significa seu dizer. Atribui novo valor ao próprio fato, e toma para si o direito mesmo de negá-lo em essência, mas aceitando a possibilidade de sua existência apenas para reafirmar, em verdade, sua inexistência moral.

Por fim, a partir desse encontro entre os sentidos em curso e a atualidade, dado a ver pelo acontecimento jornalístico, vimos os sentidos sendo desnaturalizados o que nos permitiu observar como ainda se perpetuam e continuam em funcionamento os mais variados modos de formações discursivas e filiações ideológicas machistas e racistas, mesmo dentro de instituições jurídicas, as quais, não raro, se autodenominam isonômicas e imparciais. Dizer, portanto, que a justiça é cega – porque trata todos igualmente – não parece retratar apropriadamente os reflexos de suas decisões no seio da sociedade a qual ela serve.

REFERÊNCIAS

ARTIGO RECEBIDO A
25/04/2023
ARTIGO APROVADO A
19/07/2023

Alves, S. (2020). *Julgamento de influencer Mariana Ferrer termina com tese inédita de ‘estupro culposo’ e advogado humilhando jovem*. The Intercept Brasil. <https://theintercept.com/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposo/>

Brasil. (1941). *Código Penal Brasileiro*. República Federativa do Brasil.

Dela-Silva, S. C. (2015). (Des)construindo o acontecimento jornalístico: por uma análise discursiva dos dizeres sobre o sujeito na mídia. In: G. G. B. Flores, N. R. M. Neckel, & S. M. L. Gallo (Orgs.), *Análise de discurso em rede: cultura e mídia* (Vol. 1) (pp. 213-231). Pontes.

_____(2022). Efeitos de imbricação em discursos da/na mídia. *Triade: Comunicação, Cultura e Mídia*, 9 (22), 47-63.

Durand, J. L. (2015). Memória grega. In: P. Achard, J. Davallon, J. L. Durand, M. Pêcheux, & E. P. Orlandi (Orgs.), *Papel da memória* (4ª ed) (pp. 35-41). Pontes.

Mariani, B. (2015). Discurso e instituição: a imprensa. *RUA*, 5 (1), 47-62.

Massmann, D. (2021). VOSS, Lílian Figueiredo. A educação em tempos de pandemia: um acontecimento discursivo? In: D. Massmann, L. F. Voss, & T. T. Matias (Orgs.), *Formação universitária em tempos de pandemia: desafios e saberes*, (pp. 18-26). EduFal.

Massmann, D., & Brasil-Massmann, P. (2021). Direito e(m) discurso: em torno da memória jurídica sobre a mulher. In: D. S. da Silva, & C. dos S. Silva (Orgs.), *Pêcheux em (dis)curso: entre o já-dito e o novo. Uma homenagem à professora Nadia Azevedo*. Pedro & João Editores

Orlandi, E. P. (2020). Volatilidade da interpretação: política, imaginário e fantasia. *Abralin ao vivo*. <https://aovivo.abralin.org/lives/eni-orlandi/>.

_____(2017). Análise de discurso. In: E. P. Orlandi, & S. L. Rodrigues (Orgs.), *Discurso e textualidade* (pp. 13-35). Pontes.

_____(2016). Nota introdutória à tradução brasileira. In: B. Conein, J. J. Courtine, F. Gadet, J. M. Marandin, & M. Pêcheux (Orgs.), *Materialidades discursivas* (pp. 9-16). Editora da Unicamp.

_____(2015). Maio de 1968: os silêncios da memória. In: P. Achard, J. Davallon, J. L. Durand, M. Pêcheux, & E. P. Orlandi (Orgs.), *Papel da memória* (4ª ed) (53-61). Pontes.

Orlandi, E. P. (2001). *Análise de discurso: princípios e procedimentos* (3ª ed). Pontes.

_____(1999). *O próprio da Análise de Discurso*. Escritos.

GOMES, SHANIA JÉSSICA CAVALCANTE RODRIGUES & MASSMANN, DÉBORA RAQUEL HETTWER; *A manchete de “estupro culposo” e o surgimento de um acontecimento discursivo / The headline of “culpable rape” and the emergence of a discursive event*
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 12 ANO 2023, PP. 133-159

Pêcheux, M. (2016). Abertura do colóquio. In: B. Conein, J. J. Courtine, F. Gadet, J. M. Marandin, & M. Pêcheux (Orgs.), *Materialidades discursivas* (pp. 23-29). Editora da Unicamp.

_____(2015). Papel da memória. In: P. Achard, J. Davallon, J. L. Durand, M. Pêcheux, & E. P. Orlandi (Orgs.), *Papel da memória* (4ª ed) (43-50). Pontes.

_____(2002). *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento* (7ª ed). Tradução Eni Puccinelli Orlandi. Pontes Editores.

_____(1997). Análise Automática do Discurso - AAD-69. In: G. Gadet, & T. Hak (Orgs.), *Por uma análise automática do discurso* (3ª ed) (pp. 61-162). Editora da Unicamp.

Rassi, A. (2012). Do acontecimento histórico ao acontecimento discursivo: uma análise da “Marcha das vadias”. *Revista de História da UEG*, 1 (1), 43-63.

O discurso do ex-presidente do Brasil, Bolsonaro, em conflito com a concepção de Estado laico

The discourse of the ex-president of Brazil, Bolsonaro, in conflict with the concept of a secular State

HELENO, ALEX REZENDE
alexrezendeh@yahoo.com.br

Doutor em Letras pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Professor no Instituto Federal de Roraima (IFRR)

PALAVRAS-CHAVE:

Estado laico;
Discurso político;
Governo Bolsonaro.

RESUMO: Este artigo pretende analisar enunciados políticos do discurso do ex-presidente Jair Bolsonaro que conflitam com a concepção de Estado laico. Do *slogan* da campanha à reprodução de versículo da bíblia, o ex-presidente tende a direcionar suas falas, de cunho religioso, para um público conservador e cristão e que contribuiu significativamente para sua vitória nas eleições de 2018. Tal discurso objetiva agradar essa parcela da sociedade, de modo a manter uma base política enquanto presidente e, em 2022, na condição de candidato à reeleição. Esta análise se apoia em formulações teóricas da Análise do Discurso, explorando as relações entre os estudos de Pêcheux (formações ideológicas), Foucault (relações de poder) e Orlandi, demonstrando as relações entre língua, sujeito e historicidade presentes no discurso. Percebe-se, desse modo, haver intenções discursivas nos enunciados do ex-presidente Bolsonaro, a partir de representações que este faz do receptor da mensagem.

KEY-WORDS:

Secular State;
Political discourse;
Bolsonaro government.

ABSTRACT: This article aims to analyze political statements in ex-president Jair Bolsonaro's discourse that conflict with the concept of a secular State. From the campaign slogan to the reproduction of a bible verse, the ex-president tends to direct his discourse, of a religious nature, to a conservative and Christian audience, which contributed significantly to his victory in the 2018 elections. This discourse aims to please this part of society, in order to maintain a political base as president and, in 2022, as a candidate for re-election. This analysis is based on theoretical formulations of Discourse Analysis, exploring the relations between the studies of Pêcheux (ideological formations), Foucault (power relations) and Orlandi, demonstrating the relations between language, subject and historicity present in the discourse. In this way, the ex-president's discursive intentions to maintain a portion of the electorate can be seen.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é oficialmente um Estado laico, ou seja, garante a liberdade religiosa e não adota religião oficial, não interferindo, portanto, em assuntos ligados à religiosidade. Isso significa que dogmas, crenças e doutrinas religiosas não devem determinar como o país é conduzido e administrado.

A Constituição Federal, no TÍTULO III - DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO - CAPÍTULO I - DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA, afirma no artigo 19, inciso I: “É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.” (1988). Garante-se, desse modo, a separação entre Estado e Igreja e contribui para a compreensão de que a liberdade religiosa deve-se limitar à vida privada.

Contudo, desde o início de sua campanha eleitoral, o ex-presidente, Jair Bolsonaro, agiu para se aproximar do eleitor que se reconhece como cristão e conservador. As estratégias para aproximar-se desse público, bastante numeroso e decisivo para as eleições de 2018, e as tentativas de mantê-lo partidário ao governo, passam, sobretudo, por falas de conteúdo religioso produzidas, reproduzidas e intensamente disseminadas por meio das redes sociais. Nessa conjuntura, as falas do ex-presidente têm tensionado a relação entre a laicidade do Estado e a religiosidade.

O *slogan* da campanha do candidato Bolsonaro no período da campanha eleitoral de 2018 “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos!” é um exemplo dessa construção ideológica que visa aproximar o governo dessa parte da população de ideologia também cristã. No *slogan*,

podemos perceber conflitos com a concepção de um Estado laico, indo de encontro ao que está posto pela Constituição Federal. Ao utilizar o termo “Deus”, associado, sobretudo, ao cristianismo, já se percebe o viés ideológico do governo, cujo enunciado exclui as pessoas que possuem diferentes religiosidades ou diferentes crenças ou até mesmo as pessoas que não têm uma crença ou religião.

Somado ao *slogan* do governo, temos uma contínua utilização das palavras Deus, Pátria e Família durante as falas do ex-presidente Bolsonaro, que, em geral, estão associadas a enunciados que apontam para inimigos que podem prejudicar esses posicionamentos ligados à religião, ao país ou a família. Para caracterizar esse inimigo, diferentes *fake news* foram veiculadas. Um exemplo, que se disseminou largamente na sociedade, e que demonstra atitude pré-concebida e preconceituosa, foi o chamado “kit gay” que estaria presente nas escolas “desvirtuando” (inclusive no sentido religioso) os alunos, e que se trataria de uma política dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Trata-se, além disso, de um uso deliberado da mentira para enganar as pessoas e induzi-las a um posicionamento equivocado, como bem atesta Patrick Charaudeau (2017), que denomina tal ação de “mentir verdadeiro”, ou seja, dizer o oposto do que as coisas realmente são por motivos de conveniência ou status, e que são pronunciados como se fossem verdadeiros.

Portanto, dentro desse contexto que acredita haver ameaças à religião cristã, ao país e à família, o ex-presidente costuma repetir o seguinte versículo da Bíblia - João 8:32: “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”, colocando-se ao lado dessa “verdade” e buscando uma identificação junto aos eleitores cristãos. Junto à construção dessa verdade, o ex-presidente tem nomeado insistentemente alguns “inimigos” de seu governo, dentre eles: a esquerda (ora associada diretamente ao PT, ora ao comunismo), a mídia jornalística, o STF, as minorias

(LGBTQIA+, mulheres, indígenas, negros, movimentos sociais, ONGs) e, por fim, mas também em consequência desse contexto que desrespeita e deslegitima uma parcela da sociedade, Bolsonaro elegeu como inimigo a própria democracia, ao incitar a violência, o armamentismo e o uso das Forças Armadas como indicativo de ameaça à estabilidade e ao funcionamento das instituições brasileiras.

Nesse cenário político e discursivo, destaca-se um outro enunciado, pronunciado pelo ex-presidente em um de seus acessos de fúria, para que se perceba essa relação de suposto combate entre o governo e os inimigos elencados pelo ex-presidente Bolsonaro, que afirma representar a religiosidade cristã, o patriotismo e os valores da família tradicional: ‘Cala a boca, vocês são uns canalhas. Vocês fazem um jornalismo canalha que não ajuda em nada. Vocês destroem a família brasileira, destroem a religião brasileira. Vocês não prestam’¹. Nota-se, mais uma vez, um contraponto à laicidade do Estado, quando Bolsonaro dá a entender que o Brasil possui uma única religião – “religião brasileira”.

Outro episódio bastante veiculado pela mídia e pronunciado por Bolsonaro, foi a promessa de indicar um ministro ‘terrivelmente evangélico’² para o STF, fato que já se confirmou com a nomeação de André Mendonça para a Suprema Corte. Nota-se, portanto, através desses exemplos, como o governo agia para manter o apoio dessa base eleitoral por meio do viés religioso.

Dentro desse contexto de enunciados que apontam para a tensão entre o laico e o religioso no discurso de Bolsonaro, e para dar sequência a este estudo, destaca-se como material de análise o texto escrito pelo ex-presidente Bolsonaro, no dia 16 de setembro de 2020, em sua rede social *Twitter*³, conforme figura 1:

1. Enunciado retirado do Blog da fé (Carta Capital) e que faz parte de uma discussão de Magali Cunha acerca do tema “Não existe só uma religião brasileira, presidente”. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/nao-existe-so-uma-religiao-brasileira-bolsonaro/>>. Acesso em 15 fev.
2. Conferir a matéria sobre essa fala em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/10/bolsonaro-diz-que-vai-indicar-ministro-terrivelmente-evangelico-para-o-stf.ghtml>>. Acesso em 15 fev. 2022.
3. Conferir em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1306349474592194566>> Acesso em 26 jun. 2022.



Figura 1 - Publicação do ex-presidente

Fonte - <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1306349474592194566>>.

A análise tem, portanto, como objetivo, demonstrar como esse texto coloca em questão: 1) a contradição na constituição da posição-sujeito presidente Bolsonaro pela identificação entre governo e religião – Estado laico x governo religioso e 2) o efeito argumentativo ou estratégico dessa contradição tendo em vista a projeção de um interlocutor identificado com valores religiosos e desconhecedor do sentido de laicidade do Estado.

2. SITUANDO A ANÁLISE

Alguns termos necessitam de uma definição para poderem embasar este trabalho. Começamos pelas noções de formação discursiva e formação ideológica em Michel Pêcheux e Catherine Fuchs (1975). Os autores definem as formações discursivas como componentes das formações ideológicas, tendo em vista que a ideologia tem sua manifestação concreta no discurso. Em outras palavras, pode-se entender que as formações discursivas materializam o ideológico presente nas formações sociais, nas relações do homem com o mundo. (Cf. Pêcheux, Fuchs, 1975).

Nessa mesma linha de estudos, Michel Pêcheux, em *Semântica e Discurso*, afirma o caráter constitutivo das relações entre prática social, sujeito e ideologia nas seguintes proposições: 1) “Só há prática através de e sob uma ideologia” 2) “Só há ideologia pelo sujeito e para sujei-

tos” (Pêcheux, 1995, p. 149). Explicita também o caráter ideológico de toda prática enquanto relação entre formação social, Aparelho Ideológico de Estado (Aie), formações ideológicas e ideologias particulares (Cf. Pêcheux, 1995). Ou seja, entende-se o sujeito como categoria constitutiva da ideologia: a ideologia só existe por e para sujeitos.

Em relação a interpelação do indivíduo e sua identificação a uma formação discursiva que o constitui como sujeito, os estudos de Pêcheux apontam que:

[...] a interpelação do indivíduo como sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na que ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla [...], enquanto ‘pré-construído’ e ‘processo de sustentação’), que constituem, no discurso do sujeito, *os traços daquilo que o determina*, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito. (Pêcheux, 1995, p. 163. Grifos do autor.)

Desse modo, é necessário, também, definir a forma-sujeito:

(1) trata-se da estrutura discursiva que, vinculada à formação discursiva, impõe e dissimula o assujeitamento dos sujeitos sob a aparência de autonomia;

(2) é, além disso, a instância discursiva que define o modo pelo qual “o ‘sujeito do discurso’ se identifica com a FD [Formação Discursiva] que o constitui”, absorvendo e esquecendo o interdiscurso no intradiscurso [...]. (Pêcheux, 1995, p. 167). Portanto, é forma de sujeito pela qual se realiza a “incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso: a unidade (imaginária) do sujeito”, um dos fundamentos da sua “identidade presente-passada-futura.” (Pêcheux, 1995, p. 167).

(3) Não se trata, pois, do sujeito empírico, subjetivo, racional, consciente, mas da forma ideológico-discursiva de sujeito articulada às formações discursivas, pela qual o sujeito

falante se constitui como sujeito de “seu” discurso. Para ser sujeito de um discurso, o sujeito falante se reveste de uma forma-sujeito, vinculada a uma formação discursiva.

Também, sobre a forma-sujeito do discurso, Pêcheux aponta para duas questões centrais: a) a tese do caráter material do sentido e seu mascaramento pela evidência ideológica, sob a “transparência da linguagem”; b) a teoria da constituição do sujeito como processo ideológico contraditório: interpelação-identificação.

Acerca das formações discursivas, Pêcheux escreve: “Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito [...]” (Pêcheux, 1995, p. 160). Ou seja, o sentido depende das formações ideológicas materializadas nas formações discursivas em jogo numa dada conjuntura.

Em relação ao sentido, Pêcheux aponta para o fato de que:

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe ‘em si mesmo’ (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas) (Pêcheux, 1995, p. 160).

Em relação a essa materialidade do discurso e do sentido, Pêcheux diz “que os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que lhes são correspondentes.”. Desse modo, “o funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos [...] se realiza através do complexo das formações ideológicas [...] e fornece ‘a cada sujeito’ sua ‘realidade’, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas - aceitas – experimentadas (Pêcheux, 1995, p. 161-162).

Assim, o processo de interpelação-identificação se relaciona ao “processo do significante” do inconsciente (Lacan): “o sujeito como processo (de representação) anterior ao não-sujeito constituído pela rede de significantes”, “o sujeito é ‘preso’ nessa rede”, resultando dela como se fosse causa de si” (Pêcheux, 1995, p. 156-157. Grifos do autor.). Desse modo, a contradição entre interpelação e identificação, que produz o sujeito como causa de si (embora este seja efeito ou resultado), é o motor do processo significante. Esse motor não está numa ideologia nem num sujeito isoladamente, mas na contradição da interpelação.

Esse processo contraditório, no entanto, é apagado no/para o sujeito, na medida em que os sujeitos falantes “*recebem como evidente* o sentido do que ouvem e dizem, lêem e escrevem”, colocando-se na origem do que dizem (Pêcheux, 1995, p. 157-158).

Notamos, por conseguinte, que o caráter próprio da ideologia é dissimular sua existência no seu próprio funcionamento: todos os indivíduos são interpelados ideologicamente a ocupar “seus” lugares de acordo com as formações ideológicas numa conjuntura dada, reconhecendo-se nesses lugares (identificação), mas desconhecendo o processo pelo qual isto acontece (interpelação).

A partir dos apontamentos realizados acima, acerca dos estudos de Pêcheux, entende-se o discurso como efeito de sentidos entre locutores, sendo constituído pela relação entre língua, sujeito e história. É dentro dessa relação que ocorre o processo de interpelação-identificação. Será observada, adiante, a existência de uma interpelação-identificação do sujeito – o ex-presidente – com o discurso religioso. Trata do modo como o sujeito enunciador – Bolsonaro – se constitui em sua posição-sujeito de presidente (naquele momento) mediante a interpelação-identificação com o discurso religioso e como essa identificação pode estar funcionando como

uma estratégia argumentativa mediante projeção de um lugar de eleitor religioso. Essa identificação, enquanto defensor da “família tradicional”, dos “valores cristãos”, fazem parte de seu discurso de modo a reproduzir essa ideologia e aproximar-se dessa parcela do público eleitor, na tentativa de torná-los defensores do governo e da própria pauta religiosa.

Os estudos de Michel Foucault acerca das relações de poder também fundamentarão esta análise, haja vista, tratar-se do discurso do ex-presidente Bolsonaro dentro de um contexto de divisão social. Para Foucault, o poder

[...] é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. **Uma ação sobre ações.** (Foucault, 1995, p. 243. Destaque meu.)

Foucault entende, desse modo, tratar-se de uma ação sobre ações, colocando em jogo uma relação entre indivíduos sócio-historicamente situados.

Ainda em relação ao poder, Foucault (1995, p. 244) escreve que “O exercício do poder consiste em ‘conduzir condutas’ e em ordenar a probabilidade.” O autor segue apontando para o fato de que “O poder, no fundo, é menos da ordem do afrontamento entre dois adversários, ou do vínculo de um com relação ao outro, do que da ordem do ‘governo.’” Com relação ao termo “governo”, Foucault se expressa do seguinte modo:

Devemos deixar para este termo a significação bastante ampla que tinha no século XVI. Ele não se referia apenas às estruturas políticas e à gestão dos Estados; mas designava a maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos: governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes. Ele não recobria apenas formas instituídas e legítimas de sujeição política ou econômica; mas modos de ação mais ou menos refletidos e calculados, porém todos destinados a agir sobre as possibilidades de ação dos

outros indivíduos. **Governar, neste sentido, é estruturar o eventual campo de ação dos outros.** (Foucault, 1995, p. 244. Destaques meu.)

Esta definição de poder relacionada ao ato de governar está presente nos discursos de Bolsonaro, que produz enunciados para embasar a ação do outro, para dar-lhe “argumentos” na defesa de sua liberdade de expressão, que muitas vezes reproduz os ataques realizados pelo ex-presidente aos adversários políticos, à mídia, ao STF e a tantos outros adversários já apontados no discurso do ex-presidente.

3. ANÁLISE DOS ENUNCIADOS

Os enunciados proferidos pelo ex-presidente Bolsonaro tendem a dividir a sociedade em dois grupos. Os que defendem a religiosidade cristã, o patriotismo e a família tradicional e os “inimigos” desses defensores. Portanto, para se colocar ao lado daqueles, em muitos de seus pronunciamentos, Bolsonaro se utiliza “[...] de temas do cotidiano, polêmicos e submetidos a crivos morais quase sempre atrelados a dogmas religiosos específicos (aborto, porte de armas, maioria penal, corrupção, homossexualidade).” (Curcino, 2021, p. 112). Esses temas induzem a uma separação entre os partidários da ideologia cristã e conservadora e os “inimigos” dessa ideologia e, portanto, “inimigos” do governo, alimentando-se a perspectiva de uma sociedade dividida.

O enunciado a ser analisado foi escrito pelo ex-presidente, em sua rede social *Twitter*⁴, no dia 16 de setembro de 2020, conforme figura 1 reproduzida abaixo:

4. Conferir em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1306349474592194566>>. Acesso em 26 jun. 2022.

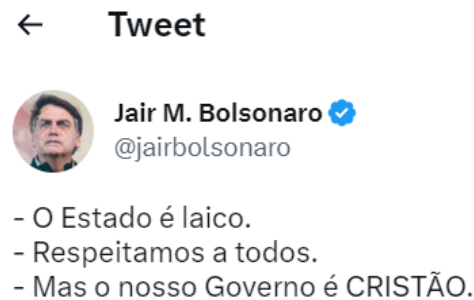


Figura 1 - Publicação do ex-presidente

Fonte - <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1306349474592194566>>.

O enunciado, acima, vem acompanhado de um vídeo, também sob o viés ideológico, com clara finalidade de se aproximar do eleitor que se considera cristão. No vídeo, pode-se ler algumas legendas exibidas na tela, acompanhadas de uma música emotiva de fundo. A primeira legenda diz “Esse é um governo Cristão”, nesse momento do vídeo, exibe-se a imagem de algumas pessoas – ligadas ao governo – de pé, em um momento de oração. Enquanto o vídeo segue, continuamos ouvindo o orador; exibe-se, enquanto o vídeo transcorre, as demais legendas. A segunda diz: “Esse é um governo que ora pela sua nação”; mais a frente lemos a terceira legenda: “Esse é um governo que ora pelo seu povo”; na quarta legenda, pode-se ler: “Esse é o governo de Jair Bolsonaro”; o vídeo se encerra com a quinta e última legenda que retoma o *slogan* da campanha: “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos. ”

O vídeo se utiliza de uma linguagem apelativa e evidencia a ideologia do governo numa constante tentativa de manter esse eleitorado, de ideologia cristã, apoiando-o como, então, presidente. Os destaques nas palavras “Cristão”, “ora”, “Jair Bolsonaro”, “Brasil” e “Deus”, nas legendas do vídeo fazem parte de uma ideologia que se quer reforçar. Os destaques objetivam aproximar Jair Bolsonaro das demais palavras que foram destacadas, colocando-o como cristão, como aquele que ora pelo povo e pela nação, que governa em prol do Brasil, um Brasil temente a Deus, que está sob esse Deus cristão.

Embora o vídeo esteja associado ao que foi escrito pelo ex-presidente Bolsonaro, no *Twitter*, e crie esse contexto apelativo, quanto à religiosidade do governo, e reafirmando a ideologia cristã, esse trabalho se dedicará à análise apenas do enunciado: “- O Estado é laico. / - Respeitamos a todos. / - Mas o nosso Governo é CRISTÃO.” Trata-se de uma delimitação do objeto de análise, tendo em vista que tal enunciado concentra a perspectiva analisada nesse trabalho: discurso do ex-presidente x laicidade do Estado.

Notamos, de início, a presença de três orações que, embora separadas por ponto final, estão interligadas. Na primeira oração lemos a confirmação da laicidade do Estado; na segunda, a afirmação de que se respeita a todos (sem deixar claro se esse respeito faz referência às demais religiões e crenças e ao ateísmo) e na terceira oração, a afirmação de que o governo é cristão – essa última ligada às demais pelo uso da conjunção adversativa *mas*. Há, portanto, a relação entre duas orações coordenadas assindéticas e uma oração coordenada sindética; as primeiras estão numa relação de equivalência e a última numa relação de desigualdade ou contraposição em relação às anteriores. Essa construção dá ênfase à última oração, introduzida pela conjunção *mas*, ou seja, destaca-se a ideia de um governo que se opõe ao Estado laico.

Tomando a língua enquanto enunciação, ou seja, observando agora os aspectos linguísticos, interessa saber quem disse o enunciado e para quem o locutor o direciona, quando foi produzido e onde se deu esta produção. Como dito mais acima, esse enunciado foi retirado do *Twitter* do ex-presidente Jair Bolsonaro e, portanto, direcionado a todos os seguidores do ex-presidente na rede social em questão. Contudo, o texto dirige-se, mais particularmente, ao público cristão, como bem frisa o enunciado e o vídeo que o acompanha. O tuíte foi publicado no dia 16 de setembro de 2020. Este é, portanto, o contexto situacional em que o enunciado se inscreve.

Aponta-se, inicialmente, para o fato de que o sentido do primeiro enunciado “O Estado é laico”, tomado separadamente, constitui uma afirmação e uma aceitação desse princípio que está presente na Constituição. Na sequência, há um segundo enunciado, “Respeitamos a todos”, que aponta para uma ressalva com relação ao que será dito no enunciado seguinte, tornando tal enunciado aceitável, já que o ex-presidente disse respeitar a todos.

O terceiro enunciado, “Mas o nosso Governo é CRISTÃO”, liga-se às demais frases pelo operador argumentativo *mas* e inverte a direção do sentido, introduzindo uma contradição ao que foi dito anteriormente, tendo em vista que o governo é quem representa o Estado e, portanto, não haveria essa pretensa separação, como dá a entender o enunciado, ou seja, o governo é o representante do Estado, ambos deveriam seguir a Constituição e, por conseguinte, respeitar o princípio da laicidade. No entanto, a disposição dos enunciados parece apagar tal contradição, ou pelo menos, busca convencer o público/leitor acerca de sua possibilidade, de sua verdade. A ressalva feita no segundo enunciado é justamente para dissimular, conforme aponta Pêcheux, a contradição que se estabelece entre Estado e Governo, como se fossem representações separadas. Há, nesse sentido, uma descaracterização da laicidade do Estado ao se sustentar – em caixa alta – que o governo é cristão.

Já na concepção discursiva da língua, considera-se a historicidade dos sentidos produzidos - reproduzidos - por sujeitos ideologicamente constituídos. A sequência de frases será tomada como um enunciado dividido entre duas posições-sujeito, ideologicamente constituídas e inscritas em duas formações discursivas antagônicas e contraditórias, em que o último enunciado se contrapõe aos dois primeiros enunciados:

Posição-sujeito 1: “- O Estado é laico. / - Respeitamos a todos.”

Posição-sujeito 2: “- Mas o nosso Governo é CRISTÃO.”

O enunciado da posição-sujeito 1 remete a saberes de uma formação discursiva acerca da laicidade do Estado, sendo construído em torno de um saber que provém da própria Constituição, em cujo TÍTULO II - DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, CAPÍTULO I - DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS, traz em seu artigo 5º:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias; [...]. (Brasil, 1988)

Existe a garantia constitucional da inviolabilidade de consciência e crença, que deve ser confirmada pelo Estado, e para que haja essa garantia o Estado deve ser laico. Contudo, o ex-presidente Bolsonaro, em diversos momentos, tem questionado o STF e, indiretamente, a Constituição. Ou seja, o governo não se identifica com esse saber constitucional (posição-sujeito 1), embora, diga respeitá-lo. Essa não identificação se torna evidente com o enunciado seguinte (posição-sujeito 2), que remete a saberes de uma formação discursiva de negação quanto à laicidade do Estado e que produz um enunciado contraditório em relação ao enunciado anterior. O enunciado intermediário – “-Respeitamos a todos” – torna-se uma estratégia para confundir o leitor/ouvinte e dar um caráter de possibilidade e de verdade ao último enunciado, como se o fato de respeitar a todos possibilitasse e permitisse ao governo de um Estado laico

considerar-se cristão. O último enunciado é ideologicamente produzido e direcionado à esta base eleitoral, sobretudo, a de ideologia cristã. Tal discurso se insere nesse contexto de divisão alimentado pelas mídias e pelas redes sociais: o ex-presidente se coloca ao lado dos cristãos e contra a laicidade, como se esta concepção de Estado fosse negativa para a sociedade.

Portanto, acerca da relação língua/sujeito/ideologia/discurso, percebe-se que a língua é a base material, onde se realizam os efeitos de sentido resultantes dos processos ideológico-discursivos da interpelação-identificação; o discurso é a materialidade linguístico-ideológica; a constituição do sujeito e do sentido no/pelo discurso depende das condições ideológicas e discursivas de seu acontecimento numa conjuntura dada; assim, é nessas relações entre língua, sujeito/sentido e ideologia, discurso, formação discursiva/forma-sujeito e formação ideológica que analisou-se as práticas discursivas, objeto deste trabalho. Nota-se que os sujeitos são interpelados a se identificarem com o discurso do ex-presidente que se apoia numa ideologia cristã e parte de uma estratégia discursiva e política para manter uma base eleitoral importante para a própria manutenção do governo e para uma possível reeleição. Produz-se um contexto de “fabricação” de inimigos do governo e, portanto, inimigos dos cristãos, já que o governo se identifica como um “Governo CRISTÃO”.

Desse modo, as formações e posições ideológicas se articulam, enquanto linguagem – palavras, expressões, proposições – em formações discursivas, que serão produzidas e reproduzidas nessa interação sujeito, língua e história. Assim, “Não há sentido que não tenha sido produzido em condições específicas, em uma relação com a exterioridade, com uma direção histórico-social que se produz em relações imaginárias que derivam de um trabalho simbólico.” (Orlandi, 1998, p. 75). Nota-se que o discurso de Bolsonaro se constrói e tem sentido dentro dessa ideologia cristã, cujo objetivo é também eleitoreiro, evidenciando uma constante

tentativa de se aproximar do eleitor cristão e mantê-lo em sua base político-ideológica.

Bolsonaro, que ocupava o cargo mais alto na estrutura da República, conhecia o perfil da maioria de seus eleitores e com frequência dirigia seu discurso para agradar a esse público. Portanto, podemos dizer que:

Há, pois, antecipação das representações do receptor “sobre a qual se funda a estratégia do discurso” (M. Pêcheux, 1969). Sobre esta estratégia, sobre o mecanismo da antecipação repousa o funcionamento discursivo da argumentação. Argumentar é prever, tomado pelo jogo de imagens. Que se trate de transformar o ouvinte ou de identificar-se a ele, a antecipação joga a partir das diferentes instâncias dos processos discursivos tal como acabamos de enunciar. (Orlandi, 1998, p. 76-77)

Assim, mesmo produzindo um discurso contraditório, Bolsonaro o faz para ter a identificação desse sujeito com os enunciados produzidos.

Existe, também, uma relação de poder no discurso de Bolsonaro, tendo em vista que sua posição de Presidente da República, naquele momento, o colocava em evidência no jogo discursivo e o tornava capaz de realizar ações sobre a ação do outro. Conforme nos apresenta Foucault, em *O sujeito e o poder*:

O que caracteriza, por outro lado, o “poder” que analisamos aqui, é que ele coloca em jogo relações entre indivíduos (ou entre grupos). Pois não devemos nos enganar: se falamos do poder das leis, das instituições ou das ideologias, se falamos de estruturas ou de mecanismos de poder, é apenas na medida em que supomos que “alguns” exercem um poder sobre os outros. O termo “poder” designa relações entre “parceiros” (entendendo-se por isto não um sistema de jogo, mas apenas - e permanecendo, por enquanto, na maior generalidade - um conjunto de ações que se induzem e se respondem umas às outras) (Foucault, 1995, p. 240).

Nota-se que essa é a estratégia de Bolsonaro: agir para “estruturar o eventual campo de ação do outro”, conforme apontado por Foucault, ou seja, fazer com que discursos contraditórios

possam ser tomados como verdade, aceitos e reproduzidos pelos eleitores a quem se dirige, colocando a laicidade do Estado como mais uma dentre os numerosos inimigos do governo, da família e dos cristãos. Por fim, não se pode esquecer que essa parcela de eleitores, de ideologia cristã, também influencia os discursos de Bolsonaro, uma vez que o desejo por um Estado cristão vem, também, dessa parte da população.

Pretendeu-se, portanto, demonstrar neste trabalho os caminhos para se compreender a estruturação da língua a partir da sintaxe; como os nexos linguísticos funcionam semanticamente; e, por fim, como os enunciados representam diferentes tomadas ideológicas de posição. Demonstra-se, assim, que a língua não é neutra, ela é a materialização, no discurso, de uma ação sobre ações, conforme nos aponta os estudos de Foucault.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de enunciados discursivos contra a laicidade do Estado é uma estratégia do discurso político, que age sobre as paixões que permeiam os discursos intolerantes e os discursos de ódio e que provocam o medo. Desse modo, o ódio e o medo do outro e das perdas que ele poderá ocasionar (destruição da pátria, da família, da cristandade etc.), segundo os simulacros construídos, servem como justificativa para as ações intolerantes e como estratégia de persuasão em muitos discursos políticos.

Outra estratégia utilizada para provocar o medo e possibilitar discursos contraditórios e intolerantes é a criação de inimigos, pelo ex-presidente Bolsonaro, e que são tomados como contrários ao governo, e, a partir de enunciados, muitas vezes mentirosos (como o exemplo acima citado sobre a existência de um kit gay nas escolas) associa-se esses inimigos a destruição da pátria, da família tradicional e dos valores cristãos.

Desse modo, proteger a laicidade do Estado significa que este deve se separar e se distinguir das religiões, oferecendo à sociedade a possibilidade de convivência com a diversidade de crenças e com a pluralidade humana. Portanto, é a laicidade do Estado que garante, a cada indivíduo, a possibilidade de liberdade na escolha em ter uma crença ou não, num esforço de construção da igualdade, em que todos estejam sob a proteção igualitária do Estado, ou seja, do governo.

O respeito às Instituições Públicas e à própria Constituição é a garantia de não repetirmos os graves absurdos do passado, tal como nos alerta Foucault acerca do fascismo e do estalinismo, consideradas ‘formas patológicas’ / ‘doenças do poder’ e que não são originais tendo em vista que “Elas utilizam e expandem mecanismos já presentes na maioria das sociedades. Mais do que isto: apesar de sua própria loucura interna utilizaram amplamente as idéias e os artifícios de nossa racionalidade política” (Foucault, 1995, p. 232 - 233).

Essa tentativa de dar sentido a discursos contraditórios, entendendo-os como produtos de uma verdade é um risco para a liberdade de crenças, tendo em vista que o Estado/governo deve respeitar todas as crenças, sem direcionar-se à apenas uma delas. Portanto, perceber o que está dito nos enunciados, analisando-se formações discursivas e ideológicas, posições-sujeito, estratégias discursivas, dentro de determinado contexto histórico, amplia a compreensão acerca do risco de se aceitar e/ou normalizar discursos que alimentam a intolerância e o ódio. Por fim, é papel constitucional do Estado/governo garantir a laicidade, defendendo, conseqüentemente, a pluralidade e a igualdade.

REFERÊNCIAS

- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- Charaudeau, P. (2017). *Discurso político*. Contexto.
- Curcino, L. (2021). Lives e livros: versículos e verdade na eleição presidencial brasileira. In: C. Piovezani, L. Curcino, & V. Sargentini (Orgs), *Discurso e (Pós)verdade* (1a ed) (pp. 105-134). Parábola
- Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. In: H. L. Dreyfus, & P. Rabinow, *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica* (pp. 231-249). Forense Universitária
- Orlandi, E. L. P. (1998). Discurso e argumentação: um observatório do político. *Fórum Linguístico*, 1 (1), 73-81.
- Pêcheux, M. (1995). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi (2a ed). Editora da Unicamp.
- Pêcheux, M., & Fuchs, C. (1990). A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: F. Gadet, & T. Hak, *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Editora da Unicamp.

ARTIGO RECEBIDO A
22/04/2023
ARTIGO APROVADO A
26/06/2023

As metáforas no discurso de/sobre André Ventura: as metáforas que constrói André Ventura e as que constroem sobre ele

The metaphors in the speech of/about André Ventura: the metaphors that André Ventura constructs and those constructed about him

**MENESES SILVA, ANA
SOFIA**
asmsilva@letras.up.pt

Centro de Linguística da Universidade do Porto (CLUP)

PALAVRAS-CHAVE:
Linguística Cognitiva;
Análise Crítica do Discurso;
Metáfora conceptual;
Metáfora situada;
Discurso Político
Parlamentar.

RESUMO: Através de uma abordagem interdisciplinar entre a Linguística Cognitiva e a Análise Crítica do Discurso, visamos identificar e analisar metáforas conceptuais e situacionais presentes nas intervenções do deputado André Ventura na Assembleia da República Portuguesa e em tweets quer da conta oficial do deputado quer de outras contas que publicam comentários sobre ele. Para isso, recolhemos dados de 15 relatórios do Diário da Assembleia da República e de 98 tweets, procedendo, depois, à anotação manual das metáforas e à sua pesquisa através do domínio alvo. Os resultados mostram um grande número de metáforas conceptuais nas suas intervenções, onde funcionam como um ataque ao adversário político, e de metáforas situadas nos comentários do Twitter, construídas discursiva e cognitivamente pelos utilizadores da rede com base em pressupostos culturais. Concluiu-se ainda que a retórica metafórica no discurso populista representa uma poderosa estratégia discursiva, permitindo jogos de poder nas interações políticas, manipulações discursivas e desencadeamento de emoções.

KEY-WORDS:
Cognitive Linguistics;
Critical Discourse Analysis;
Conceptual metaphor;
Situating metaphor;
Parliamentary Political
Discourse.

ABSTRACT: Through an interdisciplinary approach between Cognitive Linguistics and Critical Discourse Analysis, we aim to identify and analyse conceptual and situational metaphors present in the interventions of MP André Ventura in the Portuguese Parliament and in tweets both from the MP's official account and from other accounts that publish comments about him. For this purpose, we collected data from 15 reports of the Assembly of the Republic Diary and from 98 tweets, then proceeded to manually annotate the metaphors and to search them by target domain. The results show many conceptual metaphors in their interventions, where they function as an attack on the political opponent, and of situated metaphors in Twitter comments, discursively and cognitively constructed by network users based on cultural assumptions. It was also concluded that metaphorical rhetoric in populist discourse represents a powerful discursive strategy, allowing power plays in political interactions, discursive manipulations and triggering emotions.

1. Falamos desta entrevista <<https://correiodominho.pt/noticias/estudo-da-um-discurso-parlamentar-esta-mais-agressivo/69762>> [último acesso em 1/2/2023].

2. Para uma distinção entre *ad hominem* e *ad personam* ver Marques, Duarte e Seara (2019).

3. Para um levantamento destes, basta fazer uma pesquisa num motor de busca “insultos no parlamento português” para darmos conta de várias notícias que abordam estes assuntos. Veja-se, por exemplo, <<https://www.tsf.pt/portugal/politica/maria-jose-nogueira-pinto-chama-palhaco-a-deputado-socialista-1442801.html>> [acesso em 1/02/2023].

4. Se for realizada uma pesquisa por palavras no DAR como “mentiroso” é possível encontrar, por exemplo, “A Sr.^a Ana Catarina Mendonça Mendes (PS): — Mentiroso!” (DAR, XIV legislatura, reunião plenária de 6 de maio de 2021, p. 61).

5. Rolo Duarte, António. (2017, julho 9). O país onde o populismo continua impopular. Público. <<https://www.publico.pt/2017/07/09/politica/analise/o-pais-onde-o-populismo-continua-impopular-1777639>> [acesso em 1/02/2023].

1. INTRODUÇÃO

Em 2013, Maria Aldina Marques, cujos contributos para o estudo do Discurso Político Parlamentar são altamente relevantes, afirmou numa entrevista ao *Correio do Minho*¹, baseando-se nas intervenções dos deputados na Assembleia da República Portuguesa (ARP), que “o discurso parlamentar está mais agressivo”. De facto, no discurso político, nomeadamente no âmbito parlamentar, onde se proporciona um ambiente de manifestação e protesto, o insulto é uma estratégia argumentativa que cumpre diferentes funções pragmáticas. Como explicam Marques, Duarte e Seara (2019, p. 129), “os diferentes locutores falam em nome de um coletivo que se sente prejudicado por quem o deveria servir”, e, por isso, como são traços discursivos previstos neste contexto, os insultos são tolerados, ainda que sejam contestados pelos adversários.

Se o tom agressivo é nitidamente visível em ataques ao carácter pessoal do tipo *ad personam*², através do recurso a adjetivos e nomes, muitas das vezes, pouco elogiosos – “arruaceiro”, “palhaço”³, e mesmo, “mentiroso”⁴ e “mal-educado” –, é possível que sejam usados outros recursos linguísticos, como as formas de tratamento que, ora constroem, ora desconstroem a imagem do adversário (*idem*, p. 131). Ou, como viemos a verificar, a constante desvalorização do estatuto deste, através da descredibilização das suas funções políticas: “O Sr. André Ventura (CH): O senhor é Primeiro-Ministro de Portugal, não é historiador (...). Seja Primeiro-Ministro por um dia! Seja Primeiro-Ministro e não «último-ministro».” (DAR, XV legislatura, reunião plenária, de 22 de junho de 2022, pp. 11 e 12).

Em 2017, António Rolo Duarte considerava Portugal como “o país onde o populismo continua impopular”⁵, tendo em conta que vários movimentos populistas adquiriam uma relevância assinalável pelo mundo fora, ao passo que, em Portugal, se verificava uma fraca adesão ou,

apenas, “ameaças tímidas” (Duarte, Pinto e Salgado, 2019, p. 53). Apesar de mais tardio, é em 2019 que um movimento de extrema-direita emerge: o CHEGA! (CH), liderado pelo deputado André Ventura (AV) que se tem vindo a “celebrizar” por proferir sistematicamente declarações controversas, xenófobas, anti-imigração, anticorrupção e pelos frequentes ataques aos candidatos e partidos⁶. O estudo da metáfora, e não de outro recurso linguístico, nas intervenções de AV e em tweets sobre AV surge por acreditarmos que estas funcionam, ainda de forma subtil, como verdadeiros insultos.

O presente trabalho, situado entre uma perspetiva discursiva, da Análise Crítica do Discurso (ACD) e, cognitivista, da Linguística Cognitiva (LC), tem como *corpus* 15 documentos do Diário da Assembleia Portuguesa (DAR) contendo intervenções de AV na ARP entre 2020 e 2022 e 98 tweets publicados entre 2019 e 2022, extraídos da conta oficial do Twitter de AV e das contas de outros locutores que publicam comentários sobre AV, com os objetivos de fazer (1) a identificação e a interpretação de metáforas verbais (i) que AV utiliza na ARP e na sua conta do Twitter (de mencionar que os tweets da sua conta serão apenas considerados na discussão sobre AV como um político populista na secção 3) e (ii) que outros locutores utilizam para falar dele nas suas contas do Twitter; (2) explicar o papel da metáfora no “jogo de ataques e agressões” e de que forma ela manifesta a sua força persuasiva nos vários contextos de uso mapeados. O presente estudo é constituído da seguinte forma: na secção 2, faremos um breve enquadramento teórico, situando a metáfora na LC e procurando traçar um caminho comum com a ACD; logo de seguida, na secção 3, destacaremos algumas características populistas presentes nas intervenções na ARP e tweets de AV e, mais à frente, na secção 4, explicitaremos a metodologia utilizada na identificação e análise das metáforas; na secção 5, teremos a apresentação e discussão dos resultados. Por fim, na secção 6, teceremos algumas considerações finais.

6. Embora outros movimentos tenham antecedido este, conforme Duarte, Pinto e Salgado (2019, p. 37), o Partido do Nacionalismo Renovador (PNR), o Portugueses Primeiro (Associação de Iniciativa Cívica) e a União das Famílias Portuguesas, o Chega ganhou mais expressão, contando até na atualidade com doze deputados na ARP.

2. A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO E A LINGUÍSTICA COGNITIVA: A METÁFORA COMO PONTO CONVERGENTE

A promissora convergência entre a Análise Crítica do Discurso (ACD) e a Linguística Cognitiva (LC) foi já atestada em diversos estudos, tais como: Soares da Silva (2013, 2015, 2016), Gonçalves-Segundo (2014, 2020), Vereza (2007, 2010, 2013) e Langan e Llundain (2019). Este trabalho, embora vise contribuir para a literatura existente neste âmbito, destaca-se ao tratar o discurso político português.

Tradicionalmente, a metáfora era concebida como um recurso expressivo que produz sentidos através da comparação ou relações de semelhança entre as palavras e ideias. Ruiz de Mendonza (2014) considera, inclusive, o seu uso como um “desvio ornamental”, daí que na literatura esta adquira um valor essencialmente estético e expressivo. Já na perspectiva da LC, a metáfora consiste num fenómeno que envolve processos do pensamento comum que mostram como expressamos ideias e emoções na linguagem corrente (*idem*, p. 188). Portanto, nesta perspectiva, a linguagem encontra-se de mãos dadas com o pensamento.

A ideia de que a metáfora é uma construção do mundo e não apenas “mera linguagem” foi impulsionada por Lakoff e Johnson (1980), com o célebre estudo pioneiro *Metaphors We Live By*. Segundo os autores (*idem*, p.124): “If we are right in suggesting that our conceptual system is largely metaphorical, then the way we think, what we experience, and what we do every day is very much a matter of metaphor”. Defendem ainda que o uso de metáforas é fruto de domínios cognitivos distintos, sendo a linguagem verbal⁷ umas das formas como este se materializa. Aliás, Soares da Silva (2015, p. 5) defende que “mais do que instrumento retórico, a metáfora é um fenómeno conceptual por natureza, um mecanismo cogn(osc)itivo, um modo natural de pensar, falar e agir”.

7. Deixamos apenas a ressalva de que a metáfora pode ser expressa noutras variedades semióticas, embora apenas caiba, no âmbito deste trabalho, aplicada à linguagem verbal. Para um trabalho que se debruça sobre uma análise multimodal da metáfora, nomeadamente, verbal e visual, ver Gonçalves-Segundo (2016): “Metáforas Pictóricas e Multimodais em Campanhas contra o Dengue no Brasil”.

A Teoria da Metáfora Conceptual (Lakoff e Johnson, 1980) vem revolucionar a visão sobre a metáfora, conforme Geeraerts (2006, p. 11): “Conceptual Metaphor Theory occupies a major place in the cognitive linguistic research program”. Nesta, os autores defendem que o processamento metafórico ocorre através de um mapeamento (*mapping*) com a interação de dois domínios conceptuais: o domínio fonte/origem (*a source domain*), que deve ser conhecido (e reconhecido pelo interlocutor) e um domínio-alvo (*a target domain*), mais abstrato, não corporificado, que consiste na ideia que se pretende explicar pela metáfora (Gonçalves-Segundo, 2014, p. 36). Isto é, temos uma “fonte”, que é usada para falarmos sobre um “alvo”. Assim, em O AMOR É UMA VIAGEM - LOVE IS A JOURNEY (Lakoff e Johnson, 1980, p. 129), estamos perante uma metáfora conceptual cujo domínio-fonte é VIAGEM e o domínio-alvo é AMOR que pode ter diversas realizações linguísticas tais como “Estamos a ir demasiado depressa”, “Chegamos a um beco sem saída” e, ainda, “Olha ao ponto a que a nossa relação chegou”. Este é o típico esquema de metáfora conceptual, X É Y, em que Y é a fonte (VIAGEM) e X o alvo (AMOR). Estabelecemos uma correspondência ontológica entre os nossos conhecimentos de VIAGEM e a noção abstrata de AMOR, na qual os amantes correspondem a viajantes. O domínio fonte tem necessariamente de ser reconhecido pelos interlocutores, caso contrário a reconstrução metafórica não vai ocorrer, porque não terão os conhecimentos da fonte para compreender o alvo. Aliás, de acordo com Soares da Silva (2015, p. 5), “tomamos uma realidade que conhecemos (ou pensamos que conhecemos) melhor como ponto de referência, como modelo para compreendermos fenómenos complexos”.

Interessa-nos também fazer uma distinção entre metáfora conceptual e situada. Vereza (2013) faz uma descrição clara de ambas.

Como vimos, a metáfora conceptual está inserida a nível cognitivo na dimensão do sistema conceptual socialmente compartilhado que, de acordo com a autora (*idem*, p. 4), é parte do “pensamento coletivo, inconsciente, formador de e formado pela cultura”, sendo por isso, mais estável.

Quanto à metáfora situada, a autora explica que esta estrutura cognitivamente textos específicos, integrados numa espécie de “nicho metafórico” (Vereza, 2010, p. 209), cujo mapeamento é episódico e localizado, podendo ser compartilhada até se tornar automática e inconsciente. Este tipo de metáfora, embora mais instável, construída deliberadamente a partir de um processo criativo, precisa de ser explicitada linguisticamente por ser episódica, isto é, construída localmente no texto. A construção cognitiva da semelhança é descodificada pelo sistema conceptual em que se insere. Para ilustrar, em tweets do nosso *corpus* verifica-se “o André Ventura é tipo o Salazar de marca branca” e “André Ventura é tipo a imitação barata do Trump”, em ambos os casos os domínios fonte correspondem a entidades políticas e, simultaneamente, a produtos. Ora André Ventura é uma “marca branca” de Salazar, por ser culturalmente associado a um produto mais barato e com menos qualidade, ora é “imitação barata” como se tratasse de uma cópia, um produto de contrafação, de Donald Trump. A nível cognitivo, este tipo de metáfora está presente na linguagem em uso e não num sistema, contrariamente à metáfora conceptual. Na verdade, são novas metáforas que emergiram da Teoria da Metáfora Deliberada (Steen, 2011).

Concordamos com Soares da Silva (2015, p. 6), quando advoga que a metáfora é inteiramente contextualizada, de modo que o seu estudo não pode ser desligado do contexto sociocultural nem da interação social discursiva que esta se insere. Quando se debruça sobre a metáfora no discurso político, o autor afirma que esta não é apenas meio de conhecimento e compreensão

do mundo (como produto de cognição partilhada), como também é “estratégia de persuasão e manipulação emocional e ideológica” (*ibidem*).

3. O DISCURSO DE AV COMO UM DISCURSO POPULISTA

A ACD constitui uma abordagem eficaz para a análise do discurso político, já que se afigura como uma abordagem que tem em conta “linguagem, poder e ideologia” Fairclough (1995). De igual modo, Michel Pêcheux (1975) refuta a ideia de que a linguagem é apenas um mero instrumento de comunicação, uma vez que assume que a ACD é um domínio onde se intervém não só de forma teórica, mas também prática, capaz de mudar a vida social para melhor. Chilton (2004, p. 205) vai mais longe, vendo a ACD, por si só, como uma forma de ação política, já que se foca na linguagem como parte da sociedade. Por outras palavras, esta abordagem não investiga a língua como um fenómeno mental, mas social. Assim, acreditamos verdadeiramente que esta contribui para a compreensão do discurso político, onde se inclui o populista, na medida em que assume o discurso como objeto teórico que estuda a relação necessária entre aquilo que é dito e as suas condições de produção, por exemplo, de que maneira é que implica a sociedade.

Mendes (2020) e Parrança (2022) atestam que as mensagens difundidas nos discursos de AV, quer nas redes sociais, quer nas eleições presidenciais de 2021, seguem padrões típicos do populismo. Não obstante, propomo-nos, privilegiando uma abordagem pragmática-discursiva, realçar algumas das características que consideramos como as mais “flagrantes” por nós analisadas, quer nas intervenções de AV na ARP, quer na sua conta oficial do Twitter. Para tal, servimo-nos de excertos retirados do *corpus* constituído, que será explicado mais adiante, na secção 4.

Começamos pela postura de “homem providencial” (Parrança, 2022) com que se apresenta AV: homem virtuoso e íntegro, o único que pode salvar Portugal da desordem social e do caos político gerado na III República, ao longo de quatro décadas. Ora não fosse a sua biografia na sua conta oficial no Twitter (@AndreCVentura): “Incansável no propósito de mudar Portugal.” e a referência direta à necessidade de mudança do país constante nos seus tweets:

[@AndreCVentura] Hoje começou um projeto político nacional que não é para distribuir tuchos, nem para alimentar egos, nem para empregar familiares. É para salvar Portugal! Obrigado portugueses! (André Ventura, 7 de outubro de 2019)

O único com coragem para dizer a verdade:

O Sr. André Ventura (CH): (...) os portugueses sabem que temos razão, os portugueses sabem que só há um partido capaz de dizer a verdade inquestionável, incontornável e clara como água em Portugal. (DAR, XV legislatura, reunião plenária, de 14 de setembro de 2022, p. 29)

E, ainda, o único que pode representar a voz do povo:

O Sr. André Ventura (CH): Passaram anos demais sem que os portugueses tivessem uma voz aqui dentro. Agora, aqueles que nos estão a ver sabem que há alguém que enfrenta o Partido Socialista e que enfrenta o Governo e sabem que podem contar connosco para essa tarefa, quer o PS goste, ou não, quer o PSD goste, ou não, quer nenhum outro partido goste. Nós só dependemos de uma entidade: chama-se povo português. E temos muito orgulho nisso! (DAR, XV legislatura, reunião plenária, de 6 de julho de 2022, p. 41)

A revisão da Constituição Portuguesa e, conseqüentemente, a criação de uma 4ª República, porque “a atual já não serve”⁸ e está esgotada⁹, é, aliás, uma das medidas que AV propõe no projeto político que tem para Portugal. A insatisfação que sente face ao constitucionalismo atual ficou bem patente no seu discurso da Sessão Solene Evocativa de Aprovação da Constituição de 1822:

O Sr. André Ventura (CH): O que celebramos com o constitucionalismo são as barreiras

8. MadreMedia/Lusa. (2020, março 1). “Esta República já não serve”. André Ventura apresenta candidatura a Belém. Sapo. <<https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/andre-ventura-apresenta-candidatura-a-belem-e-defende-criacao-da-quarta-republica>> [acesso em 1/02/2023].

9. André Ventura apresenta projeto de revisão constitucional do Chega. (2022, outubro 4). RTP. <https://www.rtp.pt/noticias/politica/andre-ventura-apresenta-projeto-de-revisao-constitucional-do-chega_v1437432> [acesso em 1/02/2023].

criadas, desenvolvidas e aplicadas pelos povos, contra os abusos daqueles que lhes queriam tirar todos os direitos. «We, the people», nós, o povo, levantámo-nos e erguemos barreiras para impedir que o Estado nos viesse tirar direitos que são nossos. Essa seria a história bonita do constitucionalismo, mas não é a história bonita do constitucionalismo português. (DAR, XV legislatura, Sessão Solene Evocativa de Aprovação da Constituição de 1822, de 23 de setembro de 2022, p. 10)

Quando se debruça sobre o discurso populista, Patrick Charaudeau (2019, p.105) caracteriza o defensor populista como “un salvador perfectamente íntegro, incluso como un mesías”.

[@AndreCVentura] Nunca terei [medo], porque tenho a plena certeza da missão que me foi confiada para salvar Portugal. E, no dia em que tiver medo, vou-me embora e dou o lugar a outro! (13 de janeiro de 2022)

Ao contrário dos seus adversários alegadamente corruptos, o líder populista revela-se incapaz de se deixar corromper.

[@AndreCVentura] Enquanto eu for Presidente do CHEGA, o partido será sempre contra a subsidiopendência, contra os privilégios de algumas minorias e a favor de justiça a sério para bandidos. Acho aliás que este é o único caminho possível! (20 de março de 2021)

E acusa, com frequência, o atual Governo de roubo:

O Sr. André Ventura (CH): Todos podemos fazer contas — e, para os que não souberem, eu distribuo a calculadora — para perceber que estão aqui 20 mil milhões de euros e o pacote do Governo é de quatro mil milhões. Sabem como é que se chama a isto? Roubo! É o que há em Portugal. Roubo é o que temos! (DAR, XV legislatura, comissão permanente, de 7 de setembro de 2022, p. 26)

O que nos descrevem Mudde & Kaltwasser (2017, p. 66) sobre o líder populista também é relevante: “perhaps the most contentious feature of the populist strongman is charisma”. Baseados em Max Weber, os autores esclarecem ainda que a liderança carismática se refere a “authority of the extraordinary and personal gift of grace (charisma)”, ao heroísmo e a outras

qualidades de liderança individual. Os líderes populistas são também homens de ação, dispostos a tomar decisões difíceis e rápidas, “bold action” (*idem*, p. 64), para resolver uma situação de crise.

[@AndreCVentura] O rapaz [Francisco Rodrigues dos Santos] disse que eu sou fanático! E sou, pelos portugueses de bem! Pela luta contra a corrupção e por voltar a pôr este país na ordem. Este país que os partidos do sistema destruíram! (13 de janeiro de 2022)

Tendo em conta a definição de “populismo” de Mudde, lemos:

I define populism as *an ideology that considers society to be ultimately separated into two homogeneous and antagonistic groups*, ‘the pure people’ versus ‘the corrupt elite’, and which argues that politics should be an expression of the *volonté générale* (general will) of the people (2014, p. 543).

A construção desta polarização, de uma realidade dicotómica contrastante, é marcada pelos eixos Eu/Tu/Nós *versus* Eles/os Outros, respetivamente. No entanto, este processo é marcado por um abandono da natureza deítica dos pronomes pessoais com valor espacial e pela sua aquisição de valores axiológicos, nomeadamente de “Bem” e “Mal”. Por outras palavras, a distinção entre as categorias conceptuais, nomeadamente, o Nós *versus* os Outros, passa a ser realizada por valores ideológicos, nomeadamente, morais, sociais e políticos (Pinto, 2014, p. 320 e 321). De acordo com Duarte, Salgado e Pinto (2019, p. 41), “este tipo de visão política é simplista e inflexível, uma vez que rejeita a heterogeneidade”. A maioria dos discursos populistas, para Mudde (2014, p. 543), demonstram esta característica como normativa:

O Sr. André Ventura (CH): Ao dizermos que não há «outros», o que estamos a dizer é que são todos iguais. Não, não, Sr. Deputado Rui Tavares, a nossa emigração não tem nada a ver com a imigração que hoje está a chegar às portas de Portugal! (DAR, XV legislatura, reunião plenária, de 21 de julho de 2022, p. 9)

Os *tweets* que a seguir transcrevemos dizem respeito a outro traço do populismo, o caráter antissistema. Não só fica bem patente o apelo direto à mudança do país, como retrata um sistema corrompido cujos responsáveis são os governantes, ficando bem vincada a noção de “outsiders” de que nos falam Chilton e Schaffner (2002, p. 30):

[@AndreCVentura] Até posso cair e até posso falhar, mas tudo farei para devolver a dignidade ao povo português que tem estado refém dos interesses obscuros deste sistema corrupto! (19 de janeiro de 2022)

[@AndreCVentura] O nosso exército parlamentar reuniu hoje para preparar o grande dia da instalação do Parlamento na próxima terça-feira! Vamos com tudo para cima dos socialistas, uma luta sem tréguas contra a corrupção instalada no sistema! (24 de março de 2022)

[@AndreCVentura] Não gosto de terremotos. O único que me interessa é o que vai destruir este sistema podre e voltar a dar aos portugueses a dignidade que merecem! (3 de fevereiro de 2021)

O discurso populista constrói-se numa tríade, segundo Charaudeau (2019, p. 105): a descrição da desordem social de modo quase apocalíptico, a denúncia dos culpados e a eliminação destes. Assim, para estes aspetos temos, respetivamente, “o povo português tem estado refém”, veja-se, curiosamente, a reconstrução metafórica: SISTEMA É PESSOA, numa estância inferior SISTEMA É SEQUESTRADOR; seguidamente, “vamos com tudo para cima dos socialistas, *uma luta sem tréguas contra a corrupção instalada no sistema*”, verifica-se aqui uma metáfora bélica, onde há uma transferência do domínio da guerra para a política: COMBATE À CORRUPÇÃO É COMBATE MILITAR (GUERRA) e, por último, “o terremoto vai destruir o sistema podre”, de novo, temos o SISTEMA É PESSOA ou SISTEMA É ORGANISMO VIVO, pois assim como uma pessoa/um organismo vivo fica doente, o sistema pode ficar doente. Nesta intervenção, “Terremoto” também nos parece fazer referência a uma certa “mudança”, “a uma nova ordem”, a destruição não será propriamente mortífera, mas causadora de mudança, MUDANÇA É FENÓMENO NATURAL.

Numa altura em que o governo é assegurado pelo Partido Socialista (PS), no polo político oposto do CH, assistimos, quer nos *tweets* anteriores quer no discurso seguinte, a uma clara construção do *Outer Space AV*, onde os “socialistas” se incluem:

[@AndreCVentura] Chega e VOX em Lisboa, grandes momentos. Ainda vamos a tempo de salvar Portugal e Espanha das garras do socialismo! (29 de setembro de 2021)

O Sr. André Ventura (CH): Sim, para si, que nos está a seguir, aqui, no Parlamento, saiba isto: estes senhores que aqui estão, por cada minuto que passa, estão a tirar centenas de euros à sua pensão, ao seu salário, ao gasóleo que tem de pagar, para pagar aeroportos — incompetentes! — que eles não sabem fazer em Portugal. (DAR, XV legislatura, reunião plenária, de 28 de setembro de 2022, p. 5)

Muito frequente na construção da identidade política, esta estratégia de *Othering* com a convocação da voz do *Eles* ou *Outros*, faz-se recorrendo a vários elementos linguísticos, quer seja pela simples oposição de formas pronominais, quer seja por elementos lexicais ou pragmáticos (Pinto, 2016, p. 33). Veja-se como se codifica no *tweet* acima esta construção dicotómica através do recurso metafórico “garras do socialismo”, conceptualizando os “socialistas” como um animal feroz, predador, cuja presa é naturalmente o povo português (e, neste caso, também o espanhol). Há, na verdade, uma espécie de “diabolização” dos *Outros* (Duarte, Pinto e Salgado, 2019, p. 40) que intensifica a relação de conflito. Aliás, como revela Mudde (2014, p. 544), “Opponents are not just people with different priorities and values, they are evil!”. Não só os “socialistas” entram na noção de *outsiders*, como serão rivais a combater e a afastar do poder todos aqueles com ideologias contrárias à sua: comunistas, capitalistas, socialistas e até os *media*.

É curioso que a pessoalização do “inimigo” não fica por aqui, pelos adversários nomeadamente políticos. Segundo Charaudeau (2011, p.107), existe ainda uma espécie de “inimigo exterior”, “souvent présenté comme une entité abstraite afin de provoquer la peur face à une

menace réelle ou potentielle”. Em Portugal, é a imigração e as minorias étnicas, nomeadamente, a comunidade Roma, cujas referências discriminatórias são inúmeras, sempre assentes num discurso de medo. O autor sublinha aliás que são raras as vezes em que o discurso populista não assenta na xenofobia, sugerindo uma ameaça para o povo e o conflito de civilizações.

O Sr. André Ventura (CH): (...) Sr. Presidente e Srs. Deputados, vou terminar com uma frase que talvez possa vir a ser considerada uma frase racista, a mais racista alguma vez dita aqui dentro, mas desafio-vos a mostrarem-me o contrário: digam-me um distrito, repito, um distrito, onde não existam problemas com a comunidade cigana. (DAR, XIV legislatura, reunião plenária, de 8 de junho de 2020, p. 54)

Na seguinte intervenção em plenário, fica também visível que a imigração se inclui nos *Outros*:

O Sr. André Ventura (CH): Há aqui duas visões de Portugal e da Europa. Uma, a do Governo, expressa pela Sr.^a Ministra Ana Catarina Mendes, diz: «Venham de qualquer maneira. Nós somos muito solidários. Não temos para os nossos, mas temos para vocês. Não temos para os portugueses, mas temos para os outros.» Há outra visão, ainda, um pouco mais aprofundada, do Livre, do PCP e do Bloco de Esquerda, que diz: «Venham de qualquer maneira e, sejam legais ou ilegais, nós damos-vos um nome bonito — apátridas, refugiados, requerentes de asilo, o que quiserem. Entrem de qualquer maneira!» Só há uns que nunca têm prioridade no discurso do Governo: os portugueses que trabalharam toda a vida, que pagam impostos e que estão aqui a sustentar este País! (DAR, XV legislatura, reunião plenária, de 21 de julho de 2022, p. 9)

E mais à frente:

O Sr. André Ventura (CH): Vou dizer-lhe porquê, e o senhor devia aprender com os nossos emigrantes, porque eles vão para fora, para trabalhar. (...) Não são como «outros», que vêm para aqui para viver à conta dos nossos subsídios e dos nossos salários. (DAR, XV legislatura, reunião plenária, de 21 de julho de 2022, p.9)

Já como *insiders* de AV incluem-se “os portugueses”, vítimas do sistema corrupto, que são trabalhadores e emigrantes exemplares e pagam muitos impostos. Destaca-se naturalmente os

“portugueses de bem”, dos quais o político exclui todos aqueles que, para ele, não contribuem para a sociedade nem para a economia, isto é, outras raças e etnias que, alegadamente, no discurso de ódio dele, vivem à custa dos “portugueses de bem”.

A construção retórica do *pathos* “centrada sobre a exploração de emoções no Tu” (Duarte, Salgado e Pinto, 2019, p. 39) manifesta-se: (i) ora negativamente, com discursos que assentam na falta de segurança, despontando sentimentos de medo:

O Sr. André Ventura (CH): O País vive um brutal sentimento de insegurança não só pelo aumento da violência e da criminalidade organizada, como pela proliferação de gangues juvenis nos vários distritos do País. (...) Entre janeiro e maio deste ano, triplicou o número de homicídios e de tentativas de homicídio, comparando com o mesmo período do ano passado. No ano passado, e só no ano passado, foram detidos 832 jovens ligados a gangues e à criminalidade juvenil. (DAR, XV legislatura, reunião plenária, de 14 de setembro de 2022, p. 27)

(ii) ora positivamente, com a exortação à audiência sobre o orgulho nacionalista:

O Sr. André Ventura (CH): Por isso, há um mundo que nos separa. Os que se dizem globalistas querem todos iguais e todos da mesma forma. Para nós, Portugal e os portugueses estarão sempre em primeiro lugar, porque foram eles que nos permitiram estar aqui hoje. Se esta Assembleia da República existe é porque eles pagam impostos, porque eles nos sustentam e porque eles permitem que estejamos aqui! (DAR, XV legislatura, reunião plenária, de 21 de julho de 2022, p. 9)

Além de outros discursos, Charaudeau (2011, p. 109) frisa o típico discurso de vitimização (não exclusivo dos partidos de direita).

O Sr. André Ventura (CH): Quando o André Ventura diz que é preciso um plano específico para a comunidade cigana, é racista, mas, quando o autarca da Azambuja, do Partido Socialista, diz o mesmo, António Costa diz que é preciso pôr as palavras no seu contexto. O autarca de Moura diz que o acampamento será isolado e acompanhado em permanência pela GNR e que todos os bens alimentares serão entregues por funcionários da câmara, mas, se fosse o André Ventura a dizê-lo, meu Deus, onde é que este País teria caído nesse dia. (...) Quando o André Ventura disse que o que se tinha passado com o futebolista Marega não era

um caso de racismo, Mãe do Céu! (DAR, XIV legislatura, reunião plenária, de 8 de junho de 2020, p. 54)

Numa estrutura narrativa muito simplificada, num tom eufórico (bem marcado com pontos de exclamação no Twitter e o tom de voz elevado na ARP¹⁰), a tónica dos discursos e tweets de AV passa sempre pelas mesmas temáticas, com o objetivo de mobilizar a população e, diríamos mesmo, “comprar” a população, dizendo-lhe aquilo que quer ouvir, prometendo soluções rápidas para derrubar as elites políticas. Quando Charadeau (2011, p. 101) distingue o populismo de direita do de esquerda, advoga que “la droite est populiste parce qu’elle manipule les classes moyennes et populaires (peu politisées) par des discours qui cherchent à susciter l’émotion la plus primitive: la peur.” Efetivamente, “o populismo cria uma realidade paralela, baseada em exageros e emoções exacerbadas” (Galito, 2018, p. 65), fazendo-se ouvir não apenas “nas camadas sociais menos instruídas ou que auferem menos rendimentos”, mas também nos “desiludidos com a vida ou os revoltados, com ódio ao sistema atual”, alimentando-se, portanto, da expectativa defraudada.

O Sr. André Ventura (CH): Dirijo-me ao mundo rural, aos agricultores, aos que sabem o que é realmente este País e que veem, com os seus olhos, os impostos que não param de aumentar, o preço dos bens alimentares que não para de aumentar, a incapacidade de terem o mínimo de produção às mãos de uma União Europeia cada vez mais selvagem na agricultura, na produção e no mar. Dirijo-me ao mundo rural e aos pescadores, aos agricultores, ao setor tauromáquico, a todos aqueles que fazem o Portugal que conhecemos. Dirijo-me àqueles que fazem o Portugal que conhecemos e que o Partido Socialista quer destruir: tenham esperança, nós ainda aqui estamos para defender esse Portugal profundo que não se revê nas elites de meia Lisboa e que quer, efetivamente, ser representado. (DAR, XV legislatura, reunião plenária, de 8 de abril de 2022, pp. 71 e 72)

Assim, será de esperar uma linguagem vulgar e simples, à qual Mudde (2014, p. 542) atribui o termo *Stammtisch* (linguagem de pub, em português, “linguagem de café”), por ser “highly emotional and simplistic discourse that is directed at the ‘gut feelings’ of the people.”

10. Se nos dermos conta o próprio nome do partido CHEGA! pode ser considerado como um ato ilocutório expressivo, usado para mandar parar um comportamento que provoca irritação ou mesmo para fazer calar alguém. Sobre o tom de voz o próprio admite, por exemplo, “Sim, Sr.^a Deputada, estou a falar alto!” (DAR, XIV legislatura, reunião plenária, de 8 de junho de 2020).

4. METODOLOGIA

O nosso *corpus* está dividido em dois *subcorpora*, a saber: i) 15 relatórios do Diário da Assembleia da República (DAR) para o levantamento das metáforas que constrói André Ventura na Assembleia da República Portuguesa (ARP) e ii) tweets com estruturas linguísticas específicas para a identificação de metáforas que dizem sobre ele no Twitter (os tweets produzidos por AV não entraram no *corpus*, foram usados apenas para o descrever enquanto político populista). Num primeiro momento, procedeu-se à recolha de dados documentais e, em seguida, à análise qualitativa e quantitativa dos mesmos. Optamos por empregar uma metodologia sugerida por Soares da Silva (2015) na identificação de metáforas num *corpus* computacionalmente não-anotado. Começamos por procurar expressões metafóricas a partir de palavras do domínio alvo, designadamente, “Governo”, “Estado”, “economia” e “Partido Socialista (PS)”. Inevitavelmente, com a leitura dos relatórios, fomos encontrando outras expressões metafóricas com outros domínios alvo. Posteriormente, cada uma destas foi analisada individualmente tendo em consideração, sobretudo, o mapeamento estabelecido entre os domínios fonte e alvo e o contexto em que são enunciadas.

O acesso aos discursos que têm lugar na ARP é totalmente público, nomeadamente, através das publicações online no Diário da Assembleia da República (DAR), onde disponibilizam, para além dos documentos com os relatos autênticos e completos do que ocorre em cada reunião plenária, um ficheiro audiovisual da sessão completa. Apesar de estes últimos documentos possibilitarem uma análise a fatores extralinguísticos, como gestos, comportamentos, olhares e outras expressões faciais, isso não constituiu objeto de investigação. Não só importa a conduta dos colegas de bancada, os “típicos coros de suporte ao orador” (Marques, 2013), que contribuem para a construção do *ethos* coletivo, como a dos adversários e as suas mani-

feições de desacordo. Limitamos a nossa análise aos seguintes diários (do mais antigo para o mais recente):

- DAR, XIV legislatura, reunião plenária, de 8 de junho de 2020 e 23 de junho de 2021.
- DAR, XV legislatura, reunião plenária, de 7 de abril de 2022; 8 de abril de 2022; 22 de junho de 2022; 6 de julho de 2022; 21 de julho de 2022; 22 de julho de 2022; 7 de setembro de 2022; 14 de setembro de 2022; 21 de setembro de 2022 e 28 de setembro de 2022.
- DAR, XV legislatura, Sessão Solene Comemorativa do XLVIII Aniversário do 25 de Abril, de 25 de abril de 2022 e, ainda, a Sessão Solene Evocativa da Aprovação da Constituição de 1822, de 23 de setembro de 2022.

A escolha destes diários teve em conta as intervenções de AV mais polémicas¹¹ e mais divulgadas nos *media*. Além disso, achamos relevante recolher do Twitter, através de uma “pesquisa avançada” (ferramenta da rede), tweets, entre 2019 (entrada de AV no Parlamento como deputado) e 2022, que detivessem as seguintes estruturas: “(o) André Ventura é tipo” (40 ocorrências), “(o) André Ventura é do tipo” (3 ocorrências), “(o) André Ventura é como” (27 ocorrências), “o Ventura é como” (11 ocorrências) e, ainda “o Ventura é tipo” (17 ocorrências). A estrutura “André Ventura é do género” foi admitida, mas excluída por falta de ocorrências. Alertamos ainda para o facto de o número de ocorrências ter sido “filtrado” por nós mediante os seguintes critérios (1) fala inequivocamente do deputado e líder do Chega, André Ventura, ou de um outro referente que tem a propriedade de se chamar André Ventura em comum? (2) as palavras seguem as sequências pretendidas? Ou aparecem em posições sintáticas diferentes da frase? (Veja-se o seguinte exemplo retirado do nosso *corpus* e transcrito textualmente do mesmo: “E os discursos populistas tipo Andre Ventura e tipo Marine le Pen são apelativos para

11. Veja-se, por exemplo: Lusa (2022, 14 de setembro). Santos Silva adverte Chega sobre “discursos injuriosos” após intervenção de Ventura dirigida à comunidade cigana. Público. <<https://www.publico.pt/2022/09/14/politica/noticia/santos-silva-adverte-chega-discursos-injuriosos-apos-intervencao-ventura-dirigida-comunidade-cigana-2020580>> [acesso em 1/02/2023].

os extremistas.”) e (3) a comparação é referente a AV ou um evento a ele associado? (cf. “Estar num debate com André Ventura é como discutir com uma criança”). O número total de tweets recolhidos foi de 135, sendo 37 excluídos pelos critérios anteriores. Por limites de extensão deste trabalho, fizemos uma seleção daqueles que, a nosso ver, mais se destacam e se cruzam.

Ressalvamos ainda que a metáfora não tem necessariamente uma partícula comparativa explícita, podendo a metáfora ser implícita. Além disso, para a pesquisa no Twitter, optámos por procurar as estruturas comparativas como as citadas anteriormente, para obtermos resultados mais pertinentes. Aliás, este critério de busca chegou-nos através dos estudos de Paulo Roberto Gonçalves-Segundo, pois, apesar de, do ponto de vista linguístico, metáfora e comparação serem recursos diferentes, do ponto de vista cognitivo, essa distância não acontece e os “gatilhos” linguísticos que citamos são as mais das vezes introdutórios típicos de metáforas. Além disso, não se pretende realizar um levantamento exaustivo, mas tentar tecer algumas considerações sobre a retórica metafórica no discurso populista.

5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1. METÁFORAS NO DISCURSO DE AV NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Nesta secção, pretendemos fazer um levantamento das metáforas conceptuais e situadas, tendo em conta a distinção proposta por Vereza (2013). Começaremos pela análise de metáforas conceptuais encontradas nos relatórios do DAR.

O nosso *corpus* é rico em metáforas cujo domínio alvo é a economia, o Governo ou o Estado, ou mais especificamente, o Partido Socialista (PS), baseadas no comportamento humano

e animal e em características bélicas. Encontramos também metáforas construídas a partir de outros domínios fonte como forças naturais e objetos materiais. As intervenções (1)-(12) contêm metáforas conceptuais baseadas nestes mesmos domínios:

(1) O Sr. André Ventura (CH): Vou ler: «Governo e PSD chegam a acordo para obras na Portela e para estudar proposta de Santarém.» Está aqui! (...) Mais vale assumirem que estão a ser o braço direito do PS. Mais vale assumirem! (DAR, XV legislatura, reunião plenária, de 28 de setembro de 2022, p. 17)

(2) O Sr. André Ventura (CH): Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, hoje é o Dia Internacional das Comunidades Ciganas. Como já hoje foi aqui bem lembrado, é um dia em que devemos não esquecer as minorias e aquela conversa que nos alimenta a todos há 47 anos (...) (DAR, XV legislatura, reunião plenária, de 8 de abril de 2022, p. 70)

(3) O Sr. André Ventura (CH): — Sr. Presidente, peço a palavra. (DAR, XV legislatura, reunião plenária, de 21 de julho de 2022, p. 10)

(4) O Sr. André Ventura (CH): (...) O salário dos licenciados caiu 11%, durante o seu Governo! Por isso, escusa de nos vir dar conversa, porque a verdade é esta. Portanto, a pergunta é esta, e é muito simples: assume, ou não, a responsabilidade por este maior desastre de sempre de queda proporcional do salário dos licenciados em Portugal?! (DAR, XV legislatura, reunião plenária, de 22 de julho de 2022, p. 15)

(5) O Sr. André Ventura (CH): Temos dois partidos em conluio absoluto, um Primeiro-Ministro completamente irresponsável, um Ministro das Infraestruturas completamente incapaz e escondido e um Governo à deriva, numa das maiores obras públicas da nossa história. (...) Hoje, este debate não é só de urgência. Se me permite, Sr. Presidente, este debate devia ter uma outra designação. Não devia ser um debate de urgência, devia ser o debate da tragédia portuguesa, a tragédia da irresponsabilidade, a tragédia da incapacidade, a tragédia da incompetência, a tragédia da cobardia de não estar aqui hoje. (DAR, XV legislatura, reunião plenária, de 28 de setembro de 2022, p. 5)

(6) O Sr. André Ventura (CH): (...) Quem nos está a ouvir sabe bem daquilo que falo, porque sente todos os dias o peso de um Estado que não para de aumentar, o peso de uns impostos que não param de triplicar e o peso de um rendimento que não para de emagrecer. Esta é a oportunidade para que o Primeiro-Ministro socialista possa finalmente dar dignidade a estas pessoas. (...) (DAR, XV legislatura, reunião plenária, de 8 de abril de 2022, p. 61)

(7) O Sr. André Ventura (CH): Pergunto-lhe como reage à notícia, que também conhecemos ontem, de que Portugal é o terceiro país da zona euro onde o preço dos alimentos mais cresceu, e o que é que o Governo pensa fazer sobre isso. (DAR, XV legislatura, reunião plenária, de 22 de julho de 2022, p. 17)

(8) O Sr. André Ventura (CH): (...) gostava de prestar a minha homenagem ao Ministério Público e a todos os que têm tido, mesmo nas garras de um Governo absoluto, a capacidade de prosseguir com independência os seus esforços. (...) (DAR, XV legislatura, reunião plenária, de 8 de abril de 2022, p. 71)

(9) O Sr. André Ventura (CH): Dirijo-me àqueles que fazem o Portugal que conhecemos e que o Partido Socialista quer destruir: tenham esperança, nós ainda aqui estamos para defender esse Portugal (...) (DAR, XV legislatura, reunião plenária, de 8 de abril de 2022, p. 72)

(10) O Sr. André Ventura (CH): Que legado quer deixar neste PSD: o legado de colaborar com o PS ou o de se juntar a nós na luta contra o PS? (DAR, XV legislatura, reunião plenária, de 8 de abril de 2022, p. 72)

(11) O Sr. André Ventura (CH): O caminho que foi seguido por esses dois partidos ficou à vista: ser a marioneta e o suporte de António Costa leva inegavelmente à destruição e ao desaparecimento. (DAR, XV legislatura, reunião plenária, de 8 de abril de 2022, p. 72)

(12) O Sr. André Ventura (CH): Por isso, Sr. Deputado Cotrim de Figueiredo, só há um partido à direita que é oposição: é o Chega! Vocês são muletas do Governo do Partido Socialista, é o que é! (DAR, XV legislatura, reunião plenária, de 6 de julho de 2022, p. 37)

Em (1), embora a sequência “*braço direito*” especifique o nome *braço*, referindo-se naturalmente ao braço que temos do lado direito do corpo, neste contexto, “o conhecimento enciclopédico do papel fundamental do nosso braço direito em atividades físicas motiva a metáfora que transfere a relevância física do braço direito para os mais variados tipos de ação” (Basilio, 2016, p. 98 e 99), nomeadamente, na esfera das relações de trabalho, com base na semelhança funcional. A metáfora corresponde então à transferência da sequência “*braço direito*” do domínio do corpo humano (domínio fonte) para o domínio do papel social (domínio alvo) que um indivíduo desempenha ou da funcionalidade que detém. Neste caso, AV acusa o Partido

Social Democrata (PSD) de chegar a acordo com o Partido Socialista (PS) nas obras do aeroporto da Portela e na proposta de um novo aeroporto, por questões de interesse. Aqui, braço direito ganha um valor de “interesses políticos” ou “serventia”, por isso SER BRAÇO DIREITO DO PS É JOGO DE INTERESSES. Embora não caiba no âmbito do nosso trabalho, há também aqui uma relação de metonímia, uma vez que a expressão denota uma pessoa (*Todo pela Parte*).

As metáforas presentes nas intervenções (3) e (4) são diferentes realizações linguísticas da mesma metáfora conceptual DISCURSO É OBJETO, não tendo propriamente um valor idêntico. É como se nas expressões “peço a palavra” (que já está muito cristalizada) e “dar conversa”, “palavra” e “conversa” fossem objetos concretos que são manuseados e transportados. A propósito, enunciados como em (3) são muitíssimo frequentes, mas não têm qualquer valor de crítica, quer “peço a palavra”, por parte dos deputados, ou “dou-lhe a palavra”, por parte do Presidente da Assembleia da República no seu papel de moderador – com o objetivo de permitir que fale, pedir ou dar a vez de fala. Mais especificamente, em (2), “aquela conversa que nos alimenta há 47 anos”, as reconstruções metafóricas DISCURSO É ALIMENTO ou DISCURSO É COMIDA parecem-nos adequadas ao considerarmos “conversa” um hipónimo do domínio fonte, “discurso”. Na verdade, as expressões nas intervenções (2) e (4) pretendem transmitir uma mensagem semelhante, visto fazerem referência a um discurso que pretende persuadir o povo, recorrendo ao que ele quer ou espera ouvir, de modo a levá-lo a acreditar nele. Além disso, voltamos a verificar aqui um cruzamento entre metáfora e metonímia.

Em (5), o Governo sofre com desastres ou fenómenos naturais, com a agitação violenta da natureza, como é o caso de um barco ou navio naufragado que fica à deriva, que se traduz pela expressão “um Governo à deriva”, completamente descontrolado, sem rumo ou direção. Veja-se, aliás, a repetição enfática de “tragédia” na sua intervenção, que contribui para a in-

tensificação da sua crítica. Assim, O GOVERNO É UM BARCO/NAVIO ou, com ainda mais força conceptual, O GOVERNO É CATÁSTROFE. É sem dúvida uma estratégia para sustentar o argumento do ataque que faz ao Governo. Também anteriormente, em (4), assistimos a uma queda desastrosa nos salários, ou na economia pode ter a mesma reconstrução metafórica, ECONOMIA É FENÓMENO NATURAL.

Em (6), o Estado, como domínio alvo, é metaforicamente conceptualizado como uma pessoa (obesa ou magra), um organismo vivo, com as expressões “o peso de um Estado que não para de aumentar” e “o peso de uns impostos que não param de triplicar” cuja estrutura O ESTADO É UM CORPO OBESO é, por sua vez, uma instancição da metáfora de nível superior O ESTADO É UMA PESSOA. No lado oposto, “o peso de um rendimento que não para de emagrecer” relaciona-se com a estrutura ECONOMIA É UM CORPO MAGRO e ECONOMIA É UMA PESSOA. Já em (7) tanto ECONOMIA É UM ORGANISMO VIVO como PREÇOS SÃO ORGANISMOS parece-nos uma reconstrução metafórica possível: os preços, como sendo parte da economia, têm a capacidade de se desenvolver, aumentar e diminuir de tamanho.

As restantes metáforas em (8), (9) e (10) conceptualizam o Governo, nomeadamente, o Partido Socialista, como um animal predador ou um inimigo, que, se não for combatido, pode levar à destruição. Em (8), o Governo adquire uma característica do mundo animal, em “garras”, sendo conceptualizado como um verdadeiro predador na estrutura O GOVERNO É UM ANIMAL, ou numa outra instância, O GOVERNO É UM PREDADOR, cujas presas, neste caso, são “o Ministério Público e todos os que têm tido a capacidade de prosseguir com independência os seus esforços”. Já em (9) e (10), verificamos metáforas de teor bélico, aliás, de acordo com Soares da Silva (2013, p. 24) “a metáfora do inimigo atrai outras metáforas da guerra ou do combate”. Na intervenção (9), o PS tem o poder de causar destruição e danos, em

(10), O PARTIDO SOCIALISTA É INIMIGO, conforme se vê através do apelo feito por AV ao PSD para estabelecerem uma união.

Em (11) e (12), estamos perante dois ataques diferentes, que são, de certa forma, polidos e atenuados pela construção metafórica. A ideia destas intervenções é fazer uma denúncia, na tentativa também de ser cómico. No mapeamento de (11), o domínio fonte é “marioneta”, que por definição literal, é um boneco manipulável por uma pessoa. Neste caso, António Costa (atual Primeiro-Ministro) assumiria essa posição e “esses dois partidos” a que se refere AV são o Bloco de Esquerda (BE) e o Partido Comunista Português (PCP) que funcionam como domínios alvo. Deste modo, acusa-os de serem facilmente manipulados, subservientes e dependentes de António Costa e, de acordo com AV, isto acarreta as consequências. A reconstrução que propomos, tendo em conta toda a intervenção, é ESTAR AO SERVIÇO DE ANTÓNIO COSTA É SER MARIONETA ou REALIZAR O QUE ANTÓNIO COSTA MANDA É SER MARIONETA. Em (12), por outro lado, o domínio fonte é “muleta”, cuja definição denotativa remete para um bastão ou bengala a que se pode apoiar quem tem dificuldade em andar. Agora, quem assume o papel de “muletas” no sentido figurativo são os membros do partido Iniciativa Liberal (IL), liderado pelo “Sr. Deputado Cotrim de Figueiredo”, que são acusados de apoiarem o PS nas suas decisões e medidas. Assim sendo, SUPORTAR O GOVERNO É SER MULETA. Como vemos, palavras que têm referentes aparentemente inocentes, com polaridade neutra, adquirem neste tipo de discursos um valor pejorativo, de crítica e desprezo. Todas estas parecem-nos metáforas relativamente estabilizada na nossa cultura.

Voltamo-nos agora para uma metáfora situada, em (13), encontrada com bastante frequência nas suas intervenções. De mencionar que nas metáforas situadas, é também possível fazer o mapeamento e a transposição, pois como são localizadas, ao serviço de um objetivo específico,

há mais necessidade até de o fazer. Porém, convém salientar de que se trata de um mapeamento, por vezes, complexo, já que diferentes analistas as reconstróem de modos diferentes, decorrente da sua experiência da realidade, quer seja individual ou coletiva.

(13) O Sr. André Ventura (CH): Afinal, onde está o 25 de Abril de 1974 em que podíamos exprimir-nos livremente?! Agora, querem tirar-nos esse direito?! (DAR, XV legislatura, reunião plenária, de 8 de abril de 2022, p. 71)

Num dos momentos em que AV é repreendido pelo Presidente da Assembleia da República por proferir “discursos injuriosos” e sendo também alvo de protestos pelos restantes partidos, vemos claramente em (13) um discurso de vitimização, ancorado na Revolução de 25 de Abril de 1974, onde AV se queixa da falta de liberdade de expressão por não poder dizer aquilo em que acredita, fazendo referência ao fim da ditadura e uma busca por lembranças, valores ou ideias (de opressão) relacionadas ao período de 1933-1974. A metáfora AÇÕES SÃO EVENTOS (Soares da Silva, 2015, p. 21), em que a ação “limitar ou interromper uma intervenção” é censura e falta de 25 de Abril, ou seja, de liberdade de expressão. Embora o autor a considere uma metáfora conceptual genérica, ou seja, “pela qual ações, estados, mudanças, causas, objetivos e instrumentos se conceptualizam em termos de espaço, movimento e força”, acreditamos que, neste contexto específico, se trate de uma metáfora situada, uma vez que o domínio alvo está a ser construído naquele preciso momento. Por outras palavras, o paralelismo não é inerente ao domínio fonte (“25 de Abril”), mas é construído discursiva e cognitivamente pelo autor (Vereza, 2010, p. 210).

5.2. NO TWITTER

No Twitter, as metáforas encontradas são, de modo geral, situadas, sendo o domínio alvo André Ventura, pelo que a procura foi realizada neste sentido. Uma vez que o *corpus* é extenso,

constituído por cerca de 98 tweets com estruturas metafóricas, iremos agrupar as ocorrências em dois conjuntos, com as estruturas mais recorrentes. Optamos pela omissão do nome de utilizador por questões de formalidade e proteção do anonimato, referindo apenas a data da publicação do tweet¹².

Na maioria dos casos encontrados, os utilizadores explicam a metáfora ou elaboram-na mais, precisamente por esta ser “localizada” e não estar acessível na memória por todos, veja-se, por exemplo, (1), (4) e (8). A elaboração da metáfora situada condiz com a hipótese proposta por Vereza (2010, p. 209), justamente porque o seu processamento se dá localmente, num contexto específico.

- (1) André Ventura é tipo Trump, fala bué no Twitter e depois não faz nada (30 de maio de 2020)
- (2) o André Ventura é tipo o Salazar de marca branca (5 de julho de 2020)
- (3) André Ventura é tipo a imitação barata do trump (8 de janeiro de 2021)
- (4) É que o Ventura é tipo Trump e Bolsonaro, todos falam mal deles mas depois os votos aparecem, deve ser magia.... (8 de janeiro de 2021)
- (5) O André ventura é tipo o Trump da wish (13 de janeiro de 2021)
- (6) André Ventura é tipo Trump versão 2.0 e português (21 de janeiro de 2021)
- (7) André ventura e tipo Trump português (22 de janeiro de 2021)
- (8) André Ventura é tipo Trump, senão ganhar faz uma birra (24 de janeiro de 2021)

12. Além disso, os exemplos que inserimos foram transcritos textualmente dos textos do *corpus*, nomeadamente as incorreções que os mesmos contêm.

Este conjunto de tweets, de (1) a (8), foi selecionado pelas propriedades estruturais que têm em comum. Ora, na sua esmagadora maioria, AV é comparado a Donald Trump e apenas em (2) e (4) a António Oliveira Salazar, ditador português, e a Bolsonaro, respetivamente, porém todos eles figuras políticas conhecidas pela difusão de ideais conservadores e de extrema-direita. A estrutura comum a todos corresponde não só aos ideais políticos que AV partilha com as outras três figuras, mas à postura e atitude semelhante que frequentemente adota (como o tom de voz eufórico e nacionalista, a gesticulação excessiva e os discursos xenófobos). Considerando os exemplos em que AV é comparado a Trump, como um forte domínio fonte proporíamos: ANDRÉ VENTURA É TRUMP.

Numa perspetiva diferente, misturam-se outros conceitos em (2), (3), (5) e (6), uma vez que conceptualizam ainda AV como uma “cópia” ou uma segunda versão de um produto ou ideia pré-existente, através das expressões “marca branca”, imitação barata”, “versão 2.0” e “da wish¹³”. Todas estas, de alguma forma, têm o mesmo significado, mas com realizações linguísticas distintas para “artigo mais barato” ou “artigo de fraca qualidade”, à exceção de “versão 2.0”, que por norma seria uma nova versão evoluída, atualizada e melhorada de um produto informático, no entanto, não podemos afirmar que o autor efetivamente teve a intenção de elogiar. Neste sentido, o mapeamento metafórico corresponderia à metáfora conceptual PESSOAS SÃO OBJETOS, que possibilita a ocorrência da metáfora situada ANDRÉ VENTURA É OBJETO e as suas versões específicas ANDRÉ VENTURA É UM PRODUTO, ANDRÉ VENTURA É UM PRODUTO BARATO E PLAGIADO e, ainda, ANDRÉ VENTURA É FRAUDE, tal como proposto por Vereza (2010, p. 209), com a noção de “nicho metafórico”.

13. Note-se que a Wish é uma loja online onde se podem comprar milhões de artigos a um custo muito reduzido, de qualidade muito inferior e até, em alguns casos, defeituosos e falsificados. A nosso ver, a metáfora situada realizada linguisticamente na expressão “algo ser da Wish”, passou a ser compartilhada e disseminada por membros de um grupo social, principalmente, nas redes sociais.

Assistimos, de (9) a (13), à construção de metáforas baseadas em doenças:

(9) André Ventura é como um vírus fascista que se infiltra como algo fascinante, deixando esse pobre povo de espírito ignorante, fascinado. (1 de março de 2020)

(10) André Ventura é como um cancro que necessita ser removido para evitar metástases (3 de abril de 2020)

(11) imaginem, o André Ventura é tipo sarna (6 de janeiro de 2021)

(12) André Ventura é como uma irritação da pele. É não coçar. Se não espalha. (7 de janeiro de 2021)

(13) O André ventura é como o corona vírus é a pior coisa que podia ter acontecido (20 de janeiro de 2021)

André Ventura é conceptualizado com um microrganismo patogénico (9) e (13) contagioso ou uma doença que alastra rapidamente (10), (11) e (12). Neste sentido, aquilo que é conceptualizado não é propriamente André Ventura como entidade individual, mas, novamente, os ideais políticos que tem vindo fortemente a disseminar. Assim, os tweets apresentados parecem seguir uma estrutura muitíssimo poderosa - ANDRÉ VENTURA É DOENÇA ou, mais especificamente, ANDRÉ VENTURA É UMA DOENÇA CONTAGIOSA e numa instância superior, PESSOAS SÃO DOENÇAS. novamente, uma metáfora conceptual possibilitando a ocorrência de metáforas situadas.

Como observamos nestas metáforas situadas, há reconstruções que se tornam comuns em tweets de utilizadores diferentes, pois por partilharem e conhecerem inconscientemente as

metáforas ANDRÉ VENTURA É TRUMP ou ANDRÉ VENTURA É DOENÇA, produzem outras com doenças, sendo o domínio fonte genérico o mesmo. Além disso, veja-se que em (9), (10), (11) e (13), se o autor não explicitar quais aspetos de uma doença estão em evidência nessa comparação, a metáfora não vai surtir o efeito de sentido gerado pelo texto no leitor. As metáforas situadas têm, por isso, a possibilidade de se tornarem metáforas distribuídas, se forem disseminadas, recorrentes e compartilhadas ao ponto de se tornarem estruturantes de um dado discurso (Gonçalves-Segundo, Isola-Lanzoni e Weiss, 2019, p. 36). Como proposto por Zelic e Gonçalves-Segundo (2016), as metáforas distribuídas revelam fortes aspetos ideológicos de dados grupos sociais, conferindo-lhes coesão e “legitimando dados estados de mundo e mobilizando determinadas atitudes” (*idem*, p.74).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aliando duas disciplinas da Linguística aplicadas ao discurso político, criámos um trabalho de natureza embrionária. Naturalmente, abrimos portas para trabalhos futuros mais aprofundados sobre este tema e, principalmente, sobre as estratégias usadas por AV na estruturação dos seus discursos. Acreditamos na produtividade de questões de persuasão, bem como outras estratégias, utilizadas no Parlamento, como contributo para a literatura existente no âmbito da Análise Crítica do Discurso.

Como se verificou pela amostra, os nossos *corpora* são ricos em metáforas insultuosas, na ARP, mas mais nítidas no Twitter. Conforme Langan e Llundain (2019, p.24), a metáfora permite ao populista referir-se à realidade em termos compreensíveis, expondo, num tom eufórico e provocador, ideias simplistas, atrativas e emocionais, com o objetivo de ativar uma visão conflituosa da realidade social. Em várias ocasiões, a metáfora funcionou como ataque na ARP,

com o objetivo de descredibilização do adversário, das suas funções, nomeadamente, políticas. De facto, o discurso político parlamentar é um discurso tipicamente agressivo, mas não é ofensivo, segundo Marques (2008a, p.294), “mercê da criação de um mundo discursivo político, que livra os participantes (funcionalizados) de responsabilidades e agressões”, aliás, é “um conflito ritualizado”. Outro aspeto interessante é que, em alguns casos, sentimos que a metáfora conceptual está tão enraizada numa cultura que é raramente percecionada como tal, e muito menos como um insulto. Assim, é sem muito esforço facilmente recebida e decodificada pela audiência, uma vez que está “retida” na memória cognitiva. Caso não estivéssemos a fazer um trabalho sobre metáforas, nem teríamos dado pela sua existência.

No Twitter, a metáfora tem uma força insultuosa muitíssimo proeminente, sendo sempre usada com um sentido pejorativo. Em muitos dos casos, uma vez que os utilizadores fazem uso de vários pressupostos culturais (quem é Trump, quem é Bolsonaro, o que é a Wish ou marca branca, etc.), efetivamente, estes precisam de ser partilhados pelo grupo social ou explicitados pelo leitor para que a metáfora seja compreendida. A propagação de discursos de ódio também é algo que nos preocupa e as redes sociais impulsionam e aumentam a sua visibilidade. Não esqueçamos que a Análise Crítica do Discurso vê o discurso como forma de poder e como uma prática social (Fairclough, 2003), sendo os estudos da área uma forte contribuição para o conhecimento da relação entre a linguagem e a sociedade.

Retomando a entrevista de Aldina Marques e o que refere sobre a agressividade no discurso político parlamentar português, em 2013, quando o Chega estava ainda a seis anos de distância do Palácio de São Bento, será que, com a sua chegada, o discurso parlamentar (e talvez o Twitter) está *ainda* mais agressivo?

ARTIGO RECEBIDO A
17/04/2023
ARTIGO APROVADO A
08/08/2023

REFERÊNCIAS

- Basilio, M. (2016). Metáfora e metonímia em nomes compostos em português: Um estudo de construções S-ADJ. Em *Revista Linguística*, 12 (1). 95-109. <https://doi.org/10.31513/linguistica.2016.v12n1a4521>
- Charaudeau, P. (2011). Reflexions pour l'analyse du discours populiste. *Mots. Les langages du politique*, 97, 101-116. <https://doi.org/10.4000/mots.20534>
- _____(2019). El discurso populista como síntoma de una crisis de los poderes the populist discourse as a symptom of a crisis of the powers. *Rétor*, 9(2), 96–128.
- Chilton, P., Schäffner, C. (2002). Introduction: Themes and principles in the analysis of political. Em P. Chilton e C. Schäffner, *Politics as Text and Talk: Analytic approaches to political discourse* (pp.1-41). John Benjamins.
- Chilton, P. (2004). *Analysing political discourse: Theory and practice*. Routledge.
- Duarte, I. M, Pinto, A. G. e Salgado. (2019). Estratégias discursivas do discurso político populista em Portugal: Estado novo e movimentos nacionalistas atuais. Em M. A. Marques e S. G. Sousa (Eds.), *Linguagens de Poder* (pp.35-54). Edições Húmus.
- Fairclough, N. (1992). *Discourse and Social Change*. Polity Press.
- _____(1995). *Critical Discourse Analysis*. London: Longman.
- _____(2003). *Analysing discourse textual: Analysis for social research*. Routledge.
- Galito, M. S. (2018). Populismo enquanto fenómeno político. *JANUS.NET e-journal of International Relations*, 9 (1), 56-73. <https://doi.org/10.26619/1647-7251.9.1.4>
- Geeraerts, D. (2006). A rough guide to cognitive linguistics introduction. Em D. Geeraerts (Ed), *Cognitive Linguistics: Basics Readings* (pp. 1-28). Walter de Gruyter & co. <https://doi.org/10.1515/9783110199901.1>
- Gonçalves-Segundo, P. R. (2014). Convergências entre a Análise Crítica do Discurso e a Linguística Cognitiva: Integração Conceptual, Metáfora e Dinâmica de Forças. *Veredas*, 18(2), 32–50.
- _____(2016). Metáforas pictóricas e multimodais em campanhas contra a dengue no Brasil. Em E. L. Piris, I. C. M. Azevedo e G. S. Lima (Orgs.), *Anais do III Seminário Internacional de Estudos sobre Discurso e Argumentação (III SEDiAr)*, pp. 3860-3870.

Gonçalves-Segundo, P. R. e Zelic H. (2016). Relacionar é investir: Ideologia, cognição e metáfora no discurso sobre relacionamento em revistas femininas para o público adolescente. Em L. Nascimento; B. W. L. Medeiros. (Orgs.). *Análise do discurso e análise crítica do discurso: heranças, métodos, objetos* (pp. 64-91). Novas Edições Académicas.

Gonçalves-Segundo, P. R., Isola-Lanzoni, G. e Weiss W. (2019). “Entendeu ou quer que desenhe?: Metáforas multimodais aplicadas ao ensino de língua portuguesa”. Em I. C. M Azevedo e R. F. Costa, *Multimodalidade e Práticas de Multiletramentos no Ensino de Línguas* (pp.31-56). Blucher. <http://doi.org/10.5151/9788580394085-02>

Gonçalves-Segundo, P. R. (2020). Multimodal metaphors and practical argumentation: Discussing rhetorical effects and modes of articulation between modalities / Metáforas multimodais e argumentação prática: discutindo efeitos retóricos e modos de articulação entre modalidades. *Revista de Estudos da Linguagem*, 28(2), 801-844. <https://doi.org/10.17851/2237-2083.28.2.801-844>

Langa, A. E e Ilundain, V. F. (2019). The politics of authenticity in populist discourse: Rhetorical analysis of a parliamentary speech by Podemos. Em E. Hidalgo-Tenorio, M. A. Benítez-Castro, F. De Cesare (Eds.), *Populist Discourse: Critical Approaches to Contemporary Politics* (pp. 17–32). Routledge.

Marques, M. A. (2008a). Quando a cortesia é agressiva: Expressão de cortesia e imagem do outro. Em F. Oliveira e I. M. Duarte (Orgs.), *O fascínio da linguagem: Actas do colóquio de homenagem a Fernanda Irene Fonseca* (pp. 277-296). CLUP.

_____(2008b). Arrogância e Construção do ethos no Discurso Político Português. Em *Atas do III Simpósio Internacional de Análise do Discurso*, Brasil: Belo Horizonte (pp. 1-10). <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/27048>

Marques, M. A., Duarte, I. & Seara, I. (2019). Argumentação ad hominem, formas de tratamento e protesto político. *REDIS: Revista de Estudos do Discurso*, 8, 122-138. <https://hdl.handle.net/1822/63324>

Mendes, C. J. F. (2020). *O populismo de direita no facebook a campanha eleitoral do chega para as eleições legislativas de 2019* [Dissertação de mestrado, Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10071/21096>

Mudde, Cas; Kaltwasser, C. R. (2017). *Populism: A very short introduction*. Osford University Press.

Mudde, C. (2014). The Populist Zeitgeist. *Government and Opposition*, 39(4), 541–563. <https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.2004.00135.x>

Parrança, A. I. M. (2022). *O populismo de direita no facebook a campanha eleitoral do chega para as eleições legislativas de 2019* [Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.5/24469>

Pêcheux, M. (1975). *Language, Semantics and Ideology*. St. Martins Press.

Pinto, A. G. (2014). O discurso da ditadura: Ditadura, ordem e desordem em António de Oliveira Salazar. *Microficção*, 11, 313-343. <https://doi.org/10.34624/fb.v0i11.5419>

_____(2016). A retórica do eu e do outro – The othering. A gramática da identidade no discurso político. Em Z. G. O. Aquino e P. R. Segundo (Orgs.), *Estudos do Discurso: Caminhos e Tendências* (pp. 25-53). Editora Paulistana.

Ruiz de Mendonza, F. (2014). Mapping concepts: Understanding figurative thought from a cognitive-linguistic perspective. Em *Revista Española de Lingüística Aplicada Spanish Journal of Applied Linguistics (RESLA/SJAL)*, 27 (1), 187-207. <https://doi.org/10.1075/resla.27.1.08rui>

Soares da Silva, A. (2013). O que sabemos sobre a crise económica, pela metáfora. Conceptualizações metafóricas da crise na imprensa portuguesa. *Media & Jornalismo*, 22(1), 11-34. <http://hdl.handle.net/10400.14/34420>

_____(2015). A metáfora como estratégia conceptual de persuasão e manipulação: o caso das políticas de austeridade. Em E. J. M. Camilo, & A. L. M. Santos (Eds.), *Manipulação e persuasão: posições e contraposições* (pp. 17-41). Edições Fénix.

_____(2016). The persuasive (and manipulative) power of metaphor in ‘austerity’ discourse: A corpus-based analysis of embodied and moral metaphors of austerity in the Portuguese press. Em M. Romano, & M. D. Porto (Eds.), *Exploring discourse strategies in social and cognitive interaction. Multimodal and cross-linguistic perspectives* (pp. 79-108). John Benjamins Publishing Company. <https://doi.org/10.1075/pbns.262.04soa>

Steen, G. J. (2011). When is metaphor deliberate? Em N-L. Johannesson, C. Alm-Arvius, & D. C. Minugh (Eds.), *Selected Papers from the Stockholm 2008 Metaphor Festival* (Stockholm Studies in English). University of Stokcholm. http://vu-nl.academia.edu/GerardSteen/Papers/272296/When_is_metaphor_deliberate

Vereza, S. C. (2007). Metáfora e argumentação: Uma abordagem cognitivo-discursiva. *Linguagem em (Dis)curso*, 7 (3), 487-506.

MENESES SILVA, ANA SOFIA; *As metáforas no discurso de/sobre André Ventura: as metáforas que constrói André Ventura e as que constroem sobre ele / The metaphors in the speech of/about André Ventura: the metaphors that André Ventura constructs and those constructed about him*
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 12 ANO 2023, PP. 180-213

Vereza, S. (2010). O lócus da metáfora: Linguagem, pensamento e discurso. *Cadernos de Letras da UFF*, 41, 199-212.

Vereza, S. (2013). “Metáfora é que nem...”: Cognição e discurso na metáfora situada. *Signo*, 38(65).
<https://doi.org/10.17058/signo.v38i65.4543>

Visão solene da morte: uma análise da semântica global em epitáfios cristãos

The solemn vision of death: an analysis of global semantics in Christian epitaphs

PEREIRA, ALINE GASPAR
apmlunir@gmail.com

Mestre em Letras pela Universidade Federal de Rondônia (Unir)

**COTINGUIBA, MARÍLIA
LIMA PIMENTEL**
marhil@unir.br

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Docente do Mestrado em Letras da Unir

PALAVRAS-CHAVE:
Análise do Discurso;
Semântica global;
Epitáfios;
Discurso cristão.

RESUMO: Considerando o conceito de semântica global de Dominique Maingueneau (2021), este artigo tem por objetivo analisar o funcionamento da formação discursiva (FD) cristã em diferentes planos discursivos dos enunciados de epitáfios encontrados em túmulos cristãos. Para isso, adotamos como *corpus* uma amostra de cerca de 50 epitáfios coletados no Cemitério dos Inocentes, um dos cemitérios mais antigos de Porto Velho, capital de Rondônia, estado situado na Amazônia brasileira. Entendemos aqui o discurso cristão como aquele que está baseado, essencialmente, na crença de que Jesus de Nazaré seria o “Cristo”, o filho de Deus profetizado nas antigas escrituras bíblicas, cuja vida e cujos ensinamentos são apresentados no Novo Testamento. Analisamos seis planos da semântica global dos enunciados da amostra – vocabulário, intertextualidade, temas, tipografia, dêixis enunciativa e modo de enunciação. A partir disso, foi possível observar como a visão solene da morte, reivindicada pela FD em questão, funciona nesses diferentes planos, estando associada, principalmente, à concepção de vida eterna, que é central para o cristianismo.

KEY-WORDS:
Discourse Analysis;
Global semantics;
Epitaphs;
Christian discourse.

ABSTRACT: Considering Dominique Maingueneau’s (2021) concept of global semantics, this article aims to observe the functioning of the Christian discursive formation in different discursive planes of epitaphs affiliated to such discursive formation. To do so, we adopted as corpus a sample of about 50 epitaphs collected at the Cemitério dos Inocentes, one of the oldest cemeteries in the city of Porto Velho, capital of Rondônia, state located in the Brazilian Amazon. We understand the Christian discourse as that which is essentially based on the belief that Jesus of Nazareth would be the “Christ”, the son of God prophesied in the ancient biblical scriptures, whose life and whose teachings are presented in the New Testament. We analyzed six planes of the global semantics of the statements of the sample – vocabulary, intertextuality, themes, typography, enunciative deixis and mode of enunciation. From this, it was possible to observe how a solemn vision of death, claimed by the discursive formation in question, functions in these different planes, being mainly associated with the conception of eternal life, which is central to Christianity.

1. INTRODUÇÃO

Epitáfios – do grego, *epi* (sobre) + *taphos* (túmulo) – são enunciados inscritos em lápides tumulares ou monumentos funerários. Trata-se de uma prática milenar, provavelmente iniciada no Antigo Egito (Lima, 2016), que chegou aos nossos dias sob as formas mais comuns de frases curtas que enaltecem o morto e os seus feitos em vida, expressam a dor e a saudade da família enlutada ou fazem menções a algum tipo de crença religiosa. Por isso, esses enunciados permitem perscrutar concepções e atitudes em relação à morte em diferentes sociedades e credos. Neste artigo, voltamos a nossa atenção para um credo em particular – o cristianismo. Quais as especificidades e as regularidades de epitáfios encontrados em túmulos cristãos de um cemitério localizado em uma das capitais mais evangélicas do Brasil?

Tentando responder a essa questão, recorreremos ao conceito de semântica global, desenvolvido por Dominique Maingueneau ([1984] 2021) para uma Análise de Discurso (AD) de base enunciativa, com o objetivo de analisar o funcionamento da formação discursiva (FD) cristã em epitáfios encontrados em túmulos cristãos. Adotamos como *corpus* uma amostra de enunciados coletados no Cemitério dos Inocentes, um dos cemitérios mais antigos da cidade de Porto Velho, capital de Rondônia, estado brasileiro situado na Amazônia. O cemitério foi fundado em 1915 e recentemente elevado à categoria de patrimônio histórico-cultural da cidade pela Lei n.º 2.820, de 24 de junho de 2021. A coleta de dados se deu no segundo semestre de 2021, com a autorização da Central de Óbitos da Secretaria Municipal de Serviços Básicos (Semusb) de Porto Velho, órgão atualmente responsável pela administração do local.

Conforme já adiantamos, o principal conceito mobilizado neste artigo é o de semântica global, apresentado no capítulo 3 da obra *Gênese dos Discursos*. Nesse capítulo, Maingueneau

(2021) propõe a hipótese de que o discurso pode ser visto como um sistema de restrições semânticas globais que incidiriam sobre todas as dimensões de um discurso ou sobre o conjunto do que o autor chama de “planos discursivos”. Este artigo propõe a análise de seis planos discursivos dos epitáfios cristãos – vocabulário, intertextualidade, temas, tipografia, dêixis enunciativa e modo de enunciação. Procuramos, sobretudo, observar como uma visão solene da morte, reivindicada pela FD em questão, funciona nesses diferentes planos.

Entendemos aqui o discurso cristão como aquele que está baseado, essencialmente, na crença de que Jesus de Nazaré seria o “Cristo”, o filho de Deus profetizado nas antigas escrituras bíblicas, cuja vida e cujos ensinamentos são apresentados no Novo Testamento. Bastante influente na cultura ocidental, o cristianismo hoje se ramifica em diversas denominações que guardam algumas diferenças fundamentais entre si. Neste artigo, interessa-nos abordar o discurso cristão em termos gerais – ou seja, privilegiamos o que essas diferentes denominações têm em comum, desconsiderando eventuais especificidades doutrinárias. Para classificar os epitáfios da mostra como “cristãos”, recorreremos não só ao cotejo de aspectos linguísticos, mas também à observação da presença, nos túmulos, de iconografia cristã (imagens de Jesus Cristo, por exemplo) e de símbolos específicos (principalmente, da cruz cristã).

Este artigo está organizado em outras duas seções, para além desta introdução e das considerações finais. Na seção 2, expomos brevemente a noção de semântica global e, em seguida, na seção 3, apresentamos as análises.

2. A NOÇÃO DE SEMÂNTICA GLOBAL

Em *Gênese dos Discursos*, Maingueneau (2021) propõe a hipótese de que o discurso pode ser analisado como um sistema de restrições globais de sentido. Essas restrições seriam “globais”,

pois incidiriam sobre todas as dimensões de um discurso – ou sobre “o conjunto dos ‘planos’ discursivos”. Ao pensar assim globalmente e sem privilegiar ou estabelecer quaisquer hierarquizações entre esses planos, Maingueneau rejeita a concepção de que existiria um aspecto privilegiado no qual a especificidade do discurso estaria condensada, concepção essa que pode levar, por exemplo, ao que o autor (2021, p. 75) chama de “monopólio das análises lexicológicas”. Do mesmo modo, rejeita-se a existência de uma “arquitetura” do discurso, um “fundo” por meio do qual se possa distinguir o que é essencial do que é acessório ou a superfície da profundidade. A proposta é entender o funcionamento discursivo como um sistema, uma engrenagem regida por coerções semânticas que podem ser percebidas não só no plano do vocabulário, mas também nos temas de que um discurso trata, nas obras que um discurso cita, no espaço e no tempo com os quais um discurso se identifica ou nos seus modos de enunciação e coesão, entre outros aspectos. O analista deve voltar a sua atenção para os diferentes planos da superfície textual, pois são eles que, mobilizados em conjunto, permitem identificar as especificidades de um discurso. Esses diferentes planos são integrados ao mesmo tempo, tanto na ordem do seu enunciado (instância verbal) quanto da sua enunciação (instância que engendra o enunciado). Por outras palavras, não só os aspectos verbais das práticas discursivas podem ser considerados, mas também os não verbais.

Com base nessas premissas, no capítulo 3 de *Gênese dos Discursos*, Maingueneau (2021) exemplifica a análise de sete planos do discurso humanista devoto, cujos sistemas de coerções foram estabelecidos no capítulo anterior da obra – intertextualidade, vocabulário, temas, estatuto do enunciador e do destinatário, dêixis enunciativa, modo de enunciação e modo de coesão. O autor (2021, p. 77) adverte, contudo, que a lista dos planos considerados não foi objeto de uma elaboração teórica que pretendesse definir um “modelo da textualidade”. A intenção foi tão só ilustrar a variedade das dimensões abarcadas pela perspectiva de uma semântica global,

e nada impede que se possam identificar e analisar outras. Do mesmo modo, neste artigo, são analisados apenas seis dentre outros possíveis planos discursivos identificáveis em epitáfios cristãos. Esses planos foram escolhidos dentre aqueles que julgamos que melhor se articulam aos objetivos da pesquisa.

3. PLANOS DA SEMÂNTICA GLOBAL DE EPITÁFIOS CRISTÃOS

Em seu estudo sobre a constituição dos espaços cemiteriais da cidade de Porto Velho, Nogueira (2015) explica que o Cemitério dos Inocentes foi concebido inicialmente para abrigar os restos mortais dos “mundiças”, trabalhadores informais que residiam nos bairros da periferia da capital até o final da primeira metade do séc. XX. Na estrutura social de uma cidade que estava então nos primórdios da sua constituição, em plena floresta amazônica, tais trabalhadores distinguiam-se dos chamados “categas”. Esse termo, corruptela do substantivo “categoria”, era utilizado pela população local para designar “pessoas de maior categoria” (Nogueira, 2015, p. 34), recrutadas para o trabalho da construção de uma estrutura ferroviária, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que ligaria Porto Velho a Guajará-Mirim para o escoamento da produção de borracha. Trabalhar na Madeira-Mamoré franqueava aos “categas” o acesso a uma infraestrutura privada, moderna e funcional, instalada precisamente para a construção do complexo ferroviário. Sem qualificações para trabalhar na construção da estrada de ferro nem vínculo empregatício formal, os mundiças, por sua vez, ocupavam um espaço público totalmente desassistido, pobre e sem condições básicas de higiene. Após a morte, eram enterrados, em muitos casos, sem qualquer identificação.

Aos poucos, contudo, o Cemitério dos Inocentes foi recebendo corpos de moradores de outros bairros da cidade e, nos últimos anos, jazigos de famílias ricas e de personalidades

locais importantes, com seus túmulos suntuosos. Atualmente, administrado pela prefeitura municipal, o cemitério é público e, portanto, não confessional. De todo modo, podemos afirmar que nele predominam os epitáfios cristãos, como esperado, atendendo a que mais de 80% da população portovelhense professa uma religião de matriz cristã (IBGE, 2010). Porto Velho figura ainda na quarta posição entre as capitais brasileiras com maior proporção de evangélicos em termos percentuais (Exame, 2013), sendo capital do estado mais evangélico do país (IBGE, 2010).

Em relação ao tópico da morte, podemos afirmar que, ao longo da história, quase todas as sociedades conhecidas deram um lugar de destaque a esse acontecimento. Contudo, diversos autores relacionam o advento do cristianismo à institucionalização pioneira das concepções escatológicas e dos rituais funerários, sobretudo no Ocidente (Nogueira, 2015). Em termos bem gerais, para os cristãos, a morte física é definitiva e marca a passagem para um dos dois planos do pós-vida: o céu ou o inferno. A destinação para um plano ou outro depende do julgamento divino daquilo que o indivíduo fez em vida – o céu representa a possibilidade de vida eterna para quem teve fé e seguiu os ensinamentos de Jesus Cristo; já o inferno é o lugar de sofrimento para onde vão os ditos pecadores. Por isso, quando um cristão morre, os seus familiares choram a perda da sua presença no plano terreno e rezam para que ele alcance a salvação no plano divino. A morte é, portanto, encarada como um acontecimento solene, em torno do qual a vida do cristão deve estar centrada. Por exemplo, a primeira epístola aos Coríntios (15,19) afirma que, se a esperança em Jesus Cristo se resumisse a esta vida, o fiel seria o mais infeliz de todos os homens. A Igreja Católica considera que é diante da morte que o enigma da condição humana atinge o seu ponto mais alto (*Gaudium et Spes*, 18). Nessa mesma direção argumentativa, o capítulo X, art. 23 do *Manual Presbiteriano* dispõe que:

o corpo humano, mesmo após a morte, deve ser tratado com respeito e decência. Chegada a hora marcada para o funeral, o corpo será levado com decência para o cemitério e sepultado. Durante essas ocasiões solenes, todos os presentes devem portar-se com gravidade. O oficiante deverá exortá-los a considerar a fragilidade desta vida e a importância de estarem preparados para a morte e para a eternidade. (Igreja Presbiteriana do Brasil, 1999, p. 118).

Portanto, entendemos que, em relação ao tópico da finitude da vida humana, o discurso cristão reivindica o sema /Solenidade/. Nessa afirmação, também adotamos concepções de Maingueneau apresentadas em *Gênese dos Discursos*. Segundo o autor, cada discurso repousa sobre um conjunto de unidades de sentido mínimas, designadas como “semas” e geralmente assinaladas entre barras para destaque. Esses semas estão repartidos em dois registros: de um lado, os semas “positivos” ou reivindicados; de outro, os semas “negativos” ou rejeitados. Ao destacarmos que o cristianismo reivindica, entre outras possibilidades, o sema /Solenidade/, queremos enfatizar que essa FD vê a morte como um acontecimento importante, elevado e sério, que deve ser assinalado com rituais específicos. Entendemos também que esse sema recobre os posicionamentos de diversas denominações cristãs, podendo ser considerado um “ponto de cristalização semântica” (Maingueneau, 2021, p. 80) do tratamento dado ao tópico em questão. O conceito de “posicionamento” é aqui entendido como uma “identidade discursiva forte” ou um “lugar de produção discursiva bem específico”, englobando também as operações pelas quais essa identidade se instaura e se conserva (Charaudeau; Maingueneau, 2004, p. 392).

Em seguida, passamos à análise de seis dos planos discursivos dos epitáfios cristãos coletados no Cemitério dos Inocentes. Para isso, privilegiamos aquilo que foi identificado como mais recorrente em uma amostra composta por aproximadamente 50 epitáfios, de diferentes épocas – o mais antigo é de 1928, e o mais recente, de 2021. Na maior parte dos túmulos, constam datas de nascimento e de morte, o que permitiu estabelecer que 80% dessa amostra refere-se

a sepultamentos que ocorreram a partir dos anos 2000 e que a idade média dos enunciados considerados é de aproximadamente 20 anos.

3.1. INTERTEXTUALIDADE

De acordo com Maingueneau (2021), a intertextualidade remete ao tipo de relações com outros discursos definidas como legítimas pelas coerções semânticas de um conjunto de FDs (ou de um campo discursivo). A intertextualidade deixa as suas marcas por meio do intertexto, compreendido como a totalidade dos fragmentos efetivamente citados por um discurso, que constrói para si um “passado específico” (Maingueneau, p. 78), assumindo determinadas filiações e recusando outras.

Na FD cristã, as relações intertextuais legítimas são, sobretudo, aquelas estabelecidas com as Escrituras. A *Bíblia* é um conjunto de livros sagrados para os cristãos, pois apresenta a palavra do Deus em que esses fiéis acreditam, reunindo as histórias, as doutrinas e as práticas que sustentam a fé cristã. Pode-se afirmar que, nesse contexto, há apenas uma fonte de autoridade legítima: a dos ensinamentos divinos, na forma expressa pelas escrituras, e tudo aquilo que desrespeita ou contradiz esses ensinamentos tende a ser rejeitado pela comunidade cristã. Essa coerção é facilmente identificada nos epitáfios considerados na amostra, em que praticamente só encontramos citações da *Bíblia*. Há alguns enunciados, inclusive, que, depois de apresentarem o nome do falecido e as suas datas de nascimento e de morte, limitam-se a citar versos de salmos ou passagens curtas do Novo Testamento que, de alguma forma, tematizam a morte. Em mais de uma ocorrência, encontramos a reprodução do Salmo 91 (“Aquele que habita no esconderijo do Altíssimo, à sombra do Onipotente descansará”). Outro versículo bastante citado é retirado da segunda epístola a Timóteo, da autoria do apóstolo Paulo (2,7): “Combati o bom combate, terminei a corrida, guardei a fé”.

De modo geral, podemos afirmar que, nas condições de produção aqui consideradas, a citação dessas e de outras passagens semelhantes faz com que o enunciador assumo o posicionamento de um cristão que, no momento da morte, reafirma a sua crença. Trata-se de um gesto especialmente importante nesse momento. De fato, embora a chamada “soteriologia” constitua um assunto polêmico, com algumas divergências fundamentais entre as diversas denominações (cf., por exemplo, Santos, Figueiredo e Silva (2021)), em geral, podemos afirmar que o discurso cristão apregoa a fé como condição necessária para a salvação da alma. As citações bíblicas tornam-se, assim, signo de pertencimento, expressando à comunidade e também a Deus uma adesão às regras e aos valores da *doxa*. A onnipresença da *Bíblia* nos epitáfios cristãos pode, então, ser lida como um índice do funcionamento de uma forma solene de encarar a morte – trata-se de um momento demasiado decisivo para que o cristão desvie o foco de um conjunto de livros que é para ele sagrado. É sob a égide da palavra divina que o fiel deve fazer a sua passagem ao plano do pós-vida.

3.2. VOCABULÁRIO

Na perspectiva de Maingueneau (2021), não faz sentido em falar em um vocabulário desse ou daquele discurso, como se cada um apresentasse um léxico que lhe fosse próprio. O que o autor defende é antes a existência de diferentes explorações semânticas das mesmas unidades lexicais, dependendo de cada FD. Uma vez que pode ser explorada contraditoriamente, a palavra em si mesma não constitui uma unidade analítica pertinente. As análises lexicográficas podem, contudo, explicitar o funcionamento das restrições semânticas de um discurso, permitindo justificar o estatuto privilegiado atribuído a determinados termos.

Conforme mencionamos anteriormente, no cristianismo, a morte é um acontecimento solene – afinal, é o momento que marca a possibilidade de encontro com o Criador ou de destinação ao inferno. Por isso, deve inspirar respeito e receio. Vejamos alguns exemplos de como essa /Solenidade/ incide sobre o plano do vocabulário nos epitáfios cristãos. Em primeiro lugar, é possível notar que o uso do plural majestático (“vós”, “vosso”) para interpelar a figura divina, recorrente nos enunciados analisados, deixa o discurso mais formal e sinaliza uma postura de reverência por parte do enunciador.

Outra marca dessa escolha vocabular coagida pelo sema /Solenidade/ é a ausência do uso de vocábulos como “morreu” ou “faleceu” em referências diretas ao morto. Os enunciados apelam, então, a diversas formulações eufemísticas, que suavizam a carga semântica dos termos rejeitados: “jaz”, “dorme”, “adormece”, “repousa”, “descansa”, “segue em paz”, “estás distante”, “Deus o chamou”, “foi morar na casa do Senhor”. Além disso, para indicar as datas de nascimento e de morte, os túmulos cristãos recorrem, respectivamente, a uma estrela e a uma cruz, um dos símbolos do cristianismo. Já em um dos túmulos judaicos que está no Cemitério dos Inocentes são utilizadas as expressões “nasceu a” e “faleceu a”, por exemplo. Por um lado, os efeitos de sentido dessa interdição se articulam, conforme já adiantamos, a uma postura de respeito imposta pelo momento solene da morte e, por outro, à própria ideia de vida eterna. Não por acaso, a maioria desses verbos está conjugada no presente do indicativo, enfatizando a crença na continuidade da existência do morto, agora em outro plano. Assim, o uso de “morreu” no contexto de uma FD cristã seria não só um disfemismo, mas algo que silenciaria o dogma da vida além-túmulo, que, articulado à ideia de ressurreição, pode ser considerado a marca central do cristianismo. Cristo foi enviado pelo Criador para morrer pelos pecados da humanidade; após ser crucificado, Ele ressuscitou (1 Co 15,3-4). Se, por um lado, o tempo humano na Terra é finito, por outro, aquele que crê em Jesus será por Ele ressuscitado, alcançará a eternidade e viverá junto do Pai (Rom, 6,23; Jo, 6,40).

3.3. TEMAS

Na perspectiva da semântica global de Maingueneau (2021, p. 82), os temas são abordados em sentido amplo, concebidos como sendo “aquilo de que um discurso trata”. A proposta, nesse contexto, não é estudar cada um dos temas isoladamente ou em estabelecer uma hierarquia entre eles, uma vez que a ação deles é perceptível vários aspectos do texto. Do mesmo modo, entende-se que a especificidade de um discurso não decorre da abordagem de um ou de outro tema, mas do tratamento semântico que eles recebem em cada FD, de acordo com o sistema de restrições vigentes.

No campo religioso, o tópico da finitude da vida humana pode ser considerado aquilo que Maingueneau (2021, p. 82) chama de “tema imposto”, no sentido em que todas as religiões, de alguma forma, devem dar resposta ao que acontece com o fiel quando ele morre. Nos epitáfios considerados na amostra, a morte é tematizada estritamente de acordo com as coerções da doutrina cristã. Não se alude, por exemplo, à ideia de reencarnação, uma vez que a morte física é encarada como algo definitivo nessa FD. Os enunciados expressam, então, a certeza de que o falecido vive para sempre em outra dimensão, sendo bastante recorrente a citação desta fala de Jesus Cristo: “Eu sou a ressurreição e a vida. Quem crê em mim, ainda que morto, viverá” (Jo, 11,25). Trata-se de uma crença que é basilar para o cristianismo e que, por essa centralidade, não pode deixar de expressar o fundamento de visão solene do momento da morte.

Embora expressem dor e saudade, os familiares mostram-se resignados com a vontade de Deus. Esse, aliás, é outro tema do dogma cristão: os desígnios divinos são perfeitos e inquestionáveis – mesmo que o fiel não os compreenda, deve aceitá-los com humildade. Por exemplo, um epitáfio afirma: “[...] Vós [dirigindo-se à figura divina] o haveis emprestado para fazer a

1. Transcrevemos os epitáfios respeitando estritamente a redação original. Neste caso, foi apenas incluída a pontuação, que não existia, para facilitar o entendimento.

nossa felicidade. Nós o restituímos sem murmúrio, porém com o coração despedaçado pela saudade¹”.

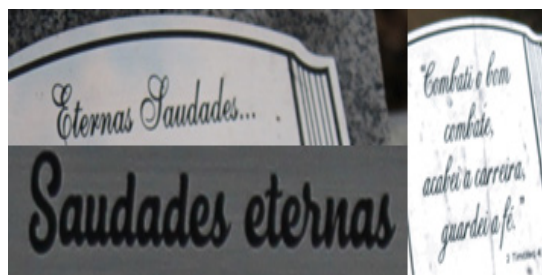
Como referimos de início, muitos epitáfios têm como tema o enaltecimento do morto, como forma de manter viva a sua memória entre a comunidade. No contexto da FD cristã, esse propósito funciona de um modo particular. Os enunciados frequentemente evocam o *habitus* religioso do falecido, o seu estatuto de bom cristão. Vejamos estes dois exemplos: “Aqui jaz dos grandes homens que dedicaram suas vidas a obra de Deus na terra” e “Viverás eternamente na glória do Senhor [...]. Mulher de fé ardente, oração constante e de contemplação”.

3.4. TIPOGRAFIA

Maingueneau (2021) não restringe à instância verbal textual a validade do sistema de restrições semânticas próprias de um discurso. Isso significa que, para o autor, a prática discursiva pode ser também analisada como uma prática intersemiótica, integrando aspectos pertencentes a outros domínios semióticos que não o da ordem estritamente linguística. Dessa perspectiva intersemiótica, podemos afirmar que a noção de /Solenidade/ incide também sobre a escolha do tipo de fonte frequentemente usado na inscrição dos epitáfios cristãos. Trata-se de variações da letra cursiva. Em seguida, apresentamos alguns exemplos coletados em diferentes túmulos.

Figura 1 - Exemplos das fontes tipográficas de epitáfios da amostra.

Fonte - Cemitério dos Inocentes – arquivo pessoal (2021).



A tipografia cursiva imita a escrita à mão. Diz-se que é “cursivo” qualquer estilo de caligrafia em que os caracteres sejam dispostos de maneira fluida, o que geralmente acaba facilitando a escrita e tornando-a mais rápida. Esse tipo de fonte está, por isso, associado sobretudo a documentos antigos anteriores à difusão da imprensa, como as iluminuras, manuscritos produzidos por monges copistas em conventos medievais. Os traços exagerados de algumas letras cursivas revelam uma preocupação com a estética da apresentação do texto, em detrimento da sua legibilidade. Ao longo dos tempos, essa tipografia foi se tornando comum em convites e diplomas, um uso que imprime aos documentos traços como formalidade, elegância, delicadeza, nobreza.

Nos epítáfios da amostra, a presença de diferentes variações dessa mesma família de fontes está em sintonia com a visão solene da morte imposta pela FD cristã. Não pretendemos afirmar que se trata de um atributo restrito aos epítáfios cristãos – lápides arreligiosas ou de outras confissões religiosas podem recorrer à mesma tipografia. No caso do cristianismo, essa /Solenidade/ decorre de aspectos específicos – iminência do julgamento divino, expectativa de vida de eterna, possibilidade de ascensão ao paraíso ou queda para o inferno. Sendo assim, argumentamos que, também na estética dos enunciados, podemos observar o funcionamento das restrições semânticas do discurso cristão.

3.5. DÊIXIS ENUNCIATIVA

Na perspectiva teórica adotada neste artigo – a da AD de base enunciativa –, a dêixis é entendida como a construção espaciotemporal operada por um discurso, em função do universo por ele erigido (Maingueneau, 2021). Não se trata, assim, de datas e locais empíricos, mas de uma instância de enunciação legítima, que delimita uma cena e uma cronologia conformes às restrições de uma dada FD. A partir da análise da nossa amostra, podemos afirmar que as

remissões dêiticas dos epitáfios cristãos estabelecem uma oposição entre o plano terreno e o plano celestial. Uma afirmação relativamente recorrente é a de que o amor e a saudade da família enlutada (os enunciadores) acompanharão o defunto ao céu. Outro enunciado afirma: “Obrigado meu Deus pelos dias vividos aqui na terra”. Nessa formulação, a especificação “aqui na terra” justaposta a “dias vividos” permite pressupor a crença em “dias vividos” em outra instância que não a terrena – há outra vida para além deste plano, daí a necessidade (ou a legitimidade) da especificação.

Articulada a essa oposição espacial, está a alusão constante à ideia de eternidade. Essa eternidade vale não só para o plano celestial, onde está associada à crença na vida eterna, mas também se estabelece no plano terreno, por meio da perpetuação da memória do falecido entre os que ficaram. Por outras palavras, o cristão vive eternamente no céu, pois alcançou salvação, e na terra, pois é aqui lembrado pelos seus familiares. Vejamos alguns enunciados: “Viverá eternamente na memória daqueles que a amam”, “Saudades eternas”, “Seus ensinamentos são eternos”, “O seu nome sempre será lembrado”, “Ele foi nosso herói. / Na verdade, sempre será”, “A tua presença ficará para sempre”, “As nossas lembranças jamais se apagarão”. Céu e eternidade constituem, portanto, o espaço-tempo delimitado pelos epitáfios cristão. Nessa restrição, também podemos perceber o funcionamento de uma visão solene da morte – afinal, o céu é o objetivo central da vida de todo cristão; a eternidade, por sua vez, opõe-se à fugacidade da vida terrena e implica uma dissolução das próprias categorias do tempo cronológico. Num e noutro casos, estamos perante categorias sublimadas.

Algumas poucas inscrições tumulares da amostra adotam a célebre fórmula “aqui jaz” (do latim, *hic jacet*), uma herança da retórica funerária greco-latina. É interessante notar que, em epitáfios da Grécia Antiga, filiados, portanto, a outra FD, os dêiticos “aqui” e “agora” eram

incluídos em praticamente todos os enunciados. Os efeitos de sentido dessa inclusão têm sido associados a uma ênfase no momento presente e na comunidade na qual o falecido habitava, sobretudo por meio da evocação das suas qualidades em vida e da atualização da tristeza dos que a ele sobreviveram (cf., por exemplo, Conde (2020)). Já nos epitáfios cristãos, a fórmula produz uma hierarquização entre os planos terreno e divino – o dêitico “aqui” remete ao plano terreno, onde estaria apenas o corpo do cristão; esse plano é, em seguida, ressignificado por alguma menção ao plano divino, onde está a alma do fiel, o que conforta a família enlutada: “Aqui jaz os restos mortais de [...]. Senhor ele poderia ainda estar conosco mas Vós o chamaste”. O “aqui jaz” é, portanto, suplantado pela ideia de um lugar e de um tempo outros, aos quais todo cristão aspira.

3.6. MODO DE ENUNCIÇÃO

Maingueneau (2021, p. 94) define o modo de enunciação como sendo uma “maneira de dizer” que remete a uma “maneira de ser” específica de um discurso. Segundo o autor, por meio do corpo textual, o discurso constrói uma corporalidade para o enunciador, o que é inseparável de um carácter ou de conjunto de traços psicológicos. Isso permite ao enunciatário construir uma certa imagem do enunciador. O plano “modo de enunciação” antecipa algumas discussões relacionadas ao *ethos* discursivo, designação que o autor passou a adotar em obras posteriores (Maingueneau, [1987] 1997).

Com base nesses conceitos, podemos afirmar, em termos gerais, que a corporalidade construída pelos epitáfios cristãos é a de um corpo enunciativo circunspecto, em sofrimento por ocasião do luto, mas resignado perante a vontade divina. A partir disso, se desdobra uma imagem de “bom cristão”, de um sujeito devoto, temente a Deus, que sabe da sua condição de

inferioridade em relação ao criador e que, por isso, está resignado com os desígnios divinos. Por exemplo, um epitáfio afirma: “Pai [dirigindo-se ao falecido], a dor é imensa. A saudade é eterna. [...] Que Deus te ilumine! As lágrimas que caem de nossos olhos não são de revolta, e sim de SAUDADE”.

Entendemos que essa compleição invariavelmente disfórica que emana dos epitáfios da amostra resulta das restrições impostas por uma visão solene da morte e de uma incompatibilidade com o riso que daí decorre. Não por acaso, a rica tradição de epitáfios deliberadamente humorísticos tende a ser encarada como blasfêmia ou sintoma de pouca fé por essa FD. Por exemplo, no séc. XVIII, ao comentar o epitáfio do poeta John Gay – “A vida é um chiste; e tudo o revela com clareza / Pensei assim em tempos; mas agora tenho a certeza” (Pereira, 2016, p. 103) –, o moralista anglicano Samuel Johnson ([1738] 2009, p. 10-12) afirmou que esse “gracejo frívolo” seria mais apropriado a um ateu e, por isso, indigno de estar em escrito em uma igreja (Gay está sepultado na Abadia de Westminster, em Londres). Para Johnson (2009, p. 12), o melhor exemplo de epitáfio seria este: “Que todos os que me contemplam aprendam a ser devotos”.

Essa associação do riso a um sintoma geral de pouca fé foi primeiro estabelecida a partir de interpretações do próprio texto bíblico. Screech (2015) observa que, no Velho Testamento, Deus anuncia a Sara que ela, aos 90 anos, irá ser mãe, ao que ela se ri, incrédula. Quando a figura divina repreende Sara por essa reação, ela nega que se tenha rido – assim, prefere mentir a Deus do que confessar o riso. Maria, a quem um anjo também teria anunciado uma gravidez improvável, primeiro reage ficando perturbada, ou seja, séria (“perturbou-se muito”, na formulação do Evangelho segundo Lucas) e, em seguida, responde com o assentimento pleno. A atitude mariana é frequentemente apresentada como um contraponto positivo à conduta

cética de Sara e, para boa parte dos cristãos, Maria é uma figura central e um modelo de fé a ser seguido. Há diversas outras passagens da *Bíblia* e de seus exegetas que corroboram a visão de que o riso, em geral, goza de má reputação na fé cristã. Por exemplo, Eclesiastes (7,3-4) afirma que “mais vale um momento de tristeza do que dias de riso, porque é o rosto circunspecto que produzirá um coração compreensivo”. Jesus Cristo, o arquétipo de ser humano para essa FD, nunca se ri (pelo menos nos evangelhos canônicos), embora chore duas vezes. São Basílio considera o riso um pecado, uma ofensa a Deus (Minois, 2003), e João Batista de La Salle (1703), um santo particularmente influente no campo da educação, adverte que o riso perturba a prática espiritual e que por isso o bom cristão, em geral, deve evitar se rir. Além disso, por estarem associados ao prazer carnal e à animalidade, rir e sorrir foram sendo considerados índices de possessão demoníaca pela fé cristã ao longo de vários séculos (Minois, 2003).

Embora se possa argumentar que essa interpretação negativa não seja unânime ou tenha se alterado em posições doutrinárias mais recentes, as quais reivindicam mesmo que o Deus cristão seria um Deus alegre, no que diz respeito ao tema da morte, o riso não pode deixar de se impor como uma interdição aos epitáfios dessa FD. “Temer a Deus”, algo particularmente importante quando um cristão morre, pois pode garantir a sua última chance de salvação, evoca simultaneamente os efeitos de sentido de respeitar e recear. Ora, a natureza anárquica e subversiva do riso contrapõe-se ao respeito e ao receio e, conseqüentemente, à solenidade, podendo gerar uma descontração que afrouxaria o temor à autoridade divina e à iminência do julgamento final. Para mais, um epitáfio de *ethos* galhofeiro, que fizesse rir, ativaria no cristão um fenômeno do corpo, opondo-se, assim, à espiritualidade a que o fiel deve aspirar no momento da morte.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, propusemos a análise de seis planos da semântica global de epitáfios cristãos, a partir de uma amostra de enunciados coletados em um dos cemitérios mais antigos da cidade de Porto Velho. As análises procuraram mostrar como uma visão solene da morte, imposta pela FD cristã, funciona nesses diversos planos. No plano da intertextualidade, vimos que a /Solenidade/ limita as citações, essencialmente, a passagens da *Bíblia* – a morte é um momento demasiado importante para que o cristão desvie o foco de um conjunto de livros que é para ele sagrado. No plano dos temas, os enunciados expressam dogmas caros aos cristãos, como o da vida eterna e o da infalibilidade dos desígnios divinos. No plano do vocabulário, apontamos que determinadas empregos lexicais deixam o discurso mais formal, sinalizam uma postura de reverência por parte do enunciador e indicam uma hesitação na própria nomeação da morte. A tipografia cursiva, frequentemente encontrada na amostra, está em sintonia com a visão solene imposta pela FD cristã, pois evoca formalidade e aponta para uma preocupação com a estética da apresentação dos enunciados. No plano da dêixis enunciativa, céu e eternidade, categorias ligadas ao sublime, constituem o espaço-tempo privilegiado pelos epitáfios. No último plano analisado, argumentamos que a /Solenidade/ interdita o riso, do que decorre um *ethos* invariavelmente disfórico, articulado a uma imagem de “bom cristão” construída pelos epitáfios. Julgamos que analisar um número considerável de enunciados e privilegiar aspectos mais recorrentes permitiu-nos melhor explorar o conceito de semântica global, apontando as regularidades e, conseqüentemente, algumas especificidades da FD aqui em questão.

Conforme referimos na seção anterior, compuseram a amostra de epitáfios analisados neste artigo enunciados produzidos ao longo de aproximadamente um século (de 1928 a 2021). Apesar desse lapso temporal estendido, podemos identificar uma estabilidade na formulação

desse enunciados ao longo do tempo, com vários aspectos recorrentes e poucas diferenças significativas. Embora sequer tenham como foco o discurso cristão, pesquisas realizadas em cemitérios de outras regiões do Brasil, como as de Lima (2011, 2016), com levantamentos nas cidades de Vitória e São Paulo, apontam para um corpus em muitos aspectos semelhante ao considerado nesta pesquisa. Essa regularidade espacial e temporal dos epitáfios cristãos pode ser justificada, respectivamente, pelo carácter dominante e, portanto, onipresente do discurso cristão no país e pelas próprias características do discurso religioso, que tende a não reconhecer “outra autoridade além da sua própria” e “não admitir quaisquer outros discursos acima deles” (Maingueneau, [2006] 2012, p. 37). É possível compreender essas ponderações se pensarmos que a FD cristã está assente em um conjunto de dogmas estabelecidos há cerca de 2 mil anos – e daí decorre a sua relativa estabilidade ao longo do tempo e do espaço, o que também permite aos cristãos a constituição de uma comunidade mais ou menos homogênea e coesa, centrada na partilha de uma vivência religiosa comum.

Em relação à predominância de epitáfios datados a partir dos anos 2000 na amostra, isso pode ser relacionado às próprias condições materiais impostas por uma cidade montada em plena floresta amazônica a partir da primeira metade do século XX (Nogueira, 2015). Provavelmente, a maior frequência de epitáfios em décadas mais recentes coincide com a popularização do acesso aos meios tipográficos necessários para a inscrição das lápides na capital rondoniense.

Por fim, em pesquisas futuras, outros aspectos dos epitáfios cristãos podem ser analisados. Por exemplo, a cenografia, outro conceito cunhado por Maingueneau (2012), pode resultar em análises produtivas. O termo remete ao modo singular como os enunciados constroem uma específica cena de fala, a partir do tipo de discurso e de determinadas condições de enuncia-

ção impostas por cada gênero. Esse conceito pode ser aplicado ao estudo não só da tipificação de epitáfios que expusemos na introdução, mas também os casos menos recorrentes, embora também encontrados na amostra, de um sujeito enunciador morto que dialoga com os seus familiares e amigos.

REFERÊNCIAS

- Ariès, P. (2014). *O homem diante da morte*. São Paulo: Ed. da Unesp.
- Bíblia Sagrada*. (2000). Trad. João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional.
- Câmara Municipal de Porto Velho. 2021. Lei n.º 2.820, de 24 de junho de 2021. Declara como patrimônio histórico-cultural do município de Porto Velho o Cemitério dos Inocentes. *Diário Oficial dos Municípios de Rondônia n.º 3002*, de 07 de julho de 2021. Acedido em novembro 05, 2021 em <https://bit.ly/3kurH4j>.
- Charaudeau, P.; Maingueneau, D. (2004). *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto.
- Conde, E. A. (2020). Aquí y ahora: la deixis en los epitafios de la Grecia clásica. *Revista de Filosofía*, 52 (148). Acedido em outubro 15, 2021 em <https://bit.ly/3EzHFkS>.
- Exame. (2013). *As capitais mais (e menos) evangélicas do Brasil*. Por Marco Prates. Acedido em agosto 15, 2021 em <https://bit.ly/3hMvCrI>.
- IFMG. (2021). *Diferentes tipos de tipografia: Guia completo para não designers*. Acedido em agosto 15, 2021 em <https://bit.ly/39G2A8R>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2010). *Porto Velho Censo 2010 – Amostra Religião*. Acedido em agosto 15, 2021 em <https://bit.ly/3lG5Kia>.
- Johnson, S. (2009). On Gay's epitaph. *Consolation in the face of death*. London: Penguin Books, pp. 10-12.
- La Salle, J. B. de. (1703). *Regras do decoro e da urbanidade cristãos*. Acedido em setembro 30 em <https://bit.ly/2Zuxhfo>.
- Lima, R. V. de. (2011). *O desvelamento do sujeito e da morte no discurso dos epitáfios*. 118 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Línguas e Letras, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. Acedido em agosto 15, 2021 em <https://bit.ly/3pSkrm1>.
- _____. (2016). *O gênero de discurso epitáfio e a imagem do outro na memória social*. 183 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Acedido em setembro 15, 2021 em <https://bit.ly/3BxTkyO>.
- Maingueneau, D. (1997). *Novas tendências em Análise de Discurso* (3.ª ed.). Pontes: Ed. da Unicamp.

ARTIGO RECEBIDO A
03/04/2023
ARTIGO APROVADO A
20/07/2023

Maingueneau, D. (2012). Os discursos constituintes. *Cenas da iniciação*. (2.^a ed.). São Paulo: Parábola, pp. 37-54.

_____(2021). *Gênese dos discursos*. (2.^a ed., 3.^a reimpressão). São Paulo: Parábola.

Minois, G. (2003). *História do riso e do escárnio*. São Paulo: Ed. da Unesp.

Nogueira, M. G. C. (2015). *Entre catéguas e mundiças: territórios e territorialidades da morte na cidade de Porto Velho*. 234 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Acedido em setembro 15, 2021 em <https://bit.ly/3G7AbJe>.

Pereira, R. A. (2016). *A doença, o sofrimento e a morte entram em um bar: uma espécie de manual de escrita humorística*. Lisboa: Tinta da China.

Screech, M. A. (2015). *Laughter at the foot of the cross*. Chicago: University of Chicago Press.

A manipulação em discursos antivacina: uma análise sobre as representações sociais

Manipulation in anti-vaccine discourses: an analysis of social representations

**SANTOS, LEONEL
ANDRADE DOS**
profleonelsantos@gmail.com

ARAÚJO, JÚLIO
araujo@ufc.br

PALAVRAS-CHAVE:
Manipulação discursiva;
Representações sociais;
Antivacina.

KEY-WORDS:
Discursive manipulation;
Social representations;
Anti-vaccine

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLing)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Doutor em Linguística e professor do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLing)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar as representações sociais construídas nos processos de manipulação do discurso antivacina durante a pandemia de Covid-19. Para isso, refletimos acerca do conceito de manipulação defendido por Breton (1999) e nos ancoramos em uma perspectiva sociocognitiva defendida por van Dijk (2012) para a análise do fenômeno da manipulação discursiva. Discutimos ainda o conceito de representações sociais defendido por Moscovici (1976) e Jodelet (2001) e nos filiamos à abordagem discursiva defendida por Irineu (2019) para nos debruçarmos sobre a análise de dois textos publicados entre os meses de dezembro de 2021 e janeiro de 2022 em redes sociais da internet. A análise nos permitiu concluir que, para manipular discursivamente por meio das representações sociais, os enunciadores lançaram mão (i) de lugar de fala privilegiado, (ii) de discursos médico, científico e religioso; (iii) de recursos hipermultimodais que buscam envolver os sujeitos em um ecossistema de desinformação; e (iv) vocabulário composto por palavras e expressões relacionadas à morte ou a outros males.

ABSTRACT: This article aims to analyze the social representations constructed in the processes of manipulation of the anti-vaccine discourse during the Covid-19 pandemic. For this, we reflect on the concept of manipulation advocated by Breton (1999) and base ourselves on the sociocognitive perspective advocated by van Dijk (2012) for the analysis of the phenomenon of discursive manipulation. We also discuss the concept of social representations defended by Moscovici (1976) and Jodelet (2001) and we join the discursive approach defended by Irineu (2021) to analyze two texts published between the months of December 2021 and January 2022 on internet social networks. The analysis allowed us to conclude that, in order to manipulate discursively through social representations, the enunciators used (i) a privileged place of speech, (ii) medical, scientific and religious discourses; (iii) hypermultimodal resources that seek to involve subjects in an ecosystem of misinformation; and (iv) vocabulary composed of words and expressions related to death or other evils.

1. INTRODUÇÃO

Os processos de manipulação instaurados a partir da produção, da distribuição e do consumo de desinformação se ancoram em questões de ordem discursiva, cognitiva e social. Essa triangulação, proposta no âmbito dos Estudos Críticos do Discurso (ECD) (van Dijk, 2012), nos permite desenvolver um profícuo olhar sobre a problemática do abuso discursivo do poder alcançado pelo emprego dessa prática discursiva da desinformação. Para isso, partimos de alguns princípios norteadores que estabeleceram as análises e reflexões ora propostas, sobre os quais nos debruçamos a seguir.

Em primeiro lugar, consideramos que desinformar (i) consiste em lançar mão de um robusto recurso de manipulação composto por estratégias e conteúdos deliberadamente falsos e criados para causar danos (Wardle, 2020); (ii) compreende uma prática de linguagem empregada para mascarar fatos ao passo que valida certa descrição do real para orientar ações a serem executadas pelos sujeitos manipulados (Breton, 1999); e (iii) alcança contornos virais diante dos mecanismos de espraiamento de informações potencializados pelos múltiplos recursos disponíveis nos ecossistemas midiático-digitais contemporâneos (Posetti, 2019).

Em segundo lugar, como já anunciado, a prática discursiva da desinformação e, por conseguinte, da manipulação discursiva se dão em uma estrutura de inter-relação entre as dimensões discursiva, cognitiva e social (van Dijk, 2012, 2016). Sobre a (i) dimensão discursiva, há que se considerar que os processos de desinformação e de manipulação se constituem na linguagem por meio das multissemiões. Sobre a (ii) dimensão cognitiva, há que se levar em conta que o controle exercido ao desinformar e, conseqüentemente, ao manipular se dá, individual ou socialmente, sobre a mente dos sujeitos, especialmente no que concerne às representações so-

cialmente compartilhadas controlando assim os modelos mentais dos destinatários, os conhecimentos, as crenças e as ideologias. Por fim, sobre a (iii) dimensão social, há que se considerar que os usuários das línguas “são membros de grupos, instituições e organizações sociais, e que interagem e se comunicam com outros membros por meio do discurso” (van Dijk, 2016, p. 17). Por essa razão, deve-se lançar olhar sobre a interação social de modo geral, as estruturas sociais e as relações de poder estabelecidas.

Ancorados nesse arcabouço teórico-analítico, interessa-nos compreender como sujeitos manipulam discursivamente por meio das representações sociais nas práticas de desinformação. Para isso, lançamos olhar sobre os processos envolvidos nesse fenômeno linguageiro profunda e fatalmente empreendido durante a pandemia de Covid-19. Um dos motores para o elevado número de mortes por essa doença no mundo, especialmente no nosso país, foi a desinformação produzida e abundantemente veiculada nas redes sociais digitais. Nesse contexto, os locutores se desdobravam em desqualificar as ações de isolamento social, o uso de máscaras e a vacinação. A materialidade linguístico-discursiva repercutiu fortemente nas interações e nos contextos, enquanto toda essa dinâmica negacionista fez crescer o número de textos desinformativos que circulavam nas redes a ponto de importantes instituições como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (Posetti; Bontcheva, 2020a, 2020b) lançarem políticas de respostas à desinformação sobre Covid-19.

Posetti e Bontcheva (2020a, p. 2) alertaram para o fato de que uma circulação massiva de desinformação, a infodemia – termo empregado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a partir do ano de 2020, poderia ser considerada como “um dos principais fatores de propagação da própria pandemia”. A afirmação infelizmente encontrou coerência nos traços da realidade: Freire (2022)¹ constatou que a desinformação produzida no país foi obstáculo para atuação de

1. A pesquisa contou com a participação de 15.132 profissionais de saúde que atuaram na linha de frente do combate à COVID-19 em 2.200 cidades do nosso país.

91% dos profissionais de saúde brasileiros entrevistados em sua pesquisa, ao passo que 76,1% desses profissionais que atuaram na linha de frente de combate à doença afirmaram ter atendido pacientes que acreditaram em alguma informação incorreta sobre a Covid-19.

Nesse contexto, objetivamos analisar as representações sociais construídas nos processos de manipulação do discurso antivacina durante a pandemia de Covid-19. Para isso, realizamos uma análise sobre dois textos que promoveram discurso negacionista sob o prisma da abordagem discursiva das representações sociais (Irineu, 2021). O corpus foi coletado no âmbito dos projetos “Desinformação que custa vidas: estruturas discursivas empregadas na produção de Fake News em contexto de pandemia” (Araújo, 2021) e também do projeto “Pandemia de covid-19: fake news, construção sócio-cognitiva da doença e discurso de ódio” (Araújo, 2021a;b)². Os textos que analisamos circularam nas redes sociais entre os meses de dezembro de 2021 e fevereiro de 2022, período de intensificação da campanha de vacinação contra a doença que causara a morte de milhares de brasileiros. Adiante, apresentamos reflexões sobre manipulação discursiva.

2. MANIPULAÇÃO DISCURSIVA

Nesta seção, discutimos acerca dos processos de manipulação produzidos nos discursos. Para isso, nos ancoramos em Breton (1999), que reflete, na perspectiva dos estudos da argumentação, acerca do emprego de técnicas de manipulação da palavra e seus efeitos sobre os vínculos sociais e a natureza da democracia. Fundamentamo-nos ainda em van Dijk (2012, 2016), que, no âmbito dos ECD, lança olhar sobre as formas comunicativas ou simbólicas de manipulação como formas de interação que envolvem abuso de poder e dominação.

Em função do objeto de nosso estudo, é preciso previamente discutirmos sobre o que é a

2. Projetos desenvolvidos no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal do Ceará (UFC) durante o biênio 2021/2022 sob a coordenação do Prof. Dr. Júlio Araújo (UFC). Teve como objetivo geral identificar as estruturas discursivas usadas em fake news produzidas no contexto da pandemia de COVID-19.

prática da manipulação discursiva e quais são os seus desdobramentos político-sociais. Breton (1999, p. 19) considera a manipulação como uma “ação violenta e restritiva que priva de liberdade aqueles a ela submetidos”, reduzindo ou tirando a possibilidade do outro discutir ou ainda resistir ao que lhe é apresentado. O autor considera ainda que a manipulação busca se camuflar de verdade por meio de uma mensagem concebida para “enganar, induzir a erro, fazer crer no que não é” (Breton, 1999, p. 20), e defende que essa prática deve ser analisada a partir das macrocategorias

- (a) **manipulação dos afetos**, em que há a sedução pela pessoa manipuladora, pelo estilo, pela estetização da mensagem, pelo recurso ao medo, pela repetição da mensagem, pela hipnose e sincronização, e pelo recurso ao toque;
- (b) **manipulação cognitiva**, em que há o enquadramento mentiroso, o reenquadramento abusivo, o enquadramento restritivo e o amálgama cognitivo.

Van Dijk (2012, p. 234), por sua vez, considera que a manipulação discursiva é uma “prática comunicativa e interacional na qual um manipulador exerce controle sobre outras pessoas, normalmente contra a vontade e o interesse delas”. Nessa perspectiva, a manipulação está atrelada ao abuso discursivo do poder orientando ações em que o sujeito manipulador exerce uma influência deslegitimada pelo discurso enquanto os receptores “são incapazes de entender as intenções reais ou de perceber todas as consequências das crenças e ações defendidas pelo manipulador” (van Dijk, 2012, p. 235). Para viabilizar um exercício analítico desses processos de manipulação, o autor propõe que o fenômeno seja analisado sob uma triangulação entre

- (a) uma **abordagem social**, que considera as condições sociais do manipulador (como a pertença de grupo, a posição político-institucional, a profissão etc.) e os recursos sociais empregados (como os meios de comunicação e mídias sociais digitais empregadas), por exemplo;
- b) uma **abordagem discursiva**, que considera o emprego de diferentes recursos textuais atrelados às estratégias de interação, aos macroatos de fala, às seleções de tópicos, às esco-

lhas lexicais, à sintaxe local, às figuras retóricas adotadas e às multissemioses empregadas, por exemplo;

c) e uma **abordagem cognitiva**, que considera a manipulação das crenças, dos conhecimentos, das opiniões, das emoções, das ideologias e das representações sociais das pessoas, manipulando consequentemente as suas ações.

A discussão proposta pelos autores parte de alguns princípios norteadores que são caros à reflexão aqui exposta acerca da manipulação discursiva:

(i) consiste em uma antiga prática interacional que, por conseguinte, não é peculiar aos tempos pós-modernos (Breton, 1999);

(ii) envolve abuso de poder e dominação mediante uma influência deslegitimada (van Dijk, 2012);

(iii) é um fenômeno social, cognitivo e discursivo cujo emprego das estratégias se dá sobre sujeitos passivos, incapazes ou com dificuldades de perceberem as intenções dos manipuladores (van Dijk, 2012);

(iv) tem a desinformação como um dos seus mais relevantes recursos (Breton, 1999).

Com base em cada um desses princípios, destacamos ainda alguns pontos que problematizam a reflexão ora proposta e que também são caras às investigações ultimamente por nós desenvolvidas, quais sejam:

(i) a prática da manipulação discursiva tem ganhado outros contornos no ecossistema digital. Os processos de produção, de distribuição e de consumo são estreitamente afetados pelas novas possibilidades de autoria e de espraiamento que as redes sociais da internet possibilitam;

(ii) a manipulação discursiva empreendida por grupos de extrema-direita tem como principal alvo a degradação das democracias e a tentativa de instauração de uma necropolítica

na atual (des)ordem política mundial. A influência deslegitimada tem produzido episódios como a invasão do Capitólio nos EUA, a potencialização dos efeitos alcançados pela instrumentalização do Estado brasileiro para instauração de um necropoder (Mbembe, 2018) durante a pandemia de Covid-19 no Brasil, e os atos golpistas promovidos na invasão à sede dos três poderes em Brasília;

(iii) as três dimensões (discurso, sociedade e cognição) envolvidas nos processos interacionais são indissociáveis. É possível, tão somente por escolhas metodológicas, lançar olhar sobre uma das dimensões envolvidas no processo de manipulação discursiva. Para a realização da análise aqui apresentada, lançamos mão da dimensão cognitiva, especialmente sobre as representações construídas nos textos produzidos no contexto da pandemia, não obstante a complexidade do fenômeno. Destacamos ainda que a pesquisa aqui apresentada se alinha à perspectiva dos ECD de van Dijk (2012) por considerar que, diferentemente do que defende Breton (1999), a dimensão afetiva envolvida na manipulação é fruto de processos mentais. Logo, é também de ordem cognitiva;

(iv) a desinformação é uma prática discursiva (Santiago; Araújo, 2022) cujo conceito é mais complexo que o de *Fake News* (Wardle, 2020), termo amplamente adotado nos primeiros estudos acerca dos processos de falseamento de informação no contexto de pós-verdade. Desinformar está muito mais atrelado às formas de produção, de disseminação e de consumo desses discursos do que a uma mensagem falsa veiculada por uma notícia.

Interessa-nos, portanto, apresentar reflexões acerca do processo de manipulação discursiva em textos de desinformação produzidos no contexto da pandemia de Covid-19 a partir de um olhar sobre as representações sociais construídas. Adiante, apresentamos alguns aspectos sobre a abordagem discursiva dessa teoria.

3. ABORDAGEM DISCURSIVA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Nesta seção, apresentamos reflexões acerca das representações sociais e da sua estreita relação com a manipulação discursiva. Para isso, recorreremos a conceitos desenvolvidos por Moscovici (1976) e seus principais precursores, embora nos detenhamos à abordagem discursiva das representações sociais defendida por Irineu (2011), cujas reflexões são oriundas da interface entre a Teoria das Representações Sociais (TRS) e a Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2008; van Dijk, 2012).

Como muito bem mostrou Dieb (2004), a TRS tem como principal objetivo desvendar como os sujeitos compreendem um objeto particular e como simbolicamente definem as coisas no mundo. Nessa perspectiva, busca-se (i) compreender como esses sujeitos desenvolvem essa forma de conhecimento prático (as representações sociais) que os conecta ao objetos, e (ii) descrever a forma como os conhecimentos construídos são empregados para que sujeitos (inter)ajam no mundo e com os outros. Esse paradigma teórico-metodológico é empregado na compreensão do modo como os discursos são construídos e como os objetos de representação determinam as realidades dos nossos cotidianos e estabelecem as associações que nos ligam enquanto sujeitos pertencentes aos mesmos grupos sociais.

Moscovici (1976), precursor da base epistemológica das TRS no âmbito da Psicologia Social, postula que as RS se caracterizam por

Um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social (Moscovici, 1976, p. 21).

Nessa visão, estão implicados dois relevantes pontos: (i) as RS promovem uma articulação entre duas dimensões que são visceralmente indissociáveis: a individualidade e a coletividade; e (ii) há um processo de nomeação e de classificação dos objetos do mundo na construção dos discursos. Ao nomear e classificar, torna-se o que não é familiar em familiar e cria-se um sistema de crenças, ideias e práticas que determinam as relações sociais, ou seja, que balizam a maneira como nos relacionamos com os outros e como compreendemos o mundo.

Nesse fenômeno, “a comunicação desempenha um papel fundamental nas trocas e interações que concorrem para a criação de um universo consensual” (Jodelet, 2001, p. 29-34), permitindo que os sujeitos, além de partilharem ideias, criem vínculos e estabeleçam identidades. Esse olhar sobre a linguagem, especialmente sobre o discurso, abre caminho para o desenvolvimento de outras considerações sobre as RS a partir de uma “interface entre a Teoria das Representações Sociais, no campo da Psicologia Social, e a Análise de Discurso Crítica, no campo da Linguística e da Linguística Aplicada”, conforme defende Irineu (2019, p. 14).

Para esse pesquisador (ibidem), as RS são o construto discursivo pelo qual compreendemos os objetos do mundo. Elas possuem natureza ideológica e sociocognitiva, conforme denotam os seguintes pressupostos defendidos por Irineu (2019):

- a) sobre o caráter ideológico das RS, é importante considerar que as ideologias se constroem conforme os interesses e recursos de um determinado grupo social, cujos membros são movidos por sentimentos de pertença a essas congregações mediante o compartilhamento de RS e, por conseguinte, através do estabelecimento coletivo de crenças, identidades, atitudes e opiniões em relação aos objetos do mundo. Esses recursos simbólicos, aliados a outros que contribuem para identificações sociais dos sujeitos (como o sexo, a profissão, o papel social, entre outros), fazem do “material discursivo analisado uma amostra significativa do modo como [os sujeitos] organizam mentalmente as coisas do mundo” (Irineu, 2019, p. 14).
- b) sobre o caráter sociocognitivo, é importante considerar que a inter-relação entre as-

pectos sócio-culturais e as estruturas linguístico-discursivas forma a produção discursiva, sendo estas também materializações das RS. Nesse sentido, Irineu (2019) aponta como exemplos de categorias analíticas as estruturas morfológicas, as construções sintáticas, os elementos semânticos e as estruturas retóricas, dentre várias outras categorias que podem submergir da análise dos dados.

Lançar mão de uma análise sobre as produções languageiras é essencial para a compreensão dos processos manipulação discursiva por meio da construção de representações sociais, já que estas “circulam e são legitimadas através da comunicação, do discurso dos sujeitos em cujo grupo são partilhadas” (Miranda, 2012, p. 46), convencionalizando objetos, pessoas ou narrativas, e, como desdobramento, prescrevendo forças que orientam condutas. Além disso, conforme aponta Irineu (2019, p. 16), “uma abordagem discursiva possibilita a compreensão da relação existente entre operações sociocognitivas e ideologias, o que de fato comprova a importância de análises dessa natureza”, permitindo, assim, o desenvolvimento de pesquisas que nos auxiliem a compreender fenômenos sociais diversos do mundo que nos cercam.

É importante, no caso aqui tratado, compreendermos como o discurso antivacina construído a partir de processos de desinformação pôs em cheque a implementação de um senso de prevenção contra Covid-19 e resultou em milhares de mortes.

Alinhados a esses princípios gerais e fincados nos pressupostos epistemológicos da Linguística Aplicada, como um campo transdisciplinar, interessa-nos analisar como determinados sujeitos compreendem a vacinação contra Covid-19 (o supracitado ‘objeto particular’) a partir da identificação das estratégias de desinformação empregadas por eles para a construção de conhecimentos (as representações sociais) que compuseram o discurso antivacina durante a pandemia de Covid-19. Acreditamos na existência de uma acentuada manipulação discursiva assentada na construção dessas representações, gerando um dos fatores determinantes para a

3. <<https://projetoacomprova.com.br/about/>>.

4. <<https://lupa.uol.com.br/>>.

5. Nessa data, o Brasil contabilizava 614 mil mortos e mais de 22 milhões de infectados. Disponível em <<https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2021/11/26/com-303-obitos-em-24h-brasil-volta-a-ter-estabilidade-na-media-movel-de-mortes-diaras-por-covid.ghml>> Acesso em 10 abr. 2023.

6. Disponível em <<https://projetoacomprova.com.br/publica%C3%A7%C3%B5es/mutacoes-da-covid-19-nao-descartam-eficacia-e-seguranca-das-vacinas/>> Acesso em 10 abr. 2023.

7. “Enganoso: Conteúdo retirado do contexto original e usado em outro de modo que seu significado sofra alterações; que usa dados imprecisos ou que induz a uma interpretação diferente da intenção de seu autor; conteúdo que confunde, com ou sem a intenção deliberada de causar dano”. Disponível em <<https://projetoacomprova.com.br/about/>> Acesso em 10 abr. 2023.

8. Em 08 de dezembro de 2021.

assombrosa realidade que vivenciamos: o elevado índice de mortes no Brasil e a baixa adesão a outras campanhas de vacinação ora existentes. A seguir, analisamos os dados.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, procedemos à análise da manipulação discursiva a partir do olhar sobre as representações sociais no discurso antivacina construído no período de pandemia da Covid-19. Para isso, utilizamos dados dos referidos projetos de pesquisa, constituídos por publicações veiculadas em sites e redes sociais da internet. Os textos foram selecionados diretamente nas agências de checagem Comprova³ e Lupa⁴ e possuem os seguintes conteúdos: ineficácia da vacina contra a Covid-19, riscos causados pelo uso de máscaras, efeitos colaterais causados pelo uso da vacina e descrédito de empresa farmacêutica produtora de vacinas. Neste artigo, analisamos apenas dois textos, sobre os quais nos debruçamos a seguir, conforme as categorias de análise: (i) **identidade dos enunciadores**, (ii) **recursos hipermultimodais**, (iii) **vocabulário**, e (iv) **interdiscursividade**.

4.1. DADO 1

O primeiro dado analisado consiste em um vídeo publicado originalmente no Instagram em 26 de novembro de 2021⁵, um dia após a identificação da variante ômicron. Pelo texto, o médico nefrologista Rubens Amaral difundia a falsa informação de que vacinas contra a Covid-19 não possuíam mais eficácia em virtude das modificações sofridas pelo “coronavírus original”. Categorizado pelo Comprova⁶ como enganoso⁷, o vídeo foi replicado em outras plataformas como Twitter e WhatsApp e havia alcançado 29 mil visualizações até a data de verificação⁸. Desse modo, buscou-se construir e difundir a representação social da vacina como um método ineficaz de combate ao vírus.

Rubens Amaral, um homem cis branco com cabelos grisalhos, se autointitula cristão e “geneticista”, e informa, em sua conta do Instagram⁹, que a verdade está “sempre em primeiro lugar” e se ancora no discurso religioso por meio da frase “Deus no comando da vida”. Esses dados referentes à **identidade do enunciador** se conectam, de forma coerente, aos **recursos hiper-multimodais** empregados pelo médico: em uma sala com fundo branco e janelas de vidro, dirigiu-se ao público (i) em um plano fechado, buscando o estabelecimento de uma relação social mais próxima dos espectadores; (ii) com um olhar de demanda, estabelecendo uma forte conexão entre os envolvidos na situação de comunicação; e (iii) em uma posição hierárquica de superioridade, direcionando o seu olhar para baixo enquanto colocava os seus espectadores em um posicionamento de inferioridade. Com fisionomia sisuda e, por vezes, tocando a testa com as pontas dos dedos indicadores mandando os espectadores “pensarem um pouquinho”, Rubens Amaral produziu o seguinte discurso:

Talvez sexta, talvez sétima mutação... o vírus já modificou n vezes pra tentar sobreviver e você recebe a vacina do vírus original. Você acha que vai ficar imunizado? Pensa só um pouquinho, por favor, pensa só um pouquinho... imagina essa vacina da gripe fosse a original, a primeira que tomamos há anos atrás. Nós estaríamos todos sempre gripados, por quê... porque a vacina estaria com o vírus que já não existe mais. O coronavírus original chinês não existe mais. E que novo coronavírus? É o super super super novo coronavírus porque já se modificou n vezes. Ora.. se já se modificou n vezes, as vacinas não cobrem esse vírus. Pensa um pouquinho! Pra que ficar tomando a vacina se a vacina não pega o vírus. Bom... que façam vacinas novas. Eu desconfio muito delas né porque nós tamos vendo o número de reações adversas, mortes, miocardites, infartos, AVCs, síndrome neurológicas, guillain barré e assim por diante, né!? Mas desconfie por favor por favor desconfie que você tá tomando uma vacina de um vírus que já não existe mais. Presta atenção! Repito porque preciso repetir muito porque parece que nós estamos atordoados, anestesiados, A vacina... as vacinas que estão no mercado são vacinas para o original. Pasmé! Ele não existe mais. Se ele não existe mais, a vacina não tem efeito nele. Deu para entender? Então, passe esse vídeo pra alguém que você goste, que você ama, tá bom? Por favor... um grande abraço.

9. Disponível em <<https://www.instagram.com/dr.rubensamaral/>> Acesso em 10 abr. 2023.

Quadro 01 - Transcrição do vídeo

Fonte - Projeto FANEPAN

Observamos as seguintes regularidades no levantamento quantitativo das palavras produzidas no discurso do médico:

- > Total de palavras: 251
- > Itens lexicais mais recorrentes: vacinas (12), vírus/coronavírus (9), não (8), existe (5), mais (5), modificou (3);
- > Expressões que se destacam: [o vírus] não existe mais (5); por favor (4); pensa [só] um pouquinho (3);

O **vocabulário** empregado na construção do vídeo aponta para a centralidade do discurso em torno das palavras “vírus/coronavírus” e “vacina”. Ao construir o objeto “vírus”, o médico recorrentemente repete a estrutura “o vírus não existe mais”. Já ao construir o objeto “vacina”, o médico repete a estrutura “as vacinas não cobrem esse vírus/não pega o vírus/não tem efeito”. Com isso, em uma atitude negacionista, o profissional reforça a representação social de ineficácia atribuída à vacinação. O texto também é marcado pela falsa associação da vacina a alguns males, como “reações adversas, mortes, miocardites, infartos, AVCs, síndrome neurológicas, guillain barré”. Ainda sobre o vocabulário, destaca-se o uso de estruturas apelativas aos interlocutores que incitam o engajamento às ideias propostas, como em “Pensa só um pouquinho, por favor, pensa só um pouquinho”, “Pensa um pouquinho!”, “Mas desconfie por favor por favor”, “Presta atenção!”, “Pasme!”, e “passe esse vídeo pra alguém que você goste, que você ama, tá bom?”.

Quanto à **interdiscursividade**, destacamos que Rubens Amaral recorre ao discurso médico para validação das representações sociais sobre a vacina e sobre o vírus. Segundo Silva

(2017, p. 170), “o discurso do médico é um discurso do poder, uma vez que produz os significantes que darão valor de existência e sentido a um sintoma”. A autora (ibidem) afirma ainda que “ao discurso médico é confiado o poder na medida em que nomeia o real, o sofrimento do corpo e o horror”. No caso analisado, o médico se utiliza do seu lugar de fala e emprega uma explicação não condizente com a realidade para convencer o público de que “O coronavírus original chinês não existe mais” e de que “se já se modificou n vezes, as vacinas não cobrem esse vírus”. Ao atribuir o gentílico “chinês” ao vírus, o abuso do lugar de fala de um médico, não apenas reproduz como também distribui a perigosa xenofobia, que é uma genuína expressão do discurso de ódio. Essa estratégia discursiva se afina com o facismo cuja “linguagem, portanto, não está somente a serviço do que é útil, belo e justo. Ela pode, ao contrário, servir ao que há de mais nefasto na condição humana: o ódio por seu semelhante, visto como seu pior inimigo” (Piovezani; Gentile, (2020, p. 11). Segundo o Comprova (2021, online), “Por ser uma autoridade médica, as opiniões de Amaral são levadas em consideração por milhares de seguidores no Instagram e também por membros de grupos bolsonaristas”. Destaca-se ainda que, como constatamos, o surgimento de novas variantes do vírus não tornou a vacinação indispensável. À medida que a população foi se imunizando, o número de mortes diminuiu drasticamente. A seguir, analisamos outro texto que promoveu desinformação sobre a vacinação contra Covid-19.

4.2. DADO 2

O segundo dado analisado consiste em uma reportagem publicada em 28 de janeiro de 2022 no site “Coletividade evolutiva” e tem como título “Testes da Pfizer: todas as mães ‘vacinadas’ perderam seus bebês ainda não nascidos”¹⁰. Como tradução dos escritos de um médico canadense chamado Mark Trozzi, o texto foi publicado no dia 28 de janeiro de 2022 e gerou 72 in-

10. Disponível em <<https://www.coletividade-evolutiva.com.br/2022/01/todas-as-maes-vacinadas-perderam-seus-bebes-ainda-nao-nascidos.html>> Acesso em 11 abr. 2023.

11. Conforme a agência de checagem, a etiqueta “falso” é dada aos textos cuja informação está comprovadamente incorreta.

12. Disponível em <<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/02/08/verificamos-vacina-aborto-gestantes-pfizer/>> Acesso em 11 abr. 2023.

13. Disponível em <<https://drtrozzi.org/>> Acesso em 11 abr. 2023.

14. Princípio de que não devemos fazer aos outros o que não queremos que nos façam.

15. Tradução livre de “These three rules, I recognize to be the highest: The Golden Rule, respect for the Creator, and love for the Sacred Mother Earth.”

Figura 1 - Emprego do discurso religioso

Fonte - Coletividade Evolutiva

terações no Facebook até a data da verificação. Embora seu conteúdo tenha sido checado onze dias depois e rotulado como “falso”¹¹ pela Lupa¹², o texto promoveu forte desinformação por não apresentar evidências de que todas as mulheres imunizadas com a vacina da Pfizer sofreram abortos, construindo, portanto, uma representação social da vacina como uma assassina de bebês.

Mark Trozzi, homem cis, branco, canadense, classifica-se como “honesto, ético, médico” na sua página¹³, embora tenha sido suspenso por autoridades da saúde do seu país por conceder isenções de uso de vacina contra Covid-19 e de máscara durante a pandemia. O médico afirma que reconhece as seguintes regras como as mais elevadas: “A Regra de Ouro¹⁴, respeito pelo Criador e amor pela Sagrada Mãe Terra”¹⁵. Esses dados referentes à **identidade do enunciador** corrobora os movimentos de **interdiscursividade** no texto. Adiante, analisamos alguns fragmentos do texto.

Uma postagem do Dr Mark Trozzi de 23 de novembro de 2021 intitulada “**A FDA e a Pfizer são uma combinação feita no inferno**”, revela como essa agência reguladora FDA dos Estados Unidos levou apenas 108 dias para aprovar a injeção da Pfizer, mas queria 55 anos para revelar os documentos!

Aqui está um excelente artigo do Life Site News que se aprofunda mais sobre essas revelações chocantes. LifeSite News dá alguma folga à Pfizer sobre os 5 “resultados pendentes”, o que cria a possível impressão de que 87,5% dos bebês das mulheres injetadas morreram. Com todo o respeito ao LifeSite, sinto-me correto em não contar os 5 “resultados pendentes” e, portanto, chegar à conclusão de que 100% dos bebês não nascidos morreram nas mulheres injetadas para as quais os resultados são apresentados.

Nos trechos analisados, identificamos uma estreita relação com os discursos religioso e científico para a construção da representação sobre a vacina. Na figura 1, o autor relaciona a FDA¹⁶ e a Pfizer ao inferno, buscando atrelar uma imagem anti-cristã a essas instituições nesse estabelecimento da dinâmica interna da construção do seu discurso. Essa mesma imagem construída se relaciona à recorrente utilização da palavra morte durante o texto. Já na Figura 2, percebemos outro discurso recorrentemente aludido no texto: o científico. O autor emprega dados estatísticos oriundos de uma leitura subvertida sobre dados de um relatório emitido pela Pfizer. Para o autor, “100% dos bebês não nascidos morreram nas mulheres injetadas”, sendo que, conforme verificação realizada pela Lupa¹⁷ (2022, *online*), “Mulheres grávidas não participaram de testes clínicos dos imunizantes.” Destacamos ainda um recurso amplamente empregado pelo autor na construção do texto: a presença de doze hiperlinks com referências a outros textos que levam o leitor a outros artigos publicados no site oficial do Dr. Mark Trozzi ou a outros sites vinculados a ideais negacionistas. O excesso de informações presentes nestes links se manifesta como uma estratégia de um verniz social de credibilidade para que o projeto de manipulação discursiva aconteça, de modo que enfraqueça a adesão das massas ao processo de vacinação. Assim, esses movimentos interdiscursivos, juntos com o emprego dos recursos **hipermultimodais**, colaboram fortemente para a instauração de uma manipulação discursiva.

Figura 2 - Emprego do discurso científico

Fonte - Coletividade Evolutiva

16. Food and Drug Administration (FDA) é uma agência reguladora vinculada ao departamento de saúde do governo americano.

17. Disponível em <<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/02/08/verificamos-vacina-aborto-gestantes-pfizer/>> Acesso em 12 abr. 2023.

Enfim, sobre o **vocabulário** empregado no texto, destacamos a recorrência dos seguintes dados:

> Total de palavras: 934;

>Itens lexicais mais recorrentes: morte/morreram /mortos (11), bebê (7) e aborto(s) (8), gestações (7) e vacina/vacinada (5).

Observamos o predomínio de itens lexicais relacionados à temática do aborto, com a predominância de termos como gestação, morte, bebê e a própria palavra aborto. Percebe-se um esforço para atrelar o uso de vacina à morte de bebês, ação recorrente na guerra cultural empreendida nas bolhas de extrema direita durante o processo de vacinação. Destacamos isso na frase “Eles estão matando bebês” seguida da pergunta dirigida ao leitor: “O que podemos fazer?”. Por fim, lançamos olhar sobre o último parágrafo do texto.

Figura 3 - Interpelação aos leitores

Fonte - Coletividade Evolutiva

Há pelo menos cinco milhões de canadenses e bilhões de cidadãos globais que resistiram às injeções. Nós, assim como muitas vítimas de injeção coagida que estão acordando com remorso de comprador, devemos ser o exército que impede isso e devolver os direitos humanos e cuidados de saúde reais à nossa sociedade.

Assim como se pôde observar no vídeo analisado neste artigo, há uma forte apelação aos leitores para que unam força e resistam por meio do compartilhamento de informações contra as vacinas. No trecho apresentado na figura 3, o autor afirma que há bilhões de cidadãos resistentes à vacina e que os seus interlocutores devem “ser o exército” que impediria o processo de imunização, como se estivéssemos de fato em uma guerra informacional. A militarização de

sua linguagem evoca a falácia de que apenas o exército pode salvar as pessoas, o que, no caso brasileiro, ressoa com o discurso dos extremistas solicitando o retorno da ditadura militar no Brasil. Não obstante a circulação da desinformação, como bem sabemos, todo o esforço de vacinação salvou milhares de vidas em todos os países.

Dos discursos analisados nesta seção, emanam, portanto, as seguintes representações sociais sobre as vacinas contra Covid-19: a primeira, diz respeito à ideia de que a vacina é ineficaz para combate ao vírus “chinês” que, segundo o médico, já não existia mais; a segunda, diz respeito à crença de que a vacina é produto de empresas anticristãs e promovia o aborto de bebês. Na seção a seguir, apresentamos as considerações finais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo analisar as representações sociais construídas nos processos de manipulação do discurso antivacina durante a pandemia de Covid-19. Para isso, analisamos dois textos que promoveram desinformação acerca da vacinação durante o período de novembro de 2021 e janeiro de 2022, época em que se buscava alcançar a imunização em massa da população brasileira. A partir da análise sobre as representações sociais do objeto “vacinação”, chegamos às seguintes conclusões:

- a) a identidade social dos enunciadores contribui sobremaneira para o processo de validação do discurso antivacina construído nos textos analisados. O lugar de fala dos sujeitos estabelece uma forte relação de poder: o discurso proferido por médicos, homens cis e brancos legitimam as teses defendidas, por mais absurdas que elas sejam;

- b) os enunciadores empregam um vocabulário composto por palavras ou expressões que negam a eficácia da vacina e relacionam os imunizantes à morte ou a outros males. Além disso, os médicos conclamam seus interlocutores a multiplicarem o discurso negacionista;
- c) os recursos hipermultimodais, como gestos exasperados e uso exabundante de hiperlinks que conectam o leitor a um ecossistema negacionista digital, potencializam e/ou validam a representação social negativa sobre as vacinas nas redes sociais e fora delas;
- d) os sujeitos entrecruzam discursos médico, científico e religioso como um mecanismo de sustentáculo para construção da representação social sobre a vacina. Por um lado, os enunciadores se ancoram em falsos dados médicos e científicos. Por outro, o enunciador do segundo texto busca atrelar as instituições responsáveis pela vacina ao inferno.

Como bem salienta Jodelet (1991, p. 34), as RS envolvem “múltiplos processos que concorrem para a sua elaboração e consolidação como sistemas de pensamento que sustentam as práticas sociais”. Nessa perspectiva, podemos concluir que as representações sociais empregadas para a construção de um equivocado sistema de conhecimentos e crenças negacionistas sobre a vacina contra Covid-19 promoveram manipulação discursiva, esta considerada como um mecanismo de controle através do qual os sujeitos manipulados se tornam incapazes de compreenderem as consequências das crenças construídas (van Dijk, 2012). Muitas vezes, esses sujeitos passaram a agir também como vetores de desinformação e do negacionismo por meio de compartilhamentos e produção de novos discursos, ou quando pior, se esquivaram da vacinação e contraíram o vírus.

REFERÊNCIAS

- Araújo, J. (2021a). *Desinformação que custa vidas: estruturas discursivas empregadas na produção de Fake News em contexto de pandemia* [Projeto de pesquisa]. Universidade Federal do Ceará.
- Araújo, J. (2021b). *Pandemia de covid-19: fake news, construção sócio-cognitiva da doença e discurso de ódio* [Projeto de pesquisa]. Universidade Federal do Ceará.
- Breton, P. (1999). *A manipulação da palavra*. Edições Loyola.
- Dieb, M. (2004). *Educação infantil e formação docente: um estudo em representações sociais* [Dissertação de Mestrado em Educação]. Universidade Federal do Ceará.
- Fairclough, N. (2008). *Discurso e mudança social* (2ª ed). Editora Universidade de Brasília.
- Freire, N. P. (2022). *Infodemia relacionada à Covid-19 e seus impactos para os trabalhadores da saúde no Brasil* [Dissertação de Mestrado em Enfermagem]. Universidade Federal de São Paulo.
- Jodelet, D. (2001). *As representações Sociais*. EdUERJ.
- Irineu, L. M. (2019). Abordagem discursiva das representações sociais: sistematização de um construto teórico-metodológico. *Mandinga – Revista de Estudos Linguísticos*, 03 (01), 8-18.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica* (3a ed). N-1 edições.
- Miranda, C. A. A. de. (2012). *Abordagem ideológica da representação social de professores universitários sobre a formação de docentes de E/LE* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Ceará.
- Moscovici, S. (1976). *A representação Social da Psicanálise*. Tradução de Álvaro Cabral. Zahar editores.
- Posetti, J., & Bontcheva, K. (2020a). *Desinfodemia: decifrar a desinformação sobre a COVID-19*. UNESCO.
- Posetti, J., & Bontcheva, K. (2020b). *Desinfodemia: dissecar as respostas à desinformação sobre a COVID-19*. UNESCO.
- Posetti, J. (2019). Transformação da indústria de notícias: tecnologia digital, redes sociais e disseminação da informação incorreta e desinformação. In: J. Posetti, & C. Ireton, *Jornalismo, Fake News & Desinformação: Manual para Educação e Treinamento em Jornalismo*. UNESCO.
- Santiago, A. H. R., & Araújo, J. (2022). Prática discursiva de desinformação. *Linguagem em Foco*, 14, 49-67.

ARTIGO RECEBIDO A
17/04/2023
ARTIGO APROVADO A
09/07/2023

Silva, A. B. H. C. da. (2017). O discurso do analista como possibilidade da Psicanálise Aplicada no hospital. *Rev. SBPH*, 20 (2), 166-187.

Wardle, C. (2020). *Entender a desordem informacional*. First Draft. https://firstdraftnews.org/wp-content/uploads/2020/07/Information_Disorder_Digital_AW_PTBR.pdf?x75440

Van Dijk, T. A. . (2016). Discurso-cognição-sociedade: estado atual e perspectivas da abordagem sociocognitiva do discurso. *Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS*, 9 (esp. supl.), 8-29.

Van Dijk, T. A. (2012). *Discurso e Poder*. Contexto.

Populismo contra Populismo: uma análise pragmático-discursiva sobre a polémica verbal em artigos de opinião sobre a toxicodependência em Portugal

Populism against Populism: a pragmatic-discursive analysis of the verbal controversy in opinion articles on drug addiction in Portugal

**SILVA NINITAS,
MARIANA**
mariana.silva.ninitas@gmail.
com

Doutorada (PhD) Universidade Aberta
Escola Superior de Educação de Lisboa

PALAVRAS-CHAVE:
Polémica verbal;
Análise do Discurso;
Pragmática;
Toxicodependência;
Populismo.

RESUMO: O presente artigo apresenta os resultados de um trabalho exploratório, cujo principal objetivo é analisar a construção da polémica verbal em artigos de opinião sobre a toxicodependência em Portugal. Assumindo que a polémica verbal tem como principal foco a desqualificação do adversário, e seguindo as perspetivas da Análise do Discurso, da Pragmática e dos Estudos sobre Argumentação, concluímos que os autores dos textos em análise, mais do que esgrimir argumentos que sustentem ou derrubem determinada ideia sobre a toxicodependência, concentraram a sua ação na descredibilização do seu adversário. Para tal, recorreram, fundamentalmente, a argumentos *ad personam*, mas também *ad hominem*, atacando a face do seu opositor. Complementarmente, a partir dos dados analisados, corroborámos a ideia de que o populismo – termo utilizado diversas vezes ao longo dos artigos de opinião e que faz parte de ambos os títulos – não tem uma definição consensual, ainda que pareça ser generalizada a crença de que tem uma conotação negativa, razão pela qual serve de ofensa ao adversário (independentemente do quadrante político). Por fim, vários são os traços de agressividade presentes nos artigos em análise, o que parece ser reforçado pelo facto de os mesmos estabelecerem uma relação dialógica clara, que parte de uma crítica.

KEY-WORDS:
Verbal polemics;
Discourse Analysis;
Pragmatics;
Drug Addiction;
Populism.

ABSTRACT: This paper presents the results of an exploratory work, whose main goal is to analyze the construction of verbal polemics in opinion articles about drug addiction in Portugal. Assuming that verbal polemics' main focus is the disqualification of the opponent, and following the perspectives of Discourse Analysis, Pragmatics and Studies on Argumentation, we conclude that the authors of the texts under analysis, more than fencing arguments that support or overthrow a certain idea about drug addiction, concentrated their action on discrediting their opponent. To this end, they resorted, fundamentally, to *ad personam* arguments, but also *ad hominem* ones, attacking their

opponent's face. Complementarily, from the analyzed data, we corroborate the idea that populism – a term used several times throughout the opinion articles, including both titles – does not have a consensual definition, even though the belief that it has a negative connotation, which is why it serves as an offense to the opponent (regardless of the political quadrant). Finally, there are several traces of aggressiveness present in the articles under analysis, which seems to be reinforced by the fact that they establish a clear dialogical relationship, which starts from a critique.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo central analisar as principais estratégias pragmático-discursivas ativas na construção da polémica verbal criada em torno do tema da toxicodependência em Portugal, num *corpus* constituído por dois artigos de opinião, dados à estampa na imprensa portuguesa. Os autores são Daniel Oliveira¹ e Rui Moreira² (nesta ordem, respeitando a sequência cronológica de publicação) e os textos em análise estabelecem uma relação dialógica entre si.

Para a prossecução desse objetivo, a análise seguirá as perspetivas da Análise do Discurso, da Pragmática, mas também dos Estudos da Argumentação, conquanto possam ser convocados outros contributos. Privilegiaremos, assim, a análise da construção discursiva dos *ethè* (Amossy, 1999) dos autores dos artigos, assim como dos diferentes graus de agressividade presentes (Balanbrón Pazos, 2004; Culpeper, 2005; Bousfield, 2008) – a que as noções de “face” e “FTA” (Face Threatening Acts), de Goffman (1967) não são alheias. Recorreremos, igualmente, a noções dos Estudos da Argumentação, como os ataques *ad hominem* e *ad personam* (Charaudeau, 2017), da Pragmática, como os atos ilocutórios (Searle, 1969), em especial os expressivos (Norrick, 1978), além do conceito de implícito, na linha do preconizado por Kerbrat-Orecchioni (1986) e Duarte (2005). Complementarmente, ao longo do presente trabalho, assumiremos a noção de polémica, na senda de Amossy (2010), e de dialogismo, seguindo Bakhtine (1992) e Maingueneau (1983, 1984). Por fim, e como é possível antecipar pela leitura do título, faremos, igualmente, uso da noção de populismo, na sequência do defendido por autores como De la Torre (2003) e Galito (2017).

1. Daniel Oliveira (Lisboa, 2 de julho de 1969) é um jornalista e comentador sociopolítico português. Ao longo da sua vida, esteve associado, por diversas ocasiões, ao Partido Comunista Português e ao Bloco de Esquerda.

2. Rui de Carvalho de Araújo Moreira (Porto, 8 de agosto de 1956) é o atual Presidente da Câmara Municipal do Porto, eleito a 29 de setembro de 2013 e reeleito a 26 de setembro de 2021.

2. QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

No presente estudo exploratório, privilegiando um nível micro de análise, focar-nos-emos nas seguintes questões de investigação:

- Quais os mecanismos discursivos que subjazem à construção do *ethos* dos autores?
- Quais as estratégias de construção de polémica no discurso?
- Quais as estratégias discursivas predominantes de defesa e ataque (FTAs)?

3. CORPUS E METODOLOGIA

Considerando as limitações, para este estudo, com carácter exploratório, serão analisados dois textos de opinião sobre a toxicodependência em Portugal, publicados na imprensa portuguesa, mais concretamente, no jornal semanal português *Expresso*, em 2023, escritos por Daniel Oliveira e Rui Moreira.

Adicionalmente, importa referir que todas as gralhas foram deixadas sem correção, por respeitarem o original, tal como foram mantidas todas as informações de edição.

Posteriormente, aos artigos foram atribuídos os códigos “Texto 1” e “Texto 2”, respeitando a ordem de publicação.

4. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E PERSPETIVAS DE ANÁLISE

Para a prossecução dos objetivos de investigação previamente apresentados, foram consideradas algumas opções teóricas, que passaremos a partilhar em seguida.

Num primeiro momento, importa referir que, no presente trabalho, consideramos que a polémica verbal é uma estratégia discursiva que pode ser ativada no âmbito da produção de diferentes géneros e, por esse motivo, não tem uma natureza genérica (Charaudeau, 2017). Complementarmente, defendemos que se trata de um mecanismo de exclusão (Maingueneau, 1983) ou de menoração do outro (Oléron, 1995), tendo, pois, como principal objetivo a desqualificação do adversário (Amossy, 2010) ou a sua descredibilização (Plantin, 1980, 1995; Rodrigues, 2008). Não pretende, pois, persuadir, antes informar (Dascal, 2005), criando uma tese impenetrável ao adversário (Doury, 2012). cremos, igualmente, e na senda de Charaudeau (2017), que o autor do texto polémico assume a sua posição como sendo a única válida, pelo que não sente necessidade de esgrimir argumentos. Tal posicionamento dá origem àquilo a que Angenot (2008, 2010) chamou de diálogo de surdos, criando espaço para uma coexistência do dissenso (Amossy, 2010, 2011, 2014) ou de opostos (Burger, 2005, 2008, 2011), sem que nasça qualquer desejo de convencer o adversário. Nesta perspetiva, estabelece-se uma dicotomia entre o EU e o OUTRO (Maingueneau, 1983; van Dijk, 2005), criando dois polos antagónicos, cuja interação se inscreve num quadro de paixão e violência (Kerbrat-Orecchioni, 1980).

Seguidamente, e no que diz respeito às perspetivas de análise que seguiremos no presente trabalho, é fundamental referir que a investigação que aqui nos propomos encetar se sustenta, fundamentalmente, no quadro teórico da Análise do Discurso, na Pragmática, mas também nos estudos sobre Argumentação, conquanto possam ser convocados outros contributos teóricos.

Assim, antes de qualquer outra questão, e seguindo a perspetiva de Charaudeau (1996, 1999), acreditamos que os papéis sociais e os atos de linguagem (“actes de langage”) não podem ser deduzidos *a priori*. É, pois, deste ponto de vista, na interação que as identidades e os recursos

sociais se constroem, não havendo, assim, uma relação de causalidade – não obstante possa existir um projeto de fala. Acreditamos, igualmente, que o discurso é socialmente constitutivo e socialmente constituído (Casalmiglia & Túson, 2002).

Nesta sequência, e sob a perspectiva da Análise do Discurso, convocaremos as noções de: *ethos*, na aceção de Amossy (1999), que assume tratar-se da imagem discursiva do autor, mas contemplando a ideia de que a eficácia do discurso é tributária da imagem social da pessoa; e de dialogismo, na perspectiva de Bakhtine (1992), mas também de Maingueneau (1983, 1984), especialmente no que à recuperação de discursos prévios diz respeito – o que se revela adequado e necessário, uma vez que os artigos de opinião que constituem o corpus parecem estabelecer um diálogo *in absentia*.

Do ponto de vista pragmático, seguiremos os pressupostos da escola anglo-americana (Huang, 2007), que estuda, em traços gerais, o significado em uso. Nessa perspectiva, convocaremos as noções de implícito, atos de fala e ironia/sarcasmo. No que aos atos de fala diz respeito, destacaremos os atos ilocutórios expressivos (Searle, 1969; Norrick, 1978). Complementarmente, contemplaremos a noção de implícito, acreditando que, conforme referido por Duarte (2005), “o falante comunica quase sempre mais do que aquilo que diz e, às vezes, comunica diferente daquilo que diz” (Duarte, 2005, p. 291). Por fim, faremos uso da noção de ironia – e também de sarcasmo -, acreditando que se trata de um dispositivo conversacional que revela a polifonia do discurso (Ducrot, 1980), mas também um efeito de interpretação com o objetivo de desqualificar o adversário (Kerbrat-Orecchioni, 1986a), de forma implícita (Braz, 2017).

No que aos estudos sobre a Argumentação diz respeito, e assumindo que na análise de discursos de dimensão argumentativa, pela natureza potencialmente agressiva (Declercq, 2003),

os argumentos *ad hominem* se revelam fundamentais (Amossy, 1999b, 2000b, 2009; Walton, 1990), convocaremos esse procedimento estratégico. Assim, e seguindo as propostas de Declercq (2003) e Charaudeau (2017), assumiremos que existem três tipos de argumentos dentro desse procedimento, nomeadamente o argumento *ad hominem*, no qual, em traços gerais, o visado é o conteúdo dito pelo adversário, o argumento *ad personam*, que versa sobre as características da pessoa, e o argumento *ad rem*, que se destina a combater os assuntos em debate.

Tratando-se de dois artigos de opinião de natureza polémica, estabelecendo a existência de dois polos antagónicos, potencialmente acometidos pelo cenário de paixão e violência que Kerbrat-Orecchioni (1980) refere existir nestes contextos, fará sentido contemplar as noções de cortesia, descortesia e agressividade verbal. Segundo Lakoff (1973), Brown & Levinson (1978) e Leech (1983), a cortesia é um princípio que rege a dinâmica interacional e contribui para o equilíbrio social (Seara, 2014, 2017). Perante o desequilíbrio, surge a descortesia – mais ou menos agressiva. Balanbrón Pazos (2004), Culpeper (1996, 2005) e Bousfield (2008) acreditam que a agressividade é, então, o primeiro estágio da violência, que visa dissuadir o outro, mas não necessariamente causar-lhe dano. Adicionalmente, Rodrigues (2021) afirma que é o insulto que, muitas vezes, desencadeia agressividade verbal (ou mesmo violência).

Nesta sequência, e ainda que não possamos incluir o conceito numa perspectiva argumentativa, será, igualmente, convocada a noção de face, proposta por Goffman (1967), que remete para a imagem que o interlocutor tem de si mesmo e que é construída a partir de atributos socialmente aceites (Goffman, 1967), e de FTAs, ou seja, *Face Threatening Acts* ou Atos Ameaçadores da Face, previsivelmente, muito frequentes no discurso polémico.

5. POPULISMO

O termo “populismo” assume, nos dias de hoje, especial e crescente relevância, servindo como arma de arremesso entre adversários políticos.

A maior parte dos teóricos concorda que o conceito de populismo não é unânime nem fácil de definir, apesar de existirem alguns traços comuns que permitem a sua identificação. Segundo Costa (2021), o termo “populismo” é hoje utilizado nos *media* para caracterizar figuras dos diversos quadrantes políticos. É um conceito complexo que “há mais de 60 anos divide teóricos e analistas políticos que o definem como uma estratégia de líderes carismáticos para apelar às massas, demagogia ou uma reacção nacionalista” (Costa, 2021, p. 2). É, por muitos, entendido como um “ato de coragem, a favor da integridade e contra a corrupção dos mais ricos” (Galito, 2017, p. 6), podendo, por isso, ser temido ou glorificado.

Apesar da difícil tarefa de definição do conceito,

investigadores como Knight (1998) acreditam que o fundamental é entender o populismo como um estilo político particular. Esta visão, contudo, não é totalmente partilhada pelos seus pares. (...) Kenneth Roberts (1999) apresenta os cinco pilares fundamentais na construção do fenómeno populista, sendo os mesmos (1) a necessidade de existir um líder político inteligente e paternalista, mas não necessariamente carismático (o que é refutado por Hermet, 2001); (2) um acordo entre diferentes classes, baseado, principalmente, nos setores subordinados; (3) uma mobilização política sustentada na relação direta entre o líder e as massas, ignorando outras formas institucionalizadas de intermediação (que Hermet (2001) refuta, uma vez que ignora o papel dos partidos); (4) um discurso antieletista e/ou antissistema, baseado numa ideologia eclética; (5) a utilização de métodos redistributivos e de favorecimento que converte os setores populares em base de apoio ao regime (Roberts, 1999, pp. 380-381). (Ninitas, 2022a, p. 184).

Não obstante a ausência de consenso no que diz respeito à definição do conceito e da sua (in)utilidade, De la Torre (2003) refere que há um relativo entendimento quanto à ideia de

que o populismo surge como consequência da existência de uma sociedade que se constrói enquanto campo antagónico entre povo e oligarquia (De la Torre, 2003, p. 60), entre os que estão abaixo e os que estão acima (Laclau, 1987, 2005, 2006). Ou seja, enquanto estilo discursivo promove o antagonismo entre duas entidades ‘inimigas’ (a favor e contra o povo)” (Galito, 2017, p. 8), atribuindo à figura coletiva do povo – que ninguém se preocupa em definir – uma natureza pura, ao passo que a elite – que varia consoante as causas – carrega a bandeira da corrupção (Galito, 2017). O apelo ao povo e a denúncia da elite constituem, deste ponto de vista, alguns dos aspetos comuns das manifestações populistas, defendendo que a política deveria ser uma expressão da vontade geral (Mude & Kaltwasser, 2017, p. 18), sendo, por isso, a nosso ver, terreno fértil para a criação de discursos de natureza polémica.

Complementarmente, um discurso populista, sob este ponto de vista, além de polémico, caracteriza-se, conforme referido por Laclau (1987), pela ambiguidade e pela imprecisão, de que a sua eficácia é tributária – desta forma, o discurso populista é quanto mais eficaz quanto maior for a ambiguidade que aciona.

Por fim, é importante destacar que, à semelhança do termo “populismo”, as próprias noções de “povo” e “elite” carecem de explicitação, já que se trata, fundamentalmente, de uma construção mental. Para Galito (2017), os movimentos populistas “elevam a população à categoria de grupo cultural homogéneo capaz de ambicionar o poder. Protestam a favor dos excluídos com noção de ‘povo’ feita à medida das necessidades do momento ou dos líderes que a instrumentalizam” (Galito, 2017, p. 7).

Em suma, as definições de “populismo”, “povo” e “elite” permanecem em aberto, dando lugar a diversas interpretações e avaliações. Ainda assim, parece unânime que o primeiro conceito

remete para um contexto antagónico, que opõe fracos a fortes – ainda que, no fim, fiquemos sem saber concretamente se esse movimento é positivo ou negativo, e quem assume cada um dos papéis.

6. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIO-HISTÓRICA DA TOXICODPENDÊNCIA EM PORTUGAL

Para melhor compreender a temática sobre a qual versam os artigos em análise, importa apresentar uma breve contextualização socio-histórica acerca da toxicodependência em Portugal.

Segundo os dados obtidos no sítio *online* do SICAD (Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e das Dependências), a primeira legislação publicada em Portugal em matéria de drogas data de 1924, restringindo a importação do ópio, morfina, cocaína e dos seus derivados a fins medicinais ou científicos com legitimidade.

Mais tarde, em 1926, foi publicado o Decreto-Lei nº 12 210, de 24 de agosto, revogado pelo Decreto-Lei nº 420/70, de 3 de setembro do mesmo ano, que procurou acolher recomendações de organismos internacionais consultados. Nesse documento, foi, então, definido, em termos legais, o conceito de “estupefaciente” e elaborada uma lista com as substâncias que nele se incluíam. Nesta sequência, contemplou-se, igualmente, o regime jurídico-penal do tráfico ilícito ou do consumo dessas substâncias, estabelecendo-se um período de prisão que ia de 6 meses a 2 anos e uma multa entre 5 000\$00 e 50 000\$00.

Ainda segundo a mesma fonte, somente em 1963 a legislação de saúde mental começou a fazer referência ao “tratamento das toxicomanias”, ainda que não existisse, à data, qualquer estrutura que realizasse esse tratamento.

Em final de 1971, Portugal ratificou a Convenção Única de 1961, sobre os estupefacientes, e, em 1979, aderiu à Convenção Sobre Substâncias Psicotrópicas, de 1971.

Mais tarde, em 1973, o Serviço de Psiquiatria do Hospital de Santa Maria, em Lisboa, criou a primeira consulta de toxicodependência do país.

Em 1974, com o aumento excessivo de consumidores, a questão da toxicodependência ganhou, então, maior relevância na sociedade.

Por esse motivo, em 1975, segundo o sítio do SICAD,

na Presidência do Conselho de Ministros, (Decreto-Lei n.º 745/75, de 31 de dezembro), foram criados o Centro de Estudos da Juventude (CEJ), ao qual competia uma vertente mais preventiva e de tratamento médico-social, e o Centro de Investigação Judiciária da Droga (CIJD), com atuação na área da repressão e fiscalização do tráfico ilícito de drogas. (SICAD)

Em 1976, por sua vez, foi criado o Centro de Estudos da Profilaxia da Droga (CEPD), cuja missão se centrava na prevenção, no tratamento e na inserção social do toxicodependente, substituindo o CEJ. Igualmente, CIJD deu lugar ao Centro de Investigação e Controle da Droga (CICD), cuja competência focava a área da repressão e do tráfico ilícito de drogas.

No âmbito da ação do CEPD, foram criados diversos centros por todo o país, nos quais se desenvolviam atividades preventivas e de tratamento. Nas direções regionais do Centro e do Sul, em particular, começaram a funcionar as chamadas “Comunidades Terapêuticas”, ao passo que no centro do Norte se iniciou o programa de substituição com metadona – também um dos primeiros da Europa -, que foi, na verdade, e segundo Vasconcelos (2000), o arranque da história das terapêuticas de substituição em Portugal. Apesar de ter sido pioneiro, o centro Norte permaneceu o único durante cerca de 15 anos. Apenas em 1992, foram reunidas condi-

ções suficientes para que se desenvolvessem os programas de substituição em Portugal (Vasconcelos, 2000, p. 70).

Adicionalmente, em 1994, surgiram dois programas de substituição recorrendo à LAAM (Levo Alfa Acetil Metadol), um novo opiáceo.

Em 1998, assistiu-se a um aumento exponencial do número de utentes dos programas de substituição.

Somente em 2001, a aquisição, a posse e o consumo de drogas deixou de ser considerado crime em Portugal (SICAD). O seu consumo, no entanto, foi descriminalizado, mas não despenalizado, ou seja, passou a ser um ato punível por lei, mas não alvo de processo crime.

Esta mudança na legislação portuguesa, vulgarmente chamada de Lei da descriminalização do consumo (Lei nº30/2000, de 29 de novembro) alterou a forma como se olha para um consumidor de drogas, deixando de lado o preconceito que o comparava a um criminoso, passando a considera-lo como uma pessoa que necessita de ajuda e apoio especializado. (SICAD)

Apesar de o consumo global de drogas não ter diminuído, segundo Linde (2019), a utilização de drogas como a heroína ou a cocaína passou a afetar penas 0,3% da população – por oposição a 1%, até esse momento, na sequência da lei da descriminalização e de todas as ações a ela associadas. Também as contaminações por HIV passaram a metade, segundo a mesma fonte.

A tendência decrescente a que se assistiu nesse período, no entanto, tem vindo a alterar-se. A mortalidade associada ao consumo de drogas, por exemplo, aumentou, tendo, em 2021, sido registado, pelo terceiro ano consecutivo, o maior número de overdoses em território nacional, desde 2009.

Em 2019 registaram-se 63 mortes por overdose, aos quais se somaram outros 262 óbitos

por outras causas de morte e que apresentaram resultados toxicológicos positivos. Outros dados evidenciam que as overdoses de opiáceos duplicaram entre 2017 e 2018 e as de cocaína subiram nos últimos anos. (Sousa, 2023)

Apesar de o caso português ter sido apontado como exemplar, parece haver, atualmente, uma circulação maior de drogas e, por isso, um conseqüente aumento de mortes e doenças associados a esse consumo. Tal facto tem gerado bastante discórdia relativamente à viabilidade das políticas até aqui aplicadas, considerando se a descriminalização do consumo de drogas não terá banalizado a ação, em vez de a controlar.

7. ANÁLISE

O estudo exploratório que nos propusemos encetar prevê a análise de dois exemplares de artigos de opinião acerca da toxicodependência em Portugal, publicados no jornal *Expresso*, em 2023.

Primeiramente, importa perceber que foi Daniel Oliveira o autor do primeiro texto publicado, entre os dois que constituem o nosso *corpus*. Por esse motivo, e uma vez que os dois artigos, apesar de estabelecerem uma relação dialógica, foram escritos e publicados em momentos diferentes, optámos por os analisar pela ordem em que foram dados à estampa.

Assim, no artigo de Daniel Oliveira, o autor refere-se explicitamente a Rui Moreira no primeiro parágrafo, identificando claramente o seu interlocutor. Veja-se o exemplo (1).

(1) Pensei escrever sobre o tema há umas semanas, quando vi Rui Moreira fazer uma conferência de imprensa, tendo um acampamento de toxicodependentes como cenário (...). (Daniel Oliveira)

Ao analisarmos o exemplo acima, acedemos a duas informações fundamentais: ao visado nas críticas tecidas – Rui Moreira – e ao facto de o tom dessas críticas ser, possivelmente, adornado a sarcasmo, como se consegue depreender pela expressão “acampamento de toxicodependentes como cenário”. Complementarmente, o excerto evidencia a natureza dialógica do artigo, que, de imediato, convoca informações prévias e se dirige a uma figura em particular.

(2) Usar a tragédia de pessoas como pano de fundo para a promessa de as punir ilustra a ausência de mínimos de sensibilidade humana. (Daniel Oliveira)

Talvez com receio de que a mensagem não tivesse sido clara, Daniel Oliveira aciona um argumento *ad personam*, no qual põe em causa a sensibilidade humana de Rui Moreira. Seguidamente, conduz o leitor às seguintes conclusões: 1. Rui Moreira não tem qualquer sensibilidade. 2. Daniel Oliveira, por outro lado, tendo tido a capacidade de identificar e denunciar tal ausência, será possuidor dessa qualidade, assumindo, assim, um *ethos* sensível e humano. Tratando-se de um ataque evidente a este adversário, podemos afirmar, igualmente, estarmos perante um FTA.

(3) Andamos muito concentrados na corrupção, e devemos. Mas ela não é o único traço de personalidade política que ajuda a determinar o carácter de um governante. Quanta simpatia pensa Moreira ter lucrado com a utilização da desgraça e da doença para defender uma via securitária? Bastante, provavelmente. (Daniel Oliveira)

No exemplo (3), Daniel Oliveira confirma que a atitude de Rui Moreira atesta um determinado traço de carácter negativo, ativando, assim, outro argumento *ad personam* e, conseqüentemente um FTA. Complementa a sua reflexão, recorrendo a um ato iniciativo de pergunta, mais concretamente, uma interrogação retórica – ou pseudoretórica, uma vez que lhe responde -, que assume, no fundo, e à semelhança da ironia, uma polarização inversa (Casanova, 1990; Rodrigues, 1998). Adicionalmente, é importante destacar o implícito agressivo da resposta dada,

mantendo um propósito confrontativo, de desqualificação do adversário: Rui Moreira, segundo o autor, terá lucrado bastante com a atitude em análise, provando que o autarca preferiu, deliberadamente, esses créditos a ser boa pessoa.

(4) Rui Moreira quer regressar à abordagem do passado, tratando não apenas o pequeno tráfico, mas o consumo público, como crime. Ou seja, o doente é criminoso por ser doente e a tragédia da doença o ter atirado para o fundo do poço e para a rua como lugar onde se afunda na doença deve merecer repressão, não auxílio. (Daniel Oliveira)

No exemplo (4), Daniel Oliveira ativa uma estratégia FTA recorrente em discursos de natureza polémica: a criação de um terceiro inimigo. Uma vez que Daniel Oliveira se assume, ao tecer tais considerações sobre Rui Moreira, como um seu adversário, ao identificar os principais prejudicados pela proposta do autarca, cria-lhe outros inimigos: os toxicodependentes. Para Daniel Oliveira, Rui Moreira entende que as pessoas com comportamentos aditivos são criminosas, negando-lhes auxílio e repreendendo-as por algo que não conseguem controlar. O autor do artigo ativa, assim, e uma vez mais, um argumento *ad personam*, no qual ataca o caráter de Rui Moreira, evidenciando a insensibilidade de que já o havia acusado, mas de forma implícita. Consequentemente, reforça o seu próprio *ethos* sensível e, naturalmente, inconformado com as atitudes vis do autarca.

(5) A solução inútil, com provas dadas da sua inutilidade, é a mão pesada. Porque dá uma boa conferência de imprensa. Apenas isso. (Daniel Oliveira)

No exemplo (5), Daniel Oliveira ativa um argumento *ad hominem*, no qual critica as palavras de Rui Moreira, fazendo referência a dados do passado que atestam a “inutilidade” da sua proposta. Complementarmente, através de um ato de justificação, apresenta ao leitor a razão pela qual (crê que) Rui Moreira a propõe: “porque dá uma boa conferência de imprensa”, implicando, uma vez mais, a sua falta de valores, o que resulta num argumento *ad personam* e

num consequente FTA. Não modaliza essa sua afirmação, pelo que, à semelhança do que Charaudeau (2017) já havia previsto, assume a sua posição como a única válida.

(6) Para alimentar este filão, escreveu um artigo que é um monumento à demagogia. (...) Um passado que nunca impediu o Casal Ventoso ou o Aleixo. (Daniel Oliveira)

Daniel Oliveira, no exemplo (6), faz referência a um outro artigo que Rui Moreira teria escrito sobre a temática e no qual, segundo o autor, o autarca cai num conjunto de *clichés*, numa atmosfera demagógica – ativando, desta forma, um argumento *ad hominem*. Implícita, igualmente, que as suas intenções são sempre estratégicas e pouco sensíveis. Daniel Oliveira partilha, também, com o seu leitor que a proposta do autarca é um retrocesso a um passado que não teria resultado bairros problemáticos como o Casal Ventoso, em Lisboa, ou o do Aleixo, no Porto. Tais afirmações permitem a construção de um *ethos* avisado, cauteloso e informado, para Daniel Oliveira, por contraste com Rui Moreira.

(7) No texto, ainda consegue a proeza de dizer que criminalizar não é castigar. Proibir não será, criminalizar é isso mesmo: castigar. Se “não há maior punição do que viver na dependência” porque raio quer criminalizar a dependência? Porque a racionalidade é indiferente ao argumento. Moreira quer o que sempre quis: popularidade fácil. Tenho apenas uma dúvida: qual a opinião da IL, que apoiou Moreira e tem autarcas à sua boleia, sobre esta posição? (Daniel Oliveira)

No exemplo (7), Daniel Oliveira recorre a um dispositivo de ironia, quando tece considerações sobre a afirmação “criminalizar não é castigar”. O autor do artigo afirma tratar-se de uma “proeza”, apreciando, em tom jocoso, a falta de lógica do seu adversário. Explícita, em seguida, que “Proibir não será [castigar], criminalizar é isso mesmo: castigar”, atribuindo a Rui Moreira outra característica: a de tentar enganar os eleitores. Daniel Oliveira aponta, ainda, a incoerência dos argumentos do autarca, que deseja castigar algo que já é castigo suficiente. Assim, ataca, uma vez mais, o próprio autarca e as ideias que veicula, num conjunto de argumentos *ad personam* e *ad hominem*, que resultam em constantes FTA.

Adicionalmente, Daniel Oliveira acusa o autarca de desejar conquistar popularidade fácil. Nesta sequência, aproveita para relembrar a outros elementos da autarquia que a sua posição inicial era contrária à de Rui Moreira. Desta forma, apela à coerência de ações e ideias. Estabelece, concomitantemente, e como tem vindo a ser transversal ao longo do artigo, uma evidência do carácter dialógico desta peça.

(8) Claro que, passadas duas décadas, há novas realidades que exigem adaptações e os números também o mostram. (...) Mas quem o queira fazer prepara essas mudanças com quem sabe, não faz conferências de imprensa em lugares assustadores ou discursos inflamados com um tema tão sensível para agitar medos. (...) Sempre temi que chegasse o momento em que um populista usasse a tragédia para, em vez de melhorar (e há muitas coisas para melhorar) o que deu bons resultados, deitasse tudo a perder (...). (Daniel Oliveira)

O exemplo (8) surge após a apresentação de dados numéricos relativos à toxicodependência em Portugal, desde 2000, por parte de Daniel Oliveira. O autor cria, desta forma, um *ethos* de credibilidade e sabedoria, que lhe permitirá tecer outras considerações sobre o seu adversário de forma mais eficaz.

Assim, no excerto em análise, o seu autor procura explicar a Rui Moreira e aos leitores que as medidas conseguidas após a descriminalização do uso de drogas em Portugal fez dessa nação um exemplo. Assume, no entanto, um *ethos* ponderado, quando afirma que os cenários mudaram e que essas políticas necessitam de adaptações – característica que, de resto, é muito comum nos artigos de Daniel Oliveira sobre o Acordo Ortográfico de 1990, por exemplo (Ninitas, 2022b).

Seguidamente, Daniel Oliveira regressa aos ataques a Rui Moreira, referindo que toda e qualquer alteração proposta deve ser discutida entre especialistas, não em conferências de im-

prensa, com cenários assustadores. Este ataque *ad personam*, no qual Daniel Oliveira, implicitamente, atribui ao autarca a insensibilidade e a sede de popularidade que o levam a cometer tais ações, constitui, uma vez mais, um FTA. Daniel Oliveira conclui a sua reflexão sobre este aspeto, acusando, implicitamente, Rui Moreira de ser um populista, que pretende destruir um passado bem feito.

(9) Assim, respondendo com medo a quem explora os instintos menos informados, se destroem políticas. Nunca foram só os extremistas. São quase sempre os oportunistas e os medrosos que se agacham perante eles. (Daniel Oliveira)

No exemplo (9), Daniel Oliveira prossegue as suas reflexões, acusando Rui Moreira e os populistas de se aproveitarem das mentes menos informadas para fazerem valer as suas propostas. Conclui a sua explanação, referindo que é o medo que faz com que se aceitem más políticas, apelidando de “medrosos” todos aqueles que estejam nessas circunstâncias. Também neste caso, a seleção lexical não parece ter sido inocente, uma vez que dizer que alguém tem medo de algo, enquanto vítima, não é, necessariamente, sinónimo de se ser medroso, pressupondo um certo grau de cobardia.

(10) É natural que um político pouco cuidadoso não se prenda com os resultados práticos das políticas que defende e para o mal que provoca a doentes que não votam e estão excluídos de quase tudo. Mas não prometa o que não pode oferecer com este retrocesso: segurança e combate à droga. (Daniel Oliveira)

No último excerto retirado do artigo de Daniel Oliveira, encontramos, desde logo, um argumento *ad personam*, concluindo que uma proposta de criminalização só poderia ser defendida por políticos pouco cuidadosos – implicando, Rui Moreira. Termina, no entanto, a sua reflexão, dirigindo-se clara e diretamente ao autarca, o que constitui uma evidência de dialogismo, mas também de uma natureza dialogal *in absentia*: não prometa o que não pode cumprir. Com um argumento *ad personam* implícito, atribui-lhe a características de ser mentiroso.

Em suma, Daniel Oliveira acusa, desde o início do texto, Rui Moreira de ser uma pessoa com mau caráter, que promove campanhas populistas, procurando amedrontar a população e, assim, angariar votos. Assume, ao longo do texto, um *ethos* de credibilidade, de sensibilidade e humanidade, que contrasta com a ação vil do autarca, apontando-lhe as irracionalidades e incoerências dos discursos, bem como a frieza com que se aproveita de cenários miseráveis para cumprir a sua agenda. Mas o que terá Rui Moreira a dizer a Daniel Oliveira?

(11) Os números, como sabemos, podem ser capciosos, revelando apenas uma parte da verdade ou nem isso. Convém, pois, que sejam usados com cautela e sobretudo com seriedade intelectual. Foi o que não fez Daniel Oliveira (...), em que traz à discussão números sobre o consumo de droga manifestamente desatualizados. (Exp2_2023) (Rui Moreira)

No exemplo (11) desta análise, encontramos o primeiro excerto retirado do artigo escrito por Rui Moreira. Nele, e à semelhança do que já havíamos verificado no artigo de Daniel Oliveira, o alvo das críticas surge claramente identificado.

O autarca começa por referir que os números apresentados por Daniel Oliveira não são tão claros como podem parecer. Segundo Rui Moreira, revelam “apenas uma parte da verdade”, acusando o jornalista de desonestidade – num primeiro momento, de forma implícita, posteriormente, explicitamente, constituindo este o primeiro FTA deste artigo, através de um argumento *ad personam*. Complementarmente, Rui Moreira refere que, além de os dados apresentados no artigo de Daniel Oliveira não representarem a totalidade da realidade, os mesmos estão “manifestamente desatualizados”.

(12) Como pessoa informada que é, Daniel Oliveira saberá que, infelizmente, os dados mais recentes dos organismos oficiais, (...) apontam para um aumento do consumo de estupefacientes em 2021, para uma escalada das mortes por overdose (o valor mais alto desde 2009) e para um muito preocupante crescimento da adição de crack. (Rui Moreira)

No exemplo (12), Rui Moreira assume um *ethos* condescendente que, expectavelmente, irritará Daniel Oliveira – perpetuando, desta forma, a polémica. No presente excerto, o seu autor, por um lado, afirma que Daniel Oliveira é uma pessoa “informada”, por outro, acusa-o, implicitamente, de desonestidade, por, sendo uma pessoa informada, ter escolhido omitir os dados mais recentes.

(13) Não vou cometer a deselegância de classificar o uso seletivo de números que Daniel Oliveira notoriamente fez para caucionar as suas posições políticas (...) (Rui Moreira)

No exemplo (13), encontramos um reforço desta acusação de desonestidade, quando Rui Moreira afirma ter havido um “uso seletivo de números”, por parte do jornalista. Assume, igualmente, um *ethos*, aparentemente, elegante, razão pela qual afirma não entregar Daniel Oliveira – ainda que acabe por fazê-lo, na mesma proposição. Complementarmente, acusa Daniel Oliveira de assumir posicionamentos específicos por razões meramente ideológicas, implicando a falta de sentido crítico. Adicionalmente, defende-se das acusações de que foi alvo, sobre organizar conferências de imprensa para ganhar popularidade. Ao fazê-lo, ativa um argumento *ad personam*, no qual reforça a acusação de desonestidade a Daniel Oliveira e, por consequência, constrói um *ethos* honesto e justo, que contrasta com o do seu adversário.

(14) Apresentar dados de 2017 não é, convenhamos, o expediente mais sério para discutir um assunto tão importante como a droga, mas terá servido, neste caso, para alimentar a popularidade de Daniel Oliveira como maître à penser da esquerda radical. (Rui Moreira)

E se no exemplo (13) já havia indícios de que Rui Moreira queria limpar a sua imagem das acusações do jornalista, em (14), tal facto torna-se ainda mais evidente. Num primeiro momento, Rui Moreira acusa, uma vez mais, Daniel Oliveira de desonestidade na apresentação dos números, recorrendo, novamente, a um argumento *ad personam*. Complementarmente, acusa o jornalista de o ter feito para ganhar popularidade, devolvendo a acusação ao colunista.

Ativa, por isso, o argumento do “quem diz é quem é”, que recupera a infantilidade referida no título: “Populismo, a doença infantil do esquerdismo”.

(15) Ao contrário do colunista do Expresso, cujo poder é meramente tribunicio, eu represento uma comunidade e tenho o dever de perceber quais são os seus legítimos interesses e defendê-los. Ou seja, tenho de atender àquilo que, num determinado momento histórico, mais convém e melhor serve a população do Porto. (Rui Moreira)

No exemplo (15), Rui Moreira assume um *ethos* de responsabilidade, mas também de autoridade, estabelecendo o contraste entre a sua posição superior e a de Daniel Oliveira – cujo papel na sociedade é, nesta perspetiva, menos relevante. Adicionalmente, convoca um argumento *ad populum* (Plantin, 2016), no qual se serve de uma figura indefinida, como “a população do Porto”, para implicitar que a sua voz é a tradução da vontade do povo. Assume, neste sentido, igualmente, um *ethos* altruísta, de missão.

(16) De resto, a proposta do Município do Porto para lançar um apelo ao Governo para que criminalize o consumo de drogas na via pública mereceu a aprovação de onze dos treze vereadores, concitando o apoio das forças moderadas do Executivo Municipal. Enfim, os nossos vereadores devem ser todos empedernidos populistas e muito desumanos... (Rui Moreira)

No exemplo (16), o autor refere que a maioria dos vereadores da Câmara do Porto havia votado favoravelmente a proposta de criminalização do consumo de drogas. Nesta sequência, e ativando um dispositivo de ironia, Rui Moreira retoma as palavras do jornalista e afirma que todos seriam, então, populistas e desumanos. Complementarmente, desvaloriza a posição do colunista, pelo recurso a outro argumento *ad populum* (= a maioria votou a favor). Neste excerto, Rui Moreira mantém um *ethos* de superioridade, suportado por essa maioria.

(17) Tal como nos números, o humanismo de Daniel Oliveira é seletivo. Sobre as vítimas colaterais do consumo e tráfico de droga nada diz. (Rui Moreira)

No exemplo (17), Rui Moreira prossegue o seu intento de derrubar cada argumento de Daniel Oliveira sobre si, descredibilizando o colunista. No exemplo (17), Rui Moreira retoma a ideia de que a desonestidade de Daniel Oliveira relativamente aos números apresentados sobre os consumidores de drogas pode ser transversal a outros dados, neste caso, às vítimas que sofrem pelo facto de o consumo estar a aumentar em Portugal. Reverte, assim, a acusação de que foi alvo e, recorrendo a um argumento *ad personam*, ataca Daniel Oliveira de não ter compaixão pelas vítimas colaterais.

(18) É fácil exhibir bons sentimentos, como faz Daniel Oliveira, quando o problema da droga não está à nossa porta. É fácil alardear humanidade quando não se tem a responsabilidade de proteger a população local. (...). (Rui Moreira)

No exemplo (18), Rui Moreira acusa Daniel Oliveira de não entender a dificuldade de estar na sua pele. Fá-lo implicitamente, referindo que tudo aquilo que o colunista faz é fácil, por oposição à dificuldade de se ter outra responsabilidade na sociedade. Mais uma vez, assume um *ethos* de superioridade, por oposição à infantilidade de que acusa Daniel Oliveira. Rui Moreira acusa, assim, o colunista de não considerar outras vítimas, porque essas não são visíveis. Constitui esta, então, outra evidência de FTA, através de um argumento, ainda que velado, *ad personam*.

(19) O negacionismo dos danos colaterais da droga é, também ele, uma forma de populismo. Um populismo de esquerda que Daniel Oliveira tão bem representa e faz deste profissional da opinião um Louçã de fãncaria, sem dimensão para máis do que a exibição beata da sua presumida superioridade moral. (Rui Moreira)

Por fim, Rui Moreira acusa Daniel Oliveira de ser populista, devolvendo-lhe, assim, uma das suas últimas considerações. Alerta o leitor para os perigos desse populismo de “esquerda”, acusando-o de se querer exhibir, ainda que não tenha o calibre de outros elementos da mesma facção, como Francisco Louçã. Faz, então, uso de um argumento *ad personam*, no qual diminui,

na generalidade, o carácter de Daniel Oliveira. Constrói, assim, um *ethos* de superioridade, que contrasta com a “presumida superioridade moral” de Daniel Oliveira.

8. REFLEXÕES FINAIS

O presente estudo exploratório permitiu mostrar, a partir da análise de dois artigos de opinião sobre a toxicodependência em Portugal, algumas estratégias manipuladas na construção da polémica verbal.

Os *ethè* (Amossy, 1999) construídos pelos autores, ao longo dos textos, variaram entre superioridade, credibilidade, sensibilidade, altruísmo, ponderação, condescendência, humanidade e responsabilidade. Em comum têm o facto de serem construídos por contraste com a acusação ao adversário, funcionando, em simultâneo, como estratégia de ataque e de valorização do próprio. Assim, quando Daniel Oliveira, por exemplo, assume um *ethos* de sensibilidade, fá-lo como consequência da acusação de insensibilidade a Rui Moreira. Por outro lado, quando Rui Moreira constrói um *ethos* de responsabilidade, o mesmo nasce por comparação com a quase infantilidade e falta de responsabilidade que atribui a Daniel Oliveira.

Ademais, os dois autores, recorrendo a diversas estratégias de descredibilização do seu oponente, reforçaram a relação antagónica estabelecida entre o EU e o OUTRO, conforme previsto por autores como van Dijk (2005). Adicionalmente, concluímos que grande parte dessas estratégias de descredibilização foi construída com base em argumentos *ad personam* (Declercq, 2003; Charaudeau, 2017), nos quais o carácter das pessoas envolvidas foi o foco da crítica. Nesta sequência, importa, igualmente, referir que a temática da toxicodependência, nos dois casos, surgiu, somente, como estratégia de defesa e ataque, o que parece conduzir à conclusão de que o tema sobre o qual se discutiu assumiu um papel secundário na discussão. Nos dois casos,

percebe-se a intenção de agredir o opositor – mais do que as suas ideias –, procurando alimentar a polémica já existente.

Complementarmente, importa referir que houve uma preocupação, por parte de Rui Moreira, de combater a maioria das acusações de que foi alvo, ainda que, nessa sequência, procurasse estabelecer comparações que descredibilizassem o adversário em simultâneo. Desta feita, o carácter dialógico (Bakhtine, 1992) ficou ainda mais evidenciado, não só pela alusão clara aos intervenientes, mas também pela ideia de se tratar de uma resposta.

Os constantes ataques à face do outro (Goffman, 1967), carregados de agressividade (Balanbrón Pazos, 2004; Culpeper, 1996, 2005; Bousfield, 2008) revelaram, precisamente, a intenção nula de convencer o adversário.

Por fim, o uso do termo populista pareceu servir de arma de arremesso em ambas as facções políticas, pelo que tornou difícil entender se o termo se associa preferencialmente a alguma ideologia. Permitiu, no entanto, concluir que a sua conotação é, maioritariamente, negativa e que essa avaliação é partilhada pelos dois autores, que a usaram como estratégia de ataque.

ARTIGO RECEBIDO A
29/04/2023
ARTIGO APROVADO A
10/08/2023

REFERÊNCIAS

- Amossy, R. (1999a). *Images de soi dans le discours. La construction de l'ethos*. Delachaux et Niestlé.
- _____(1999b). The argument *ad hominem* in an interactional perspective. In *Proceedings of the Forth International Conference on Argumentation*. Amsterdam: Sic Sat, pp. 14-18.
- _____(2000b). *Argumentation in Discourse: A Socio-discursive approach to arguments*. OSSA Conference Archive, 1. (<https://scholar.uwindsor.ca/ossaarchive/OSSA8/keynotes/1>).
- _____(2009). The New Rhetoric's inheritance. In *Rhetoric and Discourse Analysis. Argumentation*, 23, pp. 313-324.
- _____(2010). The Functions of Polemical Discourse in the Public Sphere. In Smith, M. & Warnick, B. (Org.). *The Responsibilities of Rhetoric*. Waveland Press, pp. 52-61.
- _____(2011). La coexistence dans le dissensus. La polémique dans les forums de discussion. In *Semen. Revue de Sémio-Linguistique des Textes et Discours*, Besançon, v. 31 (www.journals.openedition.org), pp. 25-42
- _____(2014). *Apologie de la polémique*. Presses Universitaires de France.
- Angenot, M. (2008). *Dialogues de sourds: traité de rhétorique antilogique*. Mille et Une Nuits.
- _____(2015). Novas proposições para o estudo da argumentação na vida social. In *EID&A: Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, v. 3, (www.periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/413), pp. 142-155.
- Bakhtine, M. M. (1992). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, 6ª ed. Hucitec.
- Balanbrón, P. (2004). *Violencia y publicidad televisiva, De la violencia como recurso creativo a la publicidad como violencia*. Universidad Católica de San Antonio.
- Bousfield, D. (2008). *Impoliteness in Interaction*. John Benjamins.
- Braz, A. C. (2017). *A Ironia no Discurso Parlamentar Português: graus de implicação, índices linguísticos e estratégias discursivas*. Tese de Doutoramento em Estudos e Ciências da Língua Portuguesa, Brasileira e Lusófona Africana. Université Paris 8 – Vincennes - Saint Denis e em Ciências da Linguagem, Especialização em Análise do Discurso. Universidade do Minho.
- Brown, P. & Levinson, S. (1978). Universals in language usage: politeness phenomena. In Goody, E. (ed.), *Questions and Politeness: Strategies in Social Interaction*. Cambridge University Press, pp. 56-289.

Burger, M. (2005). La complexité argumentative d'une séquence de débat politique médiatique. In Burger, M. & Guylaine, M. (Org.). *Argumentation et communication dans les médias*. Nota Bene. pp. 51-79.

_____(2008). Analyzing the Linguistic Dimension of Globalization in Media Communication: the Case of Insults and Violence in Debates. In Daniel, P. & Wyss, E. L. (org.). *Media Linguistics from a European Perspective: Language Diversity and Medial Globalization in Europe*. VALS / ASLA, pp. 127-150.

_____(2011). Une caractérisation praxéologique du désaccord polémique: ce qu'informer dans les médias veut dire. *Semen. Revue de Sémio-Linguistique des Textes et Discours*, Besançon, v. 31. (www.journals.openedition.org), pp. 61-80.

Calsamiglia, H. & Tusón, A. (2002). *Las Cosas del Decir: Manual de Analisis del Discurso*. Barcelona: Ariel Linguística.

Casanova, I. (1990). *Actos Ilocutórios Directivos: A Força do Poder ou o Poder da Persuasão*. Tese de Doutoramento em Linguística. Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

Charaudeau, P. (1996). Para uma nova análise do discurso. In Carneiro, A. D. (Org.). *O discurso da mídia*. Oficina do autor, pp. 5-43.

_____(1999). Análise do discurso: controvérsias e perspectivas. In Mari, H., Pires, S., Cruz, A., & Machado, I. (Orgs.). *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Carol Borges, pp. 27-43.

_____(2017). *Le débat public. Entre controverse et polémique. Enjeu de vérité, enjeu de pouvoir*. Lambert-Lucas.

Costa, J. F. (2021). Afinal, o que é o populismo? In *FFMS* (<https://www.ffms.pt/blog/artigo/85/afinal-o-que-e-o-populismo>).

Culpeper, J. (1996). Towards an anatomy of impoliteness. *Journal of Pragmatics*, n. 25 (<https://pt.scribd.com/doc/296975261/Culpeper-1996-Towards-an-Anatomy-of-Impoliteness>). pp. 349-367.

_____(2005). Impoliteness and Entertainment in the Television Quiz Show: The Weakest Link. *Journal of Politeness Research, Language, Behaviour, Culture*, n. 1, pp. 35-72.

Dascal, M. (2005). The balance of reason. In Vanderveken, D. (Org.). *Logic, Thought and Action*. Netherlands: Springer, pp. 27-48.

De la Torre, C. (2003). Masas, Pueblo y democracia: Un balance crítico de los debates sobre el nuevo populismo. *Revista de Ciencia Política XXIII*, 1, pp. 55-66.

- Declercq, G. (2003). Avatars de l'argument ad hominem: éristique, sophistique, dialectique. In Declercq, G., Murat, M. & Dangel, J. Dangel (éds). *La parole polémique*. Champion, pp. 327-376.
- Doury, M. (2012). Preaching to the Converted. Why Argue When Everyone Agrees? *Argumentation*, [S.l.], v. 26, n. 1, pp. 99-114.
- Duarte, I. M. (2005). Falar Claro a Mentir. In *Dar a Palavra à Língua – Homenagem a Mário Vilela*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 291-299.
- Ducrot, O. et al. (1980). *Les mots du discours*. Minuit.
- Galito, M. S. (2017). Populismo. Conceptualização do Fenómeno. Working Paper CESA CSG 158 / 2017. In ISEG (<http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/index.php/menupublicacoes/working-papers>)
- Goffman, E. (1967). *Interaction ritual*. Pantheon Books.
- Huang, Y. (2007). *Pragmatics*. Oxford University Press.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (1980) *La polémique et ses définitions*. *La parole polemique*. Presses Universitaires de Lyon.
- _____(1986a). *L'Implicite*. Armand Colin, 2ème edition.
- _____(1986b). 'Nouvelle communication' et 'analyse conversationnelle'. In *Langue Française*, vol. 70, nº. 1, pp. 7-25.
- Laclau, E. (1987). Populismo y transformación del imaginario político en América Latina. *A Journal of Latin American and Caribbean Studies*, 42, pp. 25-38.
- _____(2005). *La Razón Populista*. Fondo de Cultura Económica.
- _____(2006). La deriva populista y la centro izquierda latino-americana. In *Nueva Sociedad*, 205, pp. 57-65.
- Lakoff, R. T. (1973). The logic of politeness: minding your p's and q's. In Corum, C., Smith-Stark, T. C. & Weiser, A. (Eds.). *Paper from the 9th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*. Chicago Linguistic Society, pp. 292-305.
- Leech, G. (1983). *Principles of Pragmatics*. Longman.
- Linde, P. (2021). Como Portugal se tornou referência mundial na regulação das drogas. In *El País online* (https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/02/internacional/1556794358_113193.html)
- Maingueneau, D. (1983). *Sémantique de la polémique*. Lausanne: Éditions l'Âge de l'Homme.

Maigneueneau, D. (1984). *Genèses du discours*. Pierre Mardaga.

Ninitas, M. (2022a). (Des)Acordo Ortográfico. Análise Discursivo-Pragmática De Argumentos Populistas na Construção da Polémica Verbal Escrita sobre o Acordo Ortográfico de 1990. In Marques, M. A. et al. (Org.). *Populismo(s) e suas linguagens*. Textos Seleccionados. CEHUM, pp. 173-196.

_____(2022b). (Des)Acordo Ortográfico. Análise discursivo-pragmática da polémica verbal em textos de opinião sobre o Acordo Ortográfico de 1990. Tese de Doutoramento em Estudos Portugueses – Linguística Portuguesa. Universidade Aberta.

Norricks, N. R. (1978). Expressive illocutionary acts. In *Journal of Pragmatics*, Vol. 2, Issue 3, pp. 277-291.

Oléron, P. (1995). Sur l'argumentation polémique. In *Hermès*, 16, pp. 15-27.

Plantin, C. (1980). Nominations. La constitution des rôles dans le dialogue. *Pragmatics*, 9, pp. 241-260.

_____(1995). Fonctions du tiers. In Kerbrat-Orecchioni, C. & Plantin, C. (Org.), *Le Trilogue*. PUL, pp. 108-133.

_____(2016). *Dictionnaire de l'argumentation. Une introduction aux études d'argumentation*. ENS Éditions.

Rodrigues, M. C. C. (1998). A sequência discursiva pergunta resposta. In Fonseca, J. (Org.), *A Organização e o Funcionamento dos Discursos, Estudos sobre o Actos Ilocutórios Expressivos em Português*. Tomo II. Porto Editora, pp. 11-222.

Rodrigues, S. V. (2008). *Estrutura e funcionamento da interação verbal polémica. Contributo para o estudo da polemicidade em Camilo Castelo Branco*. Tese Doutoramento em Linguística. Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

Rodrigues, M. G. S. (2021). Ponto de vista emocionado no gênero discursivo comentário on-line–violência verbal. In *Linha D'Água*, v. 34, n. 01 (<https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/180827/171457>), pp. 13-28.

Seara, I. R. (dir. e coord.) (2014). *Cortesia: olhares e (re)invenções*. Chiado Editora.

_____(2017). Contributo para o estudo da (des)cortesia verbal: estratégias de atenuação e de intensificação nas interações. In Cabral, A. L., Seara, I. R. & Guaranha, M. F., *Descortesia e Cortesia. Expressão de Culturas*. Cortez Editora, pp. 233-265.

- Searle, J. (1969). *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge University Press.
- Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e das Dependências. (<https://www.sicad.pt/>)
- Sousa, G. (2023). Aumento Preocupante do Consumo de Drogas Pesadas em Portugal. In *Blog Tecniquitel* (<https://blogtecniquitel.com/drogas-pesadas-em-portugal/>)
- van Dijk, T. (2005). Contextual knowledge management in discourse production: a CDA perspective. In Wodak, R. & Chilton, P. (Orgs.) *A New Agenda in (Critical) Discourse Analysis: Theory, methodology and interdisciplinarity*. Universitat Pompeu Fabra. pp. 71-100.
- Vasconcelos, C. (2000). Breve história das terapêuticas de substituição em Portugal: conclusões principais. In *Revista Toxicodependências*, vol. 6, n° 2. Edições SPTT, pp. 67-79.
- Walton, D. (1990). Types de dialogue et glissements dialectiques en argumentation. In Meyer, M. & Lempereur, A. (Orgs.), *Figures et conflits rhétoriques*. Éditions de l'Université.

Pensei escrever sobre o tema há umas semanas, quando vi Rui Moreira fazer uma conferência de imprensa, tendo um acampamento de toxicodependentes como cenário, para anunciar a vontade de criminalizar o consumo público de droga. Usar a tragédia de pessoas como pano de fundo para a promessa de as punir ilustra a ausência de mínimos de sensibilidade humana. Andamos muito concentrados na corrupção, e devemos. Mas ela não é o único traço de personalidade política que ajuda a determinar o caráter de um governante. Quanta simpatia pensa Moreira ter lucrado com a utilização da desgraça e da doença para defender uma via securitária? Bastante, provavelmente.

A proposta lá avançou. Rui Moreira quer regressar à abordagem do passado, tratando não apenas o pequeno tráfico, mas o consumo público, como crime. Ou seja, o doente é criminoso por ser doente e a tragédia da doença o ter atirado para o fundo do poço e para a rua como lugar onde se afunda na doença deve merecer repressão, não auxílio. A solução inútil, com provas dadas da sua inutilidade, é a mão pesada. Porque dá uma boa conferência de imprensa. Apenas isso.

Para alimentar este filão, escreveu um artigo que é um monumento à demagogia, nem se poupando na estafada conversa do “conforto do Parlamento” dos “senhores deputados” e, já agora, dos técnicos que andam nisto há décadas. Aparentemente, sabem bem menos do que o eterno não político que vive no desconforto do seu gabinete – já lá estive e até me pareceu bastante confortável. Fica claro, pelo balanço que faz da lei, que quer regressar ao passado muito para lá da via pública. Um passado que nunca impediu o Casal Ventoso ou o Aleixo. No texto, ainda consegue a proeza de dizer que criminalizar não é castigar. Proibir não será, criminalizar é isso mesmo: castigar. Se “não há maior punição do que viver na dependência” porque raio quer criminalizar a dependência? Porque a racionalidade é indiferente ao argumento. Moreira quer o que sempre quis: popularidade fácil.

ANEXO 1

JORNAL: EXPRESSO

**TÍTULO: QUANTA DROGA
TIRARAM DA RUA OS POPU-
LISTAS?**

DATA: 23/01/23

AUTOR: DANIEL OLIVEIRA

CÓDIGO: TEXTO 1

Tenho apenas uma dúvida: qual a opinião da IL, que apoiou Moreira e tem autarcas à sua boleia, sobre esta posição? Vão ficar calados? Vão ignorar as propostas que têm para a descriminalização da venda de droga.

Não há muitas coisas em que Portugal se distinga no mundo, para além das que a natureza nos deu e do futebol. Há uma que nos fez exemplo, pelo arrojo e pelos resultados: a política de descriminalização da droga. “The New York Times”, “The Washington Post”, “The Guardian” ou “El País” trataram as opções que fizemos como a chave para minorar um problema global.

O consumo de drogas foi descriminalizado em Portugal, em 2000, entrando a lei em vigor em 2001. Em vez de delinquente, o dependente é tratado como um doente. Tem, como qualquer doente, direito a apoio médico. Só assim foi possível avançar com programas de distribuição de seringas, para redução de riscos. O número de dependentes portadores de HIV caiu a pique. Alargaram-se os programas de substituição de heroína por metadona, como porta de entrada para o SNS e para o tratamento. Sabendo que o processo é voluntário e que a reincidência faz parte dele.

O número de pessoas em programas de desabitação subiu, numa década, quase 50%. Os utilizadores de heroína passaram de 100 mil, em 2001, para 25 mil, em 2017. Os óbitos por overdose caíram em mais de 85%. Em 2017, a mortalidade por overdose era a mais baixa da Europa Ocidental, um décimo das do Reino Unido ou Dinamarca, um quinze avos dos Estados Unidos. Se os EUA seguissem o exemplo de Portugal teriam salvo uma pessoa da morte por overdose em cada 10 minutos, escreveu Nicholas Kristof, colunista do “New York Times”. Já falei de tudo isto aqui, há dois anos.

Este enorme salto foi possível graças ao arrojo, primeiro, e a um consenso que permitiu uma

coisa rara em Portugal: estabilidade de uma política, que permita dar-lhe tempo para avaliar resultados. Claro que, passadas duas décadas, há novas realidades que exigem adaptações e os números também o mostram. São os próprios protagonistas desta mudança a defender que é preciso melhorar muito o que se fez. Mas quem o queira fazer prepara essas mudanças com quem sabe, não faz conferências de imprensa em lugares assustadores ou discursos inflamados com um tema tão sensível para agitar medos. Isso faz quem nada quer resolver a não ser a sua própria vida política.

Sempre temi que chegasse o momento em que um populista usasse a tragédia para, em vez de melhorar (e há muitas coisas para melhorar) o que deu bons resultados, deitasse tudo a perder, incendiando a opinião pública e pedindo o regresso de tudo o que falhou. Num tempo em que é tão mais difícil construir o tipo de consensos tecnicamente informados que se formaram há duas décadas, pensei que talvez viesse da extrema-direita. Mas não. Veio, provando que populismo e extremismo são coisas diferentes, de Rui Moreira, que já muitas vezes nos revelou este seu traço político, geralmente com bons resultados para si mesmo.

Como o populismo assusta, dois deputados do PS – Tiago Barbosa Ribeiro e Rosário Gamba –, que também estão na Câmara e até são da corrente mais progressista do partido e apoiantes da lei atual, votaram a favor de uma recomendação para recuar. Desde então, o PS do Porto tropeça nos seus próprios pés para agradar a gregos e troianos, o que, como sabemos, é a sua imagem de marca. Assim, respondendo com medo a quem explora os instintos menos informados, se destroem políticas. Nunca foram só os extremistas. São quase sempre os oportunistas e os medrosos que se agacham perante eles.

É natural que um político pouco cuidadoso não se prenda com os resultados práticos das

políticas que defende e para o mal que provoca a doentes que não votam e estão excluídos de quase tudo. Mas não prometa o que não pode oferecer com este retrocesso: segurança e combate à droga. Segundo o The Guardian, saíram do mercado de drogas ilegais, graças à lei portuguesa, cerca de 400 milhões de euros. Discursos a pedir mão pesada contra consumidores nunca tiraram um grama de droga da rua. Mas podem sempre render popularidade à custa da desgraça de todos.

Os números, como sabemos, podem ser capciosos, revelando apenas uma parte da verdade ou nem isso. Convém, pois, que sejam usados com cautela e sobretudo com seriedade intelectual. Foi o que não fez Daniel Oliveira no artigo “Quanta droga tiraram da rua os populistas”, em que traz à discussão números sobre o consumo de droga manifestamente desatualizados.

Como pessoa informada que é, Daniel Oliveira saberá que, infelizmente, os dados mais recentes dos organismos oficiais, como o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência ou o SICAD, apontam para um aumento do consumo de estupefacientes em 2021, para uma escalada das mortes por overdose (o valor mais alto desde 2009) e para um muito preocupante crescimento da adição de crack. À semelhança de outros países europeus, o consumo de drogas está a crescer em Portugal.

Não vou cometer a deselegância de classificar o uso seletivo de números que Daniel Oliveira notoriamente fez para caucionar as suas posições políticas, nem a atolambada evocação de uma conferência de imprensa que nunca existiu enquanto tal. Bem sei que o rigor é coisa fugidia quando se tem todos os dias de escrever vigorosamente sobre tudo e sobre nada, numa espécie de pronto-a-vestir da opinião. Apresentar dados de 2017 não é, convenhamos, o expediente mais sério para discutir um assunto tão importante como a droga, mas terá servido, neste caso, para alimentar a popularidade de Daniel Oliveira como maître à penser da esquerda radical.

Curiosamente, é de procurar a popularidade fácil que me acusa Daniel Oliveira, como se fosse popular reabrir a discussão sobre a criminalização do consumo de droga, um tema-tabu da política portuguesa. Mas a questão aqui não é de populismo, mas sim de responsabilidade política. Ao contrário do colunista do Expresso, cujo poder é meramente tribúncio, eu represento uma comunidade e tenho o dever de perceber quais são os seus legítimos interesses e

ANEXO 2

JORNAL: EXPRESSO

**TÍTULO: POPULISMO,
A DOENÇA INFANTIL DO
ESQUERDISMO**

DATA: 26/01/23

AUTOR: RUI MOREIRA

CÓDIGO: TEXTO 2

defendê-los. Ou seja, tenho de atender àquilo que, num determinado momento histórico, mais convém e melhor serve a população do Porto.

Ora, não se me oferece qualquer dúvida de que, perante a situação que se vive na Pasteleira e Pinheiro Torres, é do superior interesse dos munícipes que seja inibido o consumo de estupefacientes na via pública, sobretudo em locais sensíveis como escolas, hospitais, parques infantis ou espaços de lazer. Há hoje uma verdadeira situação de alarme social no Porto, associada ao crescimento do consumo e tráfico de droga na via pública.

De resto, a proposta do Município do Porto para lançar um apelo ao Governo para que criminalize o consumo de drogas na via pública mereceu a aprovação de onze dos treze vereadores, concitando o apoio das forças moderadas do Executivo Municipal. Enfim, os nossos vereadores devem ser todos empedernidos populistas e muito desumanos...

Tal como nos números, o humanismo de Daniel Oliveira é seletivo. Sobre as vítimas colaterais do consumo e tráfico de droga nada diz. Os moradores que são assaltados quotidianamente, os idosos que evitam sair à rua com medo ou as crianças que convivem com seringas no recreio não merecem de Daniel Oliveira um grama da compaixão que afirma ter pelos toxicodependentes.

É verdade que os toxicodependentes são pessoas doentes, a viverem dramáticas situações de desestruturação pessoal e degradação da saúde. Merecem, por isso, a nossa solidariedade. Mas também é verdade que os toxicodependentes não são inimputáveis e há toda uma criminalidade relacionada com o consumo de droga que, com a atual legislação, tende a ser tratada com condescendência.

Os toxicod dependentes dispõem no Porto de uma sala de consumo vigiado, financiada pela autarquia. Têm, pois, uma alternativa segura e higienizada ao uso de drogas no espaço público. A cidade está, aliás, bem dotada de técnicos, estruturas e programas de apoio aos toxicod dependentes, designadamente no Centro Joaquim Urbano. O Município do Porto não pode, pois, com seriedade, ser acusado de inação e desumanidade perante os toxicod dependentes.

É fácil exhibir bons sentimentos, como faz Daniel Oliveira, quando o problema da droga não está à nossa porta. É fácil alardear humanidade quanto não se tem a responsabilidade de proteger a população local. É fácil ter o pensamento mágico de que tudo se resolve com apoio psicossocial, esquecendo que a toxicod dependência é também uma questão de segurança. É fácil encolher os ombros sob o pretexto de que a droga é uma fatalidade das sociedades modernas, aceitando que o Estado se escude na atual legislação para fechar os olhos ao tráfico e consumo.

A mim e aos vereadores do Município do Porto cumpre-nos procurar uma solução. Ou, pelo menos, recursos que ajudem a atenuar o problema. Não é populismo – é responsabilidade política. Há que discutir, sem dogmas, uma política e uma legislação de combate à droga que tem mais de 20 anos!

O negacionismo dos danos colaterais da droga é, também ele, uma forma de populismo. Um populismo de esquerda que Daniel Oliveira tão bem representa e faz deste profissional da opinião um Louçã de fancaria, sem dimensão para mais do que a exibição beata da sua presumida superioridade moral.

Propostas (in)convenientes: transpassando a opacidade do discurso sobre a educação financeira na escola

(In)convenient proposals: crossing the opacity of the discourse on financial education at school

SOBROSA, DAIANA MARQUES
daiana.marques@iffarroupilha.edu.br

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil

GOMES, LAURA VELASQUES
lauravibc@gmail.com

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil

SCHLEMMER, NEOSANE
neosane.schlemmer@acad.ufsm.br

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras
Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil

SILVA, THAÍS COSTA DA
tatacostta@hotmail.com

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil

PALAVRAS-CHAVE:
Discurso;
Educação Financeira;
Efeitos de sentidos.

RESUMO: Este trabalho busca apresentar um gesto interpretativo sobre os atravessamentos e direcionamentos do discurso privado, veiculado pelo Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), e do discurso público, veiculado pelo Ministério da Educação, acerca da Educação financeira na escola, explicitando os efeitos de sentido produzidos nas/pelas propostas em ambos os segmentos (privado e público). Para tanto, recorreremos ao dispositivo teórico e analítico da Análise de Discurso, doravante AD, de linha francesa, por meio do qual propomos duas entradas analíticas: em primeiro lugar, de uma imagem presente em uma intervenção do Sicredi voltada a professores(as) e, em segundo lugar, de imagens relacionadas a postagens na página do *Instagram* do Ministério da Educação do Brasil (@mineducação).

KEY-WORDS:
Discourse;
Financial education;
Sense effects.

ABSTRACT: This paper seeks to present an interpretative gesture on the intersections and directions of private discourse, conveyed by Cooperative Credit System (Sicredi), and public discourse, conveyed by the Ministry of Education, about financial education at school, explaining the effects

of meaning produced in/by the proposals in both segments (private and public). To this end, we resorted to the theoretical and analytical device of Discourse Analysis, henceforth AD, of the French line, through which we proposed two analytical entries: first, an image present in an intervention of the Sicredi aimed at teachers and, secondly, images related to posts on the Instagram page of the Ministry of Education of Brazil (@mineducação).

1. PALAVRAS INICIAIS

Falar em Educação Financeira¹ na escola, no âmbito que estamos observando, vai muito além de um debate sobre o que deve ou não estar no currículo e ser ensinado na escola; é uma tarefa bem mais complexa. A entrada do setor privado, em específico de cooperativas de crédito, no contexto escolar é algo que tem se configurado de maneira naturalizada através de um discurso voltado à economia e ao gerenciamento das finanças pessoais, direcionado tanto aos educadores quanto aos alunos, alinhando-se a propostas governamentais, como as fomentadas pelo Ministério da Educação (MEC)².

Esta iniciativa do setor privado, assim como acontece com o próprio MEC, naturaliza algo que deveria ser do senso comum: todos precisam economizar. Ou seja, sabe-se desde sempre, de alguma forma, o que implica a palavra economia ou o que podemos fazer para colocá-la em prática. No entanto, para economizar é necessário ganhar o suficiente para se poder “guardar” o excedente.

Em nossa reflexão inicial, vale destacar que o Brasil, atualmente³, está em uma crise econômica, em meio à alta da inflação, com o constante aumento dos preços em supermercados, padarias, farmácias, postos de gasolina, entre outros. Portanto, dentro das escolas, por meio da entrada de uma iniciativa de educação financeira subsidiada, em muitos casos, pelo setor privado, é preciso que professores e alunos entendam que, aparentemente, fazem parte de uma nação que “não sabe economizar”. Ou seja, o que há é uma construção anterior (Pêcheux, 2014), que remete ao pré-construído: “um elemento de um domínio irrompe num elemento do outro [...] *como se esse elemento já se encontrasse aí*” (Pêcheux, 2014, p. 89, *grifos do autor*), uma construção que é repetida ao passar do tempo, de que as pessoas não sabem economizar, muito menos guardar dinheiro.

1. Agradecemos a leitura e orientação da professora Dra. Verli Petri.

2. A temática da Educação Financeira, vale lembrar, está disposta na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como um tema transversal a ser abordado nas instituições escolares em cada etapa da educação básica (Brasil, 2018).

3. Referimo-nos, aqui, à atualidade deste artigo: agosto de 2022.

Dito de outra forma: não há empenho ou trabalho suficiente e eficaz para evitar certas crises e, para posteriormente poder superá-las, devendo, assim, haver uma orientação que envolva cooperativas e, também, o governo federal por meio de órgãos como o MEC, para que haja uma adaptação aos tempos contemporâneos e suas respectivas exigências.

Neste sentido, a reflexão desenvolvida neste artigo constitui-se, inicialmente, de uma inquietação de um pequeno grupo de doutorandas, que surgiu durante uma das aulas de uma disciplina do Curso de Pós-Graduação em Letras, no ano de 2022, e que incide sobre a presença do Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) em uma palestra, voltada a professores de escolas públicas, cuja temática estava relacionada ao gerenciamento de recursos financeiros pessoais. Este foi o impulso inicial que desencadeou uma busca de como essas ações têm ocorrido dentro das escolas, o que nos levou ao encontro de propostas, acerca da Educação Financeira, subsidiadas pelo MEC.

A reflexão desenvolvida neste artigo busca lançar um gesto interpretativo sobre os atravessamentos do discurso privado, veiculado pela Sicredi, e do discurso público, veiculado pelo Ministério da Educação por meio de políticas focadas na Educação Financeira, explicitando os efeitos de sentido produzidos nas/pelas propostas em ambos os segmentos (público e privado). Para tanto, recorreremos ao dispositivo teórico e analítico da Análise de Discurso⁴, doravante AD, de linha francesa, por meio do qual analisamos imagens e sequências discursivas que remetem à economia e à educação financeira, a partir de duas entradas analíticas que estão descritas no tópico seguinte.

4. É importante explicitar que a noção de dispositivo enquanto espaço de intervenção teórico e metodológico da Análise de Discurso será melhor desenvolvido no tópico intitulado *Uma investida pelo dispositivo teórico-analítico da Análise de Discurso (AD): recorrendo à constituição do corpus da pesquisa*.

2. UMA INVESTIDA PELO DISPOSITIVO TEÓRICO-ANALÍTICO DA ANÁLISE DE DISCURSO (AD): RECORRENDO À CONSTITUIÇÃO DO CORPUS DA PESQUISA

O aporte teórico-metodológico e analítico desta pesquisa parte de uma perspectiva discursiva, a qual compreende o discurso como não se tratando, necessariamente, “de uma transmissão de informações entre A e B mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B” (Pêcheux, 2019, p. 39, *grifos do autor*). Neste sentido, entendemos que é no/pelo discurso que é possível reconhecer as mudanças/movências e direcionamentos de sentido a partir de condições de produção que funcionam na constituição de determinados discursos, no caso: a) discurso acerca da educação financeira produzido por uma instituição privada – Sicredi –; e b) discurso de uma instituição pública – o MEC –.

Ao desdobrar a noção de discurso, também se faz necessário abordarmos que compreendemos o dispositivo a partir da leitura de Agamben (2014), para instituir um percurso que demonstra a análise pelo dispositivo teórico-analítico da AD. De forma resumida, Agamben (2014) compreende o dispositivo como “[...] qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (Agamben, 2014, p. 39). Ou seja, o dispositivo analítico que pretendemos construir, com base em nossa filiação na AD, diz respeito ao uso de mecanismos, sejam eles as materialidades analisadas ou os conceitos mobilizados, que permitem que explicitemos nosso objeto de estudo e compreendamos os efeitos e direcionamentos de sentido em relação à educação financeira.

Além disso, quando tratamos da Análise de Discurso, significa que nosso estudo está balizado pelos trabalhos de Michel Pêcheux, fundador da teoria da AD, em meados de 1960, na

França, mas também indica a leitura atenta aos textos e estudos desenvolvidos por Eni P. Orlandi, responsável por instituir e desenvolver a AD no Brasil.

Sendo assim, para constituir o dispositivo teórico e analítico desta pesquisa, buscamos observar a construção do discurso acerca da educação financeira, primeiramente, a partir do mote e motivação desta pesquisa, que se refere à imagem presente em uma intervenção do Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi); e, posteriormente, de imagens relacionadas às postagens na página do *Instagram* do Ministério da Educação do Brasil (@mineducação).

A partir do trabalho que temos desenvolvido até aqui, nos propusemos, então, a realizar uma análise levando em conta duas entradas analíticas⁵, a saber:

5. Ao tomarmos as palavras “entrada analítica”, é fundamental descrever que tratamos delas a partir do olhar da pesquisadora Evandra Grigoletto no artigo *Sou mulher de verdade, empoderada, feminina: a identificação de gênero entre os engodos ideológico e tecnológico* (2021), considerando o primoroso trabalho metodológico por ela desenvolvido (o artigo em questão encontra-se devidamente referenciado na bibliografia consultada).

> *Primeira entrada analítica: imagem motor da investigação desenvolvida;*

> *Segunda entrada analítica: representação de educação financeira a partir da página do Ministério da Educação - @mineducação - do Brasil;*

Como é possível observar, vamos buscar estabelecer relações com o setor privado, relativo ao Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) e o setor público, que se refere a investidas do Ministério da Educação (MEC) em relação à educação financeira. É no interior desse contraste entre o privado e o público, em específico, buscando tratar da educação financeira dentro das escolas, que se instaura uma premissa semelhante e que indica um mesmo direcionamento de sentidos.

Paralelamente a isso, a partir da imagem motor que tivemos, e que se deu em direção às redes sociais digitais, soma-se a necessidade de descrevermos que, tendo a foto do *slide* que estava sendo projetado a professores de uma secretaria de educação municipal, no interior do

Rio Grande do Sul, passamos a investigar na *web*, em específico, no site da entidade promotora da fala (a Sicredi) e acabamos nos deparando, também, com publicações na rede social do *Instagram* do MEC.

Com esse deslocamento operado do espaço físico em que a foto foi tirada para o digital, dada a inquietação provocada em nós pesquisadoras, é preciso que estabeleçamos a dimensão de nosso entendimento do movimento de navegação no espaço das redes. Por essa razão, nos ancoramos aos estudos de Dias (2016), que compreende essa movência no espaço das redes como uma mobilidade rarefeita, que:

[...] consiste em se mover sem sair do lugar, no fluxo das redes digitais. Estar aqui, ali e acolá, ao mesmo tempo. O corpo se desloca de um ponto para muitos, de forma instantânea pelo fluxo de dados. Uma temporalidade de forma dispersa, rarefeita. É uma espacialidade não geográfica, espaço feito de fragmentários, luminosidades, *displays touch screen*, uma espacialidade retrográfica, pela sua forma em rede (Dias, 2016, p. 159).

Ao desdobrar o movimento nas redes, Dias (2016) abre a possibilidade para não fazer uma distinção entre o espaço digital e espaço físico em que a foto foi retirada, mas sim, chamar atenção para as diferentes materialidades (por imagens e textos) que compõem o *corpus* da pesquisa, dito de outra maneira: “trabalham diferentemente a relação sujeito e sentido, elaborando de modo específico a relação do imaginário com o real, em condições de produção determinadas” (Dias, 2020, p. 621). Neste sentido, à luz da teoria da AD e diante do que temos discutido, a partir desse ponto, propomos um gesto⁶ de análise para melhor vislumbrar as questões que temos apontado nesta pesquisa.

6. É imprescindível explicitar que compreendemos o gesto de interpretação a partir de Orlandi (1996, p. 18), segundo o qual “[...] dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é “materializada” pela história”.

3. PRIMEIRO MOVIMENTO ANALÍTICO: MEMÓRIA DISCURSIVA E OS FUNCIONAMENTOS DISCURSIVOS DO SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO (SICREDI)

Para aprofundar a compreensão da problemática que nos levou a desenvolver este estudo é necessário abordarmos características pontuais da Sicredi, tendo em vista que tal contextualização nos permitirá compreender como a cooperativa, fundada na lógica na lógica capitalista do lucro da Sicredi⁷, realiza um movimento de entrada nas escolas e explora a temática da educação financeira, voltada, em específico, para os professores.

7. Faz-se necessário abordar a definição da Sicredi por ela mesma, tendo em vista o direcionamento à lógica capitalista a qual acreditamos que a cooperativa esteja inscrita: “Prazer, somos o Sicredi. A primeira instituição financeira cooperativa do Brasil. Nosso modelo de negócio constrói uma cadeia de valor que beneficia o associado, a cooperativa e a comunidade local” (Sicredi, 2022).

Neste sentido, compreendemos, a partir das palavras de Silva Sobrinho (2019), que o discurso é:

[...] um objeto historicamente determinado e que sua complexidade revela as determinações dos conflitos e lutas de classes de uma formação social (no caso atual, trata-se da formação social capitalista, constituída pelo antagonismo entre capital e trabalho) (Silva Sobrinho, 2019, p. 133).

Sendo assim, os efeitos de sentidos explicitados anteriormente não se encontram apenas encadeados por meio de parâmetros relacionados à sintaxe ou à semântica, mas pelo atravessamento de uma lógica de mercado que direciona os sentidos aos professores e a uma suposta formação que irrompe por meio de uma ação de educação financeira e causa um efeito de homogeneização para um projeto capitalista que se situa entre os domínios histórico, das relações de classe e da sociedade. Em face desse cenário, concordamos com Modesto (2021), quando descreve que:

[...] devemos chamar atenção para o fato de haver sempre um modo de produção que domina, organizando materialmente aquilo que reconhecemos como “sociedade”, ainda que haja resistência. Em nossa formação social é o modo de produção capitalista o modo de produção que domina, sustentado pela ideologia de direito e pelo funcionamento do Estado-de-direito (Modesto, 2021, p. 6).

Tendo em vista esta questão, poderíamos ilustrar uma perspectiva em que essa relação capitalista desemboca em uma nova forma de incentivo, com uma abordagem mais suave, mas que produz efeitos de sentido que influenciam diretamente em uma necessária realização econômica do sujeito-professor, sendo interpelado a guardar dinheiro. Ademais, produz um deslocamento talvez mais profundo, de in(tro)dução a um interesse de um Sistema de Crédito Cooperativo que se realiza, baseado na ideologia das relações de produção capitalistas que se colocam em jogo, dentro da escola.

Esses fatores que temos abordado até agora atuam no processo de (re)produção da lógica capitalista do lucro, mas também são importantes para que, mais adiante, possamos estabelecer gestos de interpretação passando da iniciativa privada, motor da nossa investigação – ação desenvolvida pela Sicredi –, para a instância pública, ou seja, postagens oficiais de *Instagram* do MEC, que se somam ao que já temos explicitado. Dito isso, é imprescindível tratarmos, a partir de Orlandi (1996, p. 31), da interpretação, que “[...] é sempre regida por condições de produção específicas que, no entanto, aparecem como universais e eternas”.

Neste sentido, somando às palavras de Orlandi (1996), o gesto de interpretação, assim como o discurso, é sempre pronunciado:

[...] a partir de *condições de produção dadas*: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido de oposição; [...] Ele está pois, bem ou mal, situado no interior da *relação de forças* existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado: o que diz, o que enuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa (Pêcheux, 2019, p. 33, *grifos do autor*).

Conforme teoriza Pêcheux (2019), compreendemos que as condições de produção inferem nas formulações apresentadas na proposta de educação financeira da Sicredi, assim como indi-

cam que o contexto histórico-social e ideológico do discurso relacionado à educação financeira no Brasil se volta a um encorajamento para o desenvolvimento da competência de economizar, relacionada, principalmente, ao mercado de trabalho. Este último, por sua vez, visa, em relação ao sujeito-professor que exerce um trabalho cansativo, com longas jornadas de trabalho e desvalorização salarial, uma adaptação às oportunidades oferecidas pela cooperativa de crédito e nos possibilita compreender os efeitos de sentido que são mobilizados, por meio de um imaginário da figura do professor e do incentivo a supostos prazeres ilusórios e fugazes de que somente quem economiza pode usufruir.

Portanto, quando tratamos do imaginário, especificamente em relação ao efeito de sentido de que a “situação (histórico-social) e a posição (ideológica) do sujeito” (Petri, 2004, p. 120) - no caso, o professor - vincula a noção de “quem vocês professores pensam que são para não economizar”, por parte da Sicredi, estamos em conformidade com Petri (2004), uma vez mais, quando discute que

Existe, sim, a ilusão de que tal relação se dá de forma direta, porque o imaginário produz esse efeito de sentido. A isso também podemos chamar de “efeito de evidência”¹ que se realiza quando o sujeito acredita que o discurso o remete de forma direta a uma realidade empírica (Petri, 2004, p. 120-121).

Se o discurso do Sistema de Crédito Cooperativo se faz sob esse imaginário, como temos abordado, no interior dessa determinada prática discursiva, cabe ainda explicitar a memória, o processo de regularização e de repetição que permite a construção desse imaginário. Tomando a noção de memória por meio da AD, Indursky (2011) nos permite compreender que:

[...] se há repetição é porque há retomada/regularização de sentidos que vão constituir uma memória que é social, mesmo que esta se apresente ao sujeito do discurso revestida da ordem do não-sabido. São os discursos em circulação, urdidos em linguagem e tramados pelo tecido sócio-histórico, que são retomados, repetidos, regularizados (Indursky, 2011, p. 71).

Ou seja, os sentidos que se fazem presentes, que se repetem e que circulam em relação à educação financeira, ligados à economia, não no sentido amplo, mas no restrito de que, conforme a Sicredi, “quem vocês professores pensam que são para não economizar *em nossa cooperativa*” (*grifos nossos*), o que diz respeito, ademais, “[...] à existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas reguladas pelos aparelhos ideológicos” (Courtine, 1981, p. 53).

Neste sentido, consideramos importante instaurarmos um primeiro movimento, de entrada analítica, a partir do que temos explicitado até aqui e que diz respeito à imagem contida em um dos slides de apresentação da palestra do SICREDI ministrada a professores da rede municipal, levando em conta que os sentidos produzidos através dessa primeira imagem, que foi nosso ponto de partida no trabalho de pesquisa, corroboram na construção e na mobilização de sentidos com o *corpus* que será analisado posteriormente.

3.1. PRIMEIRA ENTRADA ANALÍTICA: IMAGEM MOTOR DA INVESTIGAÇÃO DESENVOLVIDA

A seguir, fazemos uma primeira investida analítica que se refere à imagem que foi motor de nossa investigação. Essa análise inicial permitirá que estabeleçamos maiores entrelaçamentos com nosso segundo movimento de análise, relacionado ao nosso interesse em buscar na rede outras materialidades relacionadas à educação financeira, chegando até postagens em uma rede social do MEC, em sua página da rede social *Instagram*.

Figura 1 - Registro fotográfico de uma das pesquisadoras durante uma ação do Sistema de Crédito cooperativo em uma escola do Rio Grande do Sul

Fonte - Registro das autoras da apresentação de slides durante uma ação do Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), em 2022

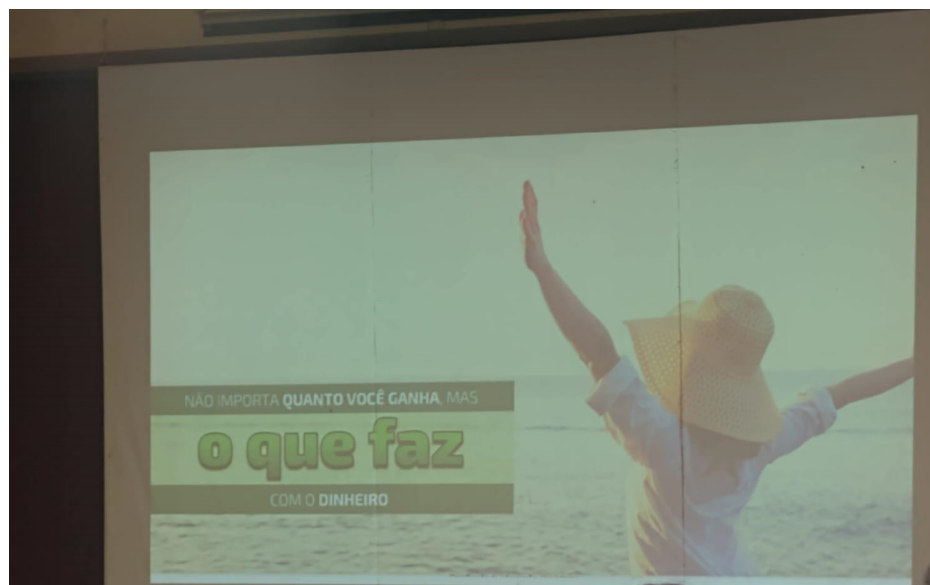
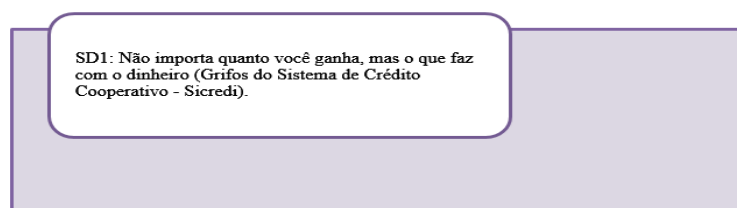


Figura 2 - Ilustração da sequência discursiva a partir da apresentação de slides durante uma ação do Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi)

Fonte - Elaborado pelas autoras, 2022



8. O conceito de condições de produção é mais bem desenvolvido no tópico intitulado *Segunda entrada analítica: A educação financeira a partir da página do Ministério da Educação - @mineducação -, do Brasil.*

Entendendo que um discurso se dá a partir de determinadas condições de produção⁸, que correspondem, conforme Orlandi (2011), em sentido estrito, ao contexto imediato em que o discurso é produzido e/ou, em sentido amplo, ao contexto sócio-histórico e ideológico em que está inscrito, é fundamental que, embora já mencionado, retomemos o contexto imediato ao qual estas primeiras figuras (figura 1 e 2) fazem referência.

A figura 1 consiste em um registro fotográfico feito por uma das pesquisadoras, durante uma palestra ministrada por integrantes do SICREDI durante curso de formação promovido pela Secretaria Municipal de Educação, no estado do Rio Grande do Sul, no primeiro semestre do ano de 2022. A palestra teve como público-alvo professores e professoras da rede pública. A figura 2 está relacionada à figura 1, sendo esta a ilustração da parte verbal/textual da materialidade analisada, sendo tomada aqui enquanto uma Sequência Discursiva (SD), a partir de Courtine (1981, p. 55), que as define como sendo “sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase”, coletadas dos textos a fim de comporem uma organização metodológica (Fernandes; Vinhas, 2019).

A palestra realizada propunha uma reflexão voltada à gestão de recursos financeiros pessoais, enfatizando a possibilidade de realizar sonhos se o sujeito souber se organizar financeiramente. A partir disso, o grupo expôs dicas e orientações de como economizar, e formas de utilizar os recursos de maneira mais eficiente, do ponto de vista da instituição financeira. Aproveitando a oportunidade, também, para oferecer os serviços de assessoramento da cooperativa a quem assim o desejasse.

Passemos agora para a descrição da imagem. Na figura 1, temos uma mulher de camisa branca, chapéu de palha, com os braços abertos, voltados em direção ao mar. Ao fundo, temos o céu e um mar com águas calmas. No canto esquerdo inferior verificamos uma caixa de texto com o seguinte enunciado: “Não importa o quanto você ganha, mas o que faz com o dinheiro” escrito em branco e verde claro, cores que remetem à instituição financeira, com destaque para “o que faz” situado ao meio e grafado em letras maiores.

A imagem, *a priori*, mobiliza sentidos que remetem à ideia de férias, viagem, praia, partindo

de uma premissa homogeneizante de que isso é um desejo universal. Logo, o sujeito-professor deve economizar para poder viajar para a praia, instalando-se aí uma contradição no interior do discurso da gestão financeira eficiente, já que o sujeito economiza para depois consumir em algo momentâneo, fugaz. Nessa materialidade, explicitamos também que o discurso do consumo se reveste na produção de sentido de qualidade de vida, pois temos a imagem de uma pessoa supostamente livre e feliz, de braços abertos em direção ao mar/ à vida. Uma pessoa que, representada pelos dizeres ao lado da imagem, está bem resolvida financeiramente, não se importando com “quanto ganha”, pois sabe exatamente “o que faz”, isto é, onde (no Sicredi) e como aplicar seu dinheiro.

Como já mencionado, esse efeito de homogeneização, bem como a interpelação ao consumo fazem parte de um projeto capitalista de sociedade já em curso. Outro ponto a ser destacado, refere-se à disposição sintática dos termos oracionais da sequência discursiva em destaque (figura 2), o uso da conjunção adversativa “mas” que introduz uma ideia de oposição em relação à primeira oração, ao mesmo tempo em que enfatiza a segunda oração “o que faz com o dinheiro”. Tendo em vista a constante luta dos profissionais de educação em busca da melhoria de salários da categoria, ao se retirar o foco da ideia produzida pela primeira oração, na SD1, “não importa quanto você ganha”, excluindo do debate a questão da remuneração, há aí um efeito de sentido de apagamento da história de lutas referentes à valorização salarial do magistério, além de abrir-se espaço para a normalização da exploração e precarização do trabalho.

Ressaltamos também que, ao dar ênfase na atitude do sujeito em relação às suas finanças pessoais, temos um pré-construído que parece direcionar os sentidos em relação a “nós sabemos que a classe dos professores não é valorizada, mas veja só, se souber como investir seu próprio dinheiro, a desvalorização não será um problema” (Sicredi). Esse pré-construído também

SOBROSA, DAIANA MARQUES; GOMES, LAURA VELASQUES; SCHLEMMER, NEOSANE & SILVA, THAÍS COSTA DA; *Propostas (in)convenientes: transpassando a opacidade do discurso sobre a educação financeira na escola / (In)convenient proposals: crossing the opacity of the discourse on financial education at school*
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 12 ANO 2023, PP. 296-329

direciona para o processo de individua(liza)ção do sujeito, discussão que antecipamos aqui, mas que abordamos com maior profundidade em nosso próximo gesto de análise, para o qual voltamos nosso olhar agora.

3.2. SEGUNDA ENTRADA ANALÍTICA: A EDUCAÇÃO FINANCEIRA A PARTIR DA PÁGINA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - @MINEDUCAÇÃO -, DO BRASIL

Gostaríamos agora, diante do que temos discutido e da apresentação do dispositivo analítico deste estudo, de tratar da nossa compreensão de que o dispositivo que criamos trabalha para que o político funcione, ou seja, direciona os sentidos que pretendemos suscitar e, além disso, é uma importante ferramenta que nos permite depreender sobre as relações de poder e relações de saber (Agamben, 2014) de discursos relativos à educação financeira em um órgão público, como o MEC.

É importante lembrar que, ao estabelecermos um dispositivo teórico-analítico para tratar dos propósitos da educação financeira, subsidiada pelo governo federal do Brasil, também precisamos ter em mente as condições de produção referente a esse discurso, propagado pelo MEC. Na obra “Por uma análise automática do discurso” (1969), em específico no capítulo intitulado “Análise automática do discurso (AAD-69)”, Michel Pêcheux (2014, p. 78, *grifos do autor*) aborda o conceito de condições de produção da seguinte maneira:

Nosso propósito não é, com efeito, o de estimular uma *sociologia* das condições de produção do discurso mas definir os elementos teóricos que permitem pensar os processos discursivos em sua generalidade: enunciaremos a título de proposição geral que os *fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento* mas com a condição de acrescentar imediatamente que *este funcionamento não é integralmente linguístico, no sentido atual desse termo* e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de *colocação* dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos “condições de produção” do discurso.

Neste sentido, o autor busca situar que as condições de produção não têm um ponto de origem estabelecido, mas é necessária a compreensão de que, se o funcionamento das condições de produção não se inscreve apenas e integralmente no linguístico, é possível compreender que o processo de transformação está imbricado a elas, diante de um estado disposto dessas condições.

Sendo assim, é possível buscar uma definição das condições de produção do projeto de Educação financeira do MEC, a partir da criação do Comitê Nacional de Educação Financeira (Conef), sendo resultado de um projeto piloto entre os anos de 2008 e 2010 e que passou a levar a educação financeira “à rede pública de ensino médio dos estados do Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Tocantins e do Distrito Federal” (Brasil, 2022), inicialmente e que foi instituído pelo Decreto Nº. 10.393, de 09 de junho de 2020, como uma nova Estratégia Nacional de Educação Financeira.

Abaixo temos representada a figura 3, que se refere a uma postagem na página do *Instagram* do MEC, do dia 20 de julho de 2022, que conjuga uma imagem que traz algumas informações que permitem conjecturar algumas características das condições de produção do Conef e do objetivo de tal proposta governamental. É importante destacar que poderíamos realizar uma exploração de questões diversas, mas, seguindo nossa metodologia de análise, colocaremos nosso foco na observação das condições de produção, como temos descrito.

SOBROSA, DAIANA MARQUES; GOMES, LAURA VELASQUES; SCHLEMMER, NEOSANE & SILVA, THAÍS COSTA DA; *Propostas (in)convenientes: transpassando a opacidade do discurso sobre a educação financeira na escola / (In)convenient proposals: crossing the opacity of the discourse on financial education at school*
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 12 ANO 2023, PP. 296-329



Figura 3 - Educação financeira dos jovens brasileiros

Fonte - *Instagram*, página do Ministério da Educação - @mineducacao, 2022.

Tomamos como primeiro ponto, com uma análise breve, o enunciado e a imagem da publicação do *Instagram* do MEC, em dois diferentes planos, a saber: “EDUCAÇÃO FINANCEIRA dos jovens brasileiros”, que aparece em primeiro plano, representando as palavras “educação financeira” em caixa alta e centralizada na imagem, como um recurso que provoca efeitos de sentido em direção a um recurso estético de chamada de atenção. Mas, não apenas isso, traz à tona efeitos de sentido que conjuram a necessidade de propagar tal proposta governamental, como uma propaganda, algo que se sobrepõe aos “jovens brasileiros”, que são as palavras sequenciais da SD recortada para análise.

Isto é, remete à necessidade de uma chamada de atenção a uma iniciativa governamental, mas o jovem brasileiro, que seria a motivação de tal proposta, fica diminuído, diante do re-

curso ortográfico da caixa alta. Neste sentido, a “EDUCAÇÃO FINANCEIRA” torna-se uma “marca”, destacando a artificialidade, como a embalagem de um produto, em que sua essência, o jovem brasileiro, fica em segunda mão, produzindo, ainda, um efeito de sentido maior, parecendo indicar que o que importa é o que o governo representa fazer – ou seja, EDUCAÇÃO FINANCEIRA -, e não como poderia tratar, em relação a um projeto educacional que eleva a qualidade da educação, que permite ao sujeito construir saberes e conhecimentos e que auxilie os jovens brasileiros a compreender como pode se organizar financeiramente.

Em segundo plano, o que poderíamos tratar como o entorno da cena, vemos que há representações bastante diversas de dinheiro, com símbolos que fazem referência ao dólar (moeda norte-americana, nos remetendo ao regime político do imperialismo), que, diante das condições de produção contemporâneas, as quais se inscreve o governo federal, indicam o imperialismo americano que passa a influenciar o Ministério da Educação.

Ademais, é importante explicitar, em se tratando de dispositivo, como temos abordado, que as imagens de dólar são, também, uma forma de dispositivo reclamado pelo MEC, que atua, aliando-se ao imperialismo americano que, na atual fase do capitalismo, operam no projeto de des-subjetivação dos sujeitos (Agamben, 2014).

Há, ainda, um último ponto que devemos reclamar atenção: neste segundo plano há a representação de uma vasilha que está em frente ao jovem sentado na poltrona e que possui quase o mesmo tamanho do que a ilustração do jovem e mais, ela carrega uma etiqueta. A vasilha está identificada com a etiqueta “EDUCAÇÃO”, na qual as moedas se encontram algumas já dentro dela e outras fora, com o efeito de sentido de estar preenchendo-a. Aqui é inevitável resgatarmos o conceito de *memória discursiva*, no sentido de que:

[...] a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos- transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (Pêcheux, 1999, p. 52).

Por meio das palavras de Pêcheux (1999), compreendemos a opacidade da imagem que acabamos de descrever e, pelo jogo de forças exercido pela memória discursiva, nos é retomado um discurso que constitui uma questão social e se tornou motivo de grande incômodo para o governo, durante a gestão de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022⁹, dito de outra forma, nos referimos às contribuições do educador Paulo Freire à educação brasileira. Os efeitos de memória que retornam e retomam um discurso anterior, no caso, da educação bancária, relacionada à narração e caracterizada por Paulo Freire como aquela que:

[...] transforma em ‘vasilhas’, em recipientes a serem ‘enchidos’ pelo educador. Quanto mais vá ‘enchendo’ os recipientes com seus ‘depósitos’, tanto melhor educador será. Quanto mais se deixem docilmente ‘encher’, tanto melhores educando serão (Freire, 1997, p. 62).

Finalmente, tendo observado essas características, ainda é necessário conjecturar que, quem enche as “vasilhas”, neste caso, é o governo, realizando um trabalho (in)conveniente e tratando com ironia, o que parece, a temática da educação bancária. Ao buscar explicitar ao máximo a figura da vasilha nomeada como educação e do dinheiro, que está sendo depositado, em alusão ao mercantilismo americano que entra, também demonstra como o governo, aparentemente, se deixa encher por esse mercantilismo.

Convém ainda destacarmos que, em relação à educação financeira, há um discurso que distingue o gesto de compreender sobre finanças, no sentido de que a educação financeira deveria refletir uma melhora na compreensão de conceitos relativos às finanças, uma formação e orientação que auxiliassem no desenvolvimento das competências necessárias para o

9. O governo federal chegou a retirar o nome do educador Paulo Freire de uma das plataformas governamentais, no ano de 2019, mas no ano de 2021 uma liminar da Justiça Federal do Rio de Janeiro proibiu que o governo federal praticasse “qualquer ato institucional atentatório à dignidade do professor Paulo Freire”, considerado Patrono da Educação Brasileira (UOL EDUCAÇÃO, 2021). Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/09/17/justica-atentar-contradignidade-paulo-freire-educador-patrono-educacao.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 09 ago. 2021.

desenvolvimento dos sujeitos como um todo, assim como se encontra disposto na página da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) (Brasil, 2022). O que é possível explicitar, ao contrário do discurso veiculado pelo ENEF, é que a “educação financeira” proposta pelo MEC é apenas tomada pela “educação bancária”, em que se busca, mais uma vez pelas palavras de Paulo Freire, apenas uma adaptação, um ajuste do sujeito:

Quanto mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depósitos que lhe são feitos, tanto menos desenvolverão em si a consciência crítica de que resultaria sua inserção no mundo, como transformadores dele. Como sujeitos. Quanto mais se lhes imponha passividade, tanto mais ingenuamente, em lugar de transformar, tendem a adaptar-se ao mundo, à realidade parcializada nos depósitos recebidos (Freire, 1997, p. 64).

Ou seja, o que há, a partir do que temos discutido, é uma retomada do discurso sobre a educação bancária, mesmo que a versão contada pelo ENEF seja outra, o que possibilita que estabeleçamos um gesto de compreensão sobre o processo de transformação que está imbricado às condições de produção desse discurso veiculado pelo MEC.

Ao buscarmos sobre as condições de produção dos discursos que envolvem a educação financeira, trouxemos a representação da figura 3 para desenvolver nossas inquietações iniciais. A partir disso, recortamos uma segunda figura da página do *Instagram* do MEC (figura 4), a qual também tecemos algumas considerações que se encontram a seguir.

SOBROSA, DAIANA MARQUES; GOMES, LAURA VELASQUES; SCHLEMMER, NEOSANE & SILVA, THAÍS COSTA DA; *Propostas (in)convenientes: transpassando a opacidade do discurso sobre a educação financeira na escola / (In)convenient proposals: crossing the opacity of the discourse on financial education at school*
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 12 ANO 2023, PP. 296-329



Figura 4 - Importância da educação financeira

Fonte - *Instagram*, página do Ministério da Educação - @mineducacao, 2022.

Para observarmos a movência de sentidos no âmbito da Figura 4, assim como a Figura 3, é possível depreender que ela retoma a questão da educação financeira. Como já abordamos anteriormente, trata-se de uma postagem retirada da página oficial do Instagram do Ministério da Educação (@mineducacao), que data do dia 29 do mês de julho do ano de 2022, referente ao Programa Educação Financeira na Escola, instituído/desenvolvido pelo MEC.

A postagem é formada, assim como a primeira figura relacionada ao MEC, por um primeiro plano contendo uma parte verbal/textual e um segundo plano, contendo imagens. Na imagem, observamos a figura de alguns objetos como: notebook (com desenho de gráficos na tela), celular (também com desenho de gráficos na tela), calculadora, além de moedas e um maço de

dinheiro posicionado, em parte, atrás do notebook, parecendo ser composto por notas de dólares novamente. Essa composição imagética tem o fundo em verde claro e está acompanhada dos seguintes dizeres, ao centro, em letras brancas, em caixa alta: “EDUCAÇÃO FINANCEIRA É ESSENCIAL”, tendo o “É ESSENCIAL” maior destaque. Logo abaixo, em letras menores, temos: “Esteja preparado para incluir a educação financeira na rotina dos seus estudantes”.

Assim como em nossa primeira análise, que flagrou características que explicitam efeitos de sentido voltados à: a) propagandear a proposta do governo de Educação Financeira, colocando Educação Financeira como marca, ao mesmo tempo em que reduz a importância dos sujeitos para os quais esta se direciona; b) ceder espaço à influência do imperialismo americano na configuração das políticas de governo; c) E promover uma Educação bancária. Na análise da figura 4, também conseguimos identificar tais características e efeitos de sentido se nos reportarmos ao enunciado em destaque em primeiro plano (EDUCAÇÃO FINANCEIRA É ESSENCIAL) e às imagens de objetos ao seu entorno.

Vemos, então, a partir de agora, a parte verbal/textual da postagem que está ilustrada na figura 5, disposta a seguir, organizada em três sequências discursivas (SD1, SD2 e SD3, referentes à figura 4), que são objeto de nossa análise.

SOBROSA, DAIANA MARQUES; GOMES, LAURA VELASQUES; SCHLEMMER, NEOSANE & SILVA, THAÍS COSTA DA; *Propostas (in)convenientes: transpassando a opacidade do discurso sobre a educação financeira na escola / (In)convenient proposals: crossing the opacity of the discourse on financial education at school*
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 12 ANO 2023, PP. 296-329

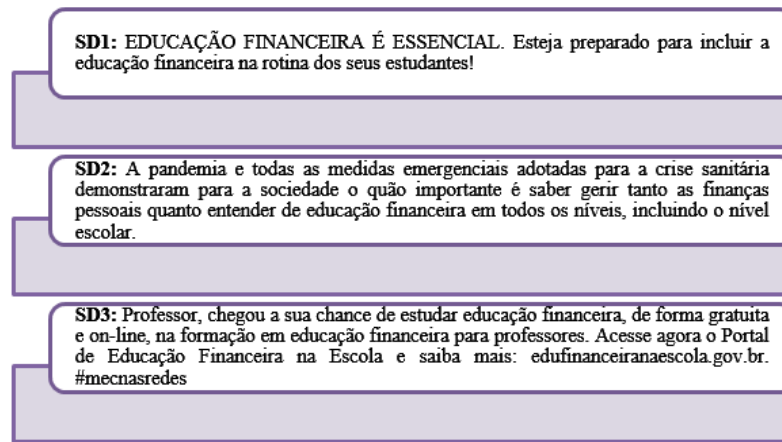


Figura 5 - Ilustração das sequências discursivas a partir da postagem na rede social do MEC

Fonte - Elaborado pelas autoras, 2022

Em um primeiro movimento de análise, tratando especificamente da SD1, a palavra “ESSENCIAL” instaura uma nova memória que remonta ao acontecimento discursivo da pandemia. Antes de tratarmos de maneira mais aprofundada sobre a SD1, faz-se necessário estabelecermos que, para a AD, o acontecimento discursivo como aquele que perturba a memória, que desmancha a regularização e, por conseguinte, produz uma nova série sobre a primeira, que foi deslocada e desregulada (Pêcheux, 1999). Ou seja, ao convocar a memória que retoma ao acontecimento discursivo da pandemia, também podemos provocar os seguintes questionamentos: quem é o trabalhador essencial durante o acontecimento discursivo da pandemia? Qual o direcionamento de sentidos que o MEC pretende dar à palavra “ESSENCIAL”, tendo em vista as condições de produção contemporâneas e os efeitos de sentido a ela atribuídos?

Um elemento crucial a se observar na figura 4 é a ocorrência do nome de usuário utilizado para identificar o Ministério da Educação na rede social *Instagram*, um nome que, produzindo sentidos, torna-se, no mínimo, curioso. Ao utilizar @mineducacao, remetemo-nos a um mo-

10. De acordo com o ex-ministro da educação Milton Ribeiro, a universidade deve ser voltada à poucas pessoas, no sentido de que não é “tão útil” à sociedade. Fonte: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/10/ministro-da-educacao-defende-que-universidade-seja-para-poucos.ghtml>. Acesso em 10 de agosto de 2022>.

11. Acerca da liberdade de escolha, Pfeiffer e Grigoletto (2018) apresentam uma brilhante análise discursiva sobre a reforma do Ensino Médio e a BNCC, atendo-se aos itinerários formativos, que constituem o poder de “escolha” dos estudantes no Ensino Médio. Os itinerários formativos, conforme as autoras, está alinhado, para o jovem pobre, ao mundo do trabalho porque “[...] É aí que “naturalmente”, por suposto, deve estar a escolha deste jovem específico - o pobre da escola pública” (Pfeiffer; Grigoletto, 2018, p. 22).

12. A respeito das medidas emergenciais mencionadas na SD2, podemos mencionar, no âmbito econômico-financeiro, o auxílio emergencial para pessoas de baixa renda durante o período da pandemia, aprovado pela Câmara dos Deputados e regulamentado pelo governo federal

vimento de sentido que: a) primeiramente, a um direcionamento de sentidos que nos leva ao adjetivo “mini” (redução de mínimo/ minimum), isto é, o Ministério da Educação está sendo reduzido e/ou faz parte de uma política que desvaloriza a própria educação; b) e que direciona os sentidos nos remetendo ao verbo “minar”, em conformidade com a definição trazida pelo Dicionário Michaelis Online, que diz “11 Causar dano ou prejuízo a; sabotar”. Observamos, portanto, que o nome de usuário utilizado no Instagram causa um efeito de sentido de que a educação está sendo reduzida, desvalorizada, apequenada. Há, no mínimo, um deslizamento de sentidos de ministério para “min”, o que ligado à educação, produz sentidos outros, tais como os que estamos destacando. O que está na opacidade desse nome e deixa transparecer a política neoliberal do executivo federal em relação à educação - entre outras áreas estratégicas - que a reduz e a negligencia continuamente como dissemos anteriormente, privilegiando estudantes de classes mais abastadas¹⁰, enquanto a classe mais pobre da população se “contenta” com o que lhe é possível, com a sua liberdade de escolha¹¹.

Na sequência de SD1, que descreve “Esteja preparado para incluir a educação financeira na rotina dos seus estudantes”, há, de certa forma, uma retomada do que tratamos na figura 3, relativo à educação bancária, criando uma narrativa que desresponsabiliza o Governo e individualiza o sujeito, no caso, o sujeito-professor, em relação à escola ou, até mesmo, em relação aos responsáveis, que mesmo não estando marcado na frase, é retomado pelas palavras “seus estudantes”, ou seja, os estudantes são de responsabilidade de alguém, mas esse alguém não diz respeito ao governo.

Com efeito, na SD2, trazendo em destaque que “A pandemia e todas as medidas emergenciais¹² adotadas”, observamos uma narrativa que transfere para a pandemia a responsabilidade sobre a crise financeira do sujeito e isenta o Estado novamente, uma vez que medidas emer-

SOBROSA, DAIANA MARQUES; GOMES, LAURA VELASQUES; SCHLEMMER, NEOSANE & SILVA, THAÍS COSTA DA; *Propostas (in)convenientes: transpassando a opacidade do discurso sobre a educação financeira na escola / (In)convenient proposals: crossing the opacity of the discourse on financial education at school*
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 12 ANO 2023, PP. 296-329

genciais foram adotadas para evitar dificuldades financeiras. Isto é, há aí uma reafirmação, a critério institucional, sinalizando um “macro culpado” que é a pandemia e, simultaneamente, aponta um “micro culpado”.

Este “micro culpado” não pode, de acordo com a política de estado mínimo do executivo federal, ser outro, senão o sujeito, pois, no segmento “importante é **saber gerir** tanto as finanças pessoais quanto entender de educação financeira em todos os níveis” (grifos nossos), nós (o governo federal) oferecemos as “ferramentas” para que não houvesse crise. Vale lembrar que a escolha por enfatizar o período da pandemia como “causador” da crise vem de encontro com os pronunciamentos presidenciais do governo de Jair Messias Bolsonaro, que negavam a existência de uma pandemia de Covid-19, que insistiu continuamente no uso de medicamentos de eficácia duvidosa e que, para fechar com chave de ouro, ainda atrasou/boicotou/ignorou as vacinas para a doença.

É imprescindível atentarmos, ainda, que o micro culpado é aquele que não sabe gerir as suas finanças, em mais um processo de individua(liz)ação do sujeito. Essa gestão de finanças deve ser feita “incluindo o nível escolar”, produzindo aí um efeito de silenciamento da/sobre a precariedade da infraestrutura das escolas públicas e o corte de verbas da educação que vem aumentando exponencialmente nos últimos anos.

Por último, em SD3, a saber: “Professor, chegou a sua chance de estudar educação financeira, de forma gratuita e on-line, na formação em educação financeira para professores. Acesse agora o Portal de Educação Financeira na Escola e saiba mais: [#mecnasredes](http://edufinanceiranaescola.gov.br)”. Nessa SD, diferente do que ocorre em SD1, em que o discurso é direcionado indiretamente aos professores, através da partícula “seus estudantes”, percebemos a utilização

durante a gestão de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2023, do presidente Jair Messias Bolsonaro. Vale lembrar, que o Executivo Federal, na ocasião, propunha um auxílio financeiro de apenas R\$200, um valor irrisório dada a gravidade da situação. Após pressão dos deputados federais - especialmente opositores -, o governo federal decretou o valor de R\$600 por três meses. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/648863-camara-aprova-auxilio-de-r-600-para-pessoas-de-baixa-renda-durante-epidemia/>>. Acesso em: 09 ago. 2022.

do vocativo “professor” que explicita o direcionamento agora. Outra questão a ser observada é que, partindo do pré-construído da desvalorização salarial e da exaustiva carga de trabalho que sobrecarrega os professores nos diferentes contextos escolares, o governo oferece uma forma mais acessível para que possam realizar a formação, ressaltando que o curso será “de forma gratuita e on-line”, ou seja, uma “chance” praticamente imperdível. Importante ressaltar também o uso do termo “formação”, ao invés de “curso” ou “capacitação”, por exemplo. Essa escolha permite que se produza um efeito de sentido de formação humana, mais ampla, deslocando o sentido de uma visão atrelada ao mercado/capital, mais pragmática e utilitarista.

No entremeio do discurso da política neoliberal e da propaganda, podemos refletir, então, que nas postagens do MEC funciona uma língua de vento (Gadet; Pêcheux, 2004), uma língua volátil, deslizando, que entra pelas frestas, a língua do capitalismo contemporâneo conforme aponta Gadet e Pêcheux (2004, p. 24):

O capitalismo contemporâneo compreendeu que tinha que quebrar estátuas. Dominação mais sutil, que consiste em reforçar as marcas pelo jogo interno de sua diferença, pelo logro publicitário da linguagem comercial e política: a ‘língua de vento’ permite à classe no poder exercer sua mestria, sem mestre aparente. Ela não serve tampouco a seu mestre. O imperialismo fala hoje uma língua de ferro, mas aprendeu a torná-la tão ligeira quanto o vento.

Recorrendo a estratégias publicitárias e fazendo uso dessa língua de vento, então, o MEC e o governo federal, por meio da Educação Financeira na Escola, servem às políticas do capital, revestidas pela opacidade dos discursos analisados. É o capitalismo contemporâneo exercendo seu poder, sua dominação sem que se perceba explicitamente sua ação, sustentado pelo funcionamento do Estado.

4. CONJECTURANDO REFLEXÕES E ANÁLISES: EFEITOS DE FINALIZAÇÃO

A partir do percurso que propomos inicialmente, é imprescindível recorrermos ao significado da palavra (in)conveniente, como bem dispomos no título desta pesquisa. Partindo da palavra inconveniente no Dicionário Michaelis on-line, a palavra é definida como “1. Que não é conveniente; que não é adequado, oportuno ou próprio; impróprio, inadequado”, “2. Que não respeita os costumes, a decência e as convenções sociais; indecente, indecoroso, imoral.”, “3. Que não é útil ou de que não se obtém proveito; desvantajoso”, mostrando-se o contrário da palavra conveniente, que segundo o mesmo dicionário diz respeito a “1. Que convém”; “2. Que é do interesse de alguém; útil, vantajoso”; “3. Que está de acordo com as normas ou convenções sociais ou morais; correto, decente, digno”; e “4. Acomodado às circunstâncias; adequado, apropriado, oportuno”, consideramos que a palavra (in)conveniente, grafada em nosso título, representa ao mesmo tempo a inconveniência das propostas que incluem o setor privado, no caso da Sicredi, no contexto escolar, seja por meio de falas aos professores, seja em relação a projetos que visam desenvolver e como pode ser útil e vantajoso às cooperativas adentrarem ao espaço escolar.

O mesmo poderíamos dizer da proposta de Educação Financeira, em que sua inconveniência poderia ser expressa por vários motivos: a) pela maneira em que se deixa aparentemente domesticar pelo mercantilismo americano; b) por querer transformar essa empreitada em um modelo de educação bancária; c) por não assumir a sua parcela de culpa na atual conjuntura Brasileira, indicando ser o sujeito o culpado pela crise desencadeada pela pandemia e d) por promover um direcionamento de sentidos em suas postagens nas redes, que estão na mesma esteira do discurso veiculado por representantes do Ministério da Economia. Na direção da conveniência, o que o MEC busca explicitar é um programa que joga com a ironia, assim como

comumente são tratados determinados assuntos por parte do governo federal, a exemplo da pandemia. Ademais, é conveniente ensinar Educação Financeira à população mais carente, já que, quem sabe assim aprendam a economizar e não a consumir o pouco que ganham.

De tudo quanto precede, é importante que estabeleçamos que o que acontece perante a (in) conveniência do setor privado - a Sicredi -, e o setor público - o MEC -, é que há um jogo para que na escola haja apenas um exercício de repetição, que se relaciona com a maneira como na AD se compreende a repetição, o que levou Orlandi (1998) a distinguir de acordo com três distintos modos:

- a. Repetição empírica: exercício mnemônico que não historiciza o dizer;
- b. Repetição formal: técnica de produzir frases, exercício gramatical que também não historiciza, só o organiza;
- c. Repetição histórica: formulação que produz um dizer no meio dos outros, inscrevendo o que se diz na memória constitutiva (Orlandi, 1998, p. 14).

Dito de outra maneira, a primeira forma de repetição (empírica), seria o que chamamos de língua de papagaio, só há a repetição pela repetição. A segunda, a formal, diria respeito a uma elaboração mais abstrata, o que se poderia considerar o papel do “bom aluno”, aquele que repete, que faz o que se pede corretamente, apenas com outras palavras (Orlandi, 1998). Já na repetição histórica:

[...] teríamos um aluno com um real trabalho da memória: ele inscreveria assim o dizer em seu saber discursivo o que lhe permitiria não só repetir, mas ao fazê-lo, produzir deslizamentos, efeitos de deriva no que diz. Por isso haveria aí sempre a possibilidade de serem produzidos outros dizeres a partir daquele. Este seria o “ideal” da aprendizagem: levar o aluno a passar da repetição empírica à histórica, com passagem obrigatória pela formal já que para que haja sentido é preciso que a língua se inscreva na história (Orlandi, 1998, p. 14).

Assim, no entremeio desses três modos de repetição é que estaria a aprendizagem, a oportunidade de a escola interceder nesta relação com base no repetível, proporcionando que o sujeito estabeleça relações com as filiações de sentido às quais se inscreve, assim como com a memória do dizer (Orlandi, 1998). No sentido das propostas acerca da educação financeira, as quais explicitamos no decorrer desse estudo, a inconveniência se dá na perda da aprendizagem quando a escola tem liberdade de intervir entre esses meios de repetição e a conveniência é que justamente a aprendizagem fique relegada à repetição formal e empírica.

Isso tudo nos permite depreender que o que o setor privado e o setor público tentam fazer abordando a educação financeira nas escolas é o que podemos caracterizar como um jogo entre a paráfrase e a polissemia, ou seja, o mesmo e o diferente:

- a. O mesmo: apesar da variedade da situação e dos locutores, há um retorno ao mesmo espaço dizível (Paráfrase);
- b. O diferente: nas mesmas condições de produção imediatas (locutores e situação) há no entanto um deslocamento, um deslizeamento de sentidos (Polissemia) (Orlandi, 1998, p. 15).

Porém, o que se sobrepõe, por mais que se busque um discurso em direção a um gesto nobre de levar até as escolas um estudo sobre a educação financeira, é a relação com o mesmo, a paráfrase, ou seja, à mesma direção de sentidos, com campanhas para a educação financeira apenas em diferentes nuances, mas mantendo o mesmo sentido em relação aos sujeitos, embora se inscrevam em condições de produção distintas.

SOBROSA, DAIANA MARQUES; GOMES, LAURA VELASQUES; SCHLEMMER, NEOSANE & SILVA, THAÍ COSTA DA; *Propostas (in)convenientes: transpassando a opacidade do discurso sobre a educação financeira na escola / (In)convenient proposals: crossing the opacity of the discourse on financial education at school*
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, N° 12 ANO 2023, PP. 296-329

Por fim, certas de que “sempre há [ainda] o que compreender (...)” (Petri, 2013, p. 44, *acrés-cimo nosso*), é essencial salientarmos que as reflexões trazidas até o momento não pretendem impor uma verdade única e absoluta, sem incertezas e incompletudes, mas desconstruir as evidências, o senso comum, na tentativa de sinalizar caminhos que atravessem a opacidade do discurso.

SOBROSA, DAIANA MARQUES; GOMES, LAURA VELASQUES; SCHLEMMER, NEOSANE & SILVA, THAÍS COSTA DA; *Propostas (in)convenientes: transpassando a opacidade do discurso sobre a educação financeira na escola / (In)convenient proposals: crossing the opacity of the discourse on financial education at school*
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 12 ANO 2023, PP. 296-329

REFERÊNCIAS

Agamben, G. (2014). *O amigo & O que é um dispositivo?* Tradução: Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC. Argos.

Brasil. (2022). Ministério da Educação. Conferências sobre educação financeira acontecerão em maio. *Portal do MEC*. Acedido em 09 de agosto de 2022 em <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35997>.

Brasil. (2020). *Decreto Nº. 10.393, de 09 de junho de 2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF*. Brasília: SG. Acedido em 06 de agosto de 2022 em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10393.htm.

Brasil. (2022). *Estratégia Nacional de Educação Financeira. Conceito de Educação Financeira no Brasil*. Acedido em 16 de agosto de 2022 em [https://www.vidaedinheiro.gov.br/educacao-financieira-no-brasil/?doing_wp_cron=1660671805.4401669502258300781250#:~:text=Segundo%20a%20OCDE%20\(2005\)%2C,necess%C3%A1rios%20para%20se%20tornarem%20mais](https://www.vidaedinheiro.gov.br/educacao-financieira-no-brasil/?doing_wp_cron=1660671805.4401669502258300781250#:~:text=Segundo%20a%20OCDE%20(2005)%2C,necess%C3%A1rios%20para%20se%20tornarem%20mais).

Courtine, J.-J. (1981). Analyse du discours politique. *Langages*. 62, 9-128.

Dias, C. (2016). A materialidade digital da mobilidade urbana: espaço, tecnologia e discurso. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*. 37, 157-175. Acedido em 08 de agosto de 2022 em <http://www.revis-talinguas.com/edicao37/artigo7.pdf>.

Dias, C. (2020). “Como navegar”: texto e espaço na ordem do discurso digital expográfico. *Revista Rua*. 26 (2), 615-630. Acedido em 08 de agosto de 2022 em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8663469/25583>.

Fernandes, C; Vinhas, L L. (2019). Da maquinaria ao dispositivo teórico-analítico: a problemática dos procedimentos metodológicos da Análise do Discurso. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, 19 (1), 133-151. Acedido em 08 de agosto de 2022 em <https://www.scielo.br/j/ld/a/rRz87WNqCqHL9rbY-3GrbPHq/?format=pdf&lang=pt>.

Freire, P. (1997). Educação “bancária” e educação libertadora. In: PATTO, M. H. S. (Org.) *Introdução à Psicologia escolar*. 3ª edição. São Paulo: Casa do Psicólogo, pp. 61-78.

Gadet, F; Pêcheux, M. (2004). A Língua de Marte. In: *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Campinas: Pontes Editores, pp. 93-104.

ARTIGO RECEBIDO A

21/03/2023

ARTIGO APROVADO A

06/08/2023

Grigoletto, E. (2021). Sou mulher de verdade, empoderada, feminina: a identificação de gênero entre os engodos ideológico e tecnológico. *Leitura*, 69, 187-205. Acedido em 06 de agosto de 2022 em <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/11264/8613>.

Indursky, F. (2011). A memória na cena do discurso. In: F. Indursky; S. Mittmann & M. C. L. Ferreira (Orgs.). *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas, Mercado das Letras, pp. 67-88.

Modesto, R. (2021). Os discursos racializados. *Revista da Abralin*, 20 (2), 1-19. Acedido em 07 de agosto de 2022 em <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1851>.

Orlandi, E. (1996). *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5ª edição. Petrópolis: Vozes.

Orlandi, E. (1998). Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico. *Revista Rua*, 4, 9-19. Acedido em 10 de agosto de 2022 em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640626/8177>.

Orlandi, E. (2011). *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 8ª Edição. SP: Pontes Editores.

Pêcheux, M. (1999). Papel da Memória. In: P. Achard; et al. *Papel da Memória*. Tradução: José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes Editores, pp. 49-57.

Pêcheux, M. (2014). Análise automática do discurso (AAD-69). In: F. Gadet & T. Hak (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradutores Bethania S. Mariani... et al.) 3ª edição. Campinas: Editora da UNICAMP, pp. 61-163.

Pêcheux, M. (2019). *Análise automática do Discurso*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi e Greciely Costa. Campinas, SP: Pontes Editores.

Petri, V. (2004). *Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário: da representação do mito em Contos Gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em Porteira Fechada, de Cyro Martins*. Tese (Doutorado em Letras) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

Petri, V. (2013). O Funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise de Discurso. In: V. Petri & C. Dias (Orgs.). *Análise do Discurso em perspectiva: teoria, método e análise*. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), pp. 39-48.

Pfeiffer, C; Grigoletto, M. (2019). Reforma do Ensino Médio e BNCC: divisões, disputas e interdições de sentidos. *Revista Investigações*, 31 (2), 7-25. Acedido em 10 de agosto de 2022 em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/237561/31068>.

SOBROSA, DAIANA MARQUES; GOMES, LAURA VELASQUES; SCHLEMMER, NEOSANE & SILVA, THAÍS COSTA DA; *Propostas (in)convenientes: transpassando a opacidade do discurso sobre a educação financeira na escola / (In)convenient proposals: crossing the opacity of the discourse on financial education at school*
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 12 ANO 2023, PP. 296-329

Sicredi. (2022). *Sistema de Crédito Cooperativo. Sobre nós. Quem somos*. Acedido em 07 de agosto de 2022 em <https://www.sicredi.com.br/site/sobre-nos/>.

Silva Sobrinho, H. F. (2019). O caráter material do sentido e as classes sociais: uma questão para a Análise do Discurso. *Polifonia*, 26 (43), 130–150. Acedido em 07 de agosto de 2022 em <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/8307>

ARQUIVOS ANALISADOS

Instagram. (2022). Educação Financeira dos jovens brasileiros. Ministério da Educação. Perfil Oficial do Ministério da Educação - @mineducação. 20 jul. 2022. Acedido em 01 de agosto de 2022 em <https://www.instagram.com/p/CgP0kzFD9ub/>.

Instagram. (2022). Importância da educação financeira. Ministério da Educação. Perfil Oficial do Ministério da Educação - @mineducação. 29 jul. 2022. Acedido em 01 de agosto de 2022 em <https://www.instagram.com/p/CgmBqPcsNmj/>.

